



Universidade Federal do Pará  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia

MAUREL FERREIRA BARBOSA

*O PAGÉ:*

O NATURALISMO INACABADO DE MARQUES DE CARVALHO  
(1884-1887)

Belém  
2011

MAUREL FERREIRA BARBOSA

*O PAGÉ:*

O NATURALISMO INACABADO DE MARQUES DE CARVALHO  
(1884-1887)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Professor Doutor Aldrin Moura Figueiredo (PPHIST/UFGPA).

Belém  
2011

MAUREL FERREIRA BARBOSA

*O PAGÉ:*  
O NATURALISMO INACABADO DE MARQUES DE  
CARVALHO(1884-1887)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Professor Doutor Aldrin Moura Figueiredo (PPHIST/UFPA).

Data de aprovação: 22/08/2011

Banca examinadora:

---

Professor Doutor Marcio Couto Henrique (PPHIST/UFPA)

---

Professora Doutora Valéria Augusti (Programa de Pós-Graduação em Letras/UFPA)

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

---

Barbosa, Maurel Ferreira

O pagé: o naturalismo inacabado de Marques de Carvalho (1884-1887) /  
Maurel Ferreira Barbosa; orientador, Aldrin Moura Figueiredo. - 2011.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2011.

1. Carvalho, João Marques de, 1866-1910. O pagé. 2. Naturalismo na  
literatura. 3. Imprensa. I. Título.

CDD - 22. ed. B869.3

---

Dedicado a Edileuza  
e as Joan(n)as.

## Agradecimento

Gostaria de agradecer inicialmente à simpatia e bom humor dos professores Rafael Chambouleyron, Franciane Lacerda, Décio Guzman, Paulo Watrin, William Gaia e Maurício Costa, que desde a graduação contribuíram para a minha formação enquanto iniciante nos caminhos da História. Ao último agradeço a gentileza em ler e indicar-me algumas leituras ainda durante a feitura do projeto para esta pesquisa. Meu muito obrigado a Simone Cristina de Mendonça, amiga das Letras que nas poucas conversas que tivemos enquanto estive em Belém, apontou-me os “caminhos do romance”, além de um bate papo saudável sobre literatura.

À banca de qualificação formada por Márcio Couto Henrique e Valéria Augusti, criticando e discutindo possibilidades dentro da pesquisa, contribuíram enormemente para a finalização desse trabalho, assim como, para meu amadurecimento intelectual. À professora, oriunda das Letras, agradeço o olhar sobre as questões literárias a que me arrisco enquanto historiador. Ao meu orientador Aldrin Figueiredo, que desde a graduação influenciou indiretamente em minha escolha pela literatura. De um jeito particular, mostrou-me os caminhos a serem seguidos, mesmo quando eu não os seguia. Aos amigos da graduação (turma 2004) e mestrado (turma 2009), agradeço o bate papo informal, ensinando bem mais que os bancos acadêmicos. Destaco Alan Christian, companheiro das “reclamações” nas horas incertas da pesquisa.

Meu mais sincero agradecimento à família que formei em finais de 2007, quando nascia Joanna e eu seguia para morar com Edileuza. Surgia junto o projeto de pesquisa. Foram elas minha maior motivação. Peço desculpas pelas horas inconstantes e ausências doloridas, assim como, os papéis espalhados pela casa. Agradeço a D. Joana e a educação que relegou como mãe. Desde que o seu Joaquim partiu, soube do seu jeito ensinar o que devem aprender os filhos. São para os dois – minha mãe e meu pai onde quer que esteja – que me esforço para dar o orgulho de um bom filho. Aos irmãos, que de alguma forma influenciaram em meu percurso por esse caminho, agradeço.

Aos funcionários do CENTUR, que com simpatia atendem nossos pedidos. Em especial, meu muito obrigado aos atendentes da secção de microfilmagem. Agradeço ainda à simpatia e competência de Lilian Lopes, secretária do Mestrado, resolvendo problemas e pedidos que solicitava como aluno do PPHIST. À CAPES pelo incentivo financeiro, tão importante nessa fase de nossas vidas. E a todos que de alguma forma contribuíram para fazer valer o esforço por concretizar esta pesquisa.

## Sumário

<b>Resumo .....</b>	<b>08</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>09</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>10</b>
<b>1- Parte I: O autor.....</b>	<b>22</b>
<b>1.1- O intelectual Marques de Carvalho.....</b>	<b>23</b>
<b>1.2- Imprensa e Literatura: o campo literário paraense em fins do             século XIX.....</b>	<b>39</b>
<b>1.3- Os gladiadores n’A Arena.....</b>	<b>57</b>
<b>1.4- Da Crítica Litterária.....</b>	<b>65</b>
<b>1.5- “Ideias Novas”: o naturalismo em meio à “literatura             Amazônica”.....</b>	<b>76</b>
<b>1.6- O Prefácio como manifesto naturalista.....</b>	<b>87</b>
<b>2- Parte II: A Obra.....</b>	<b>94</b>
<b>2.1- O gênero Romance.....</b>	<b>95</b>
<b>2.2- No palacete à Praça Baptista Campos: apresentando o             romance.....</b>	<b>101</b>
<b>2.3- Tia Faustina e o Pajé Pedro de Alenquer: em meio ao científico,             o tradicional.....</b>	<b>114</b>
<b>2.4- Hierarquias de cor: representações sobre o negro no romance.....</b>	<b>124</b>
<b>2.5- Um breve passeio pela Belém de finais do século XIX: a cidade             como personagem.....</b>	<b>133</b>
<b>2.6- A recepção ao romance-folhetim: olhares sobre o rodapé d’A             República.....</b>	<b>142</b>
<b>Considerações finais.....</b>	<b>151</b>
<b>Fontes.....</b>	<b>157</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>158</b>

## Resumo

Analisaremos nesta pesquisa as linhas do naturalismo proposto por Marques de Carvalho no romance *O Pagé*, que veio à público como folhetim pelo periódico *A República* em janeiro de 1887, tendo por subtítulo a expressão “romance naturalista.” Que naturalismo era esse? Quem era Marques de Carvalho antes da publicação de seu mais conhecido romance *Hortência*? Com esses questionamentos, seguiremos a trilha do intelectual por trás dos periódicos onde atuou como redator, assim como, os debates e conflitos em que se envolveu. Adentraremos o campo literário paraense do final do Oitocentos, para, a partir das disputas em seu interior, enxergarmos as forças de legitimação de um modo de pensar. Nesse caso, a visão de mundo de Marques de Carvalho.

Palavras-chave: campo literário – imprensa – naturalismo.



### **Abstract**

Analyzed in this study of naturalism lines proposed by Marques de Carvalho in the novel *Pagé*, who came to the public as serialized in the journal *The Republic* in January 1887, subtitled with the word "naturalistic novel." That naturalism was that? Marques de Carvalho who was before the publication of his best known novel *Hortênciã*? With this questions, we follow the trail of the intellectual behind the journals where he served as editor, as well as the debates and conflicts that involved. We entered the literary field the end of the nineteenth century in Pará, for, from the disputes inside, we see the forces of legitimation of a way of thinking. In this case, the worldview of Marques de Carvalho.

Keyword: Literary Field – press – naturalism.

## Introdução

Era noite. No luxuoso palacete à praça Batista Campos reunia-se a família de Mathias de Almeida, imigrante português que lucrara bastante durante décadas no trato com o látex. Junto à sala, com o amigo recém chegado de Lisboa Antônio Pereira, “negociante desde longos *annos*, [que] *enricára* no Alto Amazonas, no tráfico da borracha”,<sup>1</sup> conversavam sobre os bons feitos do Dr. Adalgiso:

– É um médico *distinctíssimo*, creia, Antonio Pereira... Foi de um tino admirável no tratamento da Rosa. (...) Ainda *hontem* a d. Clara veio visitar-nos e fez-lhe os mais *lisongeiros* elogios. Sabe o que nos contou ela? Que Adalgiso, auxiliado por mais dois *collegas*, fizera com o melhor êxito uma operação delicadíssima n’uma senhora da estrada de S. Braz. Calcule você, Antônio Pereira: *extrahir* um *polypo* do útero de uma mulher já *edosa*!... Veja só: operações destas não se faziam no Pará, há poucos *annos*. Quem necessitasse *extrahir polypos* tinha d’ir ao Rio de Janeiro ou á Europa. Agora um jovem medico paraense executa-as com o máximo sucesso!<sup>2</sup>

Generosa, a única filha de Mathias com D. *Josepha*, ao lado do “*bello piano d’Erard*, aberto, *illuminado* por duas velas *azues*”, conversava com a amiga Marianna de Macedo, sobre as exigências da “*toilette*” e as últimas novidades do “*theatro da Paz*”. Ao redor,

*Aquella* bonita sala de alcatifas valiosas sobre um tapete claro, com fartos ramalhetes de cores variadas; *aquelles* altos espelhos venezianos, onde as oito luzes do candelabro *reflectiam*-se nas mais alegres *scintillações*, todas as jardineiras de jacarandá, com pedras de mármore, cobertas de vasos, flores, álbuns, estatuetas preciosas e livros encadernados ricamente.<sup>3</sup>

Ainda pálida em razão da recente febre que lhe consumira a pouco, Generosa trazia “uma rosa escarlata [que] manchava-lhe a alvura do vestido no meio do peito, sobre a curva dos seios”,<sup>4</sup> como que sugerindo a doença que logo marcaria a personagem principal da trama naturalista. A tuberculose, que acomete a jovem paraense, acaba funcionando como eixo central do romance de costumes que ilustra o rodapé do periódico *A Republica*, do qual extraímos o pequeno excerto do romance de João Marques de Carvalho. A narrativa descreve a intimidade de uma família pequeno-burguesa acostumada aos requintes cotidianos de uma elite que aproveitara bem os dividendos proporcionados pela borracha naqueles idos do Oitocentos, envolvidos num

<sup>1</sup> Será apresentada nesta pesquisa a escrita original das fontes, sendo demarcadas por itálico as expressões com ortografia da época.

<sup>2</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim. O Pagé.” In. *A República*. Belém, 25 de janeiro de 1887, p.03.

<sup>3</sup> *Ibid.*

<sup>4</sup> *Ibid.*

tempo de progresso e modernidade; como exemplo, a medicina mencionada pelo romancista, que segundo a trama, já trazia alguns avanços.

Mas o que desejava Marques de Carvalho com estas linhas fictícias? O que deixou o autor para os ansiosos leitores de folhetins à época, com a publicação incompleta deste romance?

Vamos aos fatos!

No contexto de mudanças e transformações do final do século XIX, o folhetim do periódico *A República* publica o romance intitulado “O Pagé. Romance Naturalista”,<sup>5</sup> sobre o qual o autor João Marques de Carvalho afirma ser primeira obra de cunho naturalista no Pará. Em prefácio o literato expõe seu mais novo trabalho: “para isso, alienei-me da velha escola romântica, *despresei-lhe* os abusos e prolixidades, para deixar-me levar pela grande orientação *litteraria* de nossa *epoca*.”<sup>6</sup>

Seguindo à risca os novos ideais científicos oriundos da Europa, traz a público “uma obra sobre ‘documentos humanos’ *authenticos*”, alertando para a possibilidade de causar “escândalo na família paraense, pela rudeza de suas *scenas* copiadas da vida real com o maior e mais consciencioso escrúpulo”. Um ano antes da publicação do romance *Hortênciã* que o colocou no rol dos escritores naturalistas brasileiros, Marques de Carvalho expunha n’*O Pagé* o drama de uma família belenense de final do século XIX, que na impossibilidade de curar a enfermidade da única filha, teria que recorrer a este “personagem astucioso e *hypócrita* que é o terror dos espíritos fanáticos do povo de minha província”.<sup>7</sup> Trata-se da figura do pajé que, diante das novas correntes científicas que chegavam pelos principais centros de conhecimento do país, passava a ser mal visto por uma parcela daquela sociedade.

Dessa forma, analisaremos a obra problematizando a concepção de naturalismo ali presente, assim como, a visão de mundo do literato como um intelectual inserido num determinado contexto. Influenciado pelo cientificismo do período, Marques de Carvalho menciona tipos sociais e suas patologias, ressaltando a partir do título do romance a representação da figura polêmica de um pajé numa sociedade que se

<sup>5</sup> O romance foi publicado entre 18 de janeiro de 1887 e 20 de fevereiro de 1887, pelo periódico *A República*.

<sup>6</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim. O Pagé: *Prefacio*”. In: *A República*, Belém, 18 de janeiro de 1887, p.02

<sup>7</sup> *Ibid.*

modernizava com o comércio da borracha, além de outros personagens voltados para as práticas de cura em Belém. Assim, abordando implicitamente o embate entre ciência e curandeirismo em finais do século XIX, o romance deixa ver a Belém daquele período, com seus prédios e espaços sociais comumente frequentados por uma elite.

Partindo de pesquisa que buscou compreender a propaganda republicana em meio ao cenário literário paraense,<sup>8</sup> encontrou-se o romance-folhetim *O Pagé*, por entre as páginas do periódico *A República* em inícios de 1887. O que chamou atenção no começo foi sua ausência na historiografia literária, que ainda hoje desconhece esse trabalho do literato paraense. Dessa forma, concordando com Socorro Barbosa ao salientar a importância da imprensa como fonte primária no estudo e análise de diversos materiais literários presentes nos periódicos do século XIX,<sup>9</sup> daremos enfoque ao romance publicado em folhetim, mas não sem antes atentarmos para o cenário literário que tinha nos periódicos paraenses seu principal meio de divulgação, além de contribuir como campo ideal para os constantes debates acerca da literatura que se fazia no Brasil.

Percebemos assim, a importância do jornal como fonte para o trabalho do historiador, tendo em vista que o periódico fornece o olhar quase imediato ao cotidiano e a movimentação da cidade, dando margem para a compreensão dos debates travados nos artigos de fundo, crônicas e noticiários diários que recheavam os espaços do principal meio de comunicação à época. No entanto, tomar o jornal como fonte de pesquisa demanda certos cuidados metodológicos, principalmente em relação à imprensa Oitocentista. Entre tais cuidados, conforme assinala Tânia Regina de Luca, estaria o de identificar nos jornais vestígios de ideologia dominante, ou seja, a imprensa como instrumento de defesa de interesses e de intervenção na vida social.<sup>10</sup> Em suma, devemos negar a perspectiva de neutralidade e imparcialidade do jornal no jogo político a que esteja imerso.

Seguindo essa lógica, urge analisarmos os produtores da informação envolvidos na imprensa, ou seja, darmos conta da função social do jornalista enquanto

---

<sup>8</sup> BARBOSA, Maurel F. *As Bellas Letras na Construção da República(1886-1887)*. Monografia de conclusão de curso apresentada à Faculdade de História da Universidade Federal do Pará, 2008.

<sup>9</sup> “Assim, no que se refere ao jornal como fonte primária, tenta-se traçar uma perspectiva de abordagem para esse suporte, a despeito de limitar os exemplos aos jornais paraibanos, uma vez que vários estudos sugerem que essas práticas eram generalizáveis à imprensa da época, em várias províncias do Brasil.”. VILAR, Socorro de Fátima P.. *Velhos Objetos, Novas Abordagens: o jornal como fonte para a história da literatura*. In: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/index.html>; acessado em 15/01/2010.

<sup>10</sup> DE LUCA, Tania Regina. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.111-153.

formador de opinião; além disso, devemos atentar para a formação desse sujeito enquanto participante ativo das discussões em torno dos principais conflitos diários que aconteciam na cidade. O jornalista era basicamente um homem de letras, que por dominar a arte da escrita possuía livre passagem para a redação das pequenas gazetas que começavam a se desenvolver em meados do século XIX. Sendo um intelectual, tomava a frente da redação como articulista, escrevendo sobre os mais diversos assuntos, desde política, o dia a dia da cidade, até a crítica literária.

Portanto, a proposta desta pesquisa caminha também no sentido de promover um debate em torno da utilização dos periódicos como fonte para o trabalho do historiador. Abordaremos problemas, dificuldades, limitações e possibilidades em torno da questão. Trabalharemos com alguns jornais paraenses da segunda metade do século XIX que recobrem o período entre 1884 e 1887, afim de que possamos levar o leitor ao contato direto com as fontes e fundamentalmente com o *metier* do historiador na lide com a pesquisa desse tipo de impressos, para que assim, tenhamos a dimensão do universo riquíssimo que os jornais daquele período nos possibilitam entrever.

Contudo, essa discussão se justifica pela necessidade que nós historiadores sentimos em buscar terreno estável na análise do passado, embora saibamos o quanto este é movediço, guardando por entre linhas gastas pelo tempo o perigo da parcialidade e do discurso. Para o estudioso que se debruça sobre esse período visando compreendê-lo, revisitar o outrora pelas páginas antigas dos periódicos é ainda um importante meio que nos permite ir e vir no tempo, embalado ora pela curiosidade ora pelos questionamentos que fazemos do lado de cá, no presente. Porém, como dissemos, tal percurso demanda bastante cautela.

Segundo Aldrin Figueiredo, no período de pós-cabanagem, com a reorganização da província, assim como, das elites políticas, que vemos um salto na confecção de folhas diárias, tanto na capital quanto no interior da província, principalmente a partir de 1870, quando “o desenvolvimento e a ampliação do mercado da imprensa modificaram inteiramente o processo de circulação dos jornais no Pará”.<sup>11</sup> Foram centenas de periódicos que circularam nesse período nesta província e

---

<sup>11</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Páginas Antigas: uma introdução à leitura dos jornais paraenses, 1822-1922*. In: VIEIRA Jr. Antônio O. *et ali. Margens: revista multidisciplinar do núcleo de pesquisa – CUBT/UFGA*. Belém: Paka-Tatu, 2005.

embora atualmente o historiador tenha acesso a uma pequena parcela dessas publicações, é possível concluir sem maiores dificuldades sobre a importância que a sociedade do passado deu à informação e aos debates veiculados na imprensa.<sup>12</sup>

Tais debates giravam em torno das querelas políticas que encontravam espaço ideal nos jornais da época. No entanto, não era somente de disputas políticas entre os diversos grupos sociais pela imprensa que os jornais se resumiam. Podemos dizer que o cotidiano da cidade também passava pelas páginas hoje amareladas pelo tempo daqueles matutinos. Nos noticiários, cenas tanto do “povo comum”, quanto de uma elite acostumada aos dividendos da borracha. Seja nas notícias policiais ou na propaganda de algum espetáculo no afamado Teatro da Paz, esse cenário se faz visível pela lente do historiador ao se debruçar por sobre suas páginas.

Temos a “existência e proliferação de uma incrível multiplicidade de jornais no Pará, especialmente na virada do século XIX, durante o auge da comercialização da borracha no mercado internacional”. Com o desenvolvimento da economia gomífera, amplia-se o leque de publicações impressas, assim como, a circulação e a complexidade dos periódicos na capital paraense. Como consequência, “os redatores e tipógrafos viram o consumo das gazetas se estenderem a novas camadas sociais no âmbito dos pequenos comerciantes e, logo em seguida, a uma apreciável parcela do povo das cidades – fosse na capital Belém ou em cidades do interior(...)”<sup>13</sup>

Ao investigar as representações acerca da mulher paraense a partir do periódico *O Binóculo*, Maíra Wanderley corrobora os pressupostos desta pesquisa no que diz respeito aos jornais de final do século XIX.<sup>14</sup> *O Olhar Binoquiano*, no dizer da autora, nos permite entrever o cotidiano belepoqueano a partir de outro olhar que não aquele voltado para os áureos tempos da borracha. O binóculo como objeto que aumenta a visibilidade, testemunha o papel das “divas”, que no dizer daqueles redatores, eram mulheres que frequentavam espaços de boemia, junto a literatos, artistas e intelectuais. Espaços de sociabilidade de grupos, de certa forma, marginalizados pelo ideal de modernidade e civilização inerentes àquele tempo. Portanto, *O Binóculo* enquanto

---

<sup>12</sup> *Ibid.*

<sup>13</sup> *Ibid.*

<sup>14</sup> NEVES, Maíra Wanderley. *O Mundo binoquiano: narrativa, mulheres e modernidades em Belém do Pará*. Orientador: Aldrin Moura de Figueiredo. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2010.

periódicos noticioso, repleto de humor e ironia, funcionou como importante recurso para o olhar do historiador sobre um determinado tempo histórico.

Nelson Werneck Sodré, em estudo referência sobre a imprensa no Brasil, menciona além de outras questões, o caráter comercial dessas gazetas. É enfático ao afirmar que a publicidade surge com o jornal, porém, com o passar do tempo, este não sobreviveria sem a existência daquela.<sup>15</sup> Ou seja, o crescimento da cidade e o desenvolvimento do capitalismo mundial fizeram com que o jornal se adequasse gradativamente aos rumos que a sociedade brasileira tomava; portanto, os proprietários dessas folhas passaram a depender cada vez mais da publicidade. Dessa forma, “as folhas e revistas tipográficas do final do século, leves e mundanas, despudoradas em relação ao mercado, emergem como suportes extremamente receptivos ao desenvolvimento da linguagem publicitária”;<sup>16</sup> A literatura vai funcionar como importante parceiro comercial dos periódicos, agregando-lhes valor e utilizando seu espaço para a divulgação do que se produzia de literatura na cidade. Em decorrência do parco mercado editorial à época, ao jornal coube o papel de publicar trabalhos de diversos escritores.

Como principal meio de comunicação, o jornal serviu como suporte para a literatura no Brasil. Em Belém não foi diferente. A literatura feita na província paraense desfrutava do mesmo formato para vir a público. Como dito antes, em meados de 1870 essa imprensa ganha maiores proporções, tornando-se mais organizada e desenvolvida. Sua estrutura material se reformula, ganhando novos espaços e conteúdos. Entre eles, começam a figurar cada vez mais espaços destinados ao que se produzia em matéria de literatura. Dessa forma, ao discutirmos a importância do periódico como fonte numa pesquisa que pretende analisar um romance publicado num jornal diário do século XIX é necessário enveredar pelas discussões acerca da literatura como fonte de pesquisa para a História.

Carlos Ginzburg, analisando um texto do século XIX, percebe o quanto a discussão da literatura como fonte para a história não é nova. O historiador analisa a

---

<sup>15</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994.

<sup>16</sup> CRUZ, Heloisa de Faria. *A cidade do reclame: propaganda e periodismo em São Paulo – 1890/1915*. *Projeto História*, nº 13 (1996), pp. 81-92.

obra *De La lecture des vieux romans* escrito por Jean Chapelain <sup>17</sup> que analisa o romance medieval *Lancelot* para compreender os costumes e a linguagem dos franceses de meados do século XVI. Nesse livro, publicado no século XVII, o debate se dava entre o autor e mais dois literatos que discordavam da atitude de Chapelain em conceber àquele romance o papel de testemunho histórico da França. Assim, criticavam o autor por buscar um momento da história dos franceses a partir de um romance de cavalaria. Chapelain, segundo Ginzburg, justificava-se das acusações compreendendo que em literatura, o escritor se vale do real para criar seus personagens, ou seja, a ficção se constrói a partir do real, do verdadeiro. Defendia seu ponto de vista concluindo que podemos compreender o passado mesmo a partir de escritos de ficção, visto que o escritor retira do real a matéria para sua escrita fictícia. Assim, mesmo de uma estória inventada é possível fazermos História, ou seja, os relatos fictícios podem oferecer algo do “real” ocorrido no passado. <sup>18</sup>

Como referência no uso da literatura como fonte para a história, Nicolau Sevcenko sinaliza a importância dos escritos de ficção para a compreensão de um determinado tempo histórico. Analisando a trajetória literária de dois importantes escritores brasileiros, Euclides da Cunha e Lima Barreto, e seus projetos para a nação, trouxe à tona um capítulo da História do Rio de Janeiro, a partir das discussões e problemáticas culturais concernentes àquele tempo. Para o historiador

a criação literária revela todo seu potencial como documento, não apenas pela análise das referências esporádicas a episódios históricos ou do estudo profundo dos seus processos de construção formal, mas como uma instância complexa, repleta das mais variadas significações e que incorpora a história em todos os seus aspectos, específicos ou gerais, formais ou temáticos, reprodutivos ou criativos de consumo ou produção. <sup>19</sup>

Para Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso de Miranda, literatura é testemunho histórico. Juntos propõem

historicizar a obra literária – seja ela conto, crônica, poesia ou romance –, inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas

<sup>17</sup> GINZBURG, Carlo. “Paris, 1647: um diálogo sobre ficção e história.” In: O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>18</sup> *Ibid.*

<sup>19</sup> SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.299.



sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social.<sup>20</sup>

Portanto, podemos afirmar que a partir da literatura é possível atribuir um sentido ao passado. A partir das representações acerca do real, produzidos pela escrita do literato, ao historiador cabe buscar um sentido ao contexto tanto da obra, quanto do autor. Ao dar vida à ficção, ao escritor não pode escapar a maneira como compreende o real. Percebemos assim, a história pela lente do literato. Ter como fonte objetos literários, no caso em questão um romance, requer do historiador a percepção sobre a representação daquele passado construído pelo romancista. Conforme afirma Pereira, o escritor de ficção lembra o historiador por dar forma, a partir de seu fazer literário, tanto a um passado, presente e futuro, como a um projeto de intelectuais que escreviam em finais do século XIX no Rio de Janeiro.<sup>21</sup>

Dawdson Gangussu analisou em Belém as redes de sociabilidades por entre intelectuais e literatos identificados pelo autor como a *Turma Central*,<sup>22</sup> pois se reuniam no *Café do Hotel Central* que ficava às margens da atual Avenida Presidente Vargas. Eram jovens que focados na confecção de um suplemento literário na *Folha do Norte* chamado *Arte-Literatura*, escreveram um capítulo do modernismo no Pará. Este suplemento literário ajudou a configurar em Belém uma identidade aos jovens escritores antenados nas discussões concernentes à literatura nacional e internacional da década de 40 do século XX. Portanto, evidenciou-se o entorno social em que se gestou o grupo em questão, em que se pressupõe o debate em torno do existencialismo e simbolismo, além das questões referentes à Geração de 45 e as discussões a respeito das novas formas e configurações da poesia e sua interpretação do país em meio ao Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial. Trata-se de um trabalho de História Social da literatura em Belém do Pará no final da primeira metade do século XX.<sup>23</sup>

---

<sup>20</sup> CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (orgs.). *A história contada: Capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp. 7-32.

<sup>21</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de M. *O Carnaval das Letras*. nesse trabalho temos o olhar de Pereira acerca dos literatos faziam parte e davam forma ao carnaval de rua no Rio de Janeiro, em fins do século XIX e início do século XX.

<sup>22</sup> CANGUSSU, Dawdson Soares. *O epicentro do Hotel Central: arte e literatura em Belém do Pará, 1046-951*. Orientador: Aldrin Moura de Figueiredo. (Dissertação-Mestrado) Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008.

<sup>23</sup> Como não citar o trabalho de Aldrin Figueiredo acerca de uma história social da arte e literatura na Amazônia de início do século XX, ao tratar do modernismo amazônico pela ótica de intelectuais, artistas e literatos na imprensa, que entre a *Academia ao Ar Livre* e a *Academia do Peixe Frito* em uma *Belém Nova*, buscaram um sentido mais *moderno* para a identidade nacional a partir da Amazônia. Sobre o

Mas ao pretender utilizar a literatura como aporte para nossas interrogações no que tange as diversas questões históricas que nosso objeto investigativo requer, se faz necessário apreender as noções referentes ao campo literário e ao universo de pormenores ali presentes. Para isso, Pierre Bourdieu empresta as bases teóricas necessárias para melhor compreensão dos fatos. As acepções acerca da noção de campo nos ajudam a compreender a dinâmica que aquele cenário literário representou naqueles idos finais do Oitocentos. Essa noção de campo, no que diz respeito à literatura, engloba um conjunto de sujeitos em constante relação entre si. Tais indivíduos se identificam enquanto homens de letras envolvidos com a produção literária de determinado campo social, e que em seu interior debatem entre si disputando espaço e poder simbólico.<sup>24</sup>

Em Belém desse período já se constituía um campo literário sugestivo, onde visualizamos de um lado escritores e seus espaços de divulgação na imprensa, e de outro uma recente crítica literária publicada também nos jornais e em algumas tiragens em volume. Na verdade não se definiam espaços e lugares precisos nesse intrincado quadro, pois não havia especialização daqueles que nele atuam. Quem escrevia nos jornais, produzia literatura e fazia a crítica literária, era normalmente a mesma pessoa. Vale dizer ainda, que já despontava um escasso mercado editorial onde circulavam algumas tiragens de livros de autores paraenses. Quanto a isto, somente quem possuía o capital simbólico necessário, desfrutava dos escassos espaços voltados à veiculação de sua produção literária e publicidade.<sup>25</sup> Não à toa, Marques de Carvalho destacava-se como intelectual hábil na forma como propagandeava seus escritos, seja na imprensa ou nos poucos volumes que publicava.

Nesse campo literário, delineiam-se em torno de Marques de Carvalho outros escritores, que a despeito de seguirem o “pensamento moderno em literatura” naquele momento, seguiam modos próprios de conceber o pensamento literário. Escritores como Frederico Rhossard, Heliodoro de Brito e Paulino de Brito, estiveram

---

assunto, ver FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos Modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n], 2001.

<sup>24</sup> BORDIEU, Pierre. *As regras da Arte: gênese e estrutura do campo literária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>25</sup> Segundo Bourdieu, “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a complicitade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (...) poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário.” Ver BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz - 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

por diversas vezes ao lado de Marques de Carvalho, que ao invés de figurar como líder ou chefe literário em relação àqueles, ajudava a dar forma ao campo. Em contrapartida, escritores rivais, de quem saíam as principais críticas a Marques de Carvalho, erguiam barricadas pela redação de variados periódicos de Belém, com a exceção d'A *Província do Pará*, órgão daqueles escritores. Identificados como principais redatores do *Diário de Notícias*, Juvenal Tavares e Pádua Carvalho formavam o “coro” contra Marques de Carvalho, muito em razão de sua posição literária no campo em questão e de sua simpatia pelo realismo-naturalismo, além de outros redatores.

Dito isto, uma questão emerge como fundamental: a atuação desses intelectuais no período em questão. Para tal, Robert Darnton é referência, haja vista, suas apreensões a respeito de uma História Intelectual e das transformações no interior de um determinado campo de ideias. Diante da complexidade em delimitar fronteiras dentro dessa temática, não podemos vislumbrar a noção de *história intelectual* a partir de um todo coeso. Segundo Darnton, entre os extremos que vão da análise de “sistemas filosóficos”, até o exame de “rituais dos iletrados”, podemos “imaginar um espectro vertical onde os temas se transformam gradualmente entre si”,<sup>26</sup> daí percebermos três categorias principais de estudo:

a história das ideias (o estudo do pensamento informal, os climas de opinião e os movimentos literários), a história social das ideias (o estudo das ideologias e da difusão das ideias) e a história cultural (o estudo da cultura no sentido antropológico, incluindo concepções de mundo e *mentalités* coletivas)<sup>27</sup>

Portanto, abordaremos nesta pesquisa a categoria de análise dentro da História Intelectual concernente às transformações no campo das ideias e seus correspondentes por entre a intelectualidade atuante em Belém do Pará no final do século XIX. Por conseguinte, analisaremos a atuação de Marques de Carvalho em meio às mudanças testemunhadas por ele e por seus contemporâneos naquele período.

\* \* \*

Na primeira parte apresentaremos o contexto ao qual *O Pagé* de Marques de Carvalho estava inserido sendo o campo literário o foco de análise. Tal quadro é

---

<sup>26</sup> DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette*. Tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.188.

<sup>27</sup> *Ibid.*

demarcado entre 1884, quando volta da Europa e inicia sua trajetória como jornalista pelo *Diário de Belém*, seu retorno à Belém no final de 1886 como Bacharel pela Escola de Direito de Recife e a publicação do romance em janeiro de 1887. Nesse momento é o escritor figura chave nos debates que se travam a respeito do campo artístico-literário de Belém.

O olhar sobre os discursos e debates publicados nos periódicos se faz imprescindível. Analisaremos a redação desses jornais, onde diariamente saiam notas, artigos ou crônicas a respeito dos mais diversos assuntos, envolvendo literatos, políticos e até mesmo redatores de outros matutinos da capital. Tidos como gladiadores, possuíam a “penna” como instrumento principal de defesa e ataque na arena jornalística. Em razão disso, em meados de 1887 Marques de Carvalho junto a outros literatos, fundam o semanário domingueiro *A Arena* voltado para a publicação e crítica literária do que se fazia em Belém a respeito das artes e literatura. O periódico entra em cena como semanário voltado às atividades artístico-literárias e científicas, tendo a frente importantes nomes das letras paraenses, entre eles, os irmãos Paulino de Brito e Heliodoro de Brito.

Dessa forma, compreenderemos a postura intelectual do literato à luz do pensamento de Edward P. Thompson e de Raymond Williams, atentando para o papel político presente em sua escrita e a forma como o escritor republicano refletia esse posicionamento frente ao campo literário. Marques de Carvalho escreveu ainda alguns poemas e comentários favoráveis a essa forma de governo e ao abolicionismo, indo de encontro ao Império naquele momento.

Como jornalista, atuou na propaganda e defesa do que compreendia como a expressão mais moderna nas letras e na crítica literária, travando debates de jornal a jornal com outros escritores, dando contorno ao campo literário e à sua trajetória como literato em Belém. Em meio à discussão analisaremos o naturalismo não somente como estética ou escola literária, mas como forma de pensar as artes e visão de mundo, frutos das transformações que se davam no campo das ideias. Discutiremos a publicação do prefácio d’*O Pagé* assinado pelo próprio autor, como um manifesto favorável ao naturalismo tido como escola literária moderna, em oposição ao romantismo. O prefácio-manifesto traz consigo citações e paráfrases de conceituados escritores

identificados como referências para se compreender a concepção naturalista de arte e literatura que se fazia à época.

Na mesma lógica, atentaremos para três importantes nomes da crítica literária brasileira, que naquele final de século, escreviam sobre o naturalismo: José Veríssimo, Silvio Romero e Araripe Jr.. O que pensavam sobre o movimento naturalista francês? O que diziam sobre sua permanência no Brasil? Tudo isso para compreendermos a dinâmica desse estilo literário e o que representou no Pará.

Na segunda parte, daremos atenção ao romance propriamente dito. Buscaremos compreender o olhar do escritor e sua correspondência ao estilo literário que fazia voz. A maneira como tingia no papel as linhas do estilo que começava a fazer moda no Brasil. Para além disso, será discutida a recepção do romance-folhetim durante o período em que se fizera público no rodapé do periódico *A República*. Será observado o que se disse em relação a *O Pagé* no momento em que saíam à público os capítulos diários do romance, para assim, tentarmos compreender a recepção da obra e, quiçá, aquela sociedade de finais do século XIX.

Apresentaremos suas personagens, tidos pelo escritor como documentos humanos e tipos sociais dentro da lógica do naturalismo. Nesse entremeio, o olhar sobre aquela Belém será dividido, concebendo o espaço urbano e sua relação com o campo e o universo ainda tradicional daquela sociedade a partir das representações feitas pelo literato. Percorreremos alguns espaços da cidade antes mesmo das reformas perpetradas por Antônio Lemos quando de seu governo como intendente. Nisso, a praça Batista Campos irá figurar como cenário importante para o capítulo, tendo em vista tratar-se de palco principal para os acontecimentos que dão movimento à trama.

Seguiremos as formas de representação daquilo que o autor concebeu como superstições, *pari passu* aos novos pensamentos científicos que inundavam os espaços de saber e de conhecimento do Império. Tais representações eram identificadas desde o título da obra, expondo a figura do pajé tido por ele como hipócrita e astucioso. Nota-se também as formas como o escritor moldava seus personagens concebidos como “tipos urbanos”, relegados aos ditames do meio e do temperamento. Personagens principais e os de fundo serão enfatizados nessa análise, tendo em vista que a partir deles a literatura representa o testemunho de um tempo. A forma como personagens negros eram representados no romance apontam a concepção que tinha o autor para com uma parcela

da sociedade identificada como não civilizada. Além disso, a maneira como representava a “gente comum” do lugar, ou seja, o “povo”. O romance nos permite enxergar a visão de mundo de seu escritor e sua concepção de arte e literatura, além de dar forma às suas representações sobre aquela Belém que se modificava com o desenvolvimento de sua economia.

## **1 - Parte I : O Autor.**

O presente capítulo versará sobre o contexto histórico em que Marques de Carvalho deu forma ao romance *O Pagé*. Serão abordadas as particularidades do campo onde se desenrolam alguns momentos importantes da trajetória do escritor: sua emergência como jornalista em Belém e os pormenores que o teriam levado a se identificar com o naturalismo como expressão primária de seu fazer literário. Seguindo esse viés de análise, daremos importância ao caminho tomado pelo literato no campo político e principalmente o literário.

Seguiremos a trilha que nos leva pelo universo da imprensa na segunda metade do século XIX, encontrando pelo caminho debates e discussões travadas de redação para redação entre sujeitos históricos que manuseiam a pena, dando forma às informações e notas que chegavam diariamente às mãos dos leitores provincianos. Eram jornalistas que tinham como principal atividade o ato de escrever, e que por isso, foram muitas vezes sujeitos ligados à literatura. Portanto, definiam como poucos, a crítica literária em meio às folhas diárias dos principais matutinos que circulavam em Belém. Nesse ínterim, terá destaque o papel de Marques de Carvalho enquanto redator e crítico literário que escrevia em vários jornais da capital, além das principais questões por ele discutidas. Tendo o naturalismo como bandeira, fazia questão de divulgar seu nome ao lado da estética literária por ele tida como moderna. Portanto, entender esse naturalismo se faz imprescindível nessa investigação.

## 1.1 – O Intelectual Marques de Carvalho.

Em 1886 a campanha republicana pelo país afora ganhava força. Desde 1870 com o manifesto do partido republicano em diversas partes do país se estruturou a propaganda política. Em Belém esta toma forma com a criação do *Club Republicano Paraense* e, logo em seguida, com a fundação de um jornal que viria divulgar o republicanismo em lugar da monarquia. É nesse momento que entra em cena o periódico *A República* com o papel de difundir as propostas republicanas tanto pela capital quanto pelo interior da província. Como redatores, possuía importantes nomes do cenário político paraense, figurando entre tais Lauro Sodré e José Veríssimo.<sup>28</sup> Como colaborador, nosso iniciado nas letras naturalistas, Marques de Carvalho.

Enquanto esse processo republicano no Brasil e no Pará não se consolidava – e o abolicionismo tomava vulto a ponto de, no ano seguinte, eclodir com a abolição de fato –, na Belém de 1887 temos a publicação de um romance nas folhas diárias do *A República*. Trata-se do romance *O Pagé* de Marques de Carvalho, com o subtítulo “romance naturalista”. O que fez o autor desejar publicá-lo num momento de efervescência política, econômica e social em nossa província? Que naturalismo era esse?

No momento em que era elaborado *O Pagé*, Belém vivia a euforia do que mais tarde chamaríamos de *Belle Époque*;<sup>29</sup> assim como, a transição política para uma nova forma de governo: a república. O escritor, no uso da pena, tingia no papel as linhas de seu tempo, testemunhando para nós o que fora aquele final de século, com todas as suas rupturas e continuidades. Influenciado pelo sentimento de modernidade e civilização, Marques de Carvalho comungava de todo um ideário de progresso e desenvolvimento presentes naquele momento. Dessa forma, podemos inquirir: qual a visão de mundo desse literato? Qual o projeto político que propunha esse escritor com

---

<sup>28</sup> Sobre o processo de legitimação do republicanismo no Pará, ver FARIAS, William Gaia. *A Construção da República no Pará(1886-1887)*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Fluminense. Rio de Janeiro, 2005.

<sup>29</sup> SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque – 1870-1912*. Belém: Pakatatu, 2000. ; DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.

sua escrita literária? O que pensava essa intelectualidade na transição do século XIX para o século XX?

Partindo da relação que envolve os assuntos políticos e seus conflitos com o campo que atualmente conhecemos como cultural, delinearemos a trajetória do intelectual republicano Marques de Carvalho no campo político e literário paraense, além da participação de outros sujeitos nessas discussões – mais precisamente a visão de mundo e o projeto político desse intelectual.

No meio social, cultura e política estão intrinsecamente ligadas, de tal forma que, a análise dessas estruturas feitas separadamente culminaria num grande equívoco, haja vista nosso entendimento sobre a conexão das mesmas. Em *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Antônio Gramsci define a temática intelectualidade em dois grupos: um primeiro grupo chamado de intelectuais orgânicos, como aqueles responsáveis pela organização e expansão de seu grupo ou classe em sociedade; e um segundo grupo chamado de intelectuais tradicionais, que seriam os que deixaram de atuar de maneira primária nesse espaço social, ou melhor, seriam intelectuais orgânicos que perderam importância no meio.<sup>30</sup> Seu critério de definição estaria além da simples análise das atividades intelectuais. Para o autor, seria necessário olhá-los no conjunto das relações estabelecidas entre os mais diversos sujeitos sociais. Portanto, nessa perspectiva “todos os homens são intelectuais” e isso pressupõe que em sociedade, todos possuem um potencial intelectual. Porém, “nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”.<sup>31</sup> Ou seja, nem todos possuem consciência crítica para questionar o mundo social ao seu redor e mudar sua concepção de mundo. Logo, o papel do intelectual orgânico seria o de justamente desenvolver através da cultura essa criticidade, criando assim, uma nova camada de intelectuais responsáveis pela organização desse corpo social. Mas, desenvolver de que forma esse espírito crítico? Este viria a partir das mudanças implementadas no campo cultural, dando atenção à organização das estruturas de ensino e aos instrumentos de comunicação que uma determinada sociedade utiliza. Na “organização da cultura”, uma classe dita dominada poderia deixar seus *status* de inferior para, a partir da hegemonia dos

---

<sup>30</sup> GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 8ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

<sup>31</sup> Ibid.



aparelhos privados de poder reverter tal situação, junto a isso obtendo a participação de novos intelectuais ditos orgânicos.<sup>32</sup>

É com essa ideia de hegemonia que o autor nos esclarece como se daria o processo de consolidação de uma classe sobre a outra, ou melhor, o controle coercitivo pela cultura. Portanto, essa consolidação se sustentaria nos vínculos que o político possui com a cultura. A sociedade civil seria a esfera onde o campo cultural é mais bem representado, onde a classe dominante utiliza-se do consenso para difundir ideologia e legitimar-se em seu status de poder.

Fazendo observações a essa matriz de pensamento, Raymond Williams problematiza a definição de intelectuais de Gramsci. O autor questiona se “intelectuais” pode ser uma ‘classe’, ou de que modo, sendo algum outro tipo de grupo se relaciona ou deixa de relacionar-se com as classes sociais.” Existem problemas teóricos em alguns estudos a respeito dessa temática, onde a principal questão se dá em torno dessas definições. Segundo o pensador inglês, corre-se o risco de se chegar a “uma enganosa especialização de um conjunto mais geral de produtores culturais e, em segundo lugar, uma enganosa ampliação de um tipo de formação cultural para uma categoria social mais geral”. Sobre esse ponto de vista, não deixa o autor de esbarrar nas ideias gramscianas. Embora para Williams seja um dos poucos estudos desenvolvidos sobre o assunto, ainda carecem de algumas resoluções, sob o risco de afetarem os métodos de pesquisa:

Pois a categoria “intelectuais”, centrada tipicamente em certos tipos de escritores, filósofos e pensadores sociais, mantendo relações importantes mas ambíguas com a ordem social e suas classes, é, de fato, uma formação histórica muito específica, que não pode ser tomada como exclusivamente representativa da organização social dos produtores culturais.<sup>33</sup>

Williams quer chamar a atenção para o cuidado que devemos ter com a noção de hegemonia dos aparelhos privados de poder em Gramsci, além de sua noção de consenso, pois problematiza a representatividade de uma classe de intelectuais para com a organização da cultura. Essa maneira de definir o lugar do intelectual na sociedade excluiria “os muitos tipos de artistas, atores e produtores culturais que não

---

<sup>32</sup> Gramsci afirma que no interior das superestruturas existem duas esferas de poder: a sociedade política, como um conjunto de instrumentos coercitivos que o grupo dominante faz uso em seu monopólio legal da violência; e a sociedade civil, como “o conjunto de organismos chamados comumente de ‘privados’”, responsáveis pela formação do consenso espontâneo à nível da massa, perpetrados pelo grupo no poder. Ou seja, é a “função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade”. *Ibid.*

<sup>33</sup> WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 213.

seria razoável definir como ‘intelectuais’, mas que, é certo, contribuem para a cultura geral.” Ainda excluiria outros tipos de trabalhadores envolvidos diretamente com as “mais importantes instituições políticas, econômicas, religiosas e sociais – funcionários públicos, peritos financeiros, sacerdotes, advogados, médicos”, que também mantém relações com a “produção e reprodução da ordem social e cultural geral.” Contudo, devemos nos ater a complexidade do termo “intelectuais”, definindo-o “mediante princípios históricos e sociais gerais, em vez de permitir que os princípios gerais sejam definidos por extrapolação de situações mais locais”.<sup>34</sup>

Acerca das questões relacionadas à temática cultura, Lynn Hunt citando Edward Thompson, afirma que: “Ele descreve a consciência de classe como ‘a maneira pela qual essas experiências [de relações produtivas] são manipuladas em termos culturais: incorporadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais’”.<sup>35</sup> Portanto, Thompson concebe a ideia de “consciência de classe” a partir de manifestações culturais, não reduzindo o surgimento do operariado inglês puramente aos fatores políticos e/ou econômicos. Concorde com tal premissa quando analisa o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento a uma classe a partir do *fazer-se*.<sup>36</sup> Dessa forma, a consciência de classe viria com organizações de trabalhadores e suas expressões culturais, como ponto chave para o surgimento de uma classe operária na Inglaterra. Logo, a emergência do operariado como sujeito político seria um dado histórico, da experiência com seus instrumentos e objetos culturais manuseados nos determinados contextos histórico-sociais a que estejam submetidos.

Em *Os Românticos*, Thompson investiga a trajetória intelectual e literária de poetas ingleses que naquele momento sofriam as influências das transformações políticas que se desenvolviam na França revolucionária. A indumentária política e filosófica que embasava aqueles revolucionários, acabou funcionando como formador de mentalidade para esses jovens ingleses contemporâneos àquelas mudanças. Refletidos na Inglaterra, tais acontecimentos não tardaram a se fazer presentes nas discussões e conflitos internos travados por essa intelectualidade.

---

<sup>34</sup> *Ibid.* p.215

<sup>35</sup> HUNT, Lynn. “Apresentação: história cultural e texto”. In: *A Nova História Cultural*. 2ª Ed. SP: Martins Fontes, 2001.

<sup>36</sup> THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Thompson analisa a relação dessas transformações ocorridas na França com a escrita literária desses poetas pautado na ideia de experiência individual e trajetória política, presentes tanto em suas obras quanto nas diversas formas de expressão de suas visões de mundo. A maneira como construíam seus escritos literários acabava refletindo suas inquietações e conflitos gerados pelo cenário político e intelectual na Inglaterra. As questões políticas – o jacobinismo entre os ingleses – e filosóficas – as discussões acerca da corrente godwinista nesse país – discutidas naquele contexto marcavam profundamente a sensibilidade literária daqueles indivíduos, identificados com o movimento romântico inglês. Entre tais, figuram os nomes de Samuel Taylor Coleridge e William Wordsworth. O que interessava ao historiador era compreender a dinâmica da postura política desses poetas, assim como, as marcas de sua escrita literária influenciadas pelo momento histórico particular que estavam inseridos. Importava dar conta da complexidade do caráter intelectual desses escritores naquele devido momento. Entendendo na ambiguidade daqueles sujeitos a fluidez do seu próprio tempo.

No que diz respeito à cultura Edward P. Thompson e Antônio Gramsci são enfáticos ao conceberem a importância da mesma no entendimento das relações sociais e políticas. Juntos propõem uma ruptura com a ortodoxia marxista, corroborando a importância da cultura em relação ao político e ao econômico como fundamental na análise dos sujeitos históricos em sua dinâmica em sociedade. Tanto um quanto o outro quebram com aquela postura reducionista do pensamento marxista ortodoxo.<sup>37</sup>

Como um “modo de vida”, demonstrando “que se trata de algo comum a toda sociedade, que inclui, além das grandes obras –, modos de descoberta e de criação – os significados e valores que organizam a vida comum”,<sup>38</sup> Raymond Williams define seu ponto de vista sobre cultura. Para ele, esta possui historicidade própria, tendo de ser analisado dentro de seu próprio tempo, num determinado contexto histórico.

---

<sup>37</sup> O historiador inglês critica uma postura ortodoxa em relação ao marxismo. Prefere a ideia de uma “lógica histórica”, ao invés de “leis”. Dessa forma, nega a noção de “classe” como coisa ou modelo; como dito, prefere o termo dentro de sua historicidade. Assim, “se, por um lado, não nega a importância dos fatores materiais, por outro Thompson rejeita explicitamente a metáfora de ‘base/superestrutura’ e procura examinar ‘o modo como essas experiências materiais são abordadas culturalmente’”. DESAN, Suzanne. “Massas, comunidades e ritual na obra de E.P. Thompson e Natalie Davis”. In: HUNT, Lynn (org.). *A Nova História Cultural*. 2ª Ed. SP: Martins Fontes, 2001. Ver THOMPSON, E.P. *A Lógica Histórica*. In: *A Miséria da Teoria: ou uma planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981. 230 p.

<sup>38</sup> CEVASCO, Maria Elisa. *Posições sobre cultura: o materialismo cultural*. In: *Dez Lições sobre Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 110.

Cabe, em verdade, dizer que as questões ora implicadas nos significados da palavra *cultura* são questões diretamente surgidas das grandes transformações históricas que, à sua maneira, se traduzem nas alterações sofridas pelas palavras *indústria*, *democracia* e *classe* e são de perto acompanhadas pelas modificações experimentadas pela palavra *arte*.<sup>39</sup>

O contexto social em questão é o da segunda metade do século XIX, que testemunhou um tempo de rápidas e profundas transformações. O capitalismo deu um salto com a segunda revolução industrial.<sup>40</sup> Com isso, a Europa passou a exportar não somente produtos e mercadorias industrializadas, mas também um modo de vida. Um ideal de progresso e civilização enchia os olhos de diversas nações fora da Europa. É o tempo da modernidade, que chegando a Belém junto das riquezas oriundas do látex amazônico, fizeram com que uma parcela da sociedade paraense – principalmente aquela favorecida com a produção da borracha – passasse a querer desfrutar dos faustos dessa “bela época”.<sup>41</sup>

Dessa forma, entender o conceito de cultura em finais do século XIX, é compreender a dinâmica desse capitalismo mundial que toma um impulso enorme nesse momento. Segundo Williams, existe uma forte relação entre cultura e capitalismo, daí a necessidade de analisarmos o contexto em questão desse ponto de vista. Levando em consideração que tal contexto representa um forte desenvolvimento social e econômico, é necessário confrontarmos o termo “cultura” com o processo que se convencionou chamar de “industrialização”; compreendendo a historicidade do primeiro termo dialogando com o segundo. Além disso, o autor descreve a necessidade de compreendermos “cultura” em relação a diversos outros referenciais, devido à complexidade em defini-lo. Para ele, essa expressão dialoga historicamente com outros termos, tendo em vista que a ideia de cultura remete a algo material, nem tão pouco afastada das relações sociais a que o homem em sociedade vivencia.

Seguindo essa lógica, visualizamos em Marques de Carvalho o intelectual imbuído de valores que concebia como ideais para o Pará. Como tendo uma missão, idealizou um projeto político e cultural para esta província. Daí notarmos a relação direta entre os assuntos políticos e o cultural. Como intelectual republicano atuante, o escritor defendia seu ponto de vista político sob o intermédio do campo literário. Vemos, portanto, em *O Pagé* uma postura carregada de valores ditos modernos e

<sup>39</sup> WILLIAMS, Raymond. “Introdução”. *Cultura e Sociedade*. São Paulo : Cia Editora Nacional, 1969, PP.15-21.

<sup>40</sup> Ver HOSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

<sup>41</sup> DIAS. *Op Cit.*; SARGES. *Op. Cit.*

civilizados que se contrapunham aos costumes e práticas tradicionais que ainda persistiam na capital que se desenvolvia com o comércio da borracha. Representados por uma intelectualidade oriunda dos grandes centros irradiadores de saber do Império e baseada nas correntes científicas que inundavam esses espaços de conhecimento,<sup>42</sup> tais valores eram constantemente usados como um projeto político e civilizatório daqueles costumes vistos como “bárbaros” e “atrasados”. Assim, a literatura de Marques de Carvalho funcionou como porta-voz desse ideário moderno e civilizador embalado pelos avanços nas ciências e de uma ideologia do progresso.

Na imprensa republicana a tentativa de legitimar ideais políticos era claro. Seus artigos traziam diversas temáticas e discussões, entre as quais religião, monarquia, educação na república e também literatura. Percebe-se, então, a partir desses artigos de fundo, crônicas e espaços destinados à literatura, a tentativa de legitimar uma postura política. À intelectualidade da época coube um projeto destinado a construir todo um imaginário político por meio desses produtos culturais.<sup>43</sup> Não foi diferente com os chamados “homens de letras”, que através de sua escrita literária contribuíram para o processo de consolidação do regime republicano na capital paraense.<sup>44</sup> Vale lembrar a postura política dos chamados “republicanos históricos”<sup>45</sup> que tiveram participação ativa na propaganda do novo regime, tendo no *A República* o palco principal dessa campanha política. A partir desse jornal souberam usar das expressões literárias de alguns escritores para corroborar o ideário republicano entre seus leitores. Para Marques de Carvalho, essa postura intelectual frente ao periódico em questão se confundia com o papel do escritor que fazia literatura. Dito isto, a velha analogia às faces da moeda cabe perfeitamente. Como intelectual republicano e literato, subjazem os dois lados de uma mesma moeda.

---

<sup>42</sup> Correntes científicas estas que chegam aos mais importantes centros irradiadores de saber acadêmico do país; ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. SP: Companhia das Letras, 1993.

<sup>43</sup> Como literatos, Lima Barreto e Euclides da Cunha possuíam um projeto político para a nação recém-republicana, a partir de seus escritos literários transpareciam a “missão” de reformar o país, Cf. SEVCENKO. *Op. Cit.*

<sup>44</sup> Sobre escritos literários com conteúdo republicano publicados no periódico *A República*, ver trabalho de conclusão de curso de BARBOSA, Maurel. *Op. Cit.*; a respeito dos intelectuais paraenses envolvidos diretamente com a propaganda republicana, ver FARIAS, William Gaia. *Os Intelectuais e a República (1886-1891)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFGA, 2000.;

<sup>45</sup> “[...]É uma forma de identificar os divulgadores do regime republicano que atuaram desde o período que antecedeu a Proclamação e que não faziam parte de nenhum partido político vigente na monarquia.” FARIAS[2005]. *Op. Cit.* p.13.

No artigo publicado em dezembro de 1886 n' *A República*, menciona-se a publicação de um “*bello* poemeto que há tempos inserimos nas *columnas* d' *A República* sob o título – *Lavas* – Carta ao Pará, e dedicou-o ao Club Republicano do Pará.”<sup>46</sup> Nele Marques de Carvalho afirma: “*Sahe* á lume o poemeto sem outras pretensões além *d'aquellas* que devo alimentar na minha qualidade de paraense revoltado contra a lastimável sorte a que está *submettida* a sua terra, pelo governo do Sr. Pedro de Alcantara.” O prefaciador Álvares da Costa afirmava que o poemeto “é antes uma contribuição política, uma irradiação viva de um espírito que sonha como eu n'um futuro alvorecer de liberdade, [...]”.<sup>47</sup>

O poemeto *Lavas* veio a público como livreto em início de 1887, impresso em Recife. Entretanto, como dito, fora publicado antes nas folhas do *A República*, enviado em forma de carta daquela cidade, quando Marques de Carvalho ali estivera para a obtenção do título de bacharel.<sup>48</sup> Dedicado ao órgão que precedera o *Partido Republicano Paraense*, o escritor publicava seu trabalho literário não sem antes fazer a apologia do que compreendia como a melhor forma de governo. É visível a partir da nota, seu descontentamento com o governo do Sr. Pedro de Alcântara. Distante de sua terra natal, indignava-se contra a lastimável sorte que a província paraense possuía em virtude do governo daquele monarca. De toda forma, fica latente a compreensão de caminharem juntos o programa político desse órgão republicano e o projeto político do autor d' *O Pagé*.

É no *A República* que a figura do militante em prol da causa republicana irá se configurar, confundindo-se literatura e política dentro do mesmo campo. Embora neste não conste nenhum artigo assinado por Carvalho, o comentário de outro jornalista esclarece a presença do literato, senão como redator principal, ao menos como

---

<sup>46</sup> “Um Folheto de M. de Carvalho e um prefácio de Álvares da Costa” in. *A República*. Belém, 30 de dezembro de 1886.

<sup>47</sup> *Ibid.* Álvares da Costa foi também contemporâneo de Eustáquio de Azevedo, e “formado em Direito pela Academia de Recife, ali publicou o seu primeiro livro “Ensaio de Crítica”, obra hoje rara”, de crítica literária, sendo “citado por Sylvio Romero como crítico de talento e critério”. Publicou ainda trabalhos em prosa “*Paginas Avulsas*” e “*Catecismo Deísta*”. In.: AZEVEDO, José Eustachio de. *Anthologia Amazônica*(poetas paraense) 2ª Ed. Belém: Livraria Clássica,1919. p.253. Colaborou ainda, junto com Marques de Carvalho na redação do periódico literário pernambucano *O Equador*, conforme nota de *Sganarello* no *Diário de Notícias* de fevereiro de 1887 (data ilegível)

<sup>48</sup> Não foi encontrado o poemeto *Lavas* em formato de livro, nem ao menos a tiragem do *A República* em que foi publicado o mesmo.

colaborador nas folhas do mesmo.<sup>49</sup> Sobre um artigo saído neste jornal condenando a igreja e o catolicismo, o articulista *Fausto* do *Diário de Notícias* afirmava:

agora vejamos qual a alma de *kágado* que escreveu o tal artigo; para que o povo fique conhecendo a parte gangrenada [da] *ré-publica*. O Carvalho, apesar de ser mais amigo da pandega, não é com certeza. É maçã talvez ! A maçonaria prega a caridade - essa virtude de cristo.<sup>50</sup>

Desejando saber quem escrevera o “tal artigo” polêmico, *Fausto* cita Marques de Carvalho, provavelmente por este fazer parte do grupo de republicanos que escreviam naquele periódico, mas o livra da culpa em razão de tê-lo como um suposto membro da maçonaria e que por isso, segundo ele, não seria capaz daquelas afirmações.<sup>51</sup> Marques de Carvalho tanto fizera pelo regime republicano que chegou a escrever em 1886, “um opúsculo intitulado ‘Sonho da Monarquia’, onde possivelmente, lançava críticas ao regime monárquico.”<sup>52</sup> Porém, o mesmo encontra-se perdido, restando apenas citações acerca de sua existência.<sup>53</sup> Em nota anônima n’A *Província do Pará*, intitulada

---

<sup>49</sup> Criticando o jornal oposicionista *A República*, Mephistópheles já atribuíra entre os redatores deste o nome de Marques de Carvalho e seu pseudônimo *Machiavel*; vide “Varietas delectat. Á cada collega sua pitada”, *Diário de Notícias*, 04 de fevereiro de 1887; idem “por mares nunca d’antes navegados...”, *Diário de Notícias*, 10 de fevereiro de 1887.

<sup>50</sup> *Fausto* “Formigas de Fogo” in *Diário de Notícias*. Belém, (data ilegível) fevereiro de 1887. Não nos foi possível identificar o nome por trás desse pseudônimo.

<sup>51</sup> Em um Boletim do Grande Oriente do Brasil, em noticiário do Pará, temos a seguinte nota: “Damos em seguida um extracto da parte mais importante do relatório da Benem.: Off.: Firmeza e Humanidade:., para que todos possam avaliar a philantropia e caridade dos dedicados OObr.: De tão Benem.: Off.: , a quem o Sap.: Gr.: Or.: dirige sinceros votos de louvor”; onde fica claro os propósitos filantrópicos da Loja mencionada. Seguindo a notícia, temos: “Em sess.: De 5 de dezembro de 1888, o Ir.: Ven.: da Off.: Manoel Ferreira Vasques:., 33:., descreveu o estado desolador de uma parte da população d’esta capital, onde então grassava rigorosamente a epidemia da varíola, de que eram *victimias* muitas pessoas e até famílias inteiras, pela absoluta falta de recursos. Observou que a Maç.: não devia olhar com *indifferença* para este estado de *cousas*, e *prôpoz* que a nossa Off.: tomasse desde já uma proveitosa iniciativa nesta *acção*, que quanto antes se *organisasse* um regulamento especial, e que tão breve quanto possível se principiasse a distribuição dos socorros. (...)Todos os MMembr.: Das CComm.: cumpriram os seus deveres; porém justo é que se faça *sobressahir* os seguintes: Antonio Silva, 30:., Francisco Teixeira de Carvalho, 3:., Emilio Augusto Pinto 30:., José Antonio Ferreira da Silva, 30:., Juvencio Tavares Sarmiento e Silva, 17:.. Adriano Moreira de Castro 3:., **João Marques de Carvalho**, 3 [grifo meu]:., Antonio Avelino Mendes, 3:., Joaquim Schimit de Vasconcelos 33:., Luiz de La Rocque Junior, 3:., José Joaquim Marques, 30:., e Luiz Gonçalves Velloso, 3:.. Convindo mencionar que os Ir.: Antonio Silva e Francisco Teixeira de Carvalho levaram a sua dedicação ao ponto de muito frequentemente visitarem os variolosos.” Cf. *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. Rio de Janeiro, vol. 19, fevereiro, n° 02, 1890, p.49-50. Agradeço a Alan C. de Sousa Santos que gentilmente cedeu o documento acima citado, retirado da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e que desenvolve dissertação sobre a maçonaria no Pará, intitulada “O que revelar? O que esconder? A imprensa maçônica paraense no findar do Dezenove (1872-1892)” pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia- UFPA.

<sup>52</sup> FARIAS, William Gaia. Os Intelectuais e a República (1886-1891). Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA, 2000, p.23.

<sup>53</sup> José Eustáchio de Azevedo menciona Marques de Carvalho como responsável por esse livro, ver AZEVEDO, J. Eustáchio de. Literatura Paraense. 2. ed. , aum. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1943. 198 p. ; Idem, Antologia Amazônica: (poetas paraenses). 3. ed. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970. 323 p.; do mesmo autor. Além de notas citadas nos jornais.

“Imprensa”, temos um ponto de vista sobre este poemeto: “Pelo paquete ultimamente chegado dos portos do sul, recebemos um interessante opúsculo com que mimoseou-nos o seu autor, nosso amigo João Marques de Carvalho, *intelligente* e laborioso poeta paraense.”<sup>54</sup> De Recife, Marques de Carvalho o enviou junto aos vapores que vinham do Sul para os amigos redatores d’*A Província do Pará*. Elogiando a obra, afirmou-se: “De diminuto volume, é contudo uma valiosíssima obra, se considerarmos em primeiro lugar a Idea nobre e santa que deu-lhe causa e depois o incontestável mérito *litterário* dos versos que o compõem.”<sup>55</sup> Essa ideia nobre de que nos fala o jornalista, seria o caráter abolicionista e antimonárquico do escrito, pois

Transparece no poemeto todos os generosos e *expontâneos* sentimentos em um coração jovem, que se revolta ante o *espectáculo contristador* da manutenção da escravatura, por quem tinha o irrefragável dever de pôr-se a testa de todo o movimento que tendesse não só a minorar-lhe os *effeitos*, como também a cortar energicamente as raízes de tão *deshumano* e degradante abuso.<sup>56</sup>

O crítico da obra concebe, a partir do texto de Marques de Carvalho, o monarca como aquele que deveria pôr fim à escravidão no Império. Assim, expõe os principais pontos do poemeto, pois

O poeta contrista-se a vista de semelhante *facto* e tomado de indignação pede inspirações à sua Musa e traça *aquelles* vigorosos alexandrinos, confirmando mais uma vez o que dizia Horácio, que a indignação também faz versos: *Facit indignatio versus*.

É sem dúvida este mesmo sentimento a causa da franqueza as vezes rude demais que transparecem algumas *phrases* do – Sonho do monarcha.

*Librando-se* nas azas da imaginação julga assistir ao sonho do Rei a quem não *commovem* os prantos dos desgraçados; pezadello atroz em que o *monarcha desthronado* vê surgirem diante de si para *judgal-o* o eterno Juiz, acompanhado da *cohorte* de

... escravos mortos nas senzalas dos golpes do chicote fero do SENHOR.<sup>57</sup>

O poema se desenrola a partir de um sonho do imperador, que já sem o trono, se vê diante do “eterno Juiz” e de escravos mortos pelo regime sustentado pelo Império. A imaginação do poeta, diante da indignação perante à escravidão ainda vigente, faz com que o autor se utilize da literatura como instrumento antiescravista.

---

<sup>54</sup> “Imprensa. ‘o sonho do monarca – Poema abolicionista por Marques de Carvalho”, in. *A Província do Pará*. Belém, 12 de junho de 1886, p.03.

<sup>55</sup> *Ibid.*

<sup>56</sup> *Ibid.*

<sup>57</sup> *Ibid.*



Como num julgamento, descreve seu ponto de vista acerca dessa questão. Segundo o crítico d’*A Província do Pará*, citando trechos do poema,

Levantam-se para *accusar* o *tyranno* em primeiro lugar Jesus, e depois o negro Henrique Dias pronunciando uma imprecisão que, para nós, é a passagem mais *bella* do folheto. Não podemos resistir ao desejo de transcrever uma d’essas *estrophes*, que prima pelo vigor e energia de expressão, à par da *correção* e perfeição dos alexandrinos:

- *E para compensar a immensa lealdade*  
*Que sempre me animou ao defender a raça*  
*Da qual mais tarde tu devias descender.*  
*Permittem tuas leis que o vil chicote faça*  
*Do escravo – immunda besta e não – humano ser!*<sup>58</sup>

Afirma o autor pela voz do personagem Henrique Dias, a lealdade do negro e sua luta em defesa da “raça” negra, que mais tarde descenderia o “branco”. Destaca os castigos físicos infligidos aos escravos, que o imperador permitia, não os vendo como “seres humanos”. Além de criticar tais castigos, menciona a Lei do Ventre Livre, trazendo a alegoria das crianças frente ao réu, cabendo ao monarca como punição o fogo do inferno, como nos mostra o periódico:

Chega em seguida a numerosa legião de crianças libertadas pela lei de Rio Branco, que, depois de implacáveis *accusações*, erguem sobre o rei os *Lategos Nodosos* arrancados aos outros espectros que acudiram para ser testemunhas d’este singular julgamento. Levantando então a voz o filho de Maria *condemná-o* às penas eternas e entrega-o às fúrias do inferno, que alegremente *faceram-lhe* as carnes.<sup>59</sup>

Com essa nota percebemos – embora sem o original *Sonho do Monarca* – o teor das críticas de Marques de Carvalho àquela forma de governo e suas leis. Como vimos, a propaganda antiescravista naquele momento condenava ao “inferno” a autoridade maior do Império, por seus “crimes” e leis contra o negro escravo. Vingando-os, o poeta coloca naquelas mãos o chicote “nodoso” contra o monarca. Ao menos na literatura isso seria possível.

O autor da nota informa que é este, “pouco mais ou menos, em poucas palavras, o desenvolvimento que dá o poeta ao – Sonho do monarca.” O que melhor ficou sobre este poemeto, infelizmente, foram essas poucas menções do crítico anônimo, que além disso, fez o seguinte comentário de ordem teórica aos alexandrinos

---

<sup>58</sup> *Ibid.*

<sup>59</sup> *Ibid.*

“mui bem medidos, a maior parte *d’elles perfeitissimos*, com rimas muito naturaes” de Marques de Carvalho:

Notamos, entretanto, alguns a que faltam a necessária cadencia e sonoridade. Sirvam de exemplos os seguintes:

*Lhes paralysa os movimentos. Farfalhantes*

.....

*Mas libertos nós formos graças aos esforços*

e mais alguns outros. Acha-se prejudicada *n’elles* a pausa que se deve fazer na leitura no fim do primeiro *hemystichio*, alterando completamente a cadencia que devem ter os alexandrinos. O ultimo pé do 1º *hemystichio* *recahe* sobre uma *sylaba* na qual não *póde* haver a pausa requerida.<sup>60</sup>

Apesar de falhas de caráter formal, acrescenta a possibilidade de serem tais “prejuízos”, uma “nova” forma de alexandrinos, marcados pela escrita do poeta português Guerra Junqueiro, pois,

Sabemos que usa-se muito d’isto *actualmente* e temos quase certeza de que o Sr. Marques de Carvalho *fêl-os* assim propositalmente, talvez julgando que *elles* quebrariam a monotonia de continuados alexandrinos cadenciosos; não achamos contudo razão que isso seja uma razão *sufficiente* porque não pôde haver monotonia na perfeição, ainda mais sendo os mesmos alexandrinos revestidos de consecutivas e opulentas rimas. Ou o mais provável foi o poeta querer acompanhar a nova feição, que estão dando a esta espécie de verso os *actuaes* poetas realistas, a cuja frente destaca-se Guerra Junqueiro.<sup>61</sup>

Essa poesia realista de que nos fala o jornalista, marca nesse momento a escrita poética de Marques de Carvalho. Veremos mais à frente, que se antes o jovem literato escrevia versos com letra romântica, em meado da década de 80 daquele século já despontava forte presença do realismo em seus escritos, tanto em poesia, quanto na prosa. Discordando do autor o crítico afirma: “achamos que *taes innovações* prejudicando a sonoridade e cadência do alexandrino, são um audaz *attentado* contra a perfeição, *belleza* e *difficuldade* em que devem *elles* primar”, demonstrando a recepção dessa “nova” escrita literária que Marques de Carvalho se dizia inaugurador no Pará. No entanto, “francamente *emittida* a nossa opinião sobre o poemeto em questão”, segundo a nota, “constitue elle [o poemeto] mais uma prova do talento e da *actividade litteraria* do jovem poeta paraense.”<sup>62</sup>

<sup>60</sup> *Ibid.*

<sup>61</sup> *Ibid.*; falaremos mais à frente sobre esse escritor.

<sup>62</sup> *Ibid.*

Marques de Carvalho, já em início de 1886, despontava como polemista publicando o que compreendemos como o primeiro dos vários poemetos que dariam o que falar por entre a imprensa. Desta vez, o opúsculo saía assinado pelo pseudônimo *Rabelais Junior*, com o título *História de uma Navalhada*, tendo sido impresso pela tipografia do *Diário de Belém* em fevereiro daquele ano.<sup>63</sup> Sendo simplesmente o lugar de impressão o principal motivo de discórdia entre o diretor deste jornal e Marques de Carvalho, envolveu naquele momento outros sujeitos no jogo político entre os principais periódicos de Belém.

Tudo teve início quando “O Sr. Marques de Carvalho teve o atrevimento de enviar-nos um exemplar do pasquim que escreveu e mandou imprimir na *typographia* do ‘Diário de Belém’, intitulado – *A Navalhada*”, afirmou a nota anônima do jornal *A Constituição*.<sup>64</sup> O caso resvalou para o dr. Joaquim José de Assis, proprietário d’*A Província do Pará* e principal rival político daquele periódico.<sup>65</sup> A respeito do autor do suposto pasquim, disseram:

Se não nos é lícito por amor de nós mesmos agradecer, *deixemol-o* entregue ao novo ofício, em que o Sr. Dr. Assis está agora aproveitando as suas habilitações, para deplorar que os prelos do ‘Diário de Belém’ se tivessem manchado com o pasquim *immundo* na forma e no fundo.<sup>66</sup>

Assim, tendo sido usado por dr. Assis, segundo o jornal reclamante, pois, “s. s. pervertido, perverte os que infelizmente lhe caem nas unhas e inexperientes seguem os seus conselhos envenenados,” dessa forma, “Aproveitou, como aproveitado tem sempre e muitas vezes, o Sr. João Marques de Carvalho para escrever a *Navalhada*, [...]”<sup>67</sup> Note-se que aos vinte anos de idade, gerando polêmica na imprensa, Marques de Carvalho era visto como inexperiente, portanto, vulnerável aos que há mais tempo estavam na imprensa e política paraense.

---

<sup>63</sup> “**Poemeto.** – Recebemos um exemplar do poemeto intitulado – *História da Navalhada*, devido à penna de Rabelais Junior. É um folheto de 18 paginas de versos alexandrinos. Agradecemos.” In : *Diário de Belém*, 06 de fevereiro de 1886, p.03 [grifos do autor]. Este poemeto recebeu, a partir do que percebemos nas fontes, ao menos três variações de título: *História de uma Navalhada*, *História da Navalhada* e até mesmo somente a expressão *Navalhada*. O exemplar encontra-se perdido, restando apenas poucas citações a seu respeito na imprensa da época.

<sup>64</sup> “Pasquim” in: *A Constituição*, Belém, 09 de Fevereiro de 1886, p.02.

<sup>65</sup> “Dr. Assis – Bacharel Joaquim José de Assis. Jornalista. Fundou e dirigiu em Belém, os seguintes órgãos: O Pelicano, 1872-1874, periódico de defesa da maçonaria; O Futuro, 1872, destinado à propagação dos ideais republicanos; A Província do Pará, 1876-1908. Era político influente tendo sido um dos chefes do Partido Liberal, no Pará.” In. CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. 2º vol. Belém: Universidade do Pará, 1963, (Coleção Amazônica: Série José Veríssimo), p.434.

<sup>66</sup> *Ibid.*

<sup>67</sup> “Pasquins e pasquineiros” in: *A Constituição*, Belém, 12 de Fevereiro de 1886, p.02.

A pendenga entre *A Constituição* e o proprietário da *Província do Pará*, muito evidente por entre as páginas do primeiro, deixa claro as divergências políticas entre os dois órgãos, tendo em vista que *A Constituição* é um jornal do partido conservador, enquanto que *A Província do Pará* simpatizava pelo republicanismo. Todavia, mais interessante se faz percebermos que a repercussão do caso acima narrado esclarece o rompimento definitivo entre Marques de Carvalho e a direção do *Diário de Belém*, que “usado” por “Dr. Assis”, teria “abusado” da confiança do diretor deste jornal. Além disso, confirma a rede de relações existentes no jogo político em meio aos bastidores da redação dos principais periódicos da capital paraense. Como suposto aliado de dr. Assis, culminando no conflito que o afastou do *Diário de Belém*, Marques de Carvalho deveria saber o que fazia, pois com o ocorrido, ganhou o lugar que iria marcar sua escrita jornalística e literária durante anos na redação d’*A província do Pará*.

O conflito em questão contrasta com a versão de Vicente Sales, que afirma na cronologia sobre Marques de Carvalho, que este em 1885 “rompe com o *Diário de Belém* que, em Dezembro desse ano, rejeitou a publicação do conto ‘Que Bom Marido’, ‘declarando-o imoral’”<sup>68</sup> O fator responsável pelo rompimento definitivo entre o literato e este jornal, teria se dado em virtude da impressão e publicação, supostamente sem autorização, do poemeto *A História de uma Navalhada*. Em sua “Declaração Necessária”, Manuel Couto destacava o artigo da *Constituição* que lamentou “que a HISTÓRIA DE UMA NAVALHADA *sahisse* dos prelos do Diário de Belém,”<sup>69</sup> que segundo o diretor, “já pedia esta declaração, da qual me abstive no intuito de convencer ao Sr. M. de Carvalho da fealdade do procedimento que teve comigo.” Daí para frente, mostra-se indignado com o que chamou de “abuso de confiança” por parte do literato, justificando assim suas palavras:

Quando assumi a administração do Diário de Belém já o Sr. M. de Carvalho frequentava o *escriptório*, insinuando-se amigo dedicado e captando a minha confiança.

Consenti por isso na publicação de vários trabalhos *seos* e *accedi* na impressão do *pamphleto* “A história de uma navalhada” sem verificar o que *aquillo* era, até porque foi *elle* quem tirou a prova.

Isto, eu sei, não *diminue* a minha responsabilidade, que só tarde *comprehendi*, quando, com relação, *sahio* uma local, que foi lida pelo Sr. Dr. Pinheiro.

<sup>68</sup> Ver cronologia da vida e obra de Marques de Carvalho organizado por Vicente Sales in CARVALHO, João Marques de. *Hortênciã*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1989, p. 22. (Coleção Lendo o Pará, n.º. 3), p.23

<sup>69</sup> M. Valente do Couto, “Declaração Necessária” in. Diário de Belém, 11 de fevereiro de 1886, p.02. [grifos do autor]

Pois bem, declaro que o panphleto foi impresso a *seo* pedido e sua era a letra do *autographo*, que *elle*, por outro abuso de confiança, *condusio*...e, pelo que fica lhe vedado o ingresso no escriptório d'este Diário.<sup>70</sup>

Segundo consta, ao ler uma a nota saído na *Constituição*, o proprietário do *Diário de Belém*, dr. Antônio Pinheiro, não gostou do que viu. Indignado, Manuel Couto afirmou de público que não sabia do conteúdo e da impressão do poemeto em questão, jogando a culpa para Marques de Carvalho, “ ao qual me apresso a responder. Veremos quem ficará de *peior* partido” afirmou o literato. E disse ainda:

Encerra esse artigo tantas mentiras, quantos são os seus tópicos!  
Quero crer que não houve fealdade de minha parte para com o diretor M. Couto, propondo-lhe a impressão d'um trabalho literário, ao que s. mcê. *accedeu* sem hesitar, com a condição de perceber uma PORCENTAGEM estipulada.  
É falso, é mentira *cynica* e ousada de s. mcê., a asserção que apresenta de que eu já freqüentava o *escriptório* do *Diário de Belém* quando tomou sobre seus *hombros* a direção do mesmo jornal.<sup>71</sup>

Indignado, a réplica de Marques de Carvalho mencionava um acordo em valores correspondente à publicação do poemeto, defendendo-se assim das acusações de “abuso” de confiança. Percebemos com isso, os bastidores do “mercado” editorial por trás dos periódicos e tipografias de Belém. Para publicar determinada tiragem, obviamente, o responsável pela impressão, ou mesmo o proprietário da prensa, deveria ganhar algum valor com a mesma. No caso em questão, custa crer que o proprietário dr. Pinheiro ou a direção do dito jornal não soubessem da tiragem endereçada ao jovem escritor. Se desviando da responsabilidade, por razões ao que tudo indica políticas, Manoel Couto negava saber do conteúdo daquele impresso.

Continuando sua defesa, Marques de Carvalho esclarece o leitor de sua curta estada no escritório daquele periódico. Sua versão do fato – embora prejudicada pela má conservação da folha – é de fundamental importância para termos em conta os primeiros momentos de sua atuação intelectual na imprensa. Continuamos com o artigo de réplica:

A primeira vez que penetrei n'essa casa depois do meu regresso da província do Ceará, (dezembro de 1884), foi, se não me falta a memória, em *meiados* de fevereiro do *anno* passado, em co[...] [...]ticular amigo Paulino de [...] [...] por *ocasião* da festa[...] [...] quando esses moços[...] [...] um trabalho[...] [...]

<sup>70</sup> *Ibid.*

<sup>71</sup> J. Marques de Carvalho, “Declaração Necessária. – resposta única –” in. *A Província do Pará*. Belém, 12 de fevereiro de 1886, p.03.

literária do autor[...] [...]das *Serenatas*. *Accedi* con[...] [...] fosse esse escripto estampado no *Diário de Belém*, porquanto, *dissenções* anteriores tinham-me obrigado a segregar-me d’essa boa gentinha...<sup>72</sup>

A despeito das lacunas no texto, inferimos do excerto que em companhia de Paulino de Brito no início de 1885, depois que retornou do Ceará, Marques de Carvalho participou de uma comemoração, provavelmente em razão de alguma publicação literária relacionada ao amigo particular, o autor de *O Homem das Serenatas*. Nessa reunião, o replicante parece ter concordado com algo, com a condição que o fosse publicado no próprio *Diário de Belém*, daí menciona motivos anteriores que o tinham afastado dessa “boa gentinha”. A questão é: se “*dissenções* anteriores” a fevereiro de 1885 o teriam afastado do jornal, a afirmativa de Vicente Salles sobre a proibição do conto *Que Bom Marido* em dezembro de 1885, se quebra mais uma vez. Tudo indica que ainda em 1884, quando de sua chegada da Europa, Marques de Carvalho já tivesse se desentendido com este órgão, o que subentende que sua relação com este matutino foi marcada por conflitos.

Marques diria ainda, que “O director sabia, – sim! – sabia o que *aquillo* era; [...] não distribuiu o poemeto para a composição sem verificar o que tinha nas mãos;” pois “ouviu uma leitura completa que lhe fiz do poemeto, e achou-o bom, pois que o *applaudiu* com estas palavras: – ‘Está muito bom, menino, muito!’.” Repetindo várias vezes com diversos argumentos que o tal diretor sabia daquela publicação, pois “no dia 2 do corrente, quando o impressor se dispunha a *metter* no prelo o livro, mandou suster até ao dia seguinte os trabalhos, *receioso* de que, na sua ausência penetrasse na *officina* o Sr. Dr. Pinheiro e descobrisse o que se fazia”. A respeito da proibição de frequentar o jornal, “respondo que pouco *heide* sentir tal proibição. Nada tenho a perder com a interrupção de minhas visitas a esse *escriptório*”,<sup>73</sup> e no dia seguinte, saía de publicação o folhetim que Marques de Carvalho traduzia de um romance francês, assim como qualquer aparição sua neste jornal.

Embora a confusão de datas e a fragilidade dos argumentos historiográficos sobre os momentos iniciais de Marques pela imprensa, o importante é termos em conta que os conflitos envolvendo o ainda jovem literato faziam parte das disputas no interior do campo literário, na busca por legitimação e espaço num cenário literário em

<sup>72</sup> *Ibid.* as abreviações no texto referem-se às partes mutiladas da página em que consta o artigo. Por ser imprescindível para os argumentos dessa pesquisa, optamos por apresentá-la assim mesmo.

<sup>73</sup> *Ibid.*

constante movimentação. Portanto, entender o campo literário em que surge o romance *O Pagé* e outros escritos do autor, é ainda o melhor caminho para se compreender a escrita e o projeto político de Marques de Carvalho. Além de analisar o contexto em torno da obra, se faz necessário na mesma proporção, se ater à sua atuação e trajetória como literato. Dessa forma, buscaremos dar sentido à linha naturalista tracejada pelo romancista, ao mesmo tempo em que interpretamos as configurações que deram forma à visão de mundo do escritor.

## 1. 2 – Imprensa e Literatura: o campo literário paraense em fins do século XIX.

A respeito do cenário literário paraense em meados do último quartel do século XIX, Eustachio de Azevedo afirma: “A literatura amazônica, a paraense propriamente dita, tem tido várias fases, de efervescente animação umas e de verdadeiros desfalecimentos outras”.<sup>74</sup> Despontando como primeira, destaca a fase correspondente ao aparecimento da *Revista Amazônica* fundada por José Veríssimo. Afirma ainda, que

Dois anos depois, nova efervescência literária se produziu com a rivalidade benfazeja de dois grupos distintos: um chefiado por paulino de Brito e João Marques de Carvalho, tendo como acólitos a Frederico Rhossard, Amado de Campos, Heliodoro de Britto, Bertino Miranda, Pontes de Carvalho e outros; outro mais modesto, se bem que mais irrequieto, tendo por chefe Olympio Lima, e do qual faziam parte: Acrísio Motta, Leopoldo Sousa, Manuel Barreiros Lima, João Nilson, Marcos de Carvalho, Guilherme de Miranda, Antônio Macedo e o autor destas linhas.

Aqueles tinham como órgão **A Arena**, revista literária publicada em 1887; Éstes, os jornais diários da época, à exceção da **A Província do Pará**, quartel general daqueles.<sup>75</sup>

Era o momento de “lutas salutares” e discussões a respeito do movimento abolicionista, que “bastante concorreu entre nós, para o cultivo das letras; publicavam-se poematos, idealizavam-se contos, arquitetavam-se romances, sendo o *pivot* em que giravam, a propaganda contra o *escravagismo*.”<sup>76</sup> Essa efervescência literária, por sua vez, durou até meados da década de 90, quando então outro período de recolhimento se abateu sobre os escritores de Belém: “Desapareceu **A Arena**, morreu o **Sylvio Romero**;

<sup>74</sup> AZEVEDO, J. Eustachio de. *Antologia Amazônica(poetas paraenses)*. – 3ª. ed.- Belém: Conselho de Cultura, 1970, p.17.

<sup>75</sup> *Ibid.* p. 17-18. [grifos do autor]

<sup>76</sup> *Ibid.* p.19

a inação de novo apoderou-se de nossos espíritos, adormecendo-os...”.<sup>77</sup> Depois de “longo o letargo, durou cinco anos! Parecia que o Pará tinha morrido intelectualmente.” Mas eis que surge um terceiro período de grande movimento para a literatura que se fazia nesta capital, entrava em cena *A Mina Literária*, em 1894: “É assim denominada a brilhante associação de letras que constitui um dos fortes elementos de nossa literatura, no Norte do Brasil.”<sup>78</sup>

Portanto, em matéria de movimentação literária o Pará despontou com um sugestivo cenário, dando conta de diversos escritores, publicando quer seja em formato de livros, ou mesmo na imprensa seus escritos. E foi nesse momento que o nome de Marques de Carvalho despontou, mais precisamente em sua segunda fase, quando se formavam dois grupos rivais, um em torno do periódico *A Arena*, e outro por entre a redação de outros periódicos belenenses. Era Marques de Carvalho um dos líderes do grupo ligado àquele jornal. Surgia dessa forma, as linhas em torno dos grupos que disputavam legitimidade dentro do campo literário. Na imprensa, tais balizas esquadrihavam-se à medida que um novo debate surgia. E a novidade naquele momento seria o aparecimento do naturalismo, propagandeado e difundido pela pena de Marques de Carvalho. Mas quem era este escritor? Como se delineou sua trajetória literária?

Contavam-se exatos vinte janeiros desde seis de novembro de 1866 em Belém,<sup>79</sup> quando nascia o sujeito que iria se colocar mais tarde como precursor de uma literatura estritamente naturalista no Pará, ao escrever um romance tipicamente urbano chamado *O Pagé*. Da *Faculdade de Direito*, o escritor expõe na forma de um prefácio o que concebia como a “grande orientação literária da nossa época”.<sup>80</sup> Porém, para ele tal estética literária teria chegado bem mais cedo do que pressupunhamos. Para além dos debates e discussões afamadas nas cadeiras da escola de Direito de Recife, Marques de Carvalho recebeu *in loco* os ditames do pensamento naturalista. Com o intuito de

<sup>77</sup> *Ibid.* [grifos do autor]; *Sylvio Romero*, era assim chamada a revista literária criada em 1889 pelos supostos rivais, segundo Eustáquio de Azevedo, do grupo d’*A Arena*; vale lembrar que os dois periódicos possuem datas diferentes de publicação.

<sup>78</sup> *Ibid.* p.20. Marques de Carvalho também fez parte desse grupo, porém, essa questão foge dos limites dessa pesquisa.

<sup>79</sup> “Nasceu em Belém do Pará, em 1866. Com onze anos partiu para Portugal com sua família. Lá estudou humanidades com um tio, varão do alto saber, até o começo de 1881, época em que foi para Paris, onde se aplicou ao estudo das letras.”, nota sobre Marques de Carvalho, ver BELLIDO, Remijio de. *Catálogo dos jornaes paraenses (1822-1908)*. Belém: Imprensa Oficial, 1908.; era filho de portugueses de família abastada de Belém, do que se infere das viagens suas e do irmão Antônio de Carvalho pela Europa. Sobre os dois, ver também AZEVEDO, E.. *Antologia Amazônica(poetas paraenses)*. Op. Cit.

<sup>80</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim. O Pagé. Prefácio” in: *A República*. Belém, 18 de janeiro de 1887, p.03.



estudar suas primeiras letras, o jovem João Marques de Carvalho embarca em maio de 1879 com a família rumo a Europa, estabelecendo por lá contato com o efervescente cenário literário daquele continente, primeiramente passando por Portugal e depois pela França.

Em 1881, “foi de Portugal à França depois de cursar por alguns meses o Instituto Comercial e Industrial de Lisboa.”<sup>81</sup> Nesse momento, estreita relação com o campo literário francês.<sup>82</sup> Como o próprio autor afirma, lá estabelece contato com Emile Zola, figura central do naturalismo, surgindo a amizade que levaria nosso escritor a dar brindes em honra ao criador de *L'assomoir*, dando razão para que um grupo de redatores paraenses duvidassem de tal amizade e lançassem pela imprensa diversas notas a respeito do ocorrido. O fato teria acontecido a bordo do paquete “manauense”, quando davam despedidas às *irmãs Sinay*, musicistas paraenses que iriam passar uma temporada de apresentações na França. Segundo *A Província do Pará*, dizia-se

o sr. Marques de Carvalho, necessitando retirar-se em companhia de mor parte das *peSSôas* presentes, ergue um valente brinde á França, (...)ao *paíz* que *produzio* Balzac e *produzio* Emilio Zola, esse seu amigo querido e esse gigante estatuário dos Rougon-Macquart!<sup>83</sup>

Marques de Carvalho passou então a ser ridicularizado pelos colegas de imprensa, gerando comentários irônicos nos jornais da época acerca do laço que ligava – ou não – o paraense e o literato Francês. Assim o foi quando *Staff*<sup>84</sup> mencionando um comentário saído no *Diário do Gram Pará* duvidara de tal amizade, dizendo que: “ – o *chronista*, entre outros assumptos, *falla* de *machiavel*, o amigo íntimo e *inseparavel* de Emilio Zola. Chupa! Menino!”.<sup>85</sup> A assertiva jocosa citada por *Staff*, esclarece a polêmica que causara o comentário de Carvalho naquele contexto. A ironia dos termos utilizados pelo jornalista do *Diário do Gram Pará*, parece por em dúvida a autenticidade dessa amizade. Entretanto, no presente momento não interessa a veracidade ou não dessa estreita relação entre o naturalista de lá e o de cá. Todavia, cabe a reflexão acerca da intencionalidade do escritor paraense em se colocar como “amigo querido” daquele “gigante estatuário” da literatura francesa de final do século. Se de

<sup>81</sup> AZEVEDO, José Eustachio de. *Anthologia Amazônica*(poetas paraense), *Op Cit.* p.139.

<sup>82</sup> Desse período pouco se fala nas biografias sobre a vida do escritor.

<sup>83</sup> A Província do Pará. Belém, 05 de fevereiro de 1887.

<sup>84</sup> *Staff* é o pseudônimo ainda não identificado que assina a série *Pelo Jornalismo*, que saía diariamente n'A *Província do Pará*. Esta série é importante, pois destaca os principais fatos noticiados nos jornais veiculados na capital da província paraense.

<sup>85</sup> *Staff*, “*Pelo Jornalismo*” in: A Província do Pará. Belém, 07 de fevereiro de 1887. “Machiavel” refere-se ao pseudônimo do jornalista João Marques de Carvalho, que iremos tratar melhor mais à frente.

fato mencionou isso, como afirma o cronista, Marques de Carvalho sabia o que queria ao fazer tal comentário.

Em carta publicada pelo *A Província do Pará*, o literato afirma não somente conhecer o referido escritor francês como possuir provas para corroborar seu comentário feito no calor do entusiasmo. Como uma “pequena resposta a *agressão* a mim feita *hontem* das *columnas* do Gram-Pará”, Marques de Carvalho menciona que não se

atreveria a *alludir* aos apertados laços de estima particular que me prendem a esse gigantesco espírito que *creou Naná e Germinal*, se a *ocasião*, que se me *antolhou* a bordo do manauense não fosse tão excepcional, tão fácil de *properllir-me a entusiasmos* bem *naturaes* e desculpáveis<sup>86</sup>

Justificando-se em virtude do entusiasmo que o teria levado àquele comentário, afirmava que jamais “deixaria transparecer a boa harmonia de relações que existe entre mim e Zola, se *aquella* pequena festa a bordo não representasse para mim um motivo de prazer, de *vehemente* alegria [...]”.<sup>87</sup> Prossegue ainda, dirigindo-se à redação do jornal, reiterando a veracidade de suas palavras e da amizade que teria com aquele escritor, segundo ele

Se o *chronista* duvida de minhas palavras,[...] convido-o a procurar-me no *escriptorio* d’A Província do Pará a qualquer hora que lhe aprouver, para que eu lhe prove com documentos valiosos e irrefutáveis – e para mim honrosíssimos, por partirem do insigne *escriptor* francez – que as minhas *phrases* não encerram mentira de nenhuma espécie.<sup>88</sup>

Preocupado com a repercussão do fato, não poupa esforços para fazer-se crível. Esforça-se por desanuviar qualquer duvida que houvesse a respeito daquela amizade, tendo essa um significado e um sentido bem maior que uma simples amizade entre pessoas comuns. Aqueles comentários jocosos perpetrados pelo jornalista do *Gram-Pará* não poderiam manchar o significado que possuía para Marques de Carvalho aquela suposta amizade, pois, “se *quizésse*, falar mais vezes a respeito de minhas relações com Emilio Zola, ninguém me impediria, e, com isso, daria eu uma boa nota a meu favor, por que mostraria que as pessoas de minha amizade não são das *piores* camadas.”<sup>89</sup> Portanto, ter Emile Zola como amigo contribuiria ou satisfazia as pretensões do autor em se colocar como precursor da “moderna” escola literária no

---

<sup>86</sup> *Machiavel* “Histórias a Vapor” in *A Província do Pará*. Belém, 08 de fevereiro de 1887.

<sup>87</sup> *Ibid.*

<sup>88</sup> *Ibid.*

<sup>89</sup> *Ibid.*

Pará. Com isso, o naturalismo que proclamava o literato paraense, legitimar-se-ia com a presença daquele amigo distinto e polêmico. Concluindo, ironizava Marques de Carvalho: “Em todo caso, há n’isto um bonito *assumpto* mesológico a estudar...dize-me com quem andas...”, e assinava a carta que enviara a *Machiavel* como forma de justificar seu dito, ou auferir vantagens com a repercussão que seu envolvimento com o nome do escritor francês causara.

Pretende-se com isso dar conta de que os anos em que estudou pela Europa e o possível contato que estabeleceu com o movimento literário do *Velho Mundo*, forneceram a Marques de Carvalho todo um arcabouço teórico, que acabou servindo como formador de mentalidade em sua escolha pelo naturalismo. Amigo ou não de Émile Zola, Marques de Carvalho passou a conceber o autor dos *Rougon-Macquart* como um verdadeiro mestre no fazer literário. Pelas colunas dos jornais que assinava, vez ou outra fazia elogios ao escritor francês, não poupando palavras para descrever a importância deste para a literatura de sua época. Sob o título *Homens Illustres*, n’A *Província do Pará*, homenageia Emile Zola por conta de seu aniversário. Escreve quase duas colunas sobre o autor, continuando no número seguinte do periódico, no mesmo compasso, exaltando a figura do mestre de Médan. Segundo ele, “O grande estatuário dos Rougon-Macquart completa hoje 47 anos. Motivo de júbilo, motivo d’íntima alegria para todos aqueles que, como eu, vêm no auto de *L’Euvre* o rutilante fanal que *illumina* a orientação *litterária* contemporânea”.<sup>90</sup> Seguem os elogios mencionando a obrigação d’A *Província do Pará* em “recordar o nome do insigne escritor, do valente revolucionário no dia de sua festa.” Destaca que ao invés de dar pompas e “galas de *rhetórica* em os aniversários dos mandões políticos”, prefere lembrar “o nome augusto d’esse *crystallino* espírito a quem tanto deve a *actual* mocidade de todos os *paizes* cultos.”<sup>91</sup> Ou seja, em lugar das discussões políticas, prefere os assuntos de ordem cultural, associando o nome do escritor à mocidade culta.

Depois de traçar algumas linhas biográficas sobre o autor, chama a atenção o trecho em que fechando a pequena lista de romances publicados por Zola, faz o seguinte comentário:

---

<sup>90</sup> Marques de Carvalho, “*Homens Illustres*”, in A *Província do Pará*. Belém, 02 de abril de 1887, p. 03

<sup>91</sup> *Ibid.*

[...], finalmente, *L'Euvre* que, brevemente, deverá ser seguido por *La Terre*, como se infere d'estas linhas a mim dirigidas pelo próprio Zola a 24 de dezembro:

-“De *La Terre* está *escripta* a metade, pouco mais ou menos. Vê, pois, o meu querido confrade que não o posso mais publicar este *anno*.

.....  
 “...Se eu o publicar em jornal, começará a sair a 1º de março, para acabar em fins de maio.

Se, ao contrário, eu resolver que saia *directamente* na livraria, será sem dúvida, nos primeiros dias de maio.” – <sup>92</sup>

Com isso percebemos que ao dar “Honra ao mestre!”, Marques de Carvalhos aproveitou a oportunidade para confirmar em público o laço que o ligava a Zola como confrade e interlocutor, através de cartas no final de dezembro de 1886 – pois *La Terre* saiu em 1887 –, ano em que Marques de Carvalho já estava em Belém. Invenção ou não, o fato narrado legitima-o o no campo literário, encerrando o debate que teve inicio a bordo do paquete em despedida às irmãs Sinay. Ao fazer uso do nome de Emile Zola naquele momento, Marques de Carvalho confirmava em público sua posição em relação à literatura nova que começava a propagandear nos jornais.

Em Belém, diversos debates eram travados a partir das redações dos principais periódicos que circulavam na capital. Era uma prática constante nas diversas gazetas que por aqui existiram. Os literatos normalmente ganhavam a vida escrevendo para a imprensa. <sup>93</sup> Como “homens de letras”, eram possuidores dos instrumentos fundamentais para empunhar a pena. Nesse caso, Marques de Carvalho possuía todos esses atributos, que lhe colocaria a frente da redação de importantes periódicos paraenses. Logo que retornou da Europa, tratou de fazer da pena seu instrumento de trabalho e porque não, de polêmica.

Em 1884 retorna à Belém, onde “prestou exames de preparatórios no Liceu Paraense, obtendo notas distintas”. Ainda segundo Eustáchio de Azevedo, dois anos mais tarde, “tendo necessidade de matricular-se na Academia de Direito do Recife, deixou a direção do jornal a Antônio de Carvalho, que a manteve com gallhardia.” <sup>94</sup> Em 1886, nos “Exames *geraes* de preparatórios” noticiado pelo *Diário de Belém*, Marques

<sup>92</sup> *Ibid.*

<sup>93</sup> Sobre a relação entre literatos e imprensa, ver PEREIRA, *Op. Cit.*

<sup>94</sup> AZEVEDO, José Eustachio de. *Anthologia Amazônica*(poetas paraense), *Op. Cit.* p.140. Antônio Marques de Carvalho, irmão um ano mais novo de João Marques de Carvalho, “era ele, entre nós, o Petrônio do verso, o árbitro das elegâncias da poesia parnasiana”, mas nunca publicou um volume de suas poesias, a não ser em alguns periódicos diários de Belém. Embora não seguisse o naturalismo, “seus estudos tiveram a mesma marcha dos de seu irmão,[...] Senhor de modesta fortuna, rico de ideais, empregou-a quase que exclusivamente em viagens, deleitando e cultivando o espírito, na apreciação de obras d’arte, no estudo do Belo.” Cf. *Idem*, p.157

de Carvalho é aprovado plenamente em história universal.<sup>95</sup> Entre fevereiro e março deste mesmo ano, rumava o escritor para Recife, pois de lá assina a partir de março, diversos poemas e contos.<sup>96</sup>

O jornal mencionado acima por Eustáchio de Azevedo é o *Commercial do Pará*, que teria sido fundado por Marques de Carvalho com o irmão Antônio M. de Carvalho.<sup>97</sup> A fundação do *Comercio do Pará* demonstra a vontade e o interesse desse intelectual em perscrutar pelo jornalismo na capital, antevendo aí o potencial desse instrumento de comunicação como divulgador de suas ideias e escritos, assim como, da literatura que se fazia na Amazônia;<sup>98</sup> pois, além desse periódico, segundo Vicente Sales, o escritor ainda teria publicado com Múcio Javrot em 1886 o semanário humorístico *Alfinetadas*; em 1887 “com Frederico Rhossard, Paulino e Heliodoro de Brito, lança o periódico literário e artístico *A Arena*”,<sup>99</sup> do qual falaremos mais à frente.

Como mencionado, o literato passa a estudar na famosa Faculdade de Direito de Recife. Período esse que também contribuiu para a elaboração do ponto de vista do escritor em relação à literatura que se fazia no Pará. É sabido o caráter científico presente nesse espaço acadêmico, fundamental difusor de diversas correntes científicas que inundaram o país desde a década de 1870. Segundo Lília Schwarcz, “a década de 70 é entendida como um marco para a história das ideias no Brasil, uma vez que representa o momento de entrada de todo um ideário positivo-evolucionista (...)”.

---

<sup>95</sup> “Exames *geraes* de preparatorios. – Os exames de história universal a que se procedeu *hontem*, deram o resultado seguinte:

[...] Aprovados plenamente – Ataliba Soares de Lima, **Heliodoro de Almeida Brito**, Lourenço H. de Lima, **João Marques de Carvalho**, Lucas de Barros e Rogério Miranda.” Cf. *Diário de Belém*, 17 de janeiro de 1886, p.02. [grifo nosso] Repare que um dos confrades do grupo ligado a Marques de Carvalho e irmão de Paulino de Brito, também foi aprovado no preparatório.

<sup>96</sup> N<sup>o</sup> *A Província do Pará* de 21 de Abril de 1886 assinou da seguinte maneira o folhetim *A Comédia Eterna*: “Recife – Março”, demonstrando que neste referido mês já estava naquela cidade. Assinou diversos escritos dessa forma, mostrando seu percurso nas idas e vindas que fez entre Europa e Brasil, Recife e Belém.

<sup>97</sup> Neste ponto da biografia do autor percebemos uma contradição. Em 1886 nosso literato já se encontrava em Recife, pois de lá assinou o prefácio que inaugura as páginas do folhetim *O Pagé* – “Recife, 1886”. Na cronologia organizada por Vicente Salles sobre a vida desse escritor, o *Comercio do Pará* somente inicia sua circulação em 1887 indo até 1890. Portanto, o jornalista-literato não poderia ter abandonado a redação daquele para estudar Direito em Recife.

<sup>98</sup> Embora tendo poucos exemplares deste jornal disponível no setor de microfilmagens da Biblioteca Pública Authur Vianna (CENTUR), sabemos que o mesmo veiculou matérias referentes à literatura, tendo em vista que Marques de Carvalho publicou primeiramente em Folhetim neste periódico seu romance *Hortênci*a, para depois ser formatado em livro. Sobre a recepção do romance *Hortênci*a em Belém, ver o trabalho de conclusão de curso em História defendido em 2009 por Altenize Neves Formigosa, no Laboratório de História, UFPA.

<sup>99</sup> CARVALHO, *Op. Cit.* p.22. Sobre o *Alfinetadas* nada foi encontrado de concreto.

<sup>100</sup> Dessa forma, como não considerar o período em que Marques de Carvalho esteve nessa faculdade para a formação de seu pensamento naturalista.

Além de proprietário e chefe da redação do *Comércio do Pará*, Marques de Carvalho escreveu em diversos periódicos da capital. No *Diário de Belém*, em 1884, inicia sua carreira de jornalista e também de literato, pois publica nas páginas do mesmo a novela *Georgina* em folhetim. Sobre isso dissera Azevedo: “Entrando como colaborador no ‘Diário de Belém’ (sempre o ‘Diário de Belém’!) em breve tempo distinguiu-se como poeta e conteur, [...]”. Mas abandona a redação deste um ano depois em virtude do proprietário proibir a publicação de seu conto “Que bom marido” temendo maiores repercussões, por julgá-lo imoral. Em artigos d’*A Província do Pará* e do *Diário de Belém*, ficamos sabendo de uma possível desavença, entre Marques de Carvalho e o diretor deste último periódico – o Sr. Manuel Valente do Couto –, já discutido por nós em capítulo anterior.

Inconformado, nosso literato seguia em sua trajetória, abandonando aquela redação e assumindo agora a cadeira do *A Província do Pará*, onde consegue publicar dias depois o polêmico conto. Além de possuir espaço livre para seus escritos literários, como contos, artigos de crítica e poemas, ganha espaço para crônicas diárias. Em 25 de Janeiro de 1887, Marques de Carvalho, por trás do pseudônimo *Machiavel*,<sup>101</sup> inicia a série de crônicas nas folhas desse periódico.

O sugestivo título *Histórias à Vapor* parece fazer menção ao caráter dinâmico daqueles escritos. Vale lembrar que à época, o termo “vapor” vislumbrava um tempo de avanços técnicos e científicos, sendo a força motriz à vapor, símbolo de progresso e velocidade. Como assuntos ao correr da pena, portanto, eram escritos curtos e ágeis, conforme o primeiro número da série afirma:

Eu não quero dizer quem sou, nem desejo apresentar programa. Este velho costume, imprescindível *outr’ora*, das *symphonias* de *lever derideum*, já *sahiu* da moda, como as saias de balão ou a gravata impossível d’um conhecido facultativo. O melhor é entrar por *ahi* fora, em assunto *adeante*, como vilão em casa de seu sogro. É o que faço: *ahi vae pequiarana*.<sup>102</sup>

Dava, assim, início às suas crônicas diárias, sem muitas explicações e delongas, rápido como um vapor. Num tempo de mudanças, fica evidente sua aversão a certos costumes, de algum modo, “ultrapassados”. Para ele, diante da velocidade com

---

<sup>100</sup> SCHWARCZ, *Op. Cit.*

<sup>101</sup> Marques de Carvalho talvez buscasse neste pseudônimo uma postura mais ferrenha em sua crônica, aproveitando o sentido por trás do codinome para representar uma escrita ou crítica “maquiavélica”.

<sup>102</sup> *Machiavel*, “Histórias à Vapor”, in: *A Província do Pará*. Belém, 25 de janeiro de 1887, p.03.

que as transformações aconteciam – no campo político, social e cultural – a crônica jornalística deveria ser despojada “por ahi fora”, em assuntos diversos “adeante”. Antecipa ao leitor, como que afirmando serem fortes e pesadas, o que viria pela frente em sua crônica: a “pequiarana”.<sup>103</sup>

Nota-se o bom humor do escritor ainda em suas primeiras palavras como cronista. De fato, esta seria a tônica de seus escritos. Como exemplo, o parágrafo que segue na crônica inicial. Machiavel passa a tratar de um fato curioso à “rua Nova de Sant’Anna, entre as travessas de S. Matheus e Sete de Setembro” numa residência com duas janelas, onde

N’uma d’essas janellas, o transeunte, que por lá passar antes das nove horas, verá um objecto a um tempo curioso e repugnante, que faz pensar no estado lastimoso em que deve achar-se a massa encephalica do proprietário d’elle. Esse objecto é um copo cheio d’agua e dentro d’elle...  
 “o quê?” – perguntarão os leitores.  
 O quê? Adivnhem, é boa!  
 Uma flôr graciosa? Um cravo muito branco e olente[...]  
 Nada d’isso! O que lá está, n’aquelle maldito copo com água, sobre a janella[...], é – uma horrível dentadura de dentes amarellados e largos, uma dentadura que se encarva atravez do vidro, uma dentadura sinistra [...]...e o estômago em sérios apuros de nauseas e revoluções renitentes[...].  
 O’ cidadão a quem a dentadura pertence! Guarde o cópo lá para dentro do seu cubículo, faça-me o favor, sim?  
 Talvez duvide o leitor da verdade d’esta história. Pois se duvida, vá hoje muito cedinho à rua Nova, - e, à custa de um olhar e de um enjôo, certifique-se como S. Thomé e dê rasão a  
 Machiavel.<sup>104</sup>

O cotidiano belenense dava o foco para o assunto “à vapor” em sua coluna diária. Em número seguinte, comenta a noite do “concerto que Paulino de Brito e Marques de Carvalho promoveram ante-hontem à noite, em homenagem ao maestro Gurjão. Falemos, pois, do concerto”,<sup>105</sup> e segue tomando toda a coluna da folha a respeito da mocidade belenense que nada fazia para homenagear aquele artista. O fato, virou assunto “ao correr da *penna*”, ou melhor “à vapor”, reverberando pelas páginas d’*A Província do Pará* a parca recepção que tivera o concerto no Teatro da Paz. No dia seguinte, *Machiavel* continuava o assunto com críticas irônicas à antiga casa periódica, e agora rival, o *Diário de Belém*. Afirmava que “Ao noticiar a *realisação* do concerto, foi o contemporâneo d’uma contristadora economia de palavras [...]”<sup>106</sup> O comentário

<sup>103</sup> Árvore da flora amazônica muito utilizada na fabricação de objetos e materiais pesados e resistentes.

<sup>104</sup> Machiavel, “Histórias à Vapor”, in: *A Província do Pará*. Belém, 25 de janeiro de 1887, p.03.

<sup>105</sup> Machiavel, “Histórias à Vapor”, in: *A Província do Pará*. Belém, 26 de janeiro de 1887, p.03.

<sup>106</sup> Machiavel, “Histórias à Vapor”, in: *A Província do Pará*. Belém, 27 de fevereiro de 1887, p.03.

girava em torno dos poucos créditos que dava o matutino, segundo Machiavel, à campanha em prol da memória do maestro Gurjão. Aproveitava Marques de Carvalho, para fazer menção negativa ao *Diário de Belém*, como uma possível retaliação aos fatos acontecidos meses atrás. Daí, citar outra vez o jornal, dizendo que

O que fica *escripto* vai endereçado, – sem rodeios, sem meias-palavras, bruscamente, sem *veludidades* acariciadoras, – ao sr. Diretor do Diario de Belém, do qual chamo a atenção para o modo porque é feita a distribuição do seu jornal – aos *assignantes* do bairro da Trindade.<sup>107</sup>

Cita o entregador “um caboclo velho todo cheio de reumatismo” como responsável por fazê-lo “receber as 10 horas e meia da manhã” a publicação, “quando não acontece a eventualidade de ficar sem a visita do contemporâneo, – *hypothesse* que sucede trez ou quatro vezes por semana...”. Devido à repetição, o escritor teve que “recorrer a este extremo de interpelar publicamente ao diretor do *Belém*, solicitando de s. s. o paradeiro necessário aos abusos de seu subalterno” pois

“*apezar* de homem de imprensa, pago muito regular e ADIANTADAMENTE a minha assinatura do Diário de Belém, tendo portanto, direito a receber, também regularmente, os exemplares todos de minha assinatura.

[...]

Uso desse direito, e exijo que o sr. Couto reforme o lado mau de seu pessoal de distribuição, *excepto* se o pobre caboclo velho é ali conservado por dó, por esmola, o que não é crível, porque há na *machina* de movimento do *Diário de Belém* uma roda principal que se chama – *o homem que nunca perde...*<sup>108</sup>

O trecho final é emblemático por nos fazer ver o teor das críticas que recheavam as páginas de alguns jornais em Belém. O literato não deixava por menos, desde o último conflito que travara com este mesmo sujeito. Pena que não há disponíveis tiragens do *Diário de Belém* do ano em questão, para que possamos dar conta de como reagiu o diretor.

Mas nem só de retaliações vivia *Machiavel*. Algumas vezes lacônico, dizia:

Franqueza em primeiro lugar. Sejamos francos para sermos *sympathicos* ao público.

Lançando à margem desculpas de doença ou diferentes ocupações de urgência, declaremos sem ambages que, por falta de *assumpto* e por invencível preguiça, hoje deixamos de prosseguir em nossa palestra.<sup>109</sup>

<sup>107</sup> Machiavel, “Histórias à Vapor”, in. A Província do Pará. Belém, 28 de fevereiro de 1887, p.03

<sup>108</sup> *Ibid.* [grifos do autor].

<sup>109</sup> Machiavel, “Histórias à Vapor”, in. A Província do Pará. Belém, 27 de março de 1887, p.03



Com exagerada franqueza, admitia o autor as faltas que cometia junto ao público que, diga-se de passagem, não eram poucas. Por motivo de doença, preguiça ou outros problemas pessoais, eram comuns exemplares sem o *Histórias à Vapor*. Parecendo fazer pouco caso com o público, ou mesmo com as crônicas que assina, afirmou:

Depois de longos dez dias de absoluto silêncio, antecipadamente preludiado por *telegrammaticas* e *liliputhianas* histórias, volto segunda vez a estas queridas *columnas* de jornal – a estas *columnas* onde a benevolência da redação se tem *patenteiado* eloquentemente, *admittindo* sem hesitação, sem fastio, as minhas *sensaborias* laudanizadas, as banalidades *invalidas* com que vou entretendo a atenção pública, à falta de um *optimo* substituto.<sup>110</sup>

E aproveitando o momento de retorno às crônicas diárias, o escritor é pego em flagrante em suas intenções. Num rápido comentário, disse uma vez:

[...]  
Acho-me agora totalmente restabelecido, em bom pé de gordura, com o espírito sossegado, – graças à essas tréguas da lida jornalística, – e apto para continuar com muita regularidade estes trabalhos *machiavélicos* de bisbilhotar os acontecimentos públicos e rir-me um pouco à custa *d'elle*, para desopilar este fígado ordinariamente tão engorgitado pelo tédio à rotina, à fatuidade, à *improducção* da inercia, aos escândalos *immoraes*!<sup>111</sup>

Ao leitor da época, não faltariam *histórias* sobre os mais diversos assuntos ao correr da pena, ou melhor, *à vapor*, mas, que sobreviveriam não mais que alguns meses, vindo a desaparecer de vez d'A *Província do Pará* em meados de junho, sem nenhuma explicação concreta do autor. E ao leitor de agora, veremos ainda, no correr desta pesquisa, outras histórias sob a pena de *Machiavel*.

Quanto àquele, ao abrir o caderno matinal que recebia quase pontualmente em sua casa, o ansioso leitor não raro deparava-se com nomes no mínimo incomuns que assinavam as mais importantes crônicas diárias nos jornais. Mais confuso ficava ao perceber que diariamente um novo pseudônimo surgia, contribuindo assim, para um ar de mistério em meio aos escritos polêmicos que os redatores desses periódicos publicavam. Entre os nossos literatos, o pseudônimo funcionava claramente como um escudo no combate e na defesa dos conflitos diários dos debates acalorados que se

<sup>110</sup> *Machiavel*, “Histórias à Vapor”, in. A *Província do Pará*. Belém, 22 de março de 1887, p.03

<sup>111</sup> *Ibid.*

faziam de jornal contra jornal, de redatores contra redatores, de literato contra literato na capital paraense.

Para Clóvis Moraes Rego o sentido desses apelidos estaria na analogia ao elmo e escudo dos gladiadores.<sup>112</sup> Tal metáfora nos remete aos calorosos debates em torno da pena que esses intelectuais impunham em favor de seus argumentos e pontos de vista. Assim, podemos crer que o pseudônimo cabia como um disfarce que o intelectual se utilizava para assegurar sua real identidade em meio às pendengas que surgiam diariamente entre as diversas redações dos matutinos da cidade.

Marques de Carvalho, por trás do pseudônimo *Machiavel* sentia-se livre para usar e abusar da pena. E o verdadeiro nome por trás do pseudônimo era guardado a sete chaves, para que dessa forma, o conhecido subterfúgio muito utilizado pelos intelectuais do século XIX não viesse a ser descoberto, estragando assim a máscara e os objetivos de quem possuía ou não algo a esconder.

Na necessidade diária de produzir crônicas muitas vezes faltava assunto. *Machiavel*, certa vez, no vazio de ideias para a crônica do dia, dizia não querer escrever sobre política, pois, segundo ele, haviam outros redatores “*occupando-se* da velha rabugenta”. Conclui tal missiva dizendo: “se passo a discorrer sobre *litteratura* e falo d’algum poeta de casa, pode muito bem acontecer-me o que *sucedeu hontem* a Staff, que sem o desejar, revelou serem Juvenal Tavares e *Mephistopheles* uma só pessoa...”.<sup>113</sup> Este episódio, que veio à público em fevereiro de 1887, é exemplar ao ilustrar o universo cotidiano desses cronistas. A falta do que escrever e a necessidade de por em dia a série de crônicas diárias, fazia com que o escritor escrevesse além daquilo que lhe era permitido dentro dos códigos estipulados por aqueles jornalistas. Daí que a possibilidade de nomes saírem à tona em meio ao debate jornalístico era iminente, o que acabava dificultando a vida dos nossos literatos.

De fato, o pseudônimo não serviu somente para aqueles que de alguma forma queriam dizer o que lhes viesse a mente sem serem descobertos, “mais do que um escudo, os pseudônimos podiam ser meio de elaboração de personagens-narradores,

---

<sup>112</sup> REGO, Clóvis Moraes. *O Labirinto do Pseudônimo*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2005.

<sup>113</sup> *Machiavel* “Histórias a Vapor” in A Província do Pará. Belém, (data ilegível) fevereiro de 1887, p.03. Juvenal Tavares assinava a crônica diária “Entre Columnas” do Diário de Notícias com o sugestivo pseudônimo *Mephistopheles*, fazendo crítica literária e do cotidiano da cidade. Em meados da década de 80, mostrou-se ferrenho polemista, criticando como ninguém Marques de Carvalho pela imprensa.

cujo perfil era construído cuidadosamente ao longo de cada série”.<sup>114</sup> Coelho Netto afirmava que “o pseudônimo ‘não é bem um disfarce, uma máscara’, constituindo antes uma cuidadosa opção narrativa adotada pelo autor em cada uma de suas séries [de crônicas].”<sup>115</sup> No entanto, o autor de *Histórias á Vapor* parecia mesmo querer apenas resguardar sua real identidade. Tanto é verdade, que ainda em fevereiro de 1887, *Machiavel* reclamava de um tal João Malcher, redator do *Diario do Gram Pará* que teimava em responsabilizar Marques de Carvalho pelas crônicas *á Vapor*. Sobre essa questão, disse:

De tudo o quanto você diz, seu João Malcher, *aquillo* que mais me enfada é querer á viva força que seja o Sr. Marques de Carvalho o autor d’estas linhas. Eu é que não consinto sem oposição. Pois hei de estar p’ra aqui, vergado sobre o papel, *occulto* no meu impenetrável *pseudonymo*, a traçar estas linhas quotidianas, para o sr. Carvalho levar a fama, tirar-me todo o proveito e toda a gloria de tão aturada tarefa?  
Não, senhor, não consinto, não quero! A Cezar o que é de Cezar.<sup>116</sup>

Não desejava em nenhum momento que seu elmo viesse abaixo. Na discrição do pseudônimo e da redação o intelectual estava confortável. Não almejava o autor que *Machiavel* fosse reconhecido como Marques de Carvalho. Além disso, o redator do jornal adversário parecia querer trazer à tona o verdadeiro nome que o pseudônimo escondia. Conforme *Machiavel* nos diz, o redator teimava em identificá-lo como Marques de Carvalho, o que lhe gerava ira. Embora saibamos do nome por trás do pseudônimo, o leitor que acompanhava a crônica poderia ser convencido pelos argumentos do autor de *Histórias á Vapor*. Desejando permanecer oculto, como o próprio dizia, Marques de Carvalho talvez quisesse mais que isso. Como *Machiavel*, estaria livre para escrever com “imparcialidade” e folga o que quisesse e sobre quem desejasse falar.

Embora se negando a fazer crônica sobre política, chamando-a de “rabugenta” como um personagem que a detesta, de política Marques de Carvalho entendia muito bem. Não é a toa que o intelectual, propagandista do regime republicano, após 1889 não tardou a pleitear cargos dentro da administração pública. A alcunha não chegou a funcionar como um heterônimo de fato. A respeito da máscara, não demorou

<sup>114</sup> CHALHOUB, Sidney (et al.). “Apresentação” in: História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005. p.13-14.

<sup>115</sup> *Ibid.* p.13. Se encararmos por esse viés, o uso do pseudônimo por Marques de Carvalho se faria incoerente com a ideia do “personagem-narrador” em *Machiavel*, entidade política essa que na pele de nosso literato chama à “senhora política” de “rabugenta”. Logo, descartamos a possibilidade do codinome *Machiavel* como um personagem responsável pela série de crônicas que se publicava naquele periódico.

<sup>116</sup> *Machiavel* “Histórias a Vapor” in A Província do Pará. Belém, (data ilegível) fevereiro de 1887, p.03.

muito para que esta caísse. E foi no próprio palco onde estas desfilavam, ou seja, nos debates da imprensa, que o sujeito oculto fora descoberto.

*Mephistófeles* dera a pista que precisávamos para enxergarmos o homem por trás da máscara. Tudo veio à tona na segunda folha do *Diário de Notícias* de sete de abril, numa coluna intitulada “Grande Bandalheira”, onde diz:

Lendo uma noticia no Diario Mercantil de S. Paulo, sobre as *Lavas*, mas muito desfavorável e mostrando até um grande *resentimento* e despeito, chamei á *falla* o poeta no *estylo* faceto e volúvel próprio d’esta secção; e o poeta, *hontem*, por *Machiavel*, encheu-me as medidas.

Eu aqui não faço juízo definitivo sobre *couza* alguma; porque a minha *penna* *váe* correndo, deixando as palavras quase sem pensar.

Se isso não fora, eu secundaria o Sr. M. de Carvalho no mesmo caminho e nas pegadas de Machiavel.

*Acceite*, porém um forte aperto de mão *Machiavel* ou o poeta, porque a missão está cumprida.<sup>117</sup>

Na defesa do literato que recebera em momento recente uma forte crítica de um jornal do sul, Juvenal Tavares dera voz a Marques de Carvalho colocando-o como o mesmo que assinava o *Histórias à Vapor* do jornal concorrente. Talvez sem a intenção de desmascará-lo, mas, objetivando defender um colega na lide diária da escrita jornalística e literária. Como um literato, Juvenal Tavares também discordara do redator sulista que colocara o livro de poemas *Lavas* de Marques de Carvalho como obra menor.

No episódio em que se confirma o verdadeiro nome por trás do pseudônimo, acabamos por conhecer outro caso que envolvia o nome deste literato. Trata-se da publicação do livro de poemas *Lavas*, que constantemente aparecia nos reclames de diversos jornais da capital em inícios de 1887. Ocorre que na tentativa de divulgar seu livro entre os escritores da corte, Marques de Carvalho o enviara para jornais do Sul. Tentativa sem muito sucesso, tendo em vista que seu propósito tivera resposta contrária a que desejava.

O escritor do jornal *Diário Mercantil* fizera fortes críticas ao livro, o que gerou certa indignação entre nossos letristas. Mas ao que parece, a reação do jornalista

---

<sup>117</sup> *Mephistopheles* “Grande Bandalheira” in *Diário de Notícias*, 07 de abril de 1887, p.02. Por trás do pseudônimo estava o poeta Luiz Demétrio Juvenal Tavares, nascido em Cametá no dia 21 de junho de 1850. Foi professor de português e francês no colégio de Santa Maria de Belém. Entre 1873-75 foi um dos principais redatores da revolucionária “Tribuna”. Após ser perseguido, retorna a Cametá. “Em 1875 voltou à capital, entrando para a redação da “Província do Pará”. Pouco tempo depois deixou esse órgão para entrar para a redação do ‘Diário de Notícias’, estampando diariamente as espirituosas ‘Crônicas de Mefistófeles’, que lhe granjearam grande popularidade.” Era republicano e abolicionista. Cf. AZEVEDO. E. *Anthologia Paraense. Op. Cit.*

sulista teria sido represália devido a alguns comentários feitos por intelectuais paraenses ao reduzido espaço destinados aos escritores nortistas naquele cenário literário. Alguns desses comentários teriam sido escritos pela pena de Marques de Carvalho. Conforme nota no *Diário de Notícias*, lemos que: “O poeta Marques de Carvalho fez mal, muito mal, em *fallar* mal do Rio e de todo o sul. O resultado é que os sulistas nada de bom encontram nas *produções d’este* jovem trovador”; <sup>118</sup> continuando, a nota cita o comentário do jornal de São Paulo a quem o poeta teria enviado um exemplar de seu *Lavas*, onde expõe-se a seguinte crítica:

Nas *Lavas* não há um verso que se salve da vulgaridade, que o crítico benévolo possa destacar para dizer quatro palavras amáveis ao autor. Assim, pois, aconselhamos ao Sr. Marques de Carvalho que, em vez de perpetrar versos, tente a prosa, que talvez seja mais feliz. <sup>119</sup>

*Mephistopheles*, responsável pela nota e citação, questiona com a ironia de sempre: “será verdade tudo quanto ahi se avança, Sr. Poeta?”, mas logo se omite a opinar algo sobre o assunto, pois, “primeiro porque não leio versos; segundo, porque sou inimigo figadal de todos os poetas.”<sup>120</sup> Nas disputas e *pendengas* literárias, o amigo é quase sempre aquele que, vez ou outra, se mostrava como um verdadeiro inimigo na arena política e literária do jornalismo. Quanto ao questionamento feito acima, bom ou ruim, o que sabemos sobre o poeta Marques de Carvalho em idos de 1887 é que inaugura sua escrita no campo do romance com o folhetim *O Pagé*, deixando de lado tanto a poesia, quanto a escola romântica, estilo esse que há muito perfilara em sua escrita poética. A respeito do polêmico caso acima narrado, podemos dizer que o fato esquentou os brios do escritor paraense, que mais do que nunca acirrou os ânimos para defender uma literatura amazônica, como a que estampara no frontispício do folhetim que se publica n’*A República*, trazendo acima do título *O Pagé* a expressão “Literattura Amazonica.”.

Essa defesa ferrenha por nossa literatura foi chamada de “provincialismo, uma demagogia assaz *phrygia*” pelo crítico d’*A Semana* do Rio de Janeiro, que recebeu de Marques de Carvalho um exemplar das *Lavas*. O crítico dizia: “Não sei o que dizer d’este poeta nem d’este folheto. O poeta vê-se que tem talento e animo de *luctador*. Não

<sup>118</sup> *Mephistopheles* “Ainda Sobre a Vida” in *Diário de Notícias*. Belém, 2º número de abril de 1887

<sup>119</sup> *Apud. Mephistopheles*, *Ibid.*

<sup>120</sup> *Ibid.*

lhe sei a idade, mas mau será se já não fôr criança.”<sup>121</sup> Para ele, eram infantis os versos,  
e

no cumulo da exaltação, quando o sr. Marques julga parar nos espaços épicos de Homero e Eschylo, quebra-se-lhe de repente uma aza e lá... vai ele por ahi abaixo até ao ridículo d’esta quejandas quadras:

‘As riquezas *reaes* que usurpa-nos o Rio  
Servem para *tornal*-o esplendido e gentil.  
Se um paraense ali aporta: – ‘É um *bogio*,  
– Dizem logo, – *fugio* a fera do covil!’<sup>122</sup>

Diante de tais versos, ofendia-se o jornalista carioca, que afirma jamais ter visto nada do tipo contra um paraense no Rio de Janeiro, “como afirma o terrível sr. Carvalho.” Decide tirar prova do caso consultando amigos paraenses “pedindo-lhes o obséquio de me informar se é *effectivamente* costume do Rio o chamar *bogios* aos dignos filhos do Pará, e *acusal*-os de serem feras fugidas do covil”, e ponderava: “Se for, eu mando d’aqui um abraço *damnado* ao sr. Carvalho e começo também a odiar os sulistas. Mas se não for...se não for, não torno a ler as cartas que o sr. Carvalho escrever ao Pará do seu coração.”<sup>123</sup> O que causa surpresa, é a nota acima estampada vir anonimamente n’*A Província do Pará*, jornal em que Marques de Carvalho era bem quisto. E o que fica desses versos, principalmente para os jornalistas paulistas e cariocas, é que o literato paraense “odiava” os sulistas, embora saibamos que essa cisma talvez se deva às questões literárias envolvendo um centro literário brasileiro e a margem.

Marques de Carvalho tinha grande preocupação com as letras e artes existentes no Pará. O escritor é figura corriqueira nas folhas dos principais matutinos da capital, quase sempre envolvido com alguma atividade artístico-literária. Não fora à toa os diversos escritos que assinara nos jornais a que fazia parte na redação, cobrando da mocidade paraense mais empenho frente ao campo artístico-literário. Assim, *Staff* escreveu: “o poeta Marques de Carvalho lavra um *solemne* protesto, por causa da mocidade *deixal*-o a trabalhar sozinho para a *creacção* (sic) de um monumento ao maestro gurjão. Diz ele que ficou conhecendo a *bilontragem*, digo a mocidade...estudiosa”.<sup>124</sup> *Staff* se refere à nota saída n’*A Província do Pará*, na coluna

<sup>121</sup> “Lavas” in. *A Província do Pará*. Belém, 22 de março de 1887, p.02.

<sup>122</sup> *Ibid.*

<sup>123</sup> *Ibid.*

<sup>124</sup> *Staff* “Pelo Jornalismo...” in *Diário de Notícias*. Belém, 25 de janeiro de 1887, p. 02. Ao retratar a figura do general Hilário Maximiano Antunes Gurjão, que integra “a constelação dos Grandes Heróis de

"Sciencia e Lettras e artes" sob o título "um protesto", onde Marques faz um desabafo contra a mocidade intelectual de Belém chamando-a de desanimada, pois nada faziam por homenagear um artista paraense, o maestro "Gurjão".<sup>125</sup>

Não raro seu nome estava na pena de algum redator que o criticava, zombando talvez da causa a que se prestava. Não foi diferente quando da pena do redator do *Diário do Gram Pará* saía a crítica a Marques de Carvalho, por este se achar no direito de liderar a mocidade paraense.<sup>126</sup> Respondendo, *Machiavel* afirmava que Marques de Carvalho não “tem direito a ser *leader* dos poetas da terra, estamos *autorizados* a dar-lhe esta resposta, em nome de nosso *collega* : – ‘eu jamais que pretendi ser chefe de movimentos *litterarios*, ou *corypheu* d’escolas: seria uma triste gloria!’”.<sup>127</sup> Por meio do *Histórias á Vapor*, o pseudônimo *Machiavel* emprestara o espaço para que Marques de Carvalho se pronunciasse.

A nota ainda menciona uma possível desavença entre Paulino de Brito e Marques de Carvalho. A respeito dessa acusação perpetrada pelo mesmo cronista do *Gram Pará*, Carvalho faz questão de afirmar que ambos trabalham “pelo engrandecimento de sua terra e pela *rehabilitação* da *litteratura* tão depreciada, por *incompreendida*, entre nós”.<sup>128</sup> Paulino de Brito, escritor de *O Homem das Serenatas*, romance “acomodado à escola romântica de 1830”,<sup>129</sup> mostra claramente sua posição em relação à literatura nortista. Eustáchio de Azevedo, em sua *Literatura Paraense*, expõe essa questão da seguinte maneira:

Da história da literatura paraense, propriamente dita, ninguém que eu saiba, até hoje tratou, nos vários compêndios e estudos que abordam o assunto e conhecidos são de todos nós. Neste ponto a ‘lira Amazônica’, cuja publicação ficou no 3º fascículo, louvável empreendimento [sic] que Paulino de Brito e Sousa Filho não conseguiram terminar, bem como a minha ‘Antologia

---

guerra do Brasil”, Ricardo Borges menciona apenas o seguinte trecho sobre o irmão e maestro Henrique Gurjão, acerca de um melhor destino para a casa onde nasceram os mesmos: “sim, merecia a casa, onde também nascera Henrique Gurjão, o exímio maestro da romanza ‘Laranjeira’, recordando-a, dos Libera-me dos funerais de seus irmãos, general Hilário e Raimundo; dos Hinos Paraenses, Carlos Gomes e do Trabalho, da ópera ‘Itália’ e tantas outras composições;” vide BORGES, Ricardo. *Vultos Notáveis do Pará*. 2.ed. Belém: CEJUP, 1986, p.124.

<sup>125</sup> Marques de Carvalho “Sciencia, Lettras e Artes” in A Província do Pará. Belém, 23 de janeiro de 1887.

<sup>126</sup> Não tivemos acesso a esta nota no original, pois não há exemplares disponíveis do *Diário do Gram-Pará* de 1887. Soubemos do caso a partir da réplica feita por Machiavel no *Histórias a Vapor* in A Província do Pará. Belém, 16 de fevereiro de 1887.

<sup>127</sup> *Ibid.*

<sup>128</sup> *Ibid.*

<sup>129</sup> Paulino de Brito publicou ainda as *Noites em Claro*, prefaciado por Marques de Carvalho, “volume de magníficos versos líricos, ao sabor da musa de *Campoamor*, de quem era admirador.” AZEVEDO, J. Eustachio de. *Literatura Paraense*. – 3. Ed. – Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria de Estado de Estado da Cultura, 1990.(Lendo o Pará, 7), p.68. Ramón Campoamor (1817-1901), poeta espanhol que passou do romantismo ao realismo.

Amazonica', que só tratam de poetas, fazem justiça às letras regionais, divulgando produções firmadas pelos nossos bardos<sup>130</sup>

Almejando fazer “justiças às letras regionais”, o crítico e historiador da literatura não postergou criticar José Veríssimo por “esquecer” dos escritores de sua terra natal. Assim, disse:

O próprio Sr. José Veríssimo, saudoso escritor brasileiro e paraense erudito, na sua *História da Literatura Brasileira*, de nós não cuidou, nem de leve, ao menos...

É que na opinião do *abalizado* crítico e ríspido analista, nas resenhas e estudos literários... “o Pará é impossível figurar” e a quem, com pesar dizia, “a civilização brasileira nada, absolutamente, deve” (“revista amazônica”, pags. 174).

Se isso não é dura injustiça que se nos faz, não sei que outro nome possa ter.<sup>131</sup>

Mas não era somente sua a bandeira de luta por uma literatura nortista e independente em relação ao que se fazia no Sul do país. Aproveitando essa questão, Azevedo fez suas as palavras de Paulino de Brito, outro defensor das letras nortistas. Senão, vejamos:

Por isso teve razão Paulino de Brito quando disse no 1º fascículo da “Lira Amazônica”:

“Não somos, literariamente, ricos; mas, da nossa mediania, ou mesmo pobreza, para essa indigência vergonhosa que nos atribuem, a diferença é grande.

Já possuímos alguns nomes nas letras, que podemos com orgulho apresentar à consideração do país e do estrangeiro: e algumas produções literárias que os mais conspícuos poetas da língua, quer antigos, quer modernos, poderiam assinar sem deslustre, antes, com glória, para a sua reputação.

Donde, pois, esse abatimento, que nos infligem, (sic) esse desprezo profundo e injustificável *pouco caso* com que são tratados, as letras e os literatos da Amazônia?

Disto, se duvida: que se não aprecia o que por absoluto se desconhece”.

O defeito portanto, é nosso... Vem da nenhuma divulgação de nossas letras; da nossa tradicional indolência provinciana; do nosso retraimento inato à expansão de nosso mérito próprio e, também, com verdade maior, da falta de recursos dos nossos intelectuais, ricos de espírito, porém pobres de pecúnia para a publicação e expansão de seus livros.<sup>132</sup>

Notamos com isso, o ponto de vista dos escritores em relação ao campo literário do qual faziam parte. Paulino de Brito, como vimos, acentua o pouco conhecimento que se tem de nossas letras fora do Pará. Azevedo reitera esse ponto de vista, mencionando como justificativa para isso “nossa tradicional indolência provinciana”. “Defeito” esse já ressaltado por Marques de Carvalho, pois, ao que parece, havia uma necessidade de valorizar uma arte “amazônica”, que segundo este,

<sup>130</sup> *Ibid* p.09. A respeito da “Lira Amazônica”, nada sabemos sobre sua existência, a não ser esta citação.

<sup>131</sup> *Ibid*. p.09

<sup>132</sup> *Ibid*. p.11



carecia de estímulo e mais empenho, principalmente por parte daqueles a que chamava de “mocidade”. Portanto, militava por uma literatura mais combativa e atuante. A mocidade a que se refere, deixava a desejar no que tange a valorização e o desenvolvimento de nossas artes, segundo ele, há muito depreciado e desvalorizadas frente a uma literatura nacional.

O autor d’*O Pagé* fazia questão de divulgar o cenário literário ao qual fazia parte. Tanto é verdade, que Marques recebera alguns elogios pela publicação em Pernambuco do periódico literário *O Equador*, junto com Álvares da Costa e Antônio Marques de Carvalho,<sup>133</sup> além de figurar como um importante nome na redação do semanário literário *A Arena*, o que demonstra sua preocupação pela causa da literatura provinciana. Organizou eventos na cidade homenageando nomes, segundo ele, importantes para o cenário artístico da região. Em meio à arena jornalística, trabalhou para que tais objetivos fossem alcançados. Tido como um *leader* por alguns, entre aquela mocidade de poetas,<sup>134</sup> dirigiu um importante periódico voltado para as artes, literatura e ciências, chamado *A Arena*. Nele buscou angariar mais nomes para o que compreendia como aqueles que davam forma à nossa cena artístico-literária. Como um gladiador sem o elmo, tendo em punho apenas a pena e o papel em branco, o jovem estreante no universo da crítica literária, fez d’*A Arena* o cenário ideal para o que defendia no interior do campo artístico-literário paraense: os valores de uma escrita em veste científica, que naquele momento passava a ser identificada com o naturalismo nas letras e crítica literária.

Vamos à arena!

### 1. 3 – Os gladiadores n’*A Arena*.

O periódico *A Arena* surge em 17 de Abril de 1887 tendo por principal objetivo lutar pela literatura dos provincianos, como os próprios diziam. Segundo seu programa, “representam um pacto, um esforço *commum*, um plano concertado para a

<sup>133</sup> *Sganarello*, “Entre-Columnas” in Diário de Notícias. Belém, (data ilegível) fevereiro de 1887, p.02.

<sup>134</sup> Embora de maneira irônica, na coluna “Variatias delectat. A cada collega sua pitada”, tecendo críticas ao cientificismo dos redatores d’*A República*, Mephistópheles se refere ao autor d’*O Pagé* da seguinte maneira: “Marques de Carvalho, o leader da mocidade estudi-esperançosa, quase sempre está acamado, segundo noticia a supradicta tribuna.” In Diário de Notícias. Belém, 04 de fevereiro de 1887.

consecução de um resultado”, propondo ainda “reunir os elementos que temos, quer próprios, quer adventícios, para começar a viver com uma vida própria na *litteratura*, nas artes e nas *sciencias*.”<sup>135</sup> Formado por Paulino de Brito, Heliodoro de Brito e Marques de Carvalho, com a colaboração de outros nomes de nossas letras, tinha por lema desenvolver uma escrita literária genuinamente paraense, em relação ao que se fazia no sul. Além disso, abria espaço para a crítica literária e os diversos debates acerca do que se publicava na capital da província. Por isso, o sugestivo título *A Arena*, remetendo aos gladiadores romanos que lutavam entre si em grandes arenas. Tais gladiadores nada mais seriam que os próprios escritores, que diariamente se “digladiavam” por diversas questões no dia a dia das redações dos principais jornais paraenses.

Por Eustachio de Azevedo, como há pouco mostramos, era considerado o “quartel general” do grupo ligado a Marques de Carvalho. Ao lado deste, Paulino de Brito destacava-se não como figura secundária, mas como um dos nomes mais importantes daquele cenário literário. Como amigos inseparáveis, participaram juntos de diversas atividades, desde a colaboração no *Diário de Belém*, ou dividindo publicações em volume, como o prefácio assinado por Marques de Carvalho em seu livro de poemas *Noites em Claro*,<sup>136</sup> assim como, ganhando um perfil literário sob a pena deste literato, com relatos biográficos do escritor amazonense.<sup>137</sup> Talvez a ligação entre os escritores se deva ao ponto de vista comum entre ambos, aqui já discutido, ou seja, o que diz respeito à defesa de um cenário literário mais forte, combativo e independente em relação à literatura que se fazia no Rio de Janeiro e São Paulo.

De publicação domingueira, o periódico era composto de oito páginas, com espaço para as crônicas e críticas literárias, além de publicar romances, contos e poesias. A respeito da crônica, Paulino de Brito encabeçava a primeira página com comentários sobre novidades e temas literários na capital paraense. Na segunda página, com o título

---

<sup>135</sup> Em decorrência de páginas mutiladas no original d’*A Arena*, não foi possível a leitura de alguns pontos do programa desse periódico publicados em seu primeiro número, em virtude disso, retiramos a citação supra citada d’*A Província do Pará* comentando o aparecimento do periódico em questão. Vide Julio Jânin “Factos e Boatos” in *A Província do Pará*, 01 de maio de 1887, p.02. Julio Jânin era responsável pela série de crônicas intituladas “Factos e Boatos”, cujo verdadeiro nome não detectamos.

<sup>136</sup> Cf. BRITO, Paulino de. *Noites em Claro*: poesias diversas. Com um prefácio por Marques de Carvalho. Pará: Typ. D’A Província do Pará, 1888.

<sup>137</sup> “O Sonho do Monarcha, 1886; Lavas, 1886 ; Paulino de Brito, perfil, 1887, 1. vol.” Das três obras nenhuma se encontra conservada em arquivo. Ver CARVALHO, Marques. “Do mesmo auctor” in. *Contos Paraenses*. Pará: Pinto Barbosa & Cia, 1889.

*Partout*, Heliodoro Almeida de Brito dirigia a série de crônicas que daria o que falar por entre os escritores, devido a pena quase sempre mordaz do literato. Publicou ainda diversos poemas românticos no *Diário de Belém* e n’*A Província do Pará*, além de várias versões traduzidas de folhetins franceses que saíam nesses periódicos. Pouco falando do poeta, Eustachio de Azevedo afirmou: “pertenceu ao grupo dos intelectuais chefiados pelos irmãos Carvalho, em 1888, e que se abrigavam na extinta redação da ‘Província do Pará’”.<sup>138</sup> Quando Juvenal Tavares ousou fazer alguns comentários ácidos ao cronista d’*Arena*, Heliodoro passou três números tendo como assunto principal o nome daquele literato que escrevia nos jornais sob o pseudônimo *Mephistópheles*.<sup>139</sup>

Quanto a Frederico Rhossard, que escreveu em diversos periódicos de Belém, “O Diário do Gram-Pará,” o “Diário de Belém, o “Comércio do Pará”, “A Arena”, etc., entrando em seguida para “A Província do Pará”, pondo em evidencia as suas múltiplas aptidões de poeta, de crítico, de cronista, de polemista, de jornalista”. Principalmente neste último, destacava-se como talentoso poeta. Segundo Azevedo, deixou inédito um volume de poesias chamado “Estrofes”, “do qual ninguém hoje sabe o paradeiro”<sup>140</sup> prefaciado pelo poeta e advogado pernambucano Izidoro Martins Junior, autor d’*A Poesia Científica* (1883), que afirmou:

[...]Frederico Rhossard não é um imitador subserviente deste ou daquele modelo nacional ou estrangeiro. [...] Apesar da admiração que o poeta confessa ter por Guerra Junqueiro, a quem atribui um largo papel na fórmula de suas aptidões artísticas, não se nota em todo o correr do seu livro, senão uma ou outra reminiscência longínqua de versos do poderoso revolucionário português”<sup>141</sup>

Vê-se na admiração por Guerra Junqueiro a aproximação com Marques de Carvalho. Vale lembrar que Rhossard também publicou versos “revolucionários” em favor do republicanismo nas páginas d’*A República*. Quanto a Pontes de Carvalho, Bertino de Miranda e Amado de Campos mencionados por Eustachio como parte do grupo em torno de Marques, do primeiro, sabemos que publicou contos em folhetim e n’*A Arena* com traços realistas; sobre o segundo e o terceiro, nada sabemos de concreto, não encontramos nada relacionado a seu nome junto a Marques de Carvalho, nem

<sup>138</sup> AZEVEDO, J. E. *Literatura Paraense. Op. Cit.*, p.83

<sup>139</sup> Uma das críticas que mais chamou a atenção foi a análise do livro de poesias chamado “Paraenses” que Heliodoro de Brito fizera questão de chamar de medíocre e obra menor. Vide Heliodoro de Brito “Traços Críticos (os versos do Sr. Luiz D. J. Tavares)” in *A Arena*. Belém, 15 de maio de 1887.

<sup>140</sup> Cf. AZEVEDO, J. E. *Literatura Paraense. Op. Cit.*, p.80

<sup>141</sup> Cf. AZEVEDO, J. E. *Anthologia Paraense. Op. Cit.* P. 165

mesmo n' *A Província do Pará* e tampouco nos exemplares d' *A Arena* conservados em arquivo. Mas, e o nosso literato conhecido aqui por ter escrito o romance naturalista *O Pagé*? Qual fora sua participação nessa empreitada literária organizada por esse grupo de escritores?

Numa nota do *Gram Pará* mencionando a *Arena* dizia-se:

“era justo que Paulino de Brito, auxiliado por mais dois distintos moços; Paulino de Brito que é o nosso verdadeiro chefe litterario, fundasse a *Arena*, *atrahindo* para *ella* a mocidade que quer trabalhar(...)”<sup>142</sup>

Respondendo da seguinte forma, o próprio Paulino de Brito afirmava:

“Em primeiro *logar elle* não é chefe *litterario*, nem abriga a sombra sequer de semelhante pretensão; pois verifica em si, primeiro que *ninguem*, a carência de necessários predicados, que folga reconhecendo em outros.”<sup>143</sup>

Em terceira pessoa, o autor de *O Homem das Serenatas* discordava da função de chefe literário ou fundador único d' *A Arena* colocada para si, reconhecendo a participação dos colegas de letras para o surgimento deste semanário. Percebemos ainda, o tom com que o redator do *Gram Pará* coloca Paulino de Brito à frente dos outros colegas, tido por ele como “o nosso verdadeiro chefe *litterario*”. No entanto, Marques de Carvalho não somente teve fundamental importância na publicação desta folha, como fora tido por alguns como *leader* entre a mocidade de escritores paraenses. Em virtude de algumas críticas publicadas no *Gram Pará* direcionadas a Marques de Carvalho, é notório o empenho daquele redator em colocar Paulino de Brito à frente das atividades literárias da capital, em descrédito do outro. Embora essa liderança tivesse sido negada pelo escritor d' *O Pagé* em vários momentos, não se pode negar certa postura militante deste em prol dos artistas e da literatura feita no Pará.

Com essa nota, percebemos o quanto se buscava atribuir posições em meio ao campo que se constituía na capital da província. Na nomeada posição de “chefe” ou “leader” daquela mocidade, figuravam dois importantes nomes que também eram amigos e escreviam no mesmo veículo jornalístico. Mas a amizade dos dois não desestimulava a crítica que por hora colocavam-lhes nas notícias do dia. Como vimos há pouco, o mesmo redator do *Diário do Gram Pará* parecia querer criar uma rivalidade entre ambos os escritores argumentando acerca de possíveis lideranças à frente do

<sup>142</sup> Essa nota abre espaço para um comentário que saiu no *Diário do Gram-Pará* no “19 do corrente” sobre o surgimento d' *A Arena*; vide “Ramallete” in *A Arena*. Belém, 24 de abril de 1887, p.12.

<sup>143</sup> Paulino de Brito “Lisongeiro Acolhimento” *A Arena*. Belém, 24 de abril de 1887.

campo literário. Assim, mencionou uma possível desavença entre Marques de Carvalho e Paulino de Brito, que logo fora respondida pelo colega naturalista afirmando não haver conflito algum, restando apenas lutarem juntos pela literatura de sua terra natal. De fato, os dois escritores eram constantemente vistos pela imprensa envolvidos em alguma atividade literária. No entanto, isso não quer dizer que entre ambos não houvesse discordâncias. No início de 1886, circulou pela *A Província do Pará* um artigo de autoria de Paulino de Brito em que discorda de Marques de Carvalho em chamar Guerra Junqueiro de poeta realista, o que reflete a postura literária dos dois escritores, o primeiro era romântico em seus versos, e o segundo, realista. Quanto à menção a grupo, não podemos descartar diferenças literárias entre os escritores. Ao que parece, Marques de Carvalho destoava do todo, devido sua pena quase sempre marcada pelo naturalismo.

A respeito do que se escrevia sobre *A Arena* podemos dizer que nem só de elogios vivia o periódico.<sup>144</sup> No *Partout* de 1º de maio menciona-se uma exceção, que “chama á nossa folha, órgão da sociedade de elogios mútuos, *apellida*-nos de sábios, vultos ingentes da *litteratura*, chama-me hábil *traductor* de *francez*, a Marques de Carvalho diz umas pilherias insulsas e agarotadas etc. etc.”<sup>145</sup> Heliodoro de Brito faz menção à crítica feita por *mephistopheles* ao semanário. Note o teor irônico da expressão utilizada por Juvenal Tavares ao se dirigir ao periódico chamando-o de “sociedade de elogios mútuos”. O que o crítico queria afirmar era que o grupo de escritores d’*A Arena*, incluindo principalmente Marques de Carvalho, há muito se utilizavam da autopropaganda para divulgarem suas obras e as difundirem em meio ao campo literário paraense. Para ele era um absurdo, haja vista, que esses senhores utilizavam em excesso reclames nos jornais, trocando diversos elogios literários entre si, aproveitando-se dos inúmeros espaços que possuíam em meio ao cenário jornalístico e literário de Belém. O próprio Marques, segundo *mephistopheles*, fazia questão de espalhar como “chuvas de reclames” seu nome vinculado a alguma obra ou atividade literária feita na capital. Por conta disso, fazia a seguinte crítica em sua crônica sugestivamente intitulada “Chuva de Reclames”; vejamos:

(...)Faço transição para um outro inverno, que *nôs innunda* e *nôs* atormenta; são os reclames.  
Oh meu caro leitor, já chegou ao cúmulo da indecência!  
O Sr. Futuro dr. Marques de Carvalho, com quem aliás, já uma vez o disse, muito *sympathiso*, é o chefe d’essas *thurifações immorales*...

<sup>144</sup> Existem diversas notas nos jornais paraenses elogiando o aparecimento do periódico em questão.

<sup>145</sup> Heliodoro de Brito “*Partout*” in *A Arena*. Belém, 01 de maio de 1887, p.02.

Não se passam dois ou três dias que não venha uma notícia ou *couza* que o valha, trazendo o nome d'este *litterato, escripta* pelo próprio punho, como um certo *director de collegio*, que também tem a mania ridícula dos reclames próprios (...).

É o cumulo do vitupério!

A sociedade do mutualismo *váe-se estendendo* pelos *typografos*, como se vê de um *annuncio* da província, sobre o livro de Judith, em que as paginas 10 e 11 são uma estupenda boniteza (...).

É um Deus *nôs* acuda...<sup>146</sup>

Das acusações do jornalista o que chama atenção é a que diz respeito aos reclames feitos pelo próprio punho. Segundo ele, Marques construía tais propagandas que faziam referências a si mesmo e aos seus correligionários, por isso, a menção à “sociedade do mutualismo”, que se estendia até mesmo entre as tipografias da cidade. Faz menção ao *Livro de Judith*, obra de Marques de Carvalho, entre outras que também tiveram como veículo de propaganda os principais periódicos belenenses. De fato, nos deparamos com vários “reclames” de publicações do escritor em jornais de Belém. Entre estas, destaca-se a obra *Lavas* e o *Livro de Judith*, que aparecem em meados de 1886 e 1887, além de propagandas d'*A Arena*, com o sumário publicado n'*A Província do Pará* para chamar a atenção do leitor sobre o que se iria publicar. Sobre os reclames de autores e romances naturalistas, Brito Broca diria: “Aluízio Azevedo foi quem mais escandalizou por aqui. Atacado ou elogiado, Aluízio Azevedo lograva sempre aquilo que constitui uma das molas reais do êxito: o reclame.”<sup>147</sup>

Indignado, *Mephistopheles* chama de imoral e indecente à prática que “*nôs* inunda e *nôs* atormenta” colocando-a, mais uma vez, sob a chefia de Carvalho. Como nos mostra, não se passam três dias sem que o nome deste literato apareça em meio à imprensa. Rogando a Deus ajuda contra tais “vitupérios”, com a ironia de sempre, o jornalista deixa entrever que tais práticas pareciam, senão novidade, ao menos um costume recente entre escritores e interlocutores dos jornais daquele período.

*Sganarello*,<sup>148</sup> lendo n'*O Equador* de Pernambuco que “Marques de Carvalho pretende publicar brevemente um romance de *efeito*, em Pernambuco”<sup>149</sup>

<sup>146</sup> *Mephistopheles* “*Chuva de Reclames*” in Diário de Notícias. Belém, 03 de março de 1887, p.02.

<sup>147</sup> BROCA, Brito. “O Aparecimento de O Cortiço em 1890”, in. *Naturalistas, Parnasiano e Decadistas: vida literária do Realismo ao Pré-Modernismo*. São Paulo: Unicamp, 1991, p.122.

<sup>148</sup> É o pseudônimo de Pádua Carvalho (1860-1889), autor das crônicas “Entre-Columnas” do *Diário de Notícias*, onde colaborou até seu falecimento; segundo Azevedo, seus adversários “eram os benaventurados, jornalistas, incongruentes e réles, que, por serem pretensiosos, se julgavam os corifeus da literatura amazônica... E, note-se, havia raras exceções; feita a elipse de um outro, como poeta ou crítico, nada mais ficava senão a corja dos **elogios mútuos**.” Defendendo o cronista, Azevedo parece

chama atenção para as “promessas” do escritor em publicar trabalhos e nunca cumprilos. No Pará, afirma que “*prometteu* uma obra de crítica sobre Theodorico Magno [...] angariou assinaturas e...os assinantes até hoje estão esperando”. Destaca a estratégia de publicidade do escritor para essas supostas obras:

Mais tarde *prometteu* as *Chispas* fez barulho grosso nos cartazes e em quase todos os *jornaes* d’esta cidade de modos que a cada passo lia-se nas paredes da casaria – *Chispas* – nome que havia de ter o seu volume de versos, e ... nada de *Chispas*!

[...]

O que está parecendo [...] *systema* de adquirir nomeada, é que Marques é um refinado *bilon*[...] que, farto de *illudir* a boa fé paraense, procura hoje *illudir* a pernambucana.<sup>150</sup>

Não é difícil perceber o crescente uso dessas propagandas em meio às tipografias e periódicos que circulavam em Belém na segunda metade do século XIX. Como vimos, não deixa de ser verdade a estratégia utilizada por Marques Carvalho quando da publicação de alguma obra sua. Não raro vemos diversos reclames seus veiculados nos principais periódicos da cidade através de notas de tamanhos variados por entre as nossas principais folhas diárias. Como estratégia de divulgação de seus trabalhos, percebemos através dessas pendengas entre os jornais e seus escritores, as diversas formas de uso e fomento da literatura que se produzia na província. Esses escritores improvisaram da melhor maneira formas de sobrevivência no pequeno e iniciante mercado editorial e de publicidade em Belém à época.

Dessa forma, podemos crer que o literato sabia muito bem como se destacar frente ao cenário literário daquele período, assim como, divulgar seus escritos por meio do principal instrumento que possuía: o jornal. Não foi diferente com outras atividades a que estava envolvido, como por exemplo, o concerto que organizou junto a Paulino de Brito em prol de um monumento para o maestro Henrique Gurjão. Este, tido por Carvalho como um importante nome das artes paraense, deveria ser saudado com essa “singela” homenagem. A notícia do evento apresentado no Teatro da Paz teve divulgação tanto no *Diário de Notícias*, quanto no *A Província do Pará*, importantes periódicos naquele momento.

---

fazer menção ao grupo em torno de Marques de Carvalho. AZEVEDO, *Anthologia Amazônica. Op. Cit.* p.125-127. É considerado folclorista, tendo artigos publicados na França, sobre lendas e costumes da Amazônia; mais detalhes sobre esse viés do cronista, ver FIGUEIREDO, 2008. *Op. Cit.*; como cronista, teceu críticas a Marques de Carvalho e seus correligionários pela imprensa.

<sup>149</sup> *Sganarello*, “Diário de Belém” in: *Diário de Notícias*. Belém, 12 de maio de 1886, p.02.

<sup>150</sup> *Ibid.* As interrupções de frases se dão em virtude de mutilações nas folhas.

Quanto à crítica literária, n<sup>o</sup> *Arena* esta possuía importância singular. Com um artigo chamado “*Da Crítica Litterária*” que tomava quase duas folhas do jornal, Marques de Carvalho dizia: “os poucos trabalhos de crítica *litterária* que não são publicados no Pará de algum tempo a esta data têm-me causado sorrisos de compaixão, ante o *atrazo intellectual* de certas pessoas (...)” Para ele o que se ousava chamar de crítica literária não passava de ingenuidade “*reçumando* banalidades ridículas, pueris sem uma *idéa* nova, sem uma observação feliz, que trouxessem adiantamento e ensino.”

<sup>151</sup> Considerando-a antiga, afirmava que

Longe de estudar-se o temperamento do *escriptor*, para chegar-se a descobrir as causas que motivaram a sua obra; longe de *analysar-se-lhe* a intuição *philosophica* e as condições *mesologicas* e *ethnographicas* que contribuiriam para formar-lhe o *character*, os hábitos, o *estylo* – procura-se apenas provar que andou erradamente escrevendo sapato com *c*, como nos tempos de frei Luiz de Souza (...) Terminam os *taes* artigos com uma torrente de considerações *sediças*, bolorentas, em as *quaes* se pranteia a ausência de imaginação no *litterato*, a falta de às regras *estylísticas* e a renitência em servir a *Idea Nova* <sup>152</sup>

Numa linguagem sem rodeios, direcionava sua crítica à crítica que se fazia no Pará chamando-a de ultrapassada, com uma metodologia antiquada de análise da obra literária. Note a ironia ao mencionar o hábito de ainda fazer crítica literária observando apenas os erros gramaticais presente nos textos, sem ater-se ao que de externo havia nesses escritos. Citando Frei Luiz de Souza, personagem de Almeida Garret baseado na vida do escritor seiscentista Manuel de Sousa Coutinho, <sup>153</sup> Marques de Carvalho remete o leitor ao escritor português, sugerindo uma crítica semelhante àquela praticada pelos contemporâneos do religioso. Esse atraso, portanto, concorria para uma crítica que nada tinha a oferecer e ensinar. Conforme vimos, esses críticos “antigos” seriam ultrapassados por não seguirem a evolução que a literatura tomava naquele momento. De caráter evolutivo, essa “*Idea nova*” de que nos fala o escritor, nada mais seria do que o pensamento naturalista na literatura e nas ciências, paralelo às transformações que a segunda metade do Oitocentos apresentou.

Ao analisar a crítica literária genuinamente paraense a partir de periódicos, podemos entrever os debates no exato momento em que os mesmos aconteciam. O

---

<sup>151</sup> Tendo por assinatura “Recife – Julho de 1886. Marques de Carvalho”; vide “*Da Crítica Litteraria*”, *A Arena*. Belém, 12 de junho de 1887, p.71-72.

<sup>152</sup> *Ibid.*

<sup>153</sup> *Frei Luís de Sousa* (obra). In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2011. Retirado de: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$frei-luis-de-sousa-\(obra\)](http://www.infopedia.pt/$frei-luis-de-sousa-(obra))> acessado em 10/08/2011.



jornal como objeto de investigação do passado, nos leva à aparente sensação de vivê-los no presente, tendo por característica trazer à tona os fatos como se os mesmos acabassem de acontecer. Logo, o periódico literário *A Arena*, assim como, diversos outros jornais deste período, possibilita enxergarmos em que ponto estava o debate acerca do naturalismo no Pará, mais precisamente seus contornos em Belém de final de século XIX pela pena de seus maiores testemunhos: os literatos.

Para avançarmos na discussão de alguns pontos característicos do estilo que “encantou” Marques de Carvalho no campo da literatura e da crítica, dando conta ainda dos fatores que teriam proporcionado seu aparecimento no Brasil e a apreensão deste pelo “sujeito” principal desta investigação, seguiremos a trilha que envereda pelos debates em torno da crítica literária presente nesses jornais. Para isso, faremos uso do artigo de Marques de Carvalho onde inicia o debate acerca da crítica literária.

#### **1. 4 – Da Crítica Litterária.**

Da crítica literária à percepção do que se discutia a respeito do naturalismo em terras amazônicas, fora um passo. D’*A Arena* tivemos a noção da recepção que teve essa ideia nova por entre os “denodados gladiadores do jornalismo”.<sup>154</sup> Na troca de farpas na arena do jornalismo, vislumbramos a forma como os interlocutores concebiam essa concepção literária. Portanto, para adentrarmos esse universo, continuaremos observando os argumentos levantados no artigo *Da Crítica Litterária*, assim como, o diálogo tenso, porém sugestivo do debate travado entre *Plan* e Marques de Carvalho, jornalistas d’*A Província do Pará* e d’*A Arena*, respectivamente.

Note o leitor que ao fazer menção à ideia de temperamento, de mesologia e fisiologia, além de inferir a postura filosófica presente no autor da obra analisada, Marques de Carvalho se utilizava do pensamento que à época surgia como novidade nas rodas intelectuais do país. Trata-se dos mais novos argumentos advindos de matrizes teóricas europeias, que no Brasil teve guarida principalmente entre os críticos Silvio Romero e Araripe Jr., além de José Veríssimo, que despontariam como importantes nomes da história e crítica literária que se fazia no país.

---

<sup>154</sup> Assim dizia *Mephistopheles* fazendo analogia às disputas e discussões acaloradas entre os nossos jornalistas.

A questão do temperamento diz respeito às particularidades presentes na obra de determinado escritor. Segundo Pedro Paulo Catharina, isso “é fundamental na estética de Zola e está sempre presente na sua obra crítica. Equivale ao estilo pessoal, à originalidade”.<sup>155</sup> Quanto às condições mesológicas e etnográficas mencionadas por Carvalho, trata-se de questões referentes ao meio e aos estudos sobre raça. Ambos os fatores são tidos como uma forte marca dos debates e discussões que se travavam nos principais meios de difusão de conhecimento naquele período. Sobre o fato do *meio* determinar a literatura, Araripe Jr. destaca-se como principal nome. Interpretava as obras e seus autores concebendo-os a partir da forte marca deixada pelo clima tropical do Brasil. Essa relação levou o crítico a usar a expressão “estilo tropical” como definidor dessa escrita literária. Segundo ele, o naturalismo que por aqui teve passagem, não se forjou puramente como uma cópia do que se fazia na Europa. A partir da ideia de obnubilação, compreende que este estilo teria passado por um processo de aclimação por estas paragens. Os estrangeiros, ao chegarem nessas terras de além mar, sofreram logo o impacto decorrente do clima. Tais ideias estrangeiras não foram simplesmente imitadas, mas tomaram formas originais de pensamento. O forte clima tropical da América ajudou a dar um caráter mais original para o naturalismo que se fazia no Brasil.

Quanto ao caráter racial, o nome que despontava era a figura de Silvio Romero. Embasado no pensamento filosófico Alemão e nas teorias raciais que influenciaram os estudantes da Escola de Recife, compreendia que a mistura das raças seria o principal fator formador de nossa literatura. Embora concordando com os fatores mesológicos, não deixava de chamar atenção para o primado da raça como definidor de nosso pensamento, haja vista que, para ele a mistura entre estas formaria o famigerado mestiço, que priorizava em seus estudos.<sup>156</sup>

Para Marques de Carvalho, tais pontos de vista reuniam o aparato metodológico fundamental para o crítico atualizado. A crítica “bolorenta” deveria ceder lugar a essa leitura moderna que começava a ser discutida no Brasil. Silvio Romero, por exemplo, publicou em 1882 *O Naturalismo em Literatura*,<sup>157</sup> dando enfoque ao

---

<sup>155</sup> CATHARINA, Pedro Paulo Garcia. “Estética Naturalista e Configurações da Modernidade.” In: MELLO, Celina Maria Moreira de; CATHARINA, Pedro Paulo. *Crítica e Movimentos Estéticos: configurações discursivas do campo literário*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p.115.

<sup>156</sup> Cf. VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. História cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870 – 1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>157</sup> Cf. ROMERO, Silvio. *Silvio Romero; teoria, crítica e história literária*. Seleção e apresentação de Antônio Candido. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

principal expoente dessa escola: Émile Zola. Depois de elogiar o autor de *Naná*, o escritor sergipano apontava o que concebia como equívocos na crítica literária de Zola. Os elogios direcionavam-se principalmente para o artista e não para o crítico visto nele. Isso se devia principalmente ao caráter dessa crítica que se limitava somente à literatura francesa. Mencionava ainda o caráter ambíguo e complexo dessa “moderna literatura” que evoluía com o transcurso do tempo. Afirmara que o próprio Zola não representava a vertente naturalista em literatura; nem tampouco, na crítica literária, que atribuía a origem aos Alemães e sua crítica histórica. Émile Zola fora o precursor no naturalismo, segundo Romero, seguindo nomes como Flaubert, Balzac e os Goncourt.

Roberto Ventura afirma que “a crítica e a história literárias brasileiras foram marcadas, até 1910, pelas noções de *raça* e *natureza*. *As origens do “estilo” literário eram atribuídas à ação diferenciadora do meio ambiente ou da mistura étnica.*”<sup>158</sup> Dessa forma, compreendemos a discussão que se fazia à época a respeito da crítica literária e do naturalismo. Tanto Araripe Jr. quanto Romero acabaram convergindo a respeito da ideia de natureza como fundamental para a concepção de literatura que se tinha naquele momento. Visto dessa forma, Marques de Carvalho seguirá à risca tal vertente naturalista nas artes e literatura concebendo, ao que parece, o *meio* e a *raça* como delineadores de seu fazer literário. Para ele, a mocidade paraense descuidava-se dessa literatura contemporânea, pois ignoravam seus produtos modernos. Segundo o literato:

Os nossos *comprovincianos* ignoram completamente os *productos* modernos das artes e das *letras*, depois que uma nova *direcção científico-philosophica* lhes arroteou outras estradas. As obras de Schopenhauer, Darwin, Stuart Mill, Littré, Spencer e Hartmann, em *philosophia*; de Balzac, Sthendhal, Flaubert, Edmond e Julio de Goncourt, Zola, Guy de Maupassant, Huysmans, Alexis, Eça de Queiroz, Camillo Castello-Branco e Fraklin Távora, no romance; de Tobias Barreto, Sylvio Romero, Mennechet, Taine, Zola, Setembrini, José Veríssimo e Araripe Junior, em crítica litteraria e crítica d’arte; de Manet, Laurens, Bastien-Lepage, Worms, Gustavo Courtois, Beraud, Giron, Gervex, Comerre, Millet, etc., etc., em *bellas artes*; - n’uma palavra, os assombrosos *prôductos* da *actividade* hodierna passam desaperecebidos por esses moços(...)<sup>159</sup>

Essa nova direção científico-filosófica, no dizer de Carvalho, definia-se pelo caráter evolutivo que o pensamento ocidental acumulou e que se sustentou nos mais diversos ramos do conhecimento. Na literatura, acabou funcionando como delineador dos caracteres fundamentais para a apreensão do novo significado que o fazer literário

<sup>158</sup> VENTURA, Op. Cit. [grifos do autor]

<sup>159</sup> Marques de Carvalho, “*Da Critica Litteraria*”, A Arena, Op. Cit.

ganhava. O nacionalismo, por exemplo, obteve seu aporte teórico dos escritos, segundo Ventura, oriundos do saber Europeu que adentrava as fronteiras do Império. A reaproximação com a história natural, por sua vez, se deu a partir das novas correntes de conhecimento que influenciavam nossa *intelligentsia* a questionar a maneira romântica de dar forma às letras. Romero destacava a presença da filosofia alemã nas novas discussões que movimentavam a Escola de Direito de Recife, onde a “geração de 70” figurava como central no processamento desse conhecimento tipo exportação.

Como visto, os assombrosos produtos da atividade moderna significaram naquele momento um redirecionamento na maneira de lidar com a escrita literária, que Marques de Carvalho destacava como fundamental. Para ele era inconcebível que a mocidade literária de nossa província não seguisse tais direcionamentos. Tendo por consequência, a forma ultrapassada que, segundo ele, caracterizava a crítica literária paraense. E o que lhe tirava o brio, ao que tudo indica, eram as formas como alguns críticos, dos quais não menciona nomes, teimavam em fazer da pena instrumento para criticar o que não compreendiam. Nesse tom, iniciou o artigo que ocupa quase duas folhas do periódico domingueiro:

É especial e exclusivamente *escripto* para a minha província este pequeno artigo. Todas as proposições n’elle aventadas devem ter *immediata applicação* ao Pará, onde os moços que labutam em prol da *litteratura* têm de *luctar* com denodo contra a imbecilidade atrevida. Não dirijo-me a personalidade alguma: *fallo* a quem *quizér* ouvir-me, bem alto com a franqueza de que sou capaz quando desejo arcar contra a falsa *authoridade* de *pseudo-críticos* caricatos.<sup>160</sup>

A linguagem ferrenha do autor parece configurar uma retaliação a algum desafeto. Mesmo de Recife não deixava de destacar o caráter “atrasado” do cenário literário paraense, como ele mesmo reforça, “especial e exclusivamente *escripto* para a minha província”, onde deveriam ter “*immediata applicação*”. Não podemos crer a partir da crítica feroz de Carvalho, que esses literatos estivessem, de tal forma, tão distantes da leitura a que o reclamante fazia menção. Marques de Carvalho parece generalizar a respeito do estado em que se encontrava os estudos sobre literatura no Pará; com isso, colocava-se como arauto no papel de redentor em um cenário que necessitava conhecer a “nova *direcção scientifico-philosophica*”.

---

<sup>160</sup> *Ibid.*

Se discordamos de Marques quanto a forma como via a crítica literária, o que dizer de um tal *Plan*,<sup>161</sup> redator do *A Província do Pará* que afirma nem mesmo existir essa mencionada crítica em Belém, muito em razão, segundo ele, de não haver literatura nesta província. Respondendo ao artigo de Marques, *Plan* não economiza argumentos para justificar a ausência dessa crítica. Escrevendo em tom amigável, não poupou críticas ao colega de redação. Apontando no autor alguns erros, afirmava:

[...]Nessa muita leitura, *permitter-me*-há dizer, *adquirio* um espírito de *systema*, que leva-o a alguns erros.

Os *systemas*, em literatura como em *sciencia*, são um mal, são a corrente que prende os *prometheus* aos *caucasos*. Impedem os voos dos gênios e *atrophiam* o seu desenvolvimento. É por isso que eu os *condemno* como nocivos.<sup>162</sup>

A respeito das leituras citadas no artigo pelo literato, *Plan* as concebe como prejudicial se colocadas no interior de um sistema literário fechado. Segundo ele, a postura perpetrada por Marques, “*atrophiam*” o desenvolvimento do literato. Esse sistema, que tanto em literatura quanto em ciência são um mal, nada mais seria que o naturalismo. Dessa forma, vê a crítica naturalista como um sistema, semelhante ao empregado nas ciências, mas que em literatura limitaria a atividade do escritor em sua arte.

Essa resposta direcionada a Marques de Carvalho, de certa forma, demonstra a crítica que se fazia ao naturalismo naquele tempo. A aproximação da ciência nas artes e literatura parecia àqueles contemporâneos uma forma radical de se compreender o real objetivamente, tal qual o cientista em um laboratório. Como é sabido, o expoente dessa visão é justamente Emile Zola, ao qual Marques de Carvalho se diz seguidor no Pará. Sobre isso, *Plan* afirmava que este, “lendo os mestres *francezes*, encontrou um pelo qual ficou deveras encantado, foi Emile Zola.” Dizia

<sup>161</sup> Segundo Clovis Moraes Rêgo, *Plan* seria o pseudônimo do “Dr. Augusto Montenegro”. Cf. REGO, *Op. Cit.*; Conforme Ricardo Borges nos diz, à parte a exaltação da figura do político, Augusto Montenegro foi “Personalidade paraense singular. Eleito da Fortuna; abastança, talento, cultura, inteireza moral, adonismo. Na sua curta vida de 48 anos, e pública de 22, teve caminho aberto ao que quis ser e foi, muito e com inusitado brilho. Promotor de Justiça, juiz, diplomata, parlamentar, líder do Parlamento Nacional, Governador do seu Estado [entre 1901 e 1909]. [...] Nasceu em Belém, a 26 de junho de 1867,[...]; de volta do Rio, escalando Recife, seu tio dr. Joaquim José de Assis, tantos os rogos de Augusto, que o trouxe de volta a Belém onde concluiu os preparatórios em 1880 e em 1882, [...],embarcou para Recife e matriculou-se na Faculdade de Olinda, bacharelando-se em Ciências Sociais e Jurídicas a 12 de Novembro de 1886, com 20 anos de idade.” Sobrinho de Joaquim José de Assis, proprietário d’*A Província do Pará*, explica-se o espaço que teve junto à redação deste periódico no momento em que debatia com Marques de Carvalho acerca da literatura em nossa província. Sobre a biografia do autor, vide BORGES, Ricardo. *Vultos Notáveis do Pará*. 2.ed. Belém: CEJUP, 1986.

<sup>162</sup> *Plan* “*Homens e Cousas*” in *A Província do Pará*. Belém, 17 de junho de 1887.

ainda que, “o meditador de Médan” proporcionou tanta impressão a Marques “a tal ponto que tem-lhe servido de guia em seus ensaios literários.”<sup>163</sup>

Retomando a resposta ao artigo de Carvalho e às reclamações deste à ausência de uma “crítica sincera e justa no Pará”, afirma não achar “razoável semelhante queixa. [pois] Sou de opinião que não há crítica *litteraria* no Pará. E não há crítica pela simples razão de que não há *litteratura*.” O jornalista ainda relaciona esse ausente cenário literário à literatura que se faz há muito tempo na Europa. Para ele, a crítica “só *aparece* depois da *litteratura* existir e estar um pouco desenvolvida”. Faz ainda o seguinte questionamento ironizando os argumentos de Carvalho: “Ora, nós não tendo *litteratura*, como quer o *collega* que tenhamos crítica? É fazer o carro andar adiante dos bois, conforme a *phrase* popular. É por isso que a ‘pretensa *litteratura* Amazonica faz-me rir.”<sup>164</sup> Se pressupúnhamos o artigo de Marques um tanto radical, o que dizer dos argumentos de *Plan*? E o que dizer dessa “pretensa” literatura “amazônica”? Seria uma crítica ao frontispício de *O Pagé* onde se destaca essa menção?

Se não havia uma literatura paraense, o que dizer dos românticos que por aqui criticaram Marques de Carvalho, segundo ele mesmo? É o próprio *Plan* quem responde. Para ele, a pretensa crítica romântica feita a Marques seriam apenas cismas de um adepto do naturalismo em literatura que via nas críticas que aqui recebia as mesmas razões que as perseguições da escola romântica ao naturalismo de Zola na França. Sobre essa crítica romântica no Pará diz tratar-se de um “*mytho*, como o eram os exércitos com os *quaes* D. Quixote *luctava* na Andaluzia.” Logo, segundo o interlocutor de Carvalho, isto explica por que Marques pensava existir aqui um romantismo.<sup>165</sup>

Acerca da crítica naturalista defendida por Marques, o artigo de *Plan* dizia que “é preciso ser justo, é preciso por de lado, sobretudo em crítica, o espírito de *systema*.” Chamando atenção para o ponto de vista do literato, ponderava: “A crítica não pode ser simplesmente naturalista, quero dizer, só considerar bons os romances naturalistas.”<sup>166</sup> De fato, temos aí um ponto importante da questão entre os jornalistas:

---

<sup>163</sup> *Ibid.*

<sup>164</sup> *Ibid.*

<sup>165</sup> Sobre a *Literatura Paraense*, José Eustáquio de Azevedo destaca sua curta história literária, “si bem que tenhamos representantes dela desde o século XVIII, com o já citado Tenreiro Aranha (1769-1811) na Introdução deste livro, D. Romualdo Antônio de Seixas (1787-1860) e Felipe Patroni (1794-1865) nascidos nesse século e conseguindo alcançar o século XIX.” Menciona ainda diversos poetas ligados ao indianismo e “fundadores de uma escola *sertaneja*”. Cf. AZEVEDO. *Op. Cit.*

<sup>166</sup> *Ibid.*

a crítica naturalista como um sistema fechado, que na análise das obras, somente leva em consideração seus próprios pares. É interessante notar que o artigo de Romero publicado em 1882 faz menção a essa questão, onde se criticava justamente a postura limitada de Zola em se fazer crítico levando em consideração apenas a literatura feita na França.

Em artigo de tréplica, Marques de Carvalho enunciava sua nenhuma admiração aos comentários de *Plan*, pois “bem sabia que não passariam sem resposta as opiniões *n’elle* contidas.” Afirma não poder calar-se diante da crítica, para não confessar-se vencido “perante uma certa porção do público, que está habituada a ver no silencio d’estes momentos uma indiscutível prova de fraqueza...”. No debate público do jornalismo, não desejava o literato a derrota, temendo a repercussão dos fatos para a sua imagem no campo literário. Em vista disso, afirmava:

Eis-me na *arena*: estou pronto para a *lucta*. Se tardei um pouco a *apparecer*, não foi de certo o medo da peleja que esmoreceu-me o ânimo. Á condição d’esto periódico – que só se publica de oito em oito dias – devo a minha demora.<sup>167</sup>

Como um gladiador, o literato se prontificava à luta na arena jornalística justificando a demora em responder aos comentários de *Plan*. Dado o recado, Carvalho retoma o assunto em questão afirmando que sua “inabalável admiração pela escola naturalista em *litteratura*” não é somente fruto de seu “encantamento” pelo talento de Zola, mas,

É também, principalmente, porque depois de um longo e profundo inquérito sobre as passadas *phases* da *litteratura*, cheguei a convicção de que o Naturalismo era, n’esta época [...]al resultante da Evolução, e a única forma por que a *litteratura* contemporânea poderia satisfazer as exigências do publico e da critica *actuaes*. Não é *systema*, não: é uma opinião *arreigada*, que já lançou raízes, empolgando todo o meu espírito.<sup>168</sup>

Com poucos argumentos, responde as críticas do jornal opositor sobre seu “encanto” pelo naturalismo. A respeito da crítica de sistema dessa escola, pouco comenta. No mais, chama de “*blasphemia*” a afirmação de não possuímos uma literatura no Pará,

<sup>167</sup> Marques de Carvalho, “*Da Crítica Litterária*”, in *A Arena*. Belém, 19 de junho de 1887.

<sup>168</sup> *Ibid.*

pois o que são os livros de Santa Helena Magno, do Sr. Barão de Guajará, do Vilhena Alves, de Paulino de Brito, de Teodorico Magno, de Júlio Cezar e de Bruno Seabra?

Não serão verdadeiros filhos da escola romântica de Alfredo de Vigny e de Lamartine?

Não serão o resultado das leituras que essas pessoas fizeram nos *productos* do romantismo?<sup>169</sup>

Dessa forma, discordava de *Plan* argumentando com fatos sobre a existência de uma vertente da escola romântica na capital, justificando assim, a mencionada perseguição por parte de alguns correligionários do romantismo sobre si. Afirma crer que o cronista estivesse convencido e que talvez quisesse apenas “escrever algumas tiras de papel, e sem outro *assumpto*, apoderou-se do meu último artigo d’*A Arena*, afim de dar rédeas ao seu espírito, que é tão propenso em andar sempre em oposição a tudo...”

Segue o artigo discorrendo sobre alguns nomes importantes para o romantismo, assim como, o que produziam esses literatos naquele exato momento, rebatendo as críticas de *Plan* acerca dessa literatura, “pois eu, que lhes tenho merecido os maiores rancores, faço-lhes justiça, louvo-lhes a tenacidade no trabalho, embora censurando-os por trilharem caminho errado e inglório.” Caminho este, para o autor, responsável pelo atraso de alguns escritores de nossa região. Conclui o artigo reiterando que temos uma literatura “porque temos bons *escriptores* que produzem bons trabalhos literários”, e sobre a comparação feita pelo cronista em relação à literatura europeia, finaliza da seguinte forma: “As razões porque a nossa literatura não é tão grande como a da Europa são as mesmas que concorrem para provar o motivo porque Benevides não é do tamanho de Belém.”<sup>170</sup> Ou seja, a infeliz comparação feita por *Plan* não levou em conta o caráter central da Europa em relação à província paraense.

Na apreensão dos fatos descritos em *Homens e Couzas* pela pena de *Plan* em contraposição à *Crítica Litterária* de Marques de Carvalho, temos a percepção da maneira como se delineava os debates que tinham por centro a temática do naturalismo no Pará. Vejamos que ao retrucar os comentários de Carvalho sobre a matriz teórica dessa *ideia nova*, *Plan* parece negar sua validade naquele cenário, mesmo porque segundo ele, ali não existia uma literatura. Ao fazer isso, ficamos sabendo o quanto o naturalismo era aceito ou não por entre a crítica literária que começava a ganhar corpo

---

<sup>169</sup> *Ibid.* Todos os escritores mencionados nesta citação possuem alguma obra publicada, seja em formato de livro ou pela imprensa, dentro do estilo romântico e/ou sertanista, segundo Eustachio de Azevedo. Ver mais detalhes em AZEVEDO, E. *Anthologia Amazonica, Op. Cit.* e do mesmo autor, *Literatura Paraense, Op. Cit.*

<sup>170</sup> *Ibid.*



nos jornais. Dessa forma, podemos tecer os seguintes questionamentos: como os contemporâneos do autor d’*O Pagé* concebiam a literatura moderna de que este tanto se orgulhava? Como a crítica literária a partir da imprensa recepcionava o naturalismo?

Nessa imprensa, em meados da década de 1880, vislumbramos algumas críticas literárias e de artes em geral, além de artigos citando sob diversas formas esse naturalismo. Entre tais destaca-se *Sganarello*, que retrucando um artigo saído no *Diário de Belém*, ironiza o naturalismo presente nos principais nomes da literatura contemporânea identificados por esse estilo. Citando Marques de Carvalho, evidencia-o como referência, tendo em vista que este militava em favor da dita “ideia nova” nesta província.

No “*Entre-Columnas*” – série de crônicas sob a pena de *Sganarello* – Pádua Carvalho, o redator por trás do pseudônimo, expunha de maneira galhofeira seu ponto de vista sobre o naturalismo e seus correligionários. O jornalista comparava o realismo presente nesses autores à forma física dos mesmos. Afirmava, a partir de um comentário saído no *Diário de Belém*, que

(...)sabido que os exercícios *gymnasticos*, desenvolvendo os músculos, trazem a força e com esta a saúde; porque *taes* exercícios desenvolvem o apetite, obrigam a comer-se bem e assim fortalecer o estomago que tem o seu *quê* de contacto com o espírito.

Dito isto que nos veio a mente com a leitura do artigo do Belém, de *hontem*, façamos algumas considerações sobre o tal naturalismo e romantismo.<sup>171</sup>

Não temos o artigo citado por *Sganarello*. Porém, compreende-se desta crônica que o jornalista atribui ao espírito realista a protuberância abdominal de alguns naturalistas. Tal afirmação soa engraçado. De fato, essa era a intenção. Mencionando o que achavam os naturalistas acerca dos românticos, afirmou: “chamam espíritos piegas, franzinos e de fraca monta aos romancistas da escola de Alexandre Dumas”, porém, *Sganarello* o via como das mais “altas concepções, a fecundíssima imaginação d’este homem”; assim, esboçava sua predileção literária ao fazer o seguinte comentário: “Não trocamos, em horas de recreio, a leitura dos três mosqueteiros pelo *Assomoir*.”<sup>172</sup> Portanto, diante de duas grandes obras literárias de estilos diferentes e divergentes – como deve saber o leitor, de obras de Alexandre Dumas e Emile Zola, respectivamente

<sup>171</sup> Não temos no original o mencionado artigo do *Diário de Belém*, não constando em arquivo tal exemplar, restando-nos apenas sua citação pelo *Diário de Notícias*. Cf. *Sganarello*, “Entre-Columnas”, In. *Diário de Notícias*. Belém, 02 de setembro de 1887, p.03.

<sup>172</sup> *Ibid.*

– opta o crítico, sem titubear, pelo romantismo. O momento cômico, entre outros, se dá quando diz que:

Alexandre Dumas, não sei se sabem, disponha de um estômago forte e segundo Theophile Gautier, tinha uma gorda estatura de tambor-môr, e se engordasse mais um pouco, seria quadratura do círculo, como o era Balzac, mais uma pipa do que um homem.  
 Na opinião de Gautier, três homens de mãos dadas não poderiam abraçar o mais fecundo romancista *francez*, o pai do naturalismo, gastava uma hora para fazer a volta de sua pessoa!  
 Que estomago não teria *elle!*  
 Convenham que Dumas, também obeso, tinha o seu quê de naturalismo, fazendo dos seus romances uns livros históricos aproveitáveis e podia ser naturalista, porque era gordo, disponha de um grande espírito.  
 Não se confundem, entretanto, as duas escolas.  
 Em vista d’isto, julgo que os naturalistas devem ser muito gordos, para imitem o mestre; porque, para ser um grande naturalista, é preciso barriga: está na gordura a matéria, o realismo!  
 Seria esquisito ver um naturalista *secco*, esgrouviado, fino como uma d’essas beatas (...)”<sup>173</sup>

Associando o realismo naturalista em tom galhofeiro à forma física do escritor, *Sganarello* não faz mais do que depreciar o estilo que naquele momento se fazia premente naquele cenário artístico-literário. Ao fazer isso, se contrapunha ao estilo em questão ao mesmo tempo que contrastava-o ao romantismo, ao qual tinha predileção, elogiando a partir do artigo importantes nomes desse estilo. Da mesma forma que associava figuras caricatas aos antecessores de Zola, o crítico paraense suavizara seus argumentos ao falar da escola de Lamartine. Perceba a mudança de tom: “Dizem que Larmartine, o poeta sentimental, via-se apenas uns ossos, fazendo peso a um espírito tão puro, que queria alar se às regiões *ethereas*. Os filhos da escola romântica devem ser mais leves, quase pássaros voadores, que os da escola naturalista.”<sup>174</sup> Aos “quase pássaros voadores” cabiam os singelos comentários de quem possuía a pena mordaz para a crítica. Estes eram leves para voar e alcançar voos que os ditos naturalistas, com seus proeminentes portes físicos, segundo o jornalista, jamais alcançariam. Mas isso não é tudo. Por trás dessas simpáticas linhas, *Sganarello* defendia a poesia romântica e sua incoerência enquanto gênero literário presente em meio aos “gordos” naturalistas. Para ele era incompatível uma poesia sem os traços que lhe dão

<sup>173</sup> *Ibid.*

<sup>174</sup> *Ibid.*, Alphonse de Lamartine (1790-1869) foi poeta referência no que diz respeito aos primeiros momentos do romantismo Francês; Segundo SARAIVA e LOPES, “o primeiro êxito do romantismo foram as *Meditações* de Lamartine, 1820.” [p. 661] e “quando surgiu a Questão Coimbrã, ainda a sua formação cultural ficava ao nível do primeiro romantismo português, ocupando nela lugar primacial Chateaubriand e Lamartine” [p. 805], Cf. SARAIVA, A.J., LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. 17ª Ed. Porto: Porto Editora, 2001..

cor como o lirismo e o sentimentalismo. Criticava a poesia realista-naturalista em Marques de Carvalho da seguinte forma:

Parece, pois, uma *incoherencia* do Marques, que adora o naturalismo e que ama a poesia, cousas que estão em oposição, querer que seu *biographado* Paulino, o poeta, seja naturalista, o Paulino, o franzino, o Lamartiniano Paulino, que parece já ir evaporando; tão magrinho, tão romântico ele é. E você mesmo, Marques, se quer ser naturalista que *apareça* entre os de grande fôlego, trate de engordar trabalhe menos e deixe de poesias. Cá por casa não há muita fé na tal poesia realista de que o colega se diz sectário, e quem julgar se poeta realista não conhece, com certeza o que é a poesia.<sup>175</sup>

Ao que parece, havia uma querela em torno da tal poesia realista, que para o cronista destoava sobremaneira daquilo que se entendia por naturalismo. Existiria, para ele, uma incompatibilidade entre ser poeta e adepto da escola de Zola. Com exemplos da literatura, o cronista acusava os naturalistas de julgarem “que Junqueiro é poeta realista; enganam-se: não há mais que versificadores no realismo. Junqueiro é poeta no *lirismo*! Não paira a verdadeira poesia na *esphera* baixa da realidade.”<sup>176</sup> Usando o nome do poeta português Guerra Junqueiro, românticos e naturalistas divergiam quanto ao lugar da poesia naquele debate. Podemos inferir com isso, que a fronteira entre os dois estilos ainda se fazia bastante tênue no Brasil, assim como em Portugal na época de Junqueiro, onde este pairava entre uma e outra, apresentando características de ambas.<sup>177</sup> Logo, não podemos conceber o naturalismo por aqui sem a presença ainda constante do romantismo. Como nos mostra Afrânio Coutinho, a análise dessas escolas não se dá de maneira estanque, sendo que na realidade uma se sobrepõe a outra, sem deixar de apresentar sinais da antecessora.<sup>178</sup> Marques de Carvalho, portanto, acabava apresentando características tanto do romantismo ao qual se contrapunha, quanto do naturalismo francês que se dizia seguidor em Belém.

<sup>175</sup> Sganarello, “Entre-Columnas”, Diário de Notícias. Belém, 02 de setembro de 1887, p.03.

<sup>176</sup> *Ibid.*

<sup>177</sup> Guerra Junqueiro (1850-1923) foi poeta português na linha entre o romantismo e o realismo. Segundo Amorim de Carvalho, “Toda a obra de Junqueiro concilia as duas atitudes, no que elas contem de verdadeiro à face do mundo e à face do homem, isto é: à face dos *factos* e à face do ideal; em frente ao realismo do *que é* e em frente ao romantismo do *que deve ser*. Esta conciliação, ao cabo e ao fim, não era mais do que a verificação de uma realidade cruel, mas à qual o poeta sobrepunha o sonho de a combater e de a aperfeiçoar.” Cf. CARVALHO, Amorim de. *Guerra Junqueiro e a sua obra poética*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1945.

<sup>178</sup> Sobre a periodização em literatura, Afrânio Coutinho afirma que “em vez da sucessão dos períodos, como blocos estanques, o que ressalta é a imbricação, porquanto os sistemas de normas que se substituem em dois períodos jamais começam e acabam em momentos precisos, porém se continuam em certos aspectos, repelindo-se em outros; as novas normas substituem as antigas progressivamente, imbricando-se, interpenetrando-se, entrecruzando-se, e se superpondo, criando ‘zonas fronteiriças’, de transição, nas fímbrias dos períodos.” Cf. COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 19ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p.22.

Mas, voltando ao artigo de *Sganarello*, percebemos que o nível do debate se dava em torno do campo teórico que definia o que seria a poesia para as duas escolas em questão. Podemos tecer, a partir disso, o seguinte questionamento: o que define a lógica naturalista em Marques de Carvalho para se outorgar usar a poesia como realista, pois segundo Pádua Carvalho, a “verdadeira” poesia não existe no campo realista que o naturalismo defende? Para ele, esta deveria se fazer através do lirismo, do sentimentalismo, leve como “pássaros voadores”.

Marques de Carvalho seguia o naturalismo e fazia apologia ao que entendia como o mais atualizado modo de conceber a literatura e as artes em geral. Isso já sabemos. No entanto, o que parece não ter ficado claro para nós e aos contemporâneos do literato, é a forma como esse naturalismo se delineava na prática, haja vista que, muitos de seus escritos poéticos anteriores a 1887 ainda continham a marca romântica.<sup>179</sup> Portanto, o que caracterizava esse naturalismo no momento em que o mesmo começava a se tornar “moda”, segundo alguns críticos posteriores? Que naturalismo era esse que encantara Marques de Carvalho e dividia opiniões no conflituoso campo literário daquela Belém de finais do século XIX? Tentaremos compreender essa “ideia nova” saindo rapidamente de Belém e abrindo um pouco nosso ângulo de visão em torno de um ponto de vista mais geral acerca desse naturalismo.

### **1. 5 – “*Ideias Novas*”: o naturalismo em meio à “literatura Amazônica”.**

A segunda metade do Oitocentos trouxe consigo uma gama de acontecimentos que marcaram os rumos das ciências, artes e literatura. Os avanços no campo do conhecimento, o progresso nas técnicas e o advento de algumas teorias na área da biologia, filosofia e ciências sociais, desviaram a atenção de alguns pensadores contemporâneos para as novidades que esse século trazia. O darwinismo, o evolucionismo e o positivismo foram umas das mudanças ocorridas no campo das

---

<sup>179</sup> Durante o ano de 1886 e inícios de 1887, João Marques de Carvalho assinou diversos poemas com características do romantismo que saíram à público pelos jornais em que atuava como redator. N’A *Provincia do Pará*, por exemplo, constam diversos desses escritos, soltos por entre as notícias e artigos que saiam nas páginas 2 e 3 deste jornal, além disso, assinava os mesmos com data e local onde os compunha. Na *Arena*, ainda publicou muitos desses poemas, com assinaturas anteriores a 1887.

ideias. Tais transformações intelectuais influenciaram sobremaneira os caminhos que a literatura e as artes tomariam dali por diante.

Dentre esses cenários de final de século o naturalismo fixara-se como ponto chave entre os debates e discussões travadas tanto no campo da literatura como na ciência. Ambos os termos acabaram se confundindo, marcando o que veio a ser essa forma literária. Segundo Candido e Castello

‘naturalismo’, no sentido mais amplo, significou a busca de uma explicação materialista para os fenômenos da vida e do espírito, bem como a redução dos fatos sociais aos seus fatores externos, sobretudo os biológicos, segundo os padrões definidos pelas ciências naturais.”<sup>180</sup>

Para os autores, a escola naturalista relacionava-se aos fatores materiais que aquele momento histórico inaugurava. Além disso, condicionava os fatos sociais a fatores externos, por isso, a caracterização desse naturalismo como determinista, devido sua aproximação às ciências ditas naturais. Tal literatura compreendia aquela sociedade “à luz do determinismo da raça e do ambiente”.<sup>181</sup>

Como uma ideologia estética, Flora Sussekind concebe esse naturalismo bem além de uma simples escola literária em finais do século XIX. Para ela, o naturalismo no Brasil buscou satisfazer a apreensão da realidade quando representava, ou mesmo ocultava fraturas e a falta de uma unidade nacional. Segundo a autora, é difícil atribuir identidade a um país marcado por influxos externos, cortes e descontinuidades; ou seja, mais próximo ao desenraizamento do que unidade. Em decorrência disso, “normalmente, procura-se uma literatura que, ao documentar o país, pareça acreditar na existência de uma identidade nacional”;<sup>182</sup> uma literatura que “funcione no sentido de exterminar quaisquer dúvidas, digam a ela respeito à ficção ou ao país.” Portanto, na dificuldade de apresentar essa identidade e unidade, recorre-se à literatura como instrumento para a representação dessa coesão: “São, assim, operações ideológicas as marcas registradas do naturalismo dominante na ficção brasileira. Fotografa o país mas, como uma *câmera oscura*, inverte o que vê.”<sup>183</sup> Entretanto, a autora chama a atenção para a necessidade de não nos prendermos somente à ideia de

<sup>180</sup> CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da Literatura Brasileira*. II-Romantismo, Realismo, Parnasianismo, Simbolismo. São Paulo: Difel, 1979.

<sup>181</sup> *Ibid.*

<sup>182</sup> SUSSEKIND, *Op. Cit.*

<sup>183</sup> *Ibid.* p.44

ideologia estética, se atendo também à historicidade do naturalismo, buscando dar sentido às diversas formas de sua estética presentes em outros momentos de nossa história literária, dando conta de sua aparição em finais do século XIX, e no decorrer do século XX.

Segundo a autora, a opinião de que o naturalismo no Brasil fora uma cópia do que faziam os franceses é uma constante na historiografia literária. Chama a atenção para a crítica que via apenas o influxo externo e as comparações aos escritores europeus quando da análise de obras de vertente naturalista no Brasil. Afirmava que

de José Veríssimo e Silvio Romero no século XIX ao recente José Guilherme Merquior, o que mais se repete são acusações de “plágio”, “atrasos ou “moda estrangeira”. Sem que se procure perceber as modificações a que se submete quando aproveitado pela cultura brasileira.<sup>184</sup>

Logo, fundamental seria dar conta do uso que se fez desse naturalismo em solo brasileiro, compreendendo as formas diferenciadas que surgiam do aproveitamento dessa matriz estrangeira quando utilizada por nossos escritores. Conforme os questionamentos da autora, não se procura entender as razões que teriam feito com que esse naturalismo se tornasse “moda” em nosso país, pois “não é qualquer ‘ideia estrangeira’ que recebe acolhida tão boa.”<sup>185</sup>

Segundo Roberto Ventura: “A partir da noção de estilo, Araripe considerou a ‘obnubilação tropical’ como o processo de diferenciação psicológica e literária, determinado pelo impacto do meio sobre a mentalidade europeia.”<sup>186</sup> Ventura, portanto, definia um dos pontos de vista mais importantes da crítica literária acerca do naturalismo no Brasil:

A orientação naturalista e etnológica dos críticos e historiadores, no Brasil, se relacionou a introdução tardia de pensamento evolutivo e dessacralizado, realizada não pela recepção da Ilustração europeia, mas com o movimento literário e científico da “geração de 70”, em que Romero, Araripe, Veríssimo e Capistrano se engajou na atualização filosófica e na crítica à monarquia e ao escravismo.<sup>187</sup>

Dessa forma, fica claro a orientação teórica de Marques de Carvalho a essa vertente filosófico-literária oriunda de Recife, embasada pelas correntes advindas da

---

<sup>184</sup> *Ibid.* p.49

<sup>185</sup> *Ibid.* p.53

<sup>186</sup> VENTURA, *Op. Cit.* p. 37

<sup>187</sup> *Ibid.* p. 41

Europa; assim como, seu posicionamento político a respeito dos novos rumos que no Pará seguiam a política e a propaganda antimonárquica e abolicionista.

Pedro Paulo Garcia Catharina apresenta o que concebe como o naturalismo de um ponto de vista mais geral. A partir da trajetória literária de Joris-karl Huysmans, que chegou a fazer parte do grupo de *Médan*, do qual Zola encabeçara como principal mentor, Catharina expõe sua compreensão da seguinte forma:

Pode-se depreender que o naturalismo, longe de se reduzir aos padrões cristalizados pelos compêndios de história literária, apresenta-se como uma rede complexa e dinâmica de textos, elaborados sobretudo nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX – compreendendo romances, críticas, ensaios, cartas e outras formas de manifestação – que constituíram ações e reações dentro da própria *tribo* naturalista e entre esta e seus opositores, em luta dentro de um campo conflitual de forças simbólicas, tendo como objetivo principal a renovação do universo literário.<sup>188</sup>

Seguindo esse raciocínio, podemos dizer que o naturalismo no Brasil também se deu de uma maneira complexa e dinâmica, pois aqui, se consolidou principalmente nas formas de romance e crítica literária, assim como, no formato de ensaios, contos e poesia científica. Com isso, forjou um campo de atuação tido como inovador e moderno que se contrapunha às antigas maneiras de se dar sentido ao fazer literário. Marques de Carvalho, por exemplo, tanto fizera pelo que compreendia como a “ideia nova” em literatura, que se colocava como precursor da mesma no Pará; seja através de contos, poemas antimonarquistas e um romance de folhetim, ou mesmo a partir de ensaios, artigos e crônicas diárias, expressava seus pontos de vista e sua visão de mundo num contexto social rico em mudanças e transformações.

Ao se falar de naturalismo no Pará, o nome de João Marques de Carvalho ecoa de maneira considerável. As fontes são quase unânimes ao ligar seu nome a essa nova forma de pensar as artes, ciência e filosofia. Todavia, não somente deste literato se fez o naturalismo por aqui. No cenário literário paraense, com a exceção daqueles que no dizer de Carvalho teimavam em permanecer na escola “ultrapassada”, figuravam nomes que poderíamos colocar como adeptos do naturalismo em literatura. Lembramos apenas que a discussão mencionada circunscreve-se aos limites cronológicos definidos nessa pesquisa.

---

<sup>188</sup> CATHARINA, *Op. Cit.*, p.132.

Inglês de Souza, por exemplo, optou por essa estética retratando a vida e os costumes do caboclo em meio à floresta amazônica. Mesmo quando não mais fazia moradia em solo paraense, destacou-se como precursor do realismo-naturalismo no Brasil. Seus principais romances tiveram publicação em folhas periódicas sulistas.<sup>189</sup> Entretanto, em meados da década de 80, já não se encontrava no Pará. O silêncio das fontes aponta que o autor pouca ou nenhuma relação possuía com o campo literário do qual Marques de Carvalho fizera parte. Segundo Azevedo, “residindo por longos anos no Rio, era mais um escritor fluminense, do que mesmo paraense [...]”,<sup>190</sup> o que talvez explique o desconhecimento ou silêncio dos escritores à época a seu respeito. Daí o autor d’*O Pagé* se outorgar precursor do estilo entre o gênero romance em Belém. Nesta capital, dentro do período aqui focalizado – a década de 80 –, nenhuma menção foi feita nos jornais pesquisados ao escritor de Óbidos. Característica que não se repete em se tratando de outra figura literária importante no Pará. Dizemos respeito a Jose Veríssimo, escritor consagrado que se notabilizou por seus escritos, principalmente quando no Rio de Janeiro se fixou. Num primeiro momento de sua carreira, escreveu diversos artigos em nossa imprensa.

Como importante nome da crítica e história literária, José Veríssimo contribuiu consideravelmente em diversos campos do conhecimento. Da crítica literária, educação e etnografia, destacou-se sobremaneira como escritor principalmente na última década do século XIX, quando se mudou para o rio de Janeiro, oficializando seu nome entre a *intelligentsia* brasileira. Mas foi no final da década de 70 que iniciou a sua carreira, assinando mais tarde em diversos periódicos paraenses ensaios e artigos sobre variados temas. Entre tais, a Amazônia e seu universo cultural e etnográfico, desde o primeiro livro até a fase em que fizera residência definitiva na capital da recente república. Segundo Bezerra Neto,

De qualquer forma, é no contexto da “geração de 1870”, mais precisamente em 1878, que o jovem José Veríssimo publica seu primeiro livro, *Primeiras Páginas*, influenciado pelo naturalismo e convicções positivistas, dando início a uma sólida carreira intelectual marcadamente voltada para o papel social da literatura brasileira, sem desvencilhar-se de suas preocupações com os estudos etnográficos da região amazônica.<sup>191</sup>

---

<sup>189</sup> Cf. BARRETO, *Op. Cit.*

<sup>190</sup> AZEVEDO, J. E. *Literatura Paraense. Op. Cit.*, p.64.

<sup>191</sup> NETO, José Maia Bezerra. *José Veríssimo: Pensamento Social e Etnografia da Amazônia (1877/1915)*. Vol. 42 n.03 Rio de Janeiro, 1999. p.539-564. ISSN 0011-5258. Retirado de [www.scielo.br](http://www.scielo.br), em 12/10/2010.



Sobre esse positivismo, o autor publica em 1882 um artigo polêmico em que destacava a figura do filósofo Francês e discípulo de Comte, Emílio Littré.<sup>192</sup> Tornava-se então representante desse positivismo por entre nossa intelectualidade. Mas, acerca do naturalismo francês como direcionador do pensamento moderno em Veríssimo, Neto afirma “que, só muito parcialmente, abandonaria em sua fase de afirmação enquanto crítico literário, na cidade do Rio de Janeiro, quando se constituiu em adepto da leitura impressionista das obras literárias[...]”.<sup>193</sup> No entanto, enquanto amadurecia intelectualmente escrevendo nos jornais de Belém, sua escrita se identificou com esse naturalismo em “sentido amplo”<sup>194</sup>, não deixando o escritor de recomendar tais leituras aos colegas, se não aos de Belém, ao menos aos que estavam na corte como fica claro na correspondência trocada com o literato cearense Franklin Távora. Vejamos o que este diz remetendo-se a Veríssimo:

As minhas ideias sobre o romance atual resumem-se em pouco: banimento da retórica, descrições naturais; princípios de utilidade prática e social. Não tenho grandes leituras de Balzac ou de Zola; mas sinto que estes dois analistas do coração e da vida humana são os que me devem servir de guias, feitas as restrições que o meu ideal artístico exige. Por isso, agradeço ao colega, como já agradei ao Rangel de S. Paio o ter-me aconselhado o estudo deles. [...] <sup>195</sup>

Sua escrita inaugurou novas configurações na maneira de pensar os diversos ramos do conhecimento em nossa província, introduzindo um campo de discussão impregnado de valores modernizantes, embasados no estreitamento das relações com as ciências ditas naturais. Oriundo de suas leituras de autores modernos – tais como os escritos de Emílio Littré, Balzac e Émile Zola, mencionados acima – alcançou considerável repercussão por entre as rodas de intelectuais paraenses, assim como, em nível nacional. Além de inaugurar um novo projeto de debate, sua escrita periódica destacou-se, segundo João Alexandre Barbosa, pelo caráter contestatório das formas de compreensão que até então delimitavam nosso entendimento sobre o caráter nacional,

---

<sup>192</sup> Cf. PAMPLONA, Alessandra Greyce Gaia. *A Consagração Periódica de José Veríssimo (1877-1884)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Belém, 2009.

<sup>193</sup> NETO, *Loc. Cit.*

<sup>194</sup> Antônio Candido assim se refere ao naturalismo presente em José Veríssimo: “Nesse tempo foi importante o desenvolvimento da crítica literária, orientada pela divulgação científica e pelos teóricos positivistas ou naturalistas (em sentido amplo), como Taine, que inspirou mais de uma geração brasileira.” Cf. CANDIDO, Antônio. *Iniciação à Literatura brasileira: resumo para principiantes*/Antônio Candido. 3ª ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999, p.55.

<sup>195</sup> AGUIAR, Cláudio. *Franklin Távora e o seu tempo*. 2. ed. Rio de Janeiro: ABL, 2005 *Apud* PAMPLONA, *Op. Cit.*, p.94.

ou seja, que via apenas no romantismo as linhas de discussão sobre nossa identidade. Todavia, para Alessandra Pamplona, seria mais coerente definir esse primeiro momento de Veríssimo, quando colaborava nos jornais,

[...]como símbolo não de uma “geração contestante”, no sentido restrito de contestação ao passado, defendida por Barbosa, mas de uma geração ávida por descobrir-se essencial ao progresso cultural, moral e literário do país, isto é, preocupada com que rumo tomar no meio desse “monte” de teorias, filosofias e costumes novos.”<sup>196</sup>

O que se percebe nesse momento é a preocupação em validar em nosso país toda essa gama de conhecimento, a que Veríssimo chamou de “modernismo”. E como vimos, sem deixar de suscitar a participação e atuação de intelectuais paraenses nos novos direcionamentos que a literatura seguia. Marques de Carvalho, por exemplo, almejou um projeto de civilização para o progresso de sua província, bem ao molde do paradigma científico proposto pelos intelectuais da “geração de 70”. Portanto, a relação entre os dois escritores se dá no sentido de compreendermos os significados que aquela matriz de pensamento tivera em seus escritos. Ambos constituíram maneiras novas de conceber a escrita e a crítica literária, principalmente no que diz respeito ao lugar e posição do crítico literário em sociedade.

Em 1886, Veríssimo publica *As Cenas da Vida Amazônica*, onde constam quatro narrativas que sugerem “claramente o modo pelo qual a ficção era pensada como instrumento de apreensão cultural, bem na esteira do realismo-naturalismo em que se formara o autor”,<sup>197</sup> além, de o livro vir “precedido de um estudo sobre as *Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia*”,<sup>198</sup> organizado e publicado mais tarde nos “Estudos *Brazileiros*”. Uma dessas narrativas figurou mais tarde em um dos números do periódico literário *A Arena*. Recepcionando-o no primeiro número deste jornal literário – provavelmente Marques de Carvalho –, apresenta seu trabalho da seguinte maneira:

*O crime do tapuio* – um *apreciavel* conto inédito de nosso *illustrado collaborador* José Veríssimo, - há de agradar *immensamente* a todos, pelo brilhante *estylo despretencioso* com que é traçado, e pela grande e palpitante corrente de vida que percorre-lhe o entrecho, *collocando* de pé todos os seus personagens. Obra de um *intelligente conteur* que timbra em escrever n’uma linguagem simples e popular, seguindo, assim, os *dictames* d’um *lowavel* naturalismo sem pretensão (sic) de armar ao *effeito*, *O Crime do Tapuio* faz parte d’uma importante obra de estudos amazônicos e de crítica que José

<sup>196</sup> *Ibid.*, p.101

<sup>197</sup> BARBOSA, João Alexandre. “Introdução”. In: VERÍSSIMO, José. *José Veríssimo: teoria crítica e história literária*. Seleção e apresentação de João Alexandre Barbosa. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1977.

<sup>198</sup> VERÍSSIMO, José. *Scenas da Vida Amazônica*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1899.

Veríssimo tem *actualmente* nos *prélos* da casa editora dos srs. Tavares Cardoso & Irmão, de Lisbôa, e que deve *aparecer* a lume por todo o *mez* de maio vindouro.<sup>199</sup>

Portanto, discutir os momentos iniciais da vida de Veríssimo como escritor redator nos principais periódicos de meados de 70 do século XIX, é não somente compreender as novas configurações do saber que o paraense inaugurava, mas também antever as matrizes de pensamento que influenciaram João Marques de Carvalho como intelectual no Pará. Como outrora vimos num artigo intitulado *Da Crittica Litteraria*, Carvalho menciona Veríssimo entre aqueles autores identificados com uma nova direção filosófica especificamente no campo da critica literária. Concebendo-o como um importante nome entre a intelectualidade paraense, arrumou lugar privilegiado para o escritor entre as renomadas personalidades do Pará homenageados nos *suplementos artísticos* daquele semanário literário ao qual fazia parte como redator principal. Eram apêndices que saíam vez ou outra anexado em alguns números desse periódico.<sup>200</sup> Entre alguns nomes escolhidos, constam os seguintes:

Jose Veríssimo, Maestro Gurjão, Sylvio Romero, Tobias Barreto de Menezes, Luiz Guimarães, Franklin Tavora, Emilio Zola, Edmundo de Goncourt, Camillo Castello Branco, Pinheiro Chagas, Ramalho Ortigão, Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro [...] etc, etc.<sup>201</sup>

Da parte de Veríssimo, não tivera a mesma sorte Marques de Carvalho. Fazendo crítica a *Hortência*, romance publicado em volume em 1888, Veríssimo afirmava: “[...] com toda a franqueza que devo aos que me têm feito o favor de ler e ao Sr. Marques de Carvalho, que não gosto da *Hortencia*”.<sup>202</sup> Advertindo o leitor da pouca isenção que teria ao falar do escritor, pois “prendem-me a ele laços de camaradagem literária, que me obrigam a dar-me por suspeito”, justificava seu olhar sobre o romance apontando o equívoco de Marques de Carvalho ao ter Emile Zola como o próprio naturalismo, ou mesmo levando-o como doutrina. Segundo ele, “é um erro fatal de crítica literária – erro cuja insistente repetição se justifica talvez pela falta de orientação científica que a tem dirigido – atribuir movimentos artísticos consideráveis a um só

<sup>199</sup> “Os Originaes d’A *Arena*”, in *A Arena*. Belém, 17 de Abril de 1887, p.05.

<sup>200</sup> “Inteiramente moderna e completamente nova em seu gênero na *Amazonia*, *A Arena* resolveu dar *suplementos* artísticos em seus 1º e 3º números de cada *mez*.[...]constarão de retratos de *escriptores*, de artistas e de homens proeminentes da política *brazileira* e estrangeira e de peças musicais expressamente compostas para o nosso periódico.” In: “Os Nossos *Suplementos*”, *Ibid.*, p.06.

<sup>201</sup> *Ibid.*

<sup>202</sup> VERÍSSIMO, José. “O romance naturalista no Brasil” in. *Jose Veríssimo: teoria critica e historia literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977, p.192. Este artigo foi publicado anteriormente em Belém, pela imprensa; e reeditado tempos depois na obra *História da Literatura Brasileira* do mesmo autor.

homem.”<sup>203</sup> Zola, para Veríssimo, distorce o caráter humano em seus escritos devido relacioná-lo somente às torpezas e obsessão “pela ideia fixa da carne”. Dessa forma, critica a imitação em literatura, apontando no conterrâneo o erro em seguir a letra naturalista do escritor francês. Vejamos o que diz:

O Sr. Marques de Carvalho confundiu na *Hortênci*a o naturalismo com Zola, falseou o seu talento, forçou a nota crua, não recuou diante das mais torpes obscenidades, reviveu a tradição simplesmente pornográfica dos livros cujos nomes nem é decente citar – e o seu livro, no qual uma leitura atenta reconhece aqui e ali um singular dote de narrador, não passa de uma cópia forçosamente pálida da maneira zolista.<sup>204</sup>

Numa postura um tanto moralizante, Veríssimo aponta em *Hortênci*a desqualificações, muito em razão da proximidade com a figura de Zola. Importante notar a crítica sobre “a falta de orientação científica” em Marques de Carvalho, justamente o que este apontava nos seus contemporâneos de letras dois anos antes deste artigo ser publicado. Entretanto, não deixa de acentuar alguns pontos positivos no autor, como a habilidade de narrador, por exemplo. No que diz respeito à questão moral dessa crítica, endossa o argumento da arte pura, defendendo-a, pois “sendo o produto de uma civilização que, se não é imaculada, tem o respeito do gosto e da decência, não pode, sem falsificar-se, descer até o naturalismo dos discípulos ortodoxos de Zola”.<sup>205</sup> Portanto, condena o caráter de ortodoxia para com esse naturalismo, ressaltando não dever este se encarnar somente em Zola.

Ao adentrarmos nessa discussão, para enxergarmos em que ponto estava o cenário literário naquele momento, no que tangencia Marques de Carvalho e José Veríssimo, não podemos deixar de notar uma considerável diferença entre a escrita naturalista *n'O Pagé* e a forma dessa estética literária presente um ano depois em *Hortênci*a. Ao retratá-lo como ortodoxo, Veríssimo ressalta um ponto de vista que não fugiu aos olhares de diversos críticos posteriores ao caso incestuoso dos irmãos mulatos da ficção de Carvalho: a forte marca naturalista zolista. Todavia, no que se refere ao primeiro romance, não percebemos a presença de um possível naturalismo ortodoxo. Como explicar tamanha diferença num espaço curto de tempo? O que fez Marques de Carvalho desviar para uma linha mais zoliana em sua prosa de ficção? Se em *Hortênci*a

---

<sup>203</sup> *Ibid.*, p.194

<sup>204</sup> *Ibid.* p.194-195.

<sup>205</sup> *Ibid.* p. 195.

destacam-se fortes características naturalistas de Emile Zola, o que podemos dizer d'*O Pagé*?

Nelson Werneck Sodré, em estudo referência sobre o naturalismo no Brasil, destaca Eça de Queiroz como o escritor naturalista que mais influência proporcionou aos escritores brasileiros no último quartel do Oitocentos. Dito isto, não podemos deixar de mencionar que mesmo do outro lado do atlântico, sofremos os relampejos do que fora a atuação daqueles jovens intelectuais portugueses contra o conservadorismo nas letras.<sup>206</sup> Como importante escritor de nossa língua, Eça de Queiroz posicionou-se por entre os escritores mais importantes de final de século no Brasil. No que diz respeito ao naturalismo, figurou como um dos principais nomes. Ao lado de Emile Zola, foi tido como referência entre os brasileiros que se arvoraram pela literatura, principalmente no romance. Como dois nomes importantes para o cenário literário brasileiro de final de século, tanto Emile Zola, quanto Eça de Queiroz marcaram consideravelmente os rumos da literatura em nosso país. E para Marques de Carvalho, não foi diferente. Buscamos compreender, portanto, até que ponto um ou outro desses escritores estrangeiros definiram os contornos e traços do romance que se iria publicar em folhetim n'*A República*. Ao que parece, Eça de Queiroz influenciou o autor e a obra que se iria publicar naquele jornal. Na capital provinciana o escritor d'*O Pagé* trazia na bagagem, quando de retorno da Europa, os influxos que o levariam à confecção do primeiro romance paraense tipicamente naturalista publicado em solo amazônico.

Não sem riscos, podemos afirmar existir evidências que apontam uma leve correspondência entre Marques de Carvalho e o escritor d'*O Crime do Padre Amaro*. Se não, vejamos: no momento em que se publica os dois mais importantes romances de Eça, o jovem Marques se encontrava em Portugal concluindo seus estudos; mesmo que não estivesse desfrutado do alvoroço literário causado pelas *Conferencias do Cassino* e pelos artigos de Antero de Quental e Eça de Queiroz em território português, o paraense não deixaria de absorver as ressonâncias dessas transformações ali ocorridas, no campo literário brasileiro. Somado a isso, podemos notar certas aproximações entre os romances de Eça publicados em finais da década de 70 e o veiculado no rodapé d'*A República* em Belém do Pará. Além do que, como seguidores de Emile Zola, tanto o

---

<sup>206</sup> Sobre as agitações intelectuais decorrentes da Questão Coimbrã e da Conferencia do Cassino Lisbonense, vide SODRÉ, Nelson Werneck. *O Naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1965., principalmente o capítulo "O Naturalismo em Portugal" p.40.

escritor português, quanto Carvalho não seguiram à risca os ditames do romancista francês no que tange a estética naturalista, ou seja, os dois escritores não se fizeram ortodoxos na maneira de encaminharem seus romances. Portanto, dadas as devidas proporções entre um e outro, não podemos negar certas aproximações surgidas no campo cultural, mas precisamente o literário, ocorridas em razão dos fortes laços que ligavam Portugal e a antiga província do Pará.

Entre os diversos nomes tidos como matrizes teóricas para o escritor *d'O Pagé*, figura o de Eça de Queiroz. Embora a menção a este seja pouco frequente no discurso do literato, não descartamos a hipótese de sua relevância para a formação do pensamento naturalista do romancista. Sustentando tal argumento, destacamos a forma semelhante com que Marques de Carvalho desenvolvia sua trama ficcionista em relação aos dois primeiros romances de forte tendência naturalista daquele literato. Na apresentação do ambiente social urbano pequeno-burguês com seus vícios, ambições e hipocrisias; nos discursos racionais e científicos em contraposição às superstições vigentes naquela sociedade, e nas apreensões sensualistas de algumas personagens, vemos como em *O Pagé* denotam-se possíveis influências *d'O Crime do Padre Amaro* e *d'O Primo Basílio*.

Por último, podemos entrever, embora seguidores do realismo-naturalismo francês, em Balzac, Flaubert e principalmente Émile Zola, os dois literatos em questão não seguem à risca os ditames do naturalismo deste último. *O Pagé*, como primeiro trabalho do tipo do autor, não inaugura a marca que definiu, por exemplo, seu segundo romance publicado um ano depois: *Hortêncina*. Esse trabalho, de forte teor naturalista zoliano, prefigura cenas caracterizadas como ortodoxas em se tratando de um romance de tese. A questão do histerismo feminino, as cenas de erotismo nos protagonistas e o forte determinismo da raça e do meio são alguns dos pontos que chamam atenção do leitor desatento às diretrizes do naturalismo a partir de Émile Zola.

Contudo, falar de cenário literário paraense naturalista é também compreender as diversas formas que essa ideologia, estética e/ou escola literária se configurou entre os mais diversos sujeitos históricos, inseridos na rede de sociabilidade de jornalistas, literatos e intelectuais, e que em sua dinâmica complexa de sentidos, emergiu das fontes sob diversas formas. Sendo assim, a partir desse caráter polissêmico, uma das maneiras de expressar a nova concepção literária por entre nossos escritores,

teria sido a publicação por Marques de Carvalho de um prefácio, que se analisado do ponto de vista do escritor, em se colocar como inaugurador de uma corrente nova em literatura caracterizou-se como um manifesto puramente naturalista em solo paraense.

Vejamos agora alguns pontos desse prefácio assinado por Marques de Carvalho ao dar início a publicação de seu mais novo trabalho literário. Texto esse que de tão combativo, ganhou ares de um verdadeiro manifesto literário. Um manifesto naturalista paraense. Com o objetivo de compreender o que afirmava o literato acerca da mencionada escola, que se entendia “moderna”, além de compreender o significado desse manifesto para o cenário literário paraense, vamos ao PREFÁCIO.

### **1. 6 – O Prefácio como manifesto naturalista.**

Não era incomum em meados do século XIX, encontrar em meio às páginas de jornal que se utilizavam dos folhetins o tão comentado *prefácio*. O gênero romântico fez uso do mesmo para propagandear seu programa literário. Eram os manifestos românticos, que desde Vitor Hugo, consagram as linhas demarcatórias de um determinado estilo ou programa. Fixando paradigmas, ou mesmo quebrando-os, interpõe uma nova maneira de conceber uma determinada escola ou estética literária. Assim eram os prefácios no século XIX, que tinham nos jornais o principal veículo de divulgação.

Como parte importante de um texto que seria posto à apreciação pública, o prefácio possuía diversas funções e significados dentro da relação autor-leitor. Entre tantas finalidades, teria a função de dizer a que veio, assim como, chamar a atenção do almejado leitor para o que se iria publicar. Na maioria dos casos assinado pelo próprio autor, dispunha de diversos recursos discursivos, tanto para o convencimento quanto para a divulgação de pensamentos e visões de mundo. Esse caso será aqui comentado, onde Marques de Carvalho, de Recife em 1886, assina o prefácio da obra, segundo o autor, de letra tipicamente naturalista.

É na manhã de 18 de janeiro de 1887 que os leitores da capital paraense através das linhas impressas do jornal *A República*, testemunham o que seria o prenúncio de uma das primeiras obras dita naturalista confeccionado e publicizado em

terras amazônicas. O mais novo número deste periódico diário trazia em sua terceira folha o frontispício do Folhetim, que ao pé da página chamava a atenção com os seguintes dizeres: “Litteratura amazônica. O PAGÉ. Romance naturalista. PREFACIO”.<sup>207</sup> Mal sabia o leitor, que ao folhear de páginas, esbarraria com o *Folhetim*. Tratava-se do espaço reservado às expressões literárias ou crônicas do dia a dia da cidade e que neste dia inaugurava o mais novo romance escrito por Marques de Carvalho. Nesse momento iria surgir um novo estilo, uma nova estética literária na província paraense: o naturalismo. Fazendo o anúncio da supradita escola, como dito, vinha junto a esse primeiro número do romance em folhetim, o prefácio.

Baseando-se na análise do perfil do leitor, na imagem do autor e na construção do gênero romanesco na primeira metade do século XIX através do discurso do escritor, Germana Sales analisa a importância dos prefácios em folhetins brasileiros em meados do século XIX. Uma de suas finalidades seria o de estabelecer um diálogo entre autor e leitor: “o autor orienta o leitor a fim de que este obtenha o maior aproveitamento possível do texto.” Como área de debate e definição de ideias “buscam dar forma à estética romanesca”. Para ela, “devem ser examinados como elementos da história do romance e da formação do público leitor.”<sup>208</sup> Dessa forma, entendemos a importância da análise do prefácio dando conta de sua historicidade e significado histórico para o romance brasileiro. No caso do prefácio d’*O Pagé*, inferimos de sua escrita, maneiras de enxergar o delineamento do romance na província paraense. Marques de Carvalho dá enfoque à nova forma de se fazer romance no Pará, visto por ele como moderno em relação a uma estética literária que perdia lugar naquele contexto: o romantismo.

Neste número a preocupação do literato era em torno do prenúncio de sua obra, por isso assinara ele mesmo o prefácio onde expõe suas prerrogativas acerca de seu mais novo trabalho literário. Afirma que:

É O Pagé o primeiro trabalho de seu gênero *escripto* por um paraense: cabe-me essa glória, tenho a máxima honra em reclamar-a. Desejei fazer um romance que fosse simplesmente um estudo *physio psychologico* desse personagem astucioso e *hypócrita* que é o terror dos espíritos fanáticos do povo de minha província; para isso, alienei-me da velha escola romântica,

<sup>207</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim. O Pagé.” in. A República, Belém, 18 de janeiro de 1887, p. 03.

<sup>208</sup> SALES, Germana Maria Araújo. Palavra e Sedução: uma leitura dos prefácios oitocentistas (1826-1881). Campinas, SP: [s.n], 2003. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos de Linguagem, p.15.



despresei-lhe os abusos e prolixidades, para deixar-me levar pela grande orientação *litteraria* de nossa época.<sup>209</sup>

Como dizíamos, o escritor inaugura a letra naturalista na província paraense, pois atribui a si a responsabilidade sobre isso.<sup>210</sup> Mas, ao afirmar ser o primeiro paraense a escrever um romance numa perspectiva naturalista, Marques de Carvalho parece ignorar a escrita de um outro paraense de igual estima em nossa literatura que também merece o título de precursor desse naturalismo: trata-se de Inglês de Souza. Mauro Barreto encaminha muito bem esse debate ao recompor os passos do literato desde seus primeiros escritos até às recentes discussões historiográficas a respeito de sua vertente naturalista, e de como se teria iniciado pela pena do escritor. A principal discussão se dá entre Inglês de Souza e Aluísio de Azevedo, sendo o último a possuir o título de precursor do naturalismo no Brasil. Não discorremos a fundo nesta questão tendo em vista que Barreto já o fizera. Todavia, fica o seguinte questionamento: a Inglês de Sousa coube o posto de primeiro romancista naturalista tipicamente urbano publicado em terras amazônicas? Ao que tudo indica não. A análise do romance de Carvalho, observando suas peculiaridades enquanto romance de costumes urbanos escrito e publicado no Pará, talvez esclareça essa questão.<sup>211</sup>

A respeito do prefácio enquanto manifesto literário, Sabrina Ribeiro Baltor expõe a figura excêntrica do poeta Theophile Gautier e seus prefácios, especificamente o que introduz a obra *Mademoiselle de Maupin*, de 1834. Neste artigo a autora propõe “um estudo da importância dos prefácios de Théophile Gautier como instrumentos legitimadores de sua estética, como construtores de um posicionamento do autor no campo literário.”<sup>212</sup> Entre 1832 a 1844, Gautier escreveu apenas cinco prefácios, sendo o de *Mademoiselle de Maupin* considerado representativo da estética romântica em literatura, além disso, prefigura como manifesto de uma teoria da arte pela arte, onde o

<sup>209</sup> Marques de Carvalho, Folhetim: Prefácio, in: A República. Belém, 18 de janeiro de 1887, p.03

<sup>210</sup> Na historiografia literária existem discussões a respeito dos marcos-zero, onde questionamentos acerca da origem de uma determinada escola ou cânone é bastante frequente, se teria surgido aqui ou ali, com que autor ou que obra. A respeito de limites entre épocas ou períodos, Afrânio Coutinho faz o seguinte comentário: “sendo como são unidades vitais, dotados portanto de realidade, não existe entre eles fronteiras nítidas e margens precisas, nem marcos iniciais e términos fixos. Ao contrário, o que prevalece na realidade são ‘zonas fronteiriças’ (Fidelino de Figueiredo) nas quais os acontecimentos individuados, expressos em datas, não passam de sinais ou termos de referência, indicadores da passagem de uma para outra época.” Ver COUTINHO, *Op. Cit.*, p.25

<sup>211</sup> A segunda parte desta dissertação analisará o romance por si mesmo, discutindo a trama e o lugar dos personagens dentro da concepção naturalista de literatura. Será observada a vertente desse naturalismo que Marques de Carvalho se arroga pioneiro no Pará.

<sup>212</sup> BALTOR, Sabrina Ribeiro. “Théophile Gautier, prefaciador”. In: MELLO, Celina Maria Moreira de; CATHARINA, Pedro Paulo Garcia (org.). *Crítica e Movimentos Estéticos: configurações discursivas do campo literário*. Rio de Janeiro: 7letras, 2006, p.43

Belo figurava em lugar de uma arte social. Essa postura, segundo a autora, aparece desde 1832 com o primeiro prefácio intitulado *Albertus ou L'Âme et Le Péché, légende theologique*, que se faz evidente principalmente na obra de 1834.

Se considerarmos o prefácio como um espaço enunciativo em que o autor, através de indícios implícitos e explícitos, tentar marcar o seu posicionamento no campo literário e, conseqüentemente, conquistar uma posição, o primeiro texto com esse caráter assume um valor considerável.<sup>213</sup>

Para Baltor “o espaço enunciativo do prefácio permite ao autor expor de modo direto e indireto sua teoria estética, além de atacar seus adversários.” Logo, fazendo uso desse espaço, Gautier expõe o que concebia como arte e a quem cabia suas críticas. Podemos ler isso através de seus escritos, assim como, quando propõe “um livro sem romance, sem contos, em que o prefácio seria o único conteúdo”, tamanho era a importância deste para sua escrita: “tudo está lá, as palavras e as ideias. O prefácio é o germe; o índice, o fruto”. Para ele, “O prefácio do autor é o *post-scriptum* de uma carta de mulher, seu pensamento mais caro: você pode não ler o resto”.<sup>214</sup>

Portanto, percebemos o valor do prefácio como enunciador de ideias. Como vimos, tamanha era a sua importância nos idos do século XIX, que o poeta romântico ousava valorizar somente este como escrita literária a ser levado em conta. Dadas às devidas proporções, no Brasil o papel que o prefácio irá ganhar é tão fundamental quanto o do cenário francês.<sup>215</sup> No caso de Marques de Carvalho, é evidente sua postura e tentativa de demarcar um campo de atuação para o que concebia como “ideias novas”. Era o naturalismo nas letras, explícito desde o subtítulo da obra em questão – romance naturalista –, onde enuncia sua forma de conceber a literatura naquele momento, almejando posições no campo literário paraense a partir do discurso presente no prefácio.

Retomando o artigo de Baltor, temos a partir de Gerard Genette os seguintes pontos acerca das diversas funções do prefácio. São eles:

Apontar a justificativa, a importância ou a originalidade do texto que o segue; oferecer uma unidade caso seja o prefácio de uma coletânea; tentar atestar a veracidade do que será contado; mostrar a dificuldade de realizar a tarefa de escrever determinado texto; esclarecer as origens da obra; evidenciar a escolha de um público-leitor; revelar o caráter exclusivamente ficcional do

<sup>213</sup> BALTOR, *Op. Cit.*, p.45.

<sup>214</sup> GAUTIER, *Preface de Les Jeunes-France*, 2002, Apud. BALTOR, *Op. Cit.*, p. 49.

<sup>215</sup> Germana Sales enumera vários desses prefácios que aparecem na imprensa brasileira da época. A autora, como dito, discute sob diversas formas o que queriam os autores brasileiros com esses escritos; vide SALES, *Op. Cit.*

livro em questão; advertir a respeito da ordem estabelecida no texto; explicar que o texto que segue está inserido em um conjunto formado também por outras obras publicadas pelo mesmo autor; realizar um tipo de pré-interpretção do livro, declarando as intenções do escritor; ou, enfim, apontar o caráter inovador em termos de gênero da obra que o sucede.<sup>216</sup>

Entretanto, conforme a autora, os três primeiros textos introdutórios de Gautier fogem a esse tipo de classificação apontada por Genette. Esses prefácios iniciais do poeta “discutem menos a obra, concentrando-se sobretudo no contexto de produção.” Este tipo de prefácio, Genette chama de prefácio-manifesto. É justamente esse o caso do prefácio de Marques de Carvalho. Discutindo o cenário literário ao seu redor, o literato expõe o que acreditava haver de mais moderno em literatura naquele momento. Preocupando-se com a repercussão de sua obra em meio ao campo literário onde ainda era vigente o romantismo, ao mesmo tempo em que legitimava o naturalismo frente a este estilo, manifestava-se da seguinte maneira:

Bem sei que esse livro causará escândalo na família paraense, pela rudeza de suas *scenas* copiadas da vida real com o maior e mais consciencioso escrúpulo. Tenho *quasi* que uma certeza dos ataques violentos que me vão ser dirigidos pelos conservadores românticos, dos *quaes* a renitência em permanecerem na olvidada escola é deveras contristadora. Mas eu não me acobardo, não volto *atrás*: espero que a justiça me será feita um dia, quando a evolução (sic), beneficemente fatal, houver curvado todas as cabeças a moderna formula *litteraria*. *Aquelles* que pateiam hoje o realismo, *applaudil-o-hão* amanhã, logo me o tenham *comprehendido*.<sup>217</sup>

Portanto, respaldado pela “evolução fatal” que levaria o naturalismo a todas as “cabeças” que em breve “applaudil-o-hão”, o literato paraense apresentava seu ponto de vista acerca da literatura que concebia como a mais coerente naquele momento. Afirmando não temer as conseqüências de sua mais recente obra, traz à tona a questão do escândalo, sendo uma forma de seduzir o público leitor para a obra que se anunciava.<sup>218</sup> Sabendo disso, o nosso literato não poupou argumentos na campanha levada pelo prefácio para atrair o leitor às páginas d’*O Pagé*. Apostava na polêmica de seus escritos “pela rudeza de suas *scenas*” transcritas de “documentos humanos” e “com o maior e mais consciencioso escrúpulo”, tal qual os franceses realistas e naturalistas empregavam em suas obras, principalmente Emile Zola, de que era seguidor assumido.

Marques de Carvalho afirma ainda que analisará o perfil psicológico de uma figura emblemática naquela Belém do final do século XIX. Trata-se do pajé, sujeito

<sup>216</sup> BALTOR, *Op. Cit.*, p.50.

<sup>217</sup> Marques de Carvalho, Folhetim: Prefácio, in: A República. Belém, 18 de janeiro de 1887, p.03

<sup>218</sup> O uso do escândalo por autores naturalistas será discutido mais à frente.

histórico que sofria a perseguição por parte de uma elite intelectual paraense, que o via como significado de atraso e barbárie. Como “astucioso” e “hipócrita” corrobora o ponto de vista do literato em relação à personagem, tendo em vista os inúmeros noticiários que expunham o envolvimento desses pajés em casos de polícia, colocados principalmente como réus frente àquela sociedade que buscava seguir ideais de progresso e civilização. Mas estes ideais modernizantes não abarcavam por inteiro aquela sociedade, deixando transparecer lacunas. Eram muito comuns os diversos usos e significados atribuídos à chamada “medicina popular”, que se confundia com um saber dito “oficial”.<sup>219</sup> Com isso, percebemos a elaboração pelo autor de personagens que possuem o domínio dessas formas de conhecimento popular, que acabaram ganhando ênfase no romance como tipos sociais. No prefácio, o escritor destaca a análise “*physio psychologica*” das personagens, em conformidade com a concepção literária naturalista dos irmãos Goncourt, do qual empresta os argumentos, “por conterem uma Idea adequada ao *assumpto* e interpretarem o meu pensamento, vão servir para remate deste pequeno prefácio”.<sup>220</sup> Trata-se de um prefácio dentro de outro. Carvalho faz uso do prefácio de um romance naturalista dos Goncourt, considerado um dos diversos manifestos literários dessa escola, para legitimar o seu em Belém do Pará. Nos chama a atenção o espaço dedicados às palavras dos irmãos literatos, reconhecidos como importantes figuras para a estética naturalista na França. Segue na íntegra as palavras dos irmãos franceses citadas pelo paraense:

Elle (o publico), é apaixonado pelas obrinhas *bregeiras*, pelas memórias de prostitutas, pelas porcarias eróticas, pelo escândalo que uma estampa ostenta nas vitrines das livrarias – e aquilo que se *vae* ler é severo e puro. Que não espere a *photographia* decotada do Prazer: o estudo que aqui *vae* é a CLÍNICA DO AMOR.

Com sua triste e violenta *distracção*, este livro foi feito para contrariar-lhe os hábitos e prejudicar-lhe a *hygiene*.

Agora, que seja *calumniado* este livro, pouco lhe importa. Hoje que o romance alarga-se e *crece*; hoje que começa a ser a grande forma séria, apaixonada, viva, do estudo *litterario* e da inquirição social; hoje que se muda, pela pesquisa *psychológica* e pela *análise*, na História moral contemporânea; hoje que o Romance tomou sobre si os estudos e tarefas da *sciencia*, pode reivindicar as liberdades e franquezas *della*.<sup>221</sup>

<sup>219</sup> A respeito dessas questões, ver FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *A Cidade dos Encantados: pajelanças, feitiçaria e religiões afro-brasileiras na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2008.

<sup>220</sup> Marques de Carvalho, Folhetim: Prefácio, in: *A República*. Belém, 18 de janeiro de 1887, p.03

<sup>221</sup> *Ibid.*

Contudo, o manifesto naturalista escrito e publicado por Marques de Carvalho almejou contribuir para maior movimentação do campo literário paraense naquelas últimas décadas do Oitocentos. Legitima a visão de mundo do escritor moldando formas de compreensão do gênero romance na capital paraense. Demarca um espaço antes voltado principalmente para o romantismo, deixando ver as novas configurações que aquele campo literário tomava em meio aos debates e discussões travadas em torno das novas correntes de ideias que adentravam o universo científico-literário do país, assim como, as transformações sociais e econômicas que caracterizam aquele *fin de siècle*.

## 2 - Parte II – A Obra

Nesta segunda parte discutiremos o romance publicado n’*A República*. Iniciaremos por uma breve explanação acerca do gênero “romance” no decorrer do século XVIII ao século XIX, mais precisamente sobre o processo que engloba os diversos momentos de legitimação do gênero enquanto texto literário. Faremos a introdução ao romance *O Pagé*, principalmente a análise e apresentação do enredo e das personagens em suas peripécias por entre a trama supostamente naturalista. Abordaremos o olhar crítico dos intelectuais, jornalistas e literatos, buscando dar conta ainda do público leitor do folhetim em que se publica o romance.

A respeito da trama, podemos destacar três planos na obra: o núcleo principal que envolve a família de Mathias em torno do palacete localizado à Praça Batista Campos; o caso de vingança envolvendo o médico Adalgiso e algumas pessoas que lhe faziam intriga; e o advogado Eduardo da Anunciação, que na lide de bacharel sem causas encontra em alguns membros da elite belenense formas de contornar sua real situação, e que vive um romance misterioso, que fica sem mais detalhes em razão da publicação findar antes da conclusão da trama. Quando o *A República* cessa suas tiragens, provavelmente por razões financeiras, a obra de Marques de Carvalho também deixa de ser publicado. Mas seria esse o principal motivo para o término d’*O Pagé*? E o fato da trama não ter sido concluída, prejudica nossa análise e observação acerca do mesmo? Sobre este último, podemos afirmar que não. Os vinte e três números do folhetim *O Pagé* são suficientes para analisarmos a importância do naturalismo enquanto “*idea nova*” e suas diversas implicações nos debates e discussões na imprensa, além do significado desse romance “inconcluso” para os questionamentos envolvendo a História da capital paraense em finais do século XIX. Quanto aos motivos que levaram Marques de Carvalho a não concluir seu romance, nada podemos afirmar com certeza. Por enquanto, seguiremos com a segunda parte desta dissertação nos atendo principalmente aos seus vinte três capítulos publicados na imprensa.

## 2. 1 – O gênero romance.

Ian Watt, analisando o processo de ascensão do romance na Inglaterra do século XVIII, considera como os três primeiros romancistas ingleses: Defoe, Richardson e Fielding.<sup>222</sup> Os escritores apresentavam mudanças em relação à forma que até então se escrevia ficção. Watt almejava, então, compreender as sensíveis mudanças que ocorreram nessa forma de escrita literária, antes mesmo de sua configuração como gênero romance, consagrado somente no século XIX. Para isso, fundamental seria elucidar a relação entre os caracteres literários desse “romance” e a própria sociedade em que se desenvolvia o gênero.

Apoiado nos historiadores da literatura, que perceberam peculiaridades na nova forma de escrita ficcionista, destacou a ideia do realismo em contraposição à tradição literária anterior. Porém esse realismo, não seria o relacionado à literatura francesa do século XIX. Trata-se de um realismo que visa “retratar todo tipo de experiência humana e não só as que se prestam a determinada perspectiva literária”, em que o autor encontra na filosofia os conceitos para determinar esse realismo. Portanto, a concepção do romance inglês do século XVIII pauta-se num realismo mais filosófico, que oposto às definições universais dos escolásticos sobre o termo, propiciou a ideia da particularidade, assim como, originalidade nesses escritos de ficção. De outra forma, essa diferenciação em relação à escrita anterior tradicional, se deu com a individualização dos personagens, no uso de nomes próprios, por exemplo, além da apresentação mais detalhada do ambiente e do espaço no cenário da ficção. Watt atentou ainda para a questão do tempo na narrativa, mais complexo em relação àquela escrita clássica.

Portanto, é desse empréstimo da tradição realista na filosofia que suscitou o realismo no romance; um realismo que Watt denominou de “formal”. Para o escritor, isso se deve a manifestação de mudanças bem mais amplas no contexto de sociedade, ou seja, devido a “vasta transformação da civilização ocidental desde o renascimento [...], por outra muito diferente, que nos apresenta essencialmente um conjunto em

---

<sup>222</sup> WATT, Ian. *A Ascensão do Romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. Tradução Hildegard Feist. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

evolução, mas sem planejamentos de indivíduos particulares vivendo experiências particulares em época e lugares particulares”.<sup>223</sup>

Para esta pesquisa, o olhar de Watt sobre o romance inglês do século XVIII, enriquece a perspectiva do historiador sobre o gênero, mesmo que em nosso caso, delimitado o final do século XIX como contexto. O sentido para isso é a compreensão do “realismo formal”, que para o autor “não se refere a nenhuma doutrina ou propósito literário específico” – ou seja, sem confundir com realismo-naturalismo – mas sim, “um conjunto de procedimentos narrativos que se encontram tão comumente no romance e tão raramente em outros gêneros literários”.<sup>224</sup> Isso nos permite chamar a atenção para essa forma de olhar o romance, a particularidade do gênero em relação a outras formas literárias. Sob essa perspectiva, Watt afirma:

O romance constitui um relato completo e autêntico da experiência humana e, portanto, tem a obrigação de fornecer ao leitor detalhes da história como as individualidades dos agentes envolvidos, os particulares das épocas e locais de suas ações – detalhes que são apresentados através de um emprego da linguagem muito mais referencial do que é comum em outras formas literárias.<sup>225</sup>

Mas essa realidade é uma imitação, uma convenção, que não pode ser confundida como a expressão mais fiel da verdade. No entanto, esse realismo formal “permite uma imitação mais imediata da experiência individual situada num contexto temporal e espacial do que outras formas literárias”. Daí a importância, mais uma vez, do gênero em questão para chegarmos o mais próximo das expressões sociais de homens e mulheres num determinado tempo, até porque, essas convenções literárias de que nos fala Watt, “exigem do público menos que a maioria das convenções literárias”, o que explicaria, segundo o autor, “porque a maioria dos leitores nos dois últimos séculos tem encontrado no romance a forma literária que melhor satisfaz seus anseios de uma estreita correspondência entre a vida e arte.”<sup>226</sup> Logo, podemos dizer que tais assertivas também valem para o século XIX, principalmente em se tratando do público leitor, que se no século anterior já despontava como consideráveis consumidores do gênero em questão, quiçá no Oitocentos.

---

<sup>223</sup> *Ibid.* p.30

<sup>224</sup> *Ibid.*

<sup>225</sup> *Ibid.* p.31

<sup>226</sup> *Ibid.* p.32



Sobre esse público leitor e a questão econômica influenciando na obtenção de consumidores de romances, não era a parcela mais pobre desses leitores, segundo o autor, que interessava para os romancistas, mas sim a classe média, que teria também nesses romances “distração fácil à custa da obediência aos padrões críticos tradicionais”, assim como, desenvolvendo um gosto cada vez mais laico em relação à literatura anterior pautada em obras religiosas. Esses fatores, principalmente o econômico, favoreceram a prosa em lugar do verso, propiciando um maior espaço para que o romance, da forma como Watt evidencia, se fizesse livre das regras e padrões de uma crítica que já não mais fazia sentido em Defoe e Richardson. Logo, a classe média e suas novas exigências, interesses e aptidões, foram a “grande força” nessa transformação do romance na passagem do século XVII ao século XVIII. Mas quanto ao século XIX? O que ficou do gênero no Oitocentos?

Marthe Robert discute o processo de configuração do romance moderno enquanto gênero literário. Remontando influências parcas das epopeias clássicas, a autora afirma seu caráter relativamente recente como gênero. Abordando os caminhos que este percorreu, menciona os diversos significados que essa forma literária obteve com o decorrer do tempo. O juízo pejorativo dado ao gênero firmou-se até meados do século XIX, quando se desdobrou em uma das mais importantes expressões literárias modernas. Tal atributo se deve, segundo Robert, ao seu caráter arrivista, pois, se “examinarmos de perto, ele o deve sobretudo a conquistas nos territórios de seus vizinhos, nos quais ele pacientemente absorveu até reduzir quase todo o domínio literário à condição de colônia”,<sup>227</sup> passando de gênero menor e desacreditado para o *status* de “potência provavelmente sem precedentes”, reinando único na vida literária.

De caráter livre e universal, destacou-se por sua indefinição. Do ponto de vista literário e da realidade, possui os atributos necessários para a quase “total anarquia”. Do primeiro permite-se ir da “descrição, a narração, o drama, o ensaio, o comentário, o monólogo, o discurso; além de ser a seu bel prazer, sucessiva ou simultaneamente, fábula, história, apólogo, idílio, crônica, conto, epopeia”. Do segundo, “que mantém relações mais estreitas que qualquer forma de arte, permite-se-lhe pintá-lo fielmente, deformá-lo, conservar ou falsear suas proporções e cores, julgá-lo” em meio ao mundo fictício que constrói. No entanto, essa abertura “a todos os possíveis” que o

---

<sup>227</sup> ROBERT, Marthe. “Porque o romance?” in: *Romance das Origens, Origens do romance*. trad. André Telles. São Paulo Cosac Naify, 2007. p.12.

romance suporta, trás consigo o desconforto e o inconveniente do indefinível, sendo essa a razão, de certa forma, de sua expansão contínua e sua voga nas sociedades modernas. Podemos conceber uma definição, teoria ou “uma classificação racional” para o gênero?

Para a autora, essa indefinição corrobora e legitima a flexibilidade do gênero, mesmo à frente da crítica literária, que sem balizas não tem como definir o que é ou não romance, ou o que está dentro ou fora do gênero. Segundo Robert,

Um julgamento assim só é obviamente admissível caso se apoie num princípio geral apropriado para dar conta ao mesmo tempo das inumeráveis particularidades das obras, isto é, de sua liberdade, e da necessidade de suas características comuns.<sup>228</sup>

O que não deixa de gerar conflitos entre a liberdade do romancista e a falta de baliza do crítico literário, que não o aceita sem estabelecer certos limites. Marthe Robert, portanto, introduz a discussão sobre o papel dos lexicógrafos na tentativa de definir alguns pontos comuns sobre o gênero em questão. Buscando respostas, encontra em alguns verbetes de dicionários outro problema. Na tentativa de defini-lo, uns o conceituam como “romance de fingimento”, ou seja, um tanto distante da realidade. Surge então uma questão: até onde vai a ficção e o real no gênero? Segundo a crítica literária,

tudo é fingido num mundo criado em todas as peças para ser escrito: sejam quais forem o tratamento que receba e a forma sugerida, a realidade romanesca é fictícia, ou mais exatamente, é sempre uma realidade de romance, em que personagens de romance têm nascimento, e aventura de romance.<sup>229</sup>

O debate toma boa parte das preocupações da autora. De fato, essa é uma questão, ao que parece, bem presente no que tange à análise do gênero. No caso d’*O Pagé*, a problemática chama a atenção, haja vista, a forma como Marques de Carvalho se utiliza do real para dar forma à trama. O caso é emblemático devido o fato de os personagens fictícios serem arrolados ao lado de figuras, nomes e situações reais do universo político, literário e intelectual da província paraense. O que lembra os personagens balzaquianos que se confundiam com indivíduos reais daquela França d’*A Comédia Humana*.<sup>230</sup> Emile Zola usa a expressão “senso do real” para definir a noção

<sup>228</sup> *Ibid.* p.15

<sup>229</sup> *Ibid.* p.18

<sup>230</sup> Cf. RÓNAI, Paulo. *Balzac e a comédia humana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora do Globo, 1957.

de realidade dentro da trama. Se opondo ao romantismo, firmava esse senso do real no lugar da imaginação, ou seja, “sentir a natureza e representá-la tal como ela é.”<sup>231</sup> Criticando essa afirmação, podemos dizer que a apreensão do real, como nos diz Zola, não deixa de trazer em si a subjetividade do escritor, logo, certa dose de imaginação.<sup>232</sup> Sobre a questão, Ian Watt afirma: “a transcrição fiel da realidade não leva necessariamente à criação de uma obra fiel à verdade ou dotada de permanente valor literário”; prefere o “realismo formal”, desconstruindo a afamada objetividade e idealização do “real” no naturalismo. Para finalizar a discussão, Marthe Robert faz o seguinte comentário:

Vista sob esse ângulo, a questão do verdadeiro e do falso ganha pelo menos certa precisão: o romance nunca é verdadeiro nem falso, fazendo apenas sugerir um ou outro, isto é, dispondo sempre exclusivamente da escolha entre duas maneiras de enganar, entre duas espécies de mentira que apostam desigualmente na credulidade.<sup>233</sup>

Neste ponto da pesquisa, intenta-se com tais questionamentos, compreender a posição de Marques de Carvalho em optar pelo romance, em lugar do conto e da poesia, formas estas tão comuns no repertório do escritor. Nosso propósito é instigar, pela dúvida, as razões de sua escolha em seguir um outro direcionamento em seu fazer literário. Acostumado com poemas e sonetos, além dos contos e umas poucas novelas,<sup>234</sup> o que teria feito de Marques de Carvalho um romancista? O que o levou a optar por esse gênero?

Seguindo esse raciocínio, somos levados a tentar compreender o processo histórico do romance enquanto gênero literário no Brasil. Perceber a consagração do romance enquanto forma literária. De fato, a importância e a valorização do gênero junto ao campo literário brasileiro, podem ter contribuído para o novo posicionamento de Carvalho como escritor naquele cenário. Podemos levar em conta que publicar poesias talvez não angariasse público leitor tal qual o romance angariava, ou seja, o “sucesso” do gênero pode ter sido um elemento fundamental para o escritor. Analisaremos então, os diversos caminhos de legitimação e inclusão do gênero como patrimônio nacional. Para isso, o trabalho de Valéria Augusti contribui

<sup>231</sup> ZOLA, Emile. *Do romance: Stenda, Flaubert e os Goncourt*. Tradução Plínio Augusto Coelho. – São Paulo: Editora Imaginário, 1995, p.26.

<sup>232</sup> A respeito dessa objetividade no naturalismo, ver CARONI, Ítalo. *A Utopia Naturalista*. In. *Ibid.*

<sup>233</sup> ROBERT, Op. Cit. p.27.

<sup>234</sup> Sobre outros gêneros literários em Marques de Carvalho, ver BARRETO DA ROCHA, Carmem Dolores Marçal. *O Olhar Microscópico de Marques de Carvalho sobre o Pará do século XIX*. Belém: IOEPA, 2004.

consideravelmente, pois ao questionar como ocorreu a consagração do romance em nosso país, indica os melhores caminhos para compreendermos a posição de Marques de Carvalho como romancista.

No Brasil, a crítica literária que se formava, extraiu da tradição clássica o modo de analisar os romances. A “unidade de ação” em Aristóteles foi uma delas, assim como, a verossimilhança da narrativa – o fato e a ficção –, e a questão do estilo. Mas como se constituiu essa crítica? De que maneira atuava? Fora na imprensa que esta se configurou, muito em virtude da própria disseminação da literatura junto a esse veículo de comunicação:

Assim sendo, pode-se dizer que até pelo menos a primeira metade do século o romance tradicional conheceu ampla aceitação nas páginas da imprensa, mesmo quando desrespeitava as regras clássicas de composição que lhes eram exigidas pela crítica.<sup>235</sup>

Antes disso, o processo de consagração do gênero se constituiu desde sua inserção nos sistemas escolares, especificamente nos bancos do Colégio D. Pedro II. Nessa instituição, o romance e a crítica literária ganharam contorno com as diversas disciplinas e obras que se utilizavam desses romances como material de apoio para a formação dos alunos, sugerindo “o aceite incontestado pelos poderes instituídos”, ao mesmo tempo em que constituía um campo de crítica para os mesmos. Nesse ínterim, a questão da nacionalidade do cânone literário destacou-se como uma das nossas preocupações. Na imprensa, a respeito de uma leve mudança de perspectiva em não se ater tão somente ao caráter moralizante do romance, temos “a utilização cada vez mais freqüente do termo romance de costumes, por meio do qual se procurou enfatizar o comprometimento do gênero com a representação da realidade nacional.”<sup>236</sup> Embora ainda preso ao caráter popular e voltado às questões morais, o romance passou a ser considerado “uma ‘forma’ literária em que se podia vazar um ‘assunto sério’”. Segundo Valéria Augusti, sobre os chamados romances de costumes, que começaram a aparecer bastante naquele momento, temos que:

No mais das vezes utilizado para fazer referência à prosa de ficção que se acreditava representar as mais diversas regiões do país do ponto de vista de sua natureza física e também dos costumes de suas populações, fossem ela da corte, do “interior” ou dos tempos mais remotos, o termo romance de

---

<sup>235</sup> AUGUSTI, Valéria. *Trajetórias de consagração: discursos da crítica sobre o romance no Brasil oitocentista*. Campinas, SP: [s.n.], 2006. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

<sup>236</sup> *Ibid.*, p. 106

costumes ganhou espaço no discurso crítico, que o utilizava de forma ampla o suficiente para abranger as mais diversas manifestações do gênero.<sup>237</sup>

É com o termo “romance de costumes” que *Mephistópheles* caracteriza *O Pagé* de Marques de Carvalho em crônica a respeito de diversos romances-folhetins que saíam à público nos principais jornais da capital paraense. Nesse momento, o naturalismo já se fazia presente em meio à imprensa. É justamente esse naturalismo que irá se apropriar do termo “romance de costumes” na distinção de seus escritos. Isso representa, segundo Augusti, um novo olhar da crítica que passaria a valorizar a “multiplicidade social e cultural da nação”. As atenções se voltam para o escritor e sua maneira de confeccionar a ficção, onde o viés naturalista era o ponto principal do debate. O romance passava a ser concebido a partir de uma nova ótica, sob um novo método. Seu estatuto modificava-se, e ao que tudo indica, *pari passu* aos delineamentos que o naturalismo seguia no Brasil: “[...]a entrada da crítica e prosa de ficção naturalistas no cenário literário criou um verdadeiro campo de reflexão e disputa acerca dos processos de produção e escrita do gênero.”<sup>238</sup>

De vertente naturalista, *O Pagé* inaugurava uma nova forma de escrita ficcionista em Marques de Carvalho. Embora autor de diversos escritos publicados em jornais e volumes, o literato nada publicou que lembrasse um romance em tamanho e estilo. Entretanto, com as mudanças que se constituíam na Europa e principalmente no Brasil, no que tange o campo literário e a consagração do romance enquanto gênero, o escritor paraense identifica-se por esses novos valores colocando-se como precursor de uma nova forma de escrita literária no Pará: o romance naturalista. Com a publicação d’*O Pagé*, intenta trazer à tona uma nova forma de conceber o romance no Pará, ao mesmo tempo em que contribui para a introdução de um campo de reflexão e crítica literária na Amazônia.

## 2.2 - No palacete à Praça Baptista Campos: apresentando o romance.

*O Pagé* narra a vida e os costumes de uma família abastada de Belém da segunda metade do século XIX. Família esta de um bem aventurado comerciante

---

<sup>237</sup> *Ibid.*, p. 187.

<sup>238</sup> *Ibid.*, p.114.

português chamado Mathias, que ganhou sociedade na empresa de seu patrão. A empresa, tendo por atividade o escoamento da produção de borracha para a Europa, importava inúmeros outros produtos utilizados nos seringais. Com a morte do patrão Mathias torna-se o único proprietário, passando a ser um dos homens mais ricos de Belém. Depois de alguns infortúnios profissionais – o romance cita o naufrágio de um de seus navios que transportava borracha para Liverpool – fica gravemente doente. Enfermo e sozinho conhece D. Josefa, filha do amigo Antunes, também rico comerciante, que o acudira em sua doença dando-lhe moradia até que se curasse.

Após casar-se com a filha de Antunes, têm juntos uma linda menina chamada Generosa, que aos quinze anos de idade começa a apresentar sinais de uma enfermidade que irá preocupar seriamente a família. A trama começa neste momento quando a menina é visitada por um médico a pedido do pai. A doença retrocede, mas com o passar do tempo, retorna mais forte, chegando a uma tuberculose. Diante da ineficácia dos recursos medicamentosos para atenuar a enfermidade da protagonista, outros personagens secundários em meio à narrativa propõe à família da enferma o uso de medicamentos oriundos de um saber médico popular. A família é orientada por *Tia Faustina* a procurar em *Alenquer*<sup>239</sup> um pajé chamado Pedro, que poderia trazer a cura para a doença de *Generosa*.

O romance tem início com o diálogo entre Mathias e o dr. Adalgiso sobre o quadro de febre de Generosa. A filha de Mathias, desde a antevéspera sob os cuidados do jovem médico Adalgiso, não apresentava melhoras, sendo necessário o uso de quinino como medicamento para que surgissem resultados positivos. Sentados à sala de estar do pequeno palacete frente à praça Batista Campos, conversavam em voz baixa enquanto a enferma dormia. Em casa de Mathias, o assunto girava em torno do jovem médico que há pouco chegara do Rio de Janeiro recém-formado. O dono da casa tecia elogios ao doutor que tão bem medicara sua filha. Sabia do valor atribuído a tal resultado. Como única filha, Generosa escapava momentaneamente da doença que iria marcar a narrativa em questão, tendo por núcleo central essa família. Por enquanto, vamos à próspera trajetória de vida desse afortunado comerciante chamado Mathias, na Belém que se desenvolvia economicamente naqueles idos do século XIX.

---

<sup>239</sup> Cidade do interior do Pará.

Como um dos homens mais ricos da capital paraense, “pela cidade dizia-se que era senhor de mais de quinhentos contos de réis em sólidos prédios rendosos e em transações bancárias de lucros certos. Vivia luxuosamente, mas sem ostentar.”<sup>240</sup> Entretanto, toda essa fortuna possuía uma história, e esta se desdobra na trama em idos de 1884. Mas a trajetória de Mathias se inicia quando “tinha então quatorze *annos* de idade e três preparatórios, - *portuguez, francez e inglez* – feitos no *lyceu* de Villa Real de Traz-os-montes”; além de alguma noção de latim, geografia e história. Assim, “com taes bases, Mathias achou uma boa *collocação* logo que chegou ao Pará: recebeu-o como segundo caixeiro um negociante algarvio, muito rico, que *sympathisara* com *elle*.”<sup>241</sup> Vê-se logo o espaço que comerciantes portugueses possuíam por essas paragens, assim como, as redes de sociabilidade e solidariedade existentes por entre conterrâneos que estreitavam contatos nesta província. No romance em questão, o bem aventurado personagem consegue importante posto na casa comercial de um rico patricio que por aqui vivia. Trata-se do Sr. Moraes proprietário da casa comercial Moraes & C.<sup>a</sup>

Um belo dia, passados doze anos desde sua chegada ao Pará, Mathias é chamado a ter uma conversa com o patrão, que manifesta sua estima por ele. Segundo o narrador, num diálogo entre as personagens, dizia-se:

– Sabe perfeitamente qual o estado financeiro da minha casa commercial. Pelo ultimo balanço, que tenho aqui à mão, verifico um lucro liquido de duzentos e cinco contos, cento noventa e quatro mil, trezentos e quarenta e dois réis, no anno findo. Estes lucros tendem a augmentar no corrente anno, em razão das novas e grandes transacções em que entrou o estabelecimento. Quero referir-me as nossas remessas ao rio Madeira: a borracha há de *pingar* bastante...<sup>242</sup>

Esse final do diálogo é emblemático por enfatizar os “louros” advindos do látex amazônico. O comerciante português, diante do lucro exorbitante que obtivera de sua empresa, dirige-se a Mathias dizendo: “- Para dar-lhe uma prova do meu contentamento, repito, resolvi fazel-o ter um interesse de seis por cento nos lucros da casa...Aceita?... – perguntou sorrindo...”.<sup>243</sup> Nem precisamos continuar com o diálogo

<sup>240</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim. O Pagé.” in. A República. Belém, 19 de janeiro de 1887, p.03

<sup>241</sup> *Ibid.*

<sup>242</sup> *Ibid.*

<sup>243</sup> *Ibid.*; Tendo por base um romance da segunda metade do século XIX, confirma-se a bibliografia historiográfica que analisa a temática da borracha em nossa região, no que diz respeito à participação efetiva de imigrantes portugueses, assim como, a movimentação financeira e negócios envolvendo os lucros decorrentes dessa economia. Sobre o assunto, ver SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz,1980; WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na*

para sabermos o que nos guardou Marques de Carvalho com seu personagem. O literato apresenta em primeiro plano o cotidiano de uma pequena parcela daquela sociedade que bom proveito tirou dos momentos prósperos de nossa economia. Como imigrante, o personagem de Carvalho demonstra o sucesso financeiro que muitos portugueses conquistavam no Brasil, mais especificamente no Pará. Cobrindo como negociantes boa parte do mercado da borracha nesta província, rapidamente fizeram fortuna. Sobre esse setor da classe de proprietários paraenses, com base na economia extrativa, Barbara Weinstein afirma: “O maior grupo dentro desse setor era a comunidade mercantil predominantemente portuguesa, que apenas duas décadas antes havia estado em guerra com a elite de brasileiros natos.”<sup>244</sup>

Passados oito anos como “sócio *commanditario*” e entrando “destemidamente em largas operações mercantis, guiado pelo tino natural e pela grande pratica que possuía do *commercio* do Pará [...] a casa de Mathias de Almeida & C.<sup>a</sup>” tornava-se “um esteio forte e respeitável da praça: ditava leis ao pequeno *commercio*, era leal e séria em seus negócios, fazia-se admirada.” Dois anos depois, falecia o velho Moraes em sua rocinha no Marco-da-légua, que “sem família em Portugal, legou todos os seus haveres [...] ao moço que tão bem soubera auxiliá-lo em seus negócios.” Tudo parecia seguir tranquilamente para o jovem lusitano, até que no ano de 1866, dez anos depois da morte do patrão, um acidente o desviara por alguns momentos do caminho que seguia com esmero. Um navio de sua propriedade, que “navegava com destino a Liverpool, com um grande carregamento de borracha e madeiras preciosas”, naufraga. Temendo a ruína, decide voltar à terra natal e viver com sua mãe a quem todo mês enviava dada quantia. Porém, mais um infortúnio lhe aguardara, “soube que morrera-lhe a velhinha que lhe dera vida”. Abatido com a notícia, cai doente. Lutando contra a morte “durante seis mezes, prostrado por uma febre intensíssima e rebelde”, é acolhido por um amigo “negociante abastado” e conhece Jozefã, a filha do Velho Antunes que lhe recebera em sua casa. Tudo parecia caminhar como um lindo e sereno romance romântico. Com o passar dos anos vem o casamento e os dois jovens apaixonados têm uma filha, a protagonista da obra.

---

*Amazônia: expansão e decadência 1850-1920*. São Paulo: HUCITEC: EDUSP, 1993; DIAS, Edineia Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1910*. Manaus: Valer, 1999; SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque – 1870-1912*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

<sup>244</sup> WEINSTEIN, *Op. Cit.*



Neste momento resvala da pena de Marques de Carvalho certa dose de um dramalhão romântico. Não à toa, como já o dissemos, figurava o escritor pela imprensa como um dotado poeta romântico. Exímio tradutor francês, sua presença como folhetinista antes mesmo de seu primeiro romance se fazia com as conhecidas versões de folhetins franceses para o português nos rodapés da *Provincia do Pará*, ou mesmo antes no *Diário de Belém*. A linha romântica nesses escritos parece ter continuado n’*O Pagé*. D. Josepha, por exemplo, era o tipo comum de mulher dedicada às lidas de casa. Aos vinte quatro anos, como “enfermeira” de Mathias, o encantara. Assim, este “verificou amar a engraçada Josepha, a filha do Antunes. Era um amor produzido pela gratidão: - amor sereno, enorme, calmo, sem *enthusiasmos* exteriores, *acrysolado*.” Uma quase heroína romântica, pois “educada (sic) com excessivos *mimmos*, habituara-se a frequentar *theatros*, bailes, jantares continuamente, sem *cançar*”. Eram os típicos costumes de um recém formado grupo social que começava a despontar em Belém, imbuída de capital suficiente para se suprir de “mimos”. Como esposa, a personagem de Carvalho colocou-se de recato, conservando-se como personagem secundária ao lado do chefe de família, talvez confirmando a postura vigente à época em relação à mulher casada. Josepha era o oposto daquela que saíra de seu ventre. Moldando a imagem da esposa ideal e dona de casa perfeita, nada legara à filha, senão a beleza.

Cristina Donza Cancela, abordando as mudanças que ocorreram em Belém no período áureo da economia do látex, entre 1870 e inícios do século XX, percebeu algumas reestruturações de hábitos e costumes familiares, principalmente em torno de relações matrimoniais, tanto entre classes mais populares, quanto entre a elite. Dessa forma, investigando os novos costumes de jovens dessa mesma elite e da classe média nascente, comentou: “Se a formação educacional tornava-se cada vez mais essencial ao homem da elite e das camadas médias locais, para manter e/ou alcançar riqueza e prestígio social, ela também era indicada às mulheres, embora com propósitos distintos.”<sup>245</sup> E a respeito do papel da mulher naquela sociedade, a partir de Perrot afirmou

a educação feminina estava votada para reforçar o papel da mulher na sociedade, portanto: ‘estudar para uma adolescente da burguesia, significa se

---

<sup>245</sup> CANCELA, Cristina. *Casamento e relações familiares na economia da borracha* (Belém-1870-1920). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 274.

preparar para desempenhar seu papel no lar: cuidar de uma casa, dirigir empregados, ser a interlocutora do marido e a educadora dos filhos.<sup>246</sup>

Com a postura irônica de uma adolescente que tivera todos os mimos de filha única e nascida em berço de ouro, a protagonista distinguia-se das meninas de sua idade. Era a anti-heroína, construída categoricamente pelo autor para, ao que parece, se opor aos traços comuns da mulher de elite presente entre os romancistas românticos. Generosa, a protagonista da trama era o contrário da mãe. Estudante de francês e hábil tocadora de piano, chegara a sonhar com a possibilidade de ir a Europa viver de música. Seguindo essa lógica, o escritor paraense ao descrevê-la em seu universo pequeno-burguês, tal qual percebia seu próprio tempo, legara à personagem todo um ideário de modernidade. Assim, podemos inferir a partir do pressuposto cultural de Marques de Carvalho, que a personagem principal nada mais seria que um desdobramento do ponto de vista do literato. No que diz respeito às artes, por exemplo, Generosa era de um tino exemplar. Conhecia como ninguém os mais importantes artistas europeus à época; possuía opinião formada sobre aqueles de maior expressão. Para ela, eram os musicistas italianos inferiores aos da escola alemã. Escola esta, da preferência de Carvalho, como para muitos dos que se formaram pela Escola de Direito de Recife. A respeito de casamento, concebia esta instituição como pouco ou nada condizente com seu ponto de vista, pois

Generosa jamais sentira amor. Quando se lhe falava em casar, ria-se muito, *allegando* que estava moça[...] Se algum amigo da casa pretendia *submettel-a* a confissões, afim de indagar se *ella* não amava.. algum rapaz, a travessa menina respondia que ‘não tinha tempo bastante para tolices! ...’<sup>247</sup>

Diferente era Marianna de Macedo, “a sua amiga única, a sua confidente, discreta, a moça com quem convivia desde creança e da qual estivera separada alguns anos apenas, quando *aquella* [Marianna] fora para o *asylo* de Santo Antônio.” Como amigas inseparáveis, “*D’aquella* convivência íntima resultou uma paridade de gostos, quase que o mesmo pensar para ambas. *Aquillo* que *attrahia* a atenção de uma formava o maior prazer para a outra.”<sup>248</sup> Aproveitando à época os debates moralizantes em torno da leitura de romances entre o público feminino, o literato colocou as duas personagens como hábeis leitoras, pois às escondidas de suas tutoras,

<sup>246</sup> PERROT, Michelle. *História da vida privada IV: da revolução francesa à primeira guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. *Apud* CANCELA, *Op. Cit.* p.274

<sup>247</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim. O Pagé” in: A República. Belém, 08 de fevereiro de 1887, p.03

<sup>248</sup> *Ibid.*

abriam *cautellosamente* o *bahú*, tiravam *d'elle* qualquer romance que Mariana mandava comprar às escondidas e devoravam-lhe as páginas, *enthusiasmando-se* pelas façanhas dos cavalheiros da *Edade-média*, ou sorrindo maliciosamente nas passagens amorosas, *ydilicas*, que ainda não *comprehendiam* bem, mas que apareciam vagamente envoltas n'uma espécie de *veu* espesso, que elas desejavam rasgar se pudessem...<sup>249</sup>

Trazendo à trama a veste naturalista do escândalo, coloca em cena o beijo entre *Generosa* e *Marianna*, influenciadas por aquelas leituras “proibidas”. Prosseguindo com o enredo, diz:

Depois, como se sentissem invadidas d'umas tristezas, d'umas sentimentalidades, em resultado *d'aquellas* paginas ardentes de paixão, abraçavam-se frenéticas, beijavam-se quase *allucinadas*, rolando sobre a cama que rangia, experimentando a necessidade d'alguma coisa nova, transformista, na sua vida monótona de raparigas sem liberdade”,<sup>250</sup>

A respeito de suas personalidades, Marques de Carvalho lhes guardara feições bem distintas, quase que em oposição, “*Marianna tornára* ajuizada, séria, discreta. Quando, às vezes *Generosa* aludia às pandegas do *asylo*, *córava*, *callava-se*, respondia encolhendo os *hombros*: – ‘*Creancices!*’”. *Generosa*, “ao contrário, estava sempre alegre com uma pontinha de levandade a prender-lhe o caráter.”<sup>251</sup>

A forma como Carvalho elabora as personagens sugere certa dose naturalista em sua escrita. As características psicológicas dos mesmos são enfatizadas de maneira a deixar subentendido a forma como os indivíduos reagiam às influencias do meio social. Nesse projeto civilizatório presente nas entrelinhas do romance, vislumbramos como o escritor percebia aquela sociedade. Imbuído de argumentos científicos, chamou a atenção para o que concebia como vícios e costumes sociais presentes naquele meio, como a hipocrisia, superstições, a crença nos pajés e os “tipos” urbanos. Através das personagens, exteriorizava seu ponto de vista sobre os hábitos provincianos de uma capital que se desenvolvia rapidamente. Bacharel em Direito, criticou até mesmo seus pares, trazendo à tona a sátira a um tipo comum naquele momento: o advogado sem causas.

Eduardo da Anunciação era o típico estudante das leis no Oitocentos. Em sua lide rotineira entre papéis e o escritório, esboça a figura do bacharel em direito de *fiens de siècle*. Entretanto, seria esse o quadro desenhado por Carvalho para o caricato

<sup>249</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim: O Pagé”, in A República. Belém, 05 de fevereiro de 1887, p.03

<sup>250</sup> *Ibid.*

<sup>251</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim. O Pagé” in: A República, Belém, 08 de fevereiro de 1887, p.03

personagem? No romance ele figura beirando o cômico com seu ar respeitável de advogado e as artimanhas de outro tipo qualquer da cidade à procura de vantagens em meio a alguma família abastada da capital. Vejamos então o que diz o narrador:

Eduardo da Annuniação, bacharel em direito, advogado sem causas, poeta das grandes ocasiões, intrusão *consummado* e elegante conservador dos salões, onde sabia insinuar-se com as suas maneiras polidas em extremo e *phrases* adocicadas, sonoras, constantemente buriladas com *adjectivos* agradáveis e pronunciados em voz de tenor.<sup>252</sup>

O personagem vez ou outra se envolvia nas reuniões e nos momentos importantes da família de Mathias. Em meio à conversa sempre encontrava uma maneira de causar boa impressão no amigo negociante e na família. Atitude esta de nenhuma forma gratuita. O escritor enfatiza o caráter promíscuo de algumas relações que se davam entre membros daquela elite ligada ao comércio da borracha. No caso em questão, o bacharel lograva ganhar as simpatias daquela família para colher as benesses de sua amizade. Fazendo-se grande conhecedor das artes, emendava cansativos diálogos com Generosa sobre os melhores compositores europeus. Sobre dramaturgia Eduardo tinha opinião formada, não sem antes conferir o ponto de vista de Rosa, com quem conversava sobre as apresentações no Teatro da Paz e os principais atores que à época despontavam como grandes artistas. O desempenho em auferir a boa estima para com a família se confundia com a gentileza. Num episódio, ao pedir que Rosa tocasse algo no piano, esta respondeu estar cansada. Insistindo, Eduardo afirmou:

- Oh! Por quem é, minha senhora não queira roubar-me a honra de considerar-me o mais feliz dos homens!...
- Feliz porquê, doutor? – interrogou Marianna, com um sorriso dúbio – um d’esses sorrisos que são a um tempo uma graça e uma ironia.
- Ora essa d. Marianna! Feliz...Feliz simplesmente por ouvir a magistral execução que a d. rosinha sabe dar as peças dos grandes mestres, ahí está!
- Então toca, menina, toca qualquer pedaço, avia-te! Não queiras por tão pouco fazer a infelicidade do doutor Eduardo!... – e frisou essas palavras com uma causticidade fina como um soneto de Baudelaire. Depois, espirituosa, casquinou uma gargalhada.<sup>253</sup>

<sup>252</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim. O Pagé” in. A República, Belém, 25 de janeiro de 1887, p.03

<sup>253</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim. O Pagé” in. A República. Belém, 28 de janeiro de 1887, p.03. Baudelaire, no diálogo em questão, é o poeta que evoca a modernidade; em “As Flores do Mal”, o fenômeno moderno, em todos os planos, moderno realmente não apenas por ser novo, mas por ser também portador das sementes determinantes do futuro, é a extensão repentina da civilização urbana.” Nos seus versos, não deixa de notar e criticar essa modernidade, ironizando hábitos burgueses naquela Paris de meados do século XIX, Cf. VERNIER, France. Cidade e modernidade nas “flores do mal” de Baudelaire. Texto-base da palestra A Modernidade segundo Baudelaire, apresentada por France Vernier (Universidade François Rabelais, Tours), em 16.06.2004 no auditório Lupe Cotrim, da Escola de Comunicações e Artes da USP, dentro do Ciclo Extra-Curricular de Palestras: Cultura de Greve/ Greve é Formação - EXTRA! (16/06 - 01/07/2004) retirado de < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-53202007000200007&script=sci\\_arttext#back](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-53202007000200007&script=sci_arttext#back) > acessado em 22/07/2011.; Sobre as polêmicas envolvendo Baudelaire no campo literário, ver BORDIEU, 1996. *Op. Cit.*

Vemos no diálogo, a ironia de *Marianna* para com a postura beirando o cômico do advogado na bajulação a Generosa. O bacharel quase era pego em suas artimanhas, forçando uma situação que gerou “gargalhadas”. Nessas artimanhas, aproveitou outra situação para se fazer gentil com a família. Ao ter conhecimento que *Generosa* almejava um tecido fino importado para ir às igrejas da capital em visita ao corpo morto na semana santa, Eduardo esforçara-se para consegui-lo, haja vista que as duas amigas não encontraram nas principais lojas especializadas em tecidos franceses a peça que desejavam. De fato consegue seu intento. Entre alguns caixeiros conhecidos, tem acesso ao comprador da última peça de fazenda que interessava Rosa, convencendo-o a lhe revender o tecido por um preço maior que o da loja. Ao leitor caberia pensar o porquê da atitude do advogado. Pura gentileza? Existiam outras razões por trás daquele singelo ato de nobreza. Como dito antes, o advogado nada mais fazia do que investir, antevendo vantagens futuras com o gesto cortês.

Após o caso da difícil compra da renda em que Eduardo saíra vitorioso, o advogado comemorava os pontos a seu favor frente à figura do velho Mathias. Entre o primeiro e o segundo ato de uma apresentação no Teatro da Paz em que tanto ele quanto a família do negociante assistiam, Eduardo aproveitou para pedir um pequeno favor ao amigo. Apoiando-se na estima que alcançara com o episódio do tecido fino de Generosa, pediu em nome de um importante comerciante, que tivera um problema com um carregamento de borracha, uma considerável quantia em dinheiro emprestado à juros, para que esse liquidasse a dívida para o transporte daquela carga. Sabendo de sua boa relação com a família de Mathias, o comerciante incumbira Eduardo do favor.

Note que nas relações comerciais em que a borracha figurava como mercadoria principal, os negociantes viviam na constante iminência de terem suas transações comerciais abreviadas em virtude das dificuldades inerentes a esse tipo de negócio. O responsável pelo transporte do produto dependia da produção oriunda dos barracões, para tal, antes mesmo da produção chegar ao local a ser embarcado, aquele já deveria ter financiado os custos com o navio exportador. Todavia, quando essa produção por algum motivo não vinha, era o comerciante quem arcava com a dívida adquirida para o transporte da carga. Esse foi o caso do amigo de Eduardo, que na impossibilidade de saldar sua dívida apostara na amizade do advogado com Mathias –

ex-comerciante que enriquecera e que agora vivia de grandes empréstimos a juros para outros comerciantes da capital. Assim funcionava a economia da borracha, bem distante dos barracões e seringueiros, onde na capital fazia fluir a produção que dali chegava.

Eduardo da Annuniação acabou servindo como importante intermediador nas relações comerciais que se davam naquele contexto econômico: o elo entre o negociante que emprestava dinheiro a juros e o comerciante que dependia desses empréstimos. Transparecendo uma rede de relações tecidas por intermédio do crescimento da produção da borracha que aquecia a economia da região, o romance de Marques de Carvalho revela mais um momento da nossa história: os bastidores da economia do látex no Pará. Para o literato, dar vida ao personagem Eduardo é descrever aquilo que vê a sua volta, criando a partir de sua realidade, analisando os fatos do cotidiano e os colocando em sua escrita literária.

Quanto ao personagem, advogado sem causas, mas que sabia muito bem como obter vantagens das relações afetivas que construía, podemos dizer que antes da partida da família para Alenquer teve seus frutos colhidos. Suas artimanhas para ganhar a confiança do velho tiveram bons rendimentos, quando à sua porta batera Mathias, trazendo-lhe um livro de anotações a pedido da filha para lhe emprestar uma pequena quantia em dinheiro como agradecimento por sua amizade. Segundo o diálogo que travaram Mathias percebendo que os negócios do jovem bacharel não iam muito bem, resolveu emprestar-lhe uma quantia para ser saldada quando aquele pudesse pagar. Assim, concluímos: a troca de favores e as redes de sociabilidades entre os mais diversos sujeitos históricos daquela Belém, permitiram que a economia da borracha tivesse o desenvolvimento que teve naqueles idos finais do Oitocentos, dando contorno ao que hoje depreendemos como a história da cidade de Belém e de um passado que se convencionou chamar de *Belle Époque*.

Era dessa troca de favores que o personagem médico Adalgiso buscava conseguir seu intento nesta província. Devido o afastamento do médico anterior que cuidava de Generosa, para resolver problemas particulares no Rio de Janeiro, Mathias não teve alternativa a não ser optar por um substituto. Ouvira falar bem de um recém-formado que retornava da corte para Belém. Era o dr, Adalgiso, como começava a ser chamado este que, como dito, cursara medicina no Rio de Janeiro. De origem pobre, Adalgiso custeara com sacrifício o período que estudara fora da província. Tamanha

dificuldade era testemunhada pela mãe, uma pobre senhora que lavava roupa para fora para garantir os estudos do filho.

Ponto de vista um tanto romântico o do autor em querer nos fazer crer em semelhante fato. Não nos parece verossímil que “uma pobre senhora” lavando roupa para fora fosse capaz de custear os estudos de um filho fora da província àquela época. Se não bastasse o peso da inverossimilhança, forçando um pouco a pena, Marques de Carvalho cercou-se de alguns personagens envolvidos em segredos, para dar sabor à narrativa. O médico, por exemplo, possuía um; com ele uma mágoa e um forte sentimento de vingança por ser saciada nesta terra que lhe deu a vida. Por ser de família humilde e de pouca influência, não se conteve ao saber que sua velha mãe fora enganada por alguns indivíduos mal intencionados enquanto estudava. O caso em questão passa a representar uma espécie de sub-trama dentro do enredo romanesco. A história de Adalgiso se interpõe na narrativa de modo paralelo, sustentando a temática principal – a doença de Generosa. Em capítulo à parte, deixava o médico de se fazer presente somente em cenas relacionadas aos cuidados de Generosa. A figura do médico também legitima o discurso do literato em prol de uma escrita vinculada aos avanços da ciência. Corroborava os anseios do autor em configurar uma autoridade científica em seu romance, confrontando-o com um saber tradicional, questionável naquele momento.

Como nos conta o narrador,

O velho negociante Manuel de Covellinhas dera-lhe de esmola uma pequena casa, para *amparal-a*. Um malvado ladrão conseguira *enganal-a*, forçando-a a passar-lhe ignorantemente uma *escriptura* de venda do prédio. Angustiada, sem saber que posição tomar quando se *vio* extorquida, a velha mãe chamara-o da corte. Travou-se então uma demanda que foi perdida por quem tinha todo o direito moral: a *escriptura* estava sob todos os requisitos *legaes*, não havia meio de *provar-se-lhe* a falsidade. Então, necessariamente, naturalmente, ergue-se um ódio enorme entre Adalgiso e o infame, que possuía boas relações e influenciava bastante n’um certo meio da sociedade paraense.<sup>254</sup>

Em razão disso, Adalgiso acumulava um ódio de algumas gentes de sua terra e prometera a si mesmo vingança assim que terminasse seus estudos. Principalmente depois que a pobre mãe morrera de tanto trabalhar. Tamanho sentimento confundia-se com uma ambição tremenda por acumular muitos bens, para ter assim sua promessa cumprida. Seu empenho era conquistar a boa estima de importantes famílias paraenses para que em breve mostrasse a seus inimigos do que era capaz, “e ai de quem pedisse

<sup>254</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim.O Pagé”, in A República. Belém, 02 de fevereiro de 1887, p.03.

misericórdia”. Motivado por esse desejo, via em Mathias o grande protetor de que precisava. O médico sabia da influência que o rico negociante possuía em meio à gente rica da capital da borracha. Portanto, vibrava a qualquer sinal de melhora da paciente, significando antes o anseio de ver seus interesses satisfeitos. Via na cura da menina a oportunidade que precisava para ser bem quisto pela família da moça, o que significaria um passo para que outras famílias lhe devotassem a mesma estima que o velho Mathias já devotava. Nota-se neste momento a importância que Marques de Carvalho atribuía às redes de relações e trocas de favores entre sujeitos bem correspondidos na capital. A trama e seus personagens giram em torno disso.

O velho Mathias feliz e agradecido pela melhora da filha num primeiro momento em que a febre cessara, não cansava de elogiar os bons préstimos do jovem médico para consigo. Em um episódio, no palacete da Batista Campos, Mathias conversa na sala de estar com um conterrâneo que também conseguira bons dividendos com a borracha. Era o Antunes, que ouvia do anfitrião todos os elogios possíveis a respeito dos serviços do doutor. A conversa se dava em torno da dificuldade de se conseguir bons médicos no Pará. Nesse entremeio, o nome de Adalgiso figurava várias vezes, vindo à tona suas realizações há pouco tempo de formado pelo interior da província. O velho contara o que ouvia sobre o rapaz, inclusive a operação arriscada que realizou em uma senhora de Breves. Cirurgias estas, que segundo o personagem, ainda não se realizavam no Pará. Ao abordar tais questões, Marques de Carvalho compartilhava conosco a visão que se tinha à época a respeito da medicina nesta província. Todavia, tal quadro parecia mudar naquele final de século. Não podemos negar os rumos que seguia os estudos científicos, ou seja, os desenvolvimentos nas ciências, principalmente da fisiologia, e o que diz respeito aos direcionamentos que a medicina iria tomar no Brasil. A ideia de que em nossa região a medicina ganhava ares de moderna parecia patente.<sup>255</sup>

---

<sup>255</sup> Sobre o processo de institucionalização da medicina no Brasil e seus embates como formas tradicionais de cura, ver CHALHOUB, Sidney et al. (org.) *Artes e ofícios de curar no Brasil*: capítulos de história social. Unicamp(SP): Ed. Unicamp, 2003; sobre essa questão em Belém ver RODRIGUES, Silvío Ferreira. *Esculápios Tropicais: a institucionalização da medicina no Pará (1889-1919)*. Belém: Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia – UFPA (Dissertação; orientador: Aldrin Figueiredo), 2008; e a respeito de políticas higienizadoras nesta capital, cf. AMARAL, Alexandre S. *Vamos à Vacina? Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904 a 1911)* orientadora: Maria de Nazaré Sarges. Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.; e SILVA, Jairo de Jesus N. da. *Da Merebayba à Varíola: vacina e intolerância popular em Belém do Pará, 1884-1904*. Orientadora: Maria de



Adalgiso deixa transparecer de maneira fria e calculista a forma como via a sociedade de sua província. Para o médico, o “povo” era mimado e hipócrita, por isso, deveria usar de hipocrisia para conquistar o agrado e a estima dessa sociedade. Determinado pela raiva, em virtudes dos acontecimentos que acometera sua família, arquitetava planos para obter aquilo que lhe fizera largar uma carreira sólida e segura no sul do Brasil: vingar-se de algumas pessoas na província natal. Preso ao determinismo daqueles fatos, o personagem se movia impulsionado pelo sentimento de ódio, que acumulou até seu retorno a Belém. Por isso, para alcançar a boa estima entre os paraenses, deveria ser modesto, porém, sem deixar de ostentar um pouco, pois segundo o personagem, o “povo” gostava mesmo é de quem ostentava riquezas. Para ele, esse “povo” seriam aqueles que poderiam pagar por seus serviços de doutor, por esta razão, não abria mão de um consultório bem localizado e arrumado. O plano do facultativo resumia-se em angariar a boa estima das importantes famílias paraenses, para assim, sentir-se protegido quando resolvesse “quebrar uma castanha na boca” daqueles que lhe tinham inveja. Dessa forma, o quadro de melhora de sua mais importante paciente mostrava para si o quanto seu objetivo estava próximo de se realizar. Mas, com o passar do tempo e o aparecimento de sintomas mais sérios afetando a saúde de Generosa, perdia Adalgiso as esperanças. Foi necessária uma junta médica para apoiá-lo no tratamento da enferma, tal era a gravidade da doença. Sem a cura da menina, ficava mais difícil atingir seus objetivos. Entretanto, com a obra inacabada, ficamos sem saber o que nos guardava Marques de Carvalho a respeito da sub-trama envolvendo ambição e ódio, numa rede de relações de interesses e falsidade.

Com a demora de resultados positivos junto ao grupo de médicos que cuidavam de Generosa, a família teve a ideia de buscar novos ares no interior da província. No momento em que discutiam a possível viagem, a família era visitada por *Tia Faustina*, que tratou logo de tentar convencer a todos a levarem a enferma ao famoso *Pagé Pedro de Alenquer*, que poderia curar a menina. A parteira *Tia Faustina* cita então, o personagem título do romance. Mesmo sem aparecer diretamente na trama, sua menção instiga o debate acerca de todo um conhecimento tradicional, atribuído a determinados sujeitos sociais: no caso em questão, uma parteira e um pajé. Dentro

dessa lógica, analisaremos em seguida o olhar do literato frente a essas diversas formas de um saber popular tradicional, representado por personagens importantes na trama.

### **2.3 – Tia Faustina e o Pajé Pedro de Alenquer: em meio ao científico, o tradicional.**

A obra naturalista coloca em discussão o papel de uma figura polêmica do dia-a-dia da sociedade paraense à época: o pajé. Este possuía no imaginário social o papel daquele que dominava um saber popular religioso, sendo por diversas vezes requisitado por seus dotes de curandeiro. Assim, nas páginas dos principais jornais da capital era ele quase sempre notícia, vítima ou réu de acusações de estelionato ou de se aproveitar da boa fé das pessoas.<sup>256</sup> Principalmente nos casos de polícia, as notícias sensacionalistas enchiam os olhos daqueles que testemunhavam um novo tempo, o da modernidade. Bem sabemos que tamanha reação contra essa figura, tido como “astucioso e hipócrita”, nada mais seria do que uma resposta desse espírito de modernidade que pairava sobre o país. No Pará um projeto de civilização fora utilizado, e na *francesinha do Norte* a presença de uma imagem que lembrasse a “barbárie” de “tribos de gentios” dos confins da selva, não seria bem quista.

Maria de Nazaré Sarges, ao descrever o processo de reestruturação do espaço urbano em Belém, aponta como fator importante o ideal de modernidade que aquele final de século trouxe. Tal pensamento, voltado para os ideais de progresso e civilização, tinham reflexos nos costumes e hábitos da sociedade belenense. Embora saibamos do projeto do Estado para a civilização dos costumes em Belém, não podemos negar as formas de resistência nessa sociedade para com essa política. Compreendendo assim, as expressões da tradição popular que volta e meia se faziam presentes na sociedade.

Segundo a autora

[...]A cidade de Belém do Pará, apresentaria, assim, a partir da segunda metade do século XIX, tentativas de adaptação aos modernos costumes europeus, num profundo contraste com a realidade amazônica, além das tensões sociais geradas por uma nova ordem social capitalista emergente.<sup>257</sup>

<sup>256</sup> Sobre pajés envolvidos em casos de polícia na imprensa, ver FIGUEIREDO. *Op. Cit.*

<sup>257</sup> SARGES. *Op. Cit.*p. 21.

Tais contrastes com a realidade da nossa região podem ser demonstrados a partir da negação de grupos identificados com esses ideais de civilidade à presença de figuras representativas do saber popular tradicional, como exemplo, os pajés e curandeiros, em plena capital da borracha belepoqueana. Tais questões eram muitas vezes discutidas e debatidas em artigos e folhetins na imprensa paraense. Esse é o caso do romance aqui analisado, onde Marques de Carvalho traz à tona personagens tidos como exóticos num universo onde o “caudal modernizante” configurava um sentido para a sociedade contemporânea que se gestava.

À intelectualidade da época não faltaram argumentos para os debates na imprensa, que podiam ir de teorias científicas, passando por questões literárias, até formas de expressões de tradição popular em plena capital da borracha. Expressando opinião sobre manifestações populares na Amazônia, temos a figura de *Sganarello*. Trata-se de Pádua Carvalho, tido por folclorista, escrevia sobre diversas temáticas, indo da simples crônica em folhetim aos escritos acadêmicos sobre etnografia. De pajés à princesa de *Mayandéua*, explorou e discutiu sob diversos ângulos as formas de religiosidade e folclore presentes na Amazônia. Para Aldrin Moura de Figueiredo, ao tentar resgatar as expressões populares daquela sociedade sob o olhar de folclorista, Pádua Carvalho teria de assassinar o que de certa forma ainda persistia de um passado lendário na urbe belenense. Com isso, *Sganarello* não somente negava como condenava essas práticas de pajelança feitas na capital. O próprio fora responsável por diversas denúncias contra pajés nas redondezas de Belém. Para o cronista, esses indivíduos deveriam existir somente no universo mítico dos relatos do caboclo que passava de geração em geração nas fábulas que ouviam dos mais velhos. Tais folcloristas da época, “possuíam um discurso de resgate da ‘crença popular’ como forma de valorização do ‘povo’”.<sup>258</sup> Talvez isso justifique a postura de defesa de Pádua Carvalho para com o poeta popular Ricardo de Miranda, chamado por Marques de Carvalho de “cabeça ôca”. Embora a divergência de opiniões entre os dois jornalistas a respeito desse caso, ambos convergem quanto a postura apresentada em relação à pajelança e as diversas práticas de medicina popular presentes naquele contexto.

Analisando a bibliografia de final do século XIX que discutia religiosidade e folclore na Amazônia, Figueiredo desvenda um outro olhar sobre a cidade de Belém em

---

<sup>258</sup> FIGUEIREDO. *Op. Cit.*, p.133.

pleno desenvolvimento econômico. N'A *Cidade dos Encantados*, pajés e feiticeiras caminhavam lado a lado com a modernidade. Na capital da borracha – como dito – era muito comum figuras que se arvoravam encantados resolverem os mais diversos problemas da sociedade no que diz respeito à curandeirismo, magias e “malfazejos”.

Almejando “recuperar formas de religiosidade popular na capital da borracha” acabou desvendando o universo da pajelança, encoberto por uma historiografia que mitificava a *Belle Epoque*. Segundo Figueiredo: “o cotidiano das camadas populares estava longe de espelhar a beleza europeizada que a época sugere para toda uma literatura que existe sobre o período”.<sup>259</sup> Dito isto, não fora difícil para o historiador encontrar figuras como o pajé cearense Raimundo e o pajé Português Manuel dos Santos, como moradores daquela Belém. Tidos por falsários, devido às imagens construídas a partir dos noticiários policiais da cidade, esses indivíduos acabavam caracterizados como tipos populares entre uma parcela da sociedade. Dessa forma, não nos surpreende a maneira como Marques de Carvalho se utilizou da imagem do pajé e de outros representantes do gênero para dar forma ao seu romance.

Para uma cidade que enriquecia com os lucros advindos da borracha e que buscava se modernizar, tal qual as grandes metrópoles européias, aceitar esse tipo de expressão popular e tradicional era concordar com o atraso e barbarismo. Portanto, mal visto por uma elite social e intelectual que desfrutava a “bela” época. Dessa forma, como interpretar essas questões a partir do ponto de vista do escritor? De que forma esses olhares sobre um saber popular e tradicional se relacionou com os ideais de cientificidade que despontavam como arcabouço teórico para a nossa *intelligentsia*?

Muito doente, a personagem principal de Marques de Carvalho tentava sob diversas formas vencer a tuberculose. Adalgiso “compulsava os livros, dava-lhe *Kermes*, *arseniato* de soda e outros medicamentos adequados. Nada conseguia, porém: a doença levava-o de vencida.”<sup>260</sup> Generosa, assim dizia:

“Enfim, por falta de medicamentos não havia de morrer. Já estava aborrecida dos preparados *pharmaceuticos*: tomaria *d’ahi* em diante suco de mastruço com leite, que segundo dissera a d. Clara, era um *optimo* remédio. Ou leite com *cognac*, que fora ensinado a mamãe pela tia Faustina. A d. Eufrasia também escrevera-lhe de Alenquer, que tomasse chá de cascas de paricá, com uma pitadinha de pez moído. A *mamãe preta*, antiga lavadeira da casa, lembrara *gemmadás* d’ovos de pata com chá d’ipadú...

<sup>259</sup> *Ibid.*

<sup>260</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim. O Pagé.” In. A República. Belém, 10 de fevereiro de 1887, p.03.

– Em suma, – concluía sorrindo – bem vêes que com tantos médicos eu não poderei deixar de curar-me.”<sup>261</sup>

Vemos com isso, o debate a partir desses usos medicamentosos, entre o científico e o tradicional. Na ineficácia dos preparados farmacêuticos, fazia-se uso de receitas alternativas prescritas por mulheres mais velhas, que em suas experiências traziam cada uma, opções diferentes no trato da doença. Eram elas que “receitavam”, a partir de um conhecimento tradicional, aquelas alternativas de cura. Indignada com os poucos resultados que obtinha até então, vislumbramos diversificadas formas de cura no romance, entre os farmacológicos e a experiência tradicional que aquelas mulheres acumularam na Amazônia. A conclusão do excerto é fundamental para cremos que, embora ironizando, a personagem amplia a designação “médico” para aqueles sujeitos que de alguma forma, contribuía para a melhora da paciente. Naquela sociedade ainda não eram concretas as fronteiras entre facultativos e curandeiros.

Sobre isso, Marques de Carvalho surpreende ao colocar em cena a revolta da personagem principal diante da demora em trazer-lhe o fim daquela agonia, pois “quando entravam os médicos a *visital-a*, olhava-os tristemente, dizia-lhes que estava muito magra e sem forças, como para *reccrimal-os* por não lhe darem saúde”. Para Adalgiso, perguntava “se queria matal-a, ou se a *sciencia* era tão miserável que não possuísse um remédio que a salvasse.”<sup>262</sup> O autor riscava com a pena as linhas de seu tempo, transparecendo sob o seu ponto de vista, as disputas que havia entre os esculápios oriundos das faculdades de medicina e toda a carga científica provenientes desses centros de saber do Império e as diversas formas de cura que existiam em Belém.

Analisando o conto “Filhos do Boto” de Canuto Azevedo, Marcio Couto Henrique,<sup>263</sup> além de trazer à tona a importância de textos literários e folclóricos para o olhar investigativo sobre questões históricas, buscou compreender as formas de medicina popular tradicional e o imaginário de sedução em torno do boto na Amazônia. O autor, um médico morador da Ilha do Marajó, em sua escrita literária, – devido o viés imaginativo, – ou folclórica – por tratar das “práticas, usos, costumes, crenças e lugares da ilha do Marajó” –, atuou como elemento modelador a mais nas discussões acerca das

<sup>261</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim. O Pagé.” In. A República. Belém, 12 de fevereiro de 1887, p.03.

<sup>262</sup> *Ibid.*

<sup>263</sup> HENRIQUE, Márcio Couto. Folclore e Medicina Popular na Amazônia. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, n.4, out.-dez. 2009, pp.981-998.

práticas culturais conflitantes envolvendo a figura imaginária do boto, pajés e discurso médico no Pará. Segundo Henrique, a partir de Raymundo Maués,

tanto crenças, representações e práticas religiosas quanto práticas de cura das populações rurais da Amazônia estão intimamente associadas ao que o autor definiu como “pajelança cabocla”, forma de culto mediúnico originada da pajelança dos grupos indígenas tupi, que incorpora crenças e práticas católicas, kardecistas e africanas, e atualmente recebe forte influência da umbanda.<sup>264</sup>

Em conformidade com o pensamento folclórico à época – como exemplo, *Sganarello* – Canuto Azevedo via a pajelança como “crenças fadadas à extinção”. Com discurso semelhante ao de Marques de Carvalho, respeitada a distancia temporal, “constrói desde o início a figura de um pajé espertalhão, ávido por tirar proveito pessoal da credulidade dos demais”.<sup>265</sup> Como médico, podemos dizer, escrevendo em 1946, evidencia ainda a postura de buscar legitimar um saber oficial institucionalizado.

Silvio Rodrigues, por exemplo, analisa esse processo de legitimação do saber médico em Belém no alvorecer da república. Segundo ele, os esculápios paraenses tiveram dificuldades para conquistar o devido espaço que almejavam como detentores de um saber oficializado. Havia um conflito com o saber popular tradicional, representado por curandeiros, parteiras, feiticeiros ou pajés. O caráter científico médico deveria se sobrepôr a essas diversas formas de cura que coexistiam em Belém. No entanto, nem tão fácil foi essa legitimação. Buscando compreender a constituição do poder e prestígio social da medicina científica paraense na virada do século XIX para o século XX, esbarrou no monopólio da cura estabelecido por esses médicos, na tentativa de consolidar um grupo coeso. Segundo Rodrigues:

Curandeiros, parteiras, espíritas, ciganos, homeopatas e farmacêuticos sem diploma acadêmico foram, entre muitas outras, algumas das categorias que passaram a ser vistas como fortes concorrentes da medicina oficial, sendo os alvos preferidos dos esculápios que pretendiam ter o monopólio da arte de curar.<sup>266</sup>

A recém-proclamada República iria afirmar a postura contrária às práticas de cura alternativas à medicina oficial. O primeiro Código Penal republicano, de 1890, conforme Rodrigues mostra, teria reiterado através de artigos a perseguição a essas

<sup>264</sup> MAUÉS, Raymundo Heraldo. “Um ritual de pajelança cabocla.” In: *Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico*. Belém: Cejup, 1995. *Apud. Ibid.* p. 982

<sup>265</sup> *Ibid.* p. 985.

<sup>266</sup> RODRIGUES, Silvio Ferreira. *Esculápios Tropicais: a institucionalização da medicina no Pará (1889-1919)*. Belém: Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia – UFPA (Dissertação; orientador: Aldrin Figueiredo), 2008, p.51.

práticas tradicionais. Nesse bojo, atacou-se a atividade das “parteiras”, vistas como ineptas a exercerem tal prática, já que eram “incapazes de compreender uma rigorosa anti-sepsia, tão amplamente proclamada de há muito pela ciência obstétrica.”<sup>267</sup> O deputado Dr. Firmo Braga teria defendido um projeto na Câmara dos Deputados em 1894, visando regular a prática das parteiras em virtude do número de parturientes mortas nas mãos de pessoas “ignorantes” e “incivilizadas” que desconheciam os procedimentos básicos de medicina científica. Pretendia a criação de uma maternidade e uma creche no Pará, evitando assim as “perigosas mulheres”, haja vista que, essas parteiras circulavam por entre as famílias da elite paraense.<sup>268</sup> Portanto,

Os médicos, de acordo com o projeto em pauta, seriam os agentes que ministrariam o ensino gratuito dos princípios de anatomia e obstetrícia considerados essenciais para o conhecimento do mecanismo das funções fisiológicas, as quais se adaptariam facilmente, “não as ditas parteiras”, cuja cultura intelectual seria nula, mas outras mulheres “de inteligência mais cultivada e de hábitos mais civilizados”<sup>269</sup>

Discurso semelhante ao de Marques de Carvalho, quando descreve em seu romance, uma parteira como ignorante e incivilizada. N’*O Pagé*, temos a personagem *Tia Faustina*, que o autor chama a atenção por representar uma figura tida como muito popular em nossa região. Trata-se de uma parteira, figura essa importantíssima naquele período e ainda hoje na Amazônia, que na obra em questão fora responsável pelo parto de *Generosa*. Pertencente a uma família de elite, esta personagem veio ao mundo pelas mãos de *Tia Faustina*, que passou a frequentar, com certa intimidade, a casa de Mathias. A partir da ficção, confirmamos a importância que teve – e ainda têm em algumas regiões do país – essas mulheres parteiras, tanto para a *gente comum*, quanto para famílias abastadas do Pará. Junto às famílias pobres da província, eram essas mulheres que lhes socorriam. Tanto é verdade, que *Sganarello* em meados de maio de 1887, pedia junto “à meza regedora da Santa Casa”, que mantêm com dificuldades “este estabelecimento pio”, que deixasse de sustentar,

Inutilmente [sic] *dous* médicos, um para clínica de maternidade e outro para moléstias de *creanças*.

Dizemos inutilmente, porque não *apparecem* os doentes para tratarem-se e os médicos estão recebendo esses magros cobres, simplesmente por serem médicos *in-nomime* da Santa Casa.<sup>270</sup>

<sup>267</sup> Annaes da Câmara de Deputados do Pará: sessão ordinária da 2ª legislatura. V. 4. Pará: Imprensa Official, 1894. PP. 182-183. *Apud.* RODRIGUES, Silvio. p. 52

<sup>268</sup> *Ibid.*

<sup>269</sup> *Ibid.*p.54

<sup>270</sup> *Sganarello*, “Entre-Columnas”, in. Diário de Notícias. Belém, 04 de maio de 1887, p.02.

Reclamava o cronista dos gastos que se tinha com médicos que pouco ou nada faziam em virtude da pouca procura por esses serviços hospitalares. Sugeria o jornalista que se desse a remuneração conforme a procura, “quando houvessem doentes para *taes* clínicas”. E afirmava:

É justa a criação d’esses lugares; mas a constante remuneração não tem cabimento, se no Pará, as mulheres, que acham-se em vésperas de *descançar*, não vão procurar a Santa Casa; preferem a casa de uma amiga qualquer, onde a parteira possa exercer livremente uma obra de caridade. A *mãe Faustina* ainda está viva e parteja por uma bagatela e muitas vezes gratuitamente.<sup>271</sup>

Aponta, então, uma das razões para a baixa procura por esses serviços na Santa Casa: “senão a enfermaria das *creanças* n’um quartinho de terra, muito *húmido* à beira d’agua! Infelizmente não há *creanças* para *aquella* enxovia e o médico deve-se dar por bastante feliz em ainda não haver um doente que caia nas suas mãos”. O descaso das autoridades para com a saúde pública, parecia ser já àquela época, um forte motivo. Mas, seria somente esse o motivo para que essas mulheres pusessem os serviços da parteira? Ou seria certa desconfiança na tão propalada ciência? Ao que parece, estas ainda preferiam o saber médico que suas avós utilizavam, ou seja, um saber tradicional, experimentado e cultivado de geração em geração, que o discurso médico oficial não conseguia abarcar. No discurso do cronista, podemos inferir certo teor de advertência para com as autoridades oficiais, no que diz respeito à concorrência que proporcionavam essas parteiras.

Marques de Carvalho afirma ser verídica a existência dessa famosíssima parteira chamada *Tia Faustina*, pois menciona ter tirado inspiração para a personagem num artigo retirado do periódico *O Gram Pará* de 1884. O artigo de *Sganarello* confirma o escritor, que copiava da vida real os personagens que dariam vida à trama romanesca. Nesse caso, retirou diretamente do cotidiano da cidade um dos tipos sociais mais característicos. *Tia Faustina* era de “um corpanzil anafado e de grande estatura, sobre a qual uma pequena cabeça de curtos *cabellos* grisalhos”<sup>272</sup>, que ao saber da viagem de Generosa para Alenquer, afirmou:

– Ah! Já sei: a minha filhinha precisar mudar de ares...Vão p’ra Alenquer...Olhe, sinhá comadre, consulte o Pedro, o Page do Surubiú. Elle dá remédio p’ra nossa filha, você verá!  
– Quem é esse pagé?

<sup>271</sup> *Ibid.*

<sup>272</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim. O Pagé.” In. A República, Belém, 20 de fevereiro de 1887, p.03.



– Oh! Nha dona, um mulato de fama! Tem curado muita gente ! Deus permita que a nossa *obra do Rio* fique boa, coitadinha...<sup>273</sup>

O diálogo apresenta o personagem que dá nome ao romance. Todavia, este é apenas citado, pelo menos nessa primeira parte do folhetim – não sabemos se de fato o escritor concluiu em manuscrito o romance, colocando o personagem em questão no enredo. O pajé Pedro não aparece diretamente na trama, apenas seus “serviços”, sugerido por *Tia Faustina*, que por sua vez surge no último episódio do folhetim. Quase como figura exótica, o escritor fez da personagem uma caricatura das reais parteiras que circulavam por Belém. Abrindo um parêntesis no enredo, pedi licença aos leitores para “deixar *immortalizado* n’um livro meu o nome o mais popular que *actualmente* existe na sociedade paraense.” Como um folclorista, Marques de Carvalho desejava a partir de seu escrito romanesco, imortalizar aquela figura tida por ele como digna de sobrevivência na memória do povo paraense. O escritor surpreende, ao interromper a trama para colocar em nota de rodapé algumas explicações. Vejamos o que disse sobre a conhecida parteira:

Tia Faustina é um d’esses *typos* que são o lado *pittoresco* de um povo e que existem em quase toda a cidade: – personagens conhecidíssimos, cujo nome é bastante para excitar um sorriso alegre, para evocar uma recordação pandega. É ella *une grande enfant gatée* das senhoras do Pará, que lhe são particularmente afeiçoadas e reconhecidas pelos eminentes serviços que d’ella hão recebido nas mais críticas situações d’uma vida de mulher”<sup>274</sup>

Isso se daria em virtude do “tipo” peculiar, segundo Marques, que esta mulher representava naquela sociedade. Ao mesmo tempo em que é motivo de “sorrisos”, emanava certo respeito, principalmente pelas “senhoras do Pará” do qual presta seus “einentes serviços” de parteira. Esse é o quadro ambíguo desta mulher, ridicularizada e respeitada simultaneamente pela pena de Marques de Carvalho. Para este,

É para a cidade de Belém o que são Fajardo para o Porto, o palhaço Augusto para Paris, a sr.<sup>a</sup> d. Maria Pia para Lisboa, o Budião para o Recife, o Castro Urso e o velho Pedro II para o Rio de Janeiro: um ridículo assunto de escarninho – e isto entende-se com os Budiões a Pedro II – ou um objeto de luxo, uma encarnação da Caridade e da Benemerencia – e isto diz respeito à rainha de Portugal, ao Augusto do Circo e à asneirenta e *sympathica* tia Faustina.<sup>275</sup>

---

<sup>273</sup> *Ibid.*

<sup>274</sup> *Ibid.*

<sup>275</sup> *Ibid.*

Enumera tipos urbanos excêntricos, como personagens da vida real, do cotidiano dessas cidades elencadas. Figuras que representam um assunto cômico, ridículo, servindo para o escárnio público. Desses nomes, chamam atenção a menção ao imperador do Brasil e à rainha de Portugal d. Maria Pia, lembrados e ridicularizados pela pena de um escritor declaradamente antimonarquista.

A respeito da importância e fama da parteira, recordava a missão que esta possuía junto à sociedade, além das benesses que angariava no trato com parcelas do gênero feminino de Belém, pois

Imaginem os leitores se pode haver n'uma cidade pessoas mais credora de veneração, mais digna de estima, do que essas ignorantes pretas velhas que, com o socorro d'uma longa prática, adjudam [sic] à realização d'esse laborioso *acto physiologico* pelo qual uma *creança* entra a fazer parte dos *sêres* humanos que por si sós, sem o auxilio de ninguém, respiram com toda a liberdade o ar que envolve o mundo! Eis a venerável missão da Tia Faustina, – missão que bem merece a recompensa d'uma estatua e que, todavia, só *possue* um pequeno altar em cada um dos devotados corações *maternaes* que compõem a face respeitabilíssima de nossa sociedade...<sup>276</sup>

A parteira *Tia Faustina* ganhava espaço próprio por entre as linhas do romance naturalista, justamente por possuir algo de peculiar, que lhe colocava em distinção naquela sociedade que se concebia civilizada. Da visão de mundo que o literato possuía, a “ignorante preta velha” até merecia uma estátua por seus préstimos junto às mães do Pará. Mas não seria o mesmo monumento que o escritor lutava para erigir ao maestro Henrique Gurjão, filho de importante família em Belém e respeitável músico, que estudou na Europa. Este sim era digno de campanha pela imprensa, por parte de Marques de Carvalho para sagrar na memória do povo paraense este nome. Não merecia a mesma estima a *Tia Faustina*? O auto d'*O Pagé* endereçou a ela a homenagem “para deixar *immortalizado* n'um livro”, mesmo que junto a seu nome constem diversos outros como sinônimo de “pilheria” e “escarninho.” Assim se guardaria o nome da parteira, construindo e forjando uma memória legitimada pela pena de Marques de Carvalho.

Ao eternizar o nome dessa mulher, o escritor faz menção a duas expressões criadas, ao que tudo indica, pela parteira. Era prática sua denominar como “*obras do Rio*, quando os recém-nascidos são brancos, as *obras de Marajó* quando pretos, e as de *Bragança* quando mulatos”, segundo o autor, que expõe a fragilidade dos termos

---

<sup>276</sup> *Ibid.*

conforme o “berço” da criança e da família que lhe aguardava o nascimento. Portanto, “esta classificação também é aplicável conforme a remuneração que *ella* recebe, o que equivale a dizer que muitas vezes, o mulatinho é obra do Rio, e o branco uma simples e insignificante *obra de Bragança*”. Interessante notar as representações espaciais dessas matizes de hierarquia social. As “obras do Rio”, ao que tudo indica, fazem menção ao Rio de Janeiro, portanto, à corte imperial, sugerindo aos que assim eram denominados uma posição social maior, pois atribuía-se à corte imperial o lugar de civilização, a cidade desenvolvida, o centro onde tudo acontecia, portanto, carregando um sentido de positividade. Às “obras de Bragança”, ficariam no intermediário entre ser branco e negro, eram os mulatos, atribuídos espacialmente à cidade interiorana de Bragança, enquanto que às crianças negras era atribuído ao espaço da ilha de Marajó. Com isso, nos perguntamos: quem seria, naquele contexto, *obras de Marajó*? Que família pequeno-proprietária do centro de Belém aceitaria essa denominação? Quem *Tia Faustina* assim chamava? Com essas linhas, Marques de Carvalho atribuiu mais um sentido para a parteira: a hipocrisia.

Não temos a parte final do romance aqui apresentado, restando dúvidas acerca da cura de nossa personagem principal, quando a mesma segue viagem a *Alenquer* em busca de novos ares. Na trama, a família decide viajar para o campo por entender que ali a enferma teria melhores condições de cura devido o clima mais ameno. Nessa parte inexistente do romance teríamos os momentos finais da trama, onde provavelmente saberíamos se a personagem venceu ou não a tuberculose. Seguir tal raciocínio nos leva à seguinte questão: teria o pajé Pedro derrotado a doença, e logo, vencido o discurso médico oficial da época? Ou Generosa teria morrido, vitimada pela doença e imperícia do “falso” médico popular?

Sobre a trama, interrompida abruptamente, nunca saberemos o que tinha em mente Marques de Carvalho para o final. Nem mesmo se havia um desfecho já escrito para o folhetim. Entretanto, segundo o prefácio, ao personagem “astucioso e hipócrita” com certeza não caberiam os *louros* e *faustos* daquela modernidade, tão aclamada nos áureos tempos daquela “bela época”. Para esses personagens, identificados como incivilizados, não restam dúvidas acerca do que lhes guardava o escritor. Para o leitor da época talvez não fosse difícil supor um possível desfecho para o romance. Marques de Carvalhos teria omitido o final que muitos já imaginavam, bastando estar atento às formas de pensar daquela intelectualidade.

Embora à margem do projeto de sociedade que aquela *intelligentsia* forjou para si, parteiras, pajés e curandeiros em geral, identificados por um conhecimento apoiado na experiência e conhecimentos tradicionais, se faziam presentes na urbe belenense. Na coexistência de dois “mundos” difíceis de delimitar, entre um lado que buscava legitimação em seu ofício e saber científico, e outro, à despeito dos artifícios e discursos oficiais, que se fortalecia cada vez mais, temos na capital da província paraense a permanência e sobrevivência de práticas e costumes oriundos da experiência e de saber popular, em contrapartida às linhas e entrelinhas que o escritor naturalista buscou legitimar.

#### **2. 4 – Hierarquias de cor: representações sobre o negro no romance.**

Em razão da importância do negro na cultura brasileira e “no cenário brasileiro em seu conjunto”, Raymond Sayers estranhava “que ainda não tenha aparecido um estudo completo sobre o papel do negro num setor importante da cultura brasileira como é o da literatura”. Em vista disso, em *O Negro na Literatura Brasileira*, afirma que sua intenção seria a de “estudar o negro como tema literário, especialmente na ficção, no teatro e na poesia, escritos antes de 1888, ano em que foi abolida a escravatura.”<sup>277</sup> Na presente pesquisa, faremos uso deste trabalho para darmos conta da problemática em torno da presença de hierarquias de cor em nossa literatura, mais especificamente, no romance *O Pagé*.

Sayers menciona preocupar-se com as apreensões acerca do negro e do seu ambiente, ou seja, como e onde estavam posicionados no interior da trama romanesca. De que maneira esses sujeitos estavam inseridos em determinados ambientes do enredo? Ressalta ainda, “o novo interesse por todas as ideias estrangeiras que começavam a ser sentidas na década de 70”, a importância do naturalismo francês e de Eça de Queiroz para a ficção brasileira, que “iria dominar o romance e o conto até o começo do século.” Ou seja, esse naturalismo possuiu lugar fundamental em meio ao cenário literário de final do oitocentos. Logo, acerca desse naturalismo no Brasil, o autor afirma:

---

<sup>277</sup> SAYERS, Raymond S.. *O negro na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958, p.15

Sem deixar de escrever sôbre a vida rural, os naturalistas incluíram na sua temática as classes inferiores das grandes e pequenas cidades. Visto como o proletariado brasileiro, rural e urbano, era dominado, no século XIX, por negros e mulatos, não é de admirar que o negro assumisse um lugar importante nas obras dos naturalistas.<sup>278</sup>

Dito isto, podemos sustentar acerca dos personagens em romances naturalistas, que o entorno ou meio a que estejam submetidos, contribui consideravelmente para seu desenvolvimento na trama; portanto, é válido o ponto de vista de Sayers em, além de somente se ater à figura do negro nesses romances, procurar dar conta do meio ou entorno de tais personagens, para assim, compreender seus significados dentro do enredo. Justificando o interesse desses escritores de final de século em retratarem a figura do negro em seus romances, destaca ainda que “há artesãos e obreiros e há mulatos prósperos e politicamente poderosos, que eram assuntos interessantes para os escritores de escola naturalista, por sua posição flutuante na sociedade.”<sup>279</sup> Nota-se, portanto, que tamanho interesse não se faz sem sentido, haja vista, a posição social desses indivíduos naquele momento configurar um caráter bem peculiar se visto de maneira geral. Como dito pelo autor, era flutuante por sua complexidade, muito em razão da transição social e política do status desse negro ou mulato naquela sociedade. Isso ficará mais nítido, conforme o autor exemplifica utilizando-se dos romances que tinham por cenário a região amazônica. Em Inglês de Souza, mais especificamente com *O Cacauleta* e *A História de um Pescador*, Sayers menciona os variados tipos,

indo desde prósperos fazendeiros de cacau, chefes políticos, médicos, vigários de aldeia e comerciantes portugueses até humildes mestiços de índios, pescadores e criados negros e mulatos. Há cenas desenvolvidas longa e naturalisticamente, que tem autêntico valor sociológico e histórico.<sup>280</sup>

Tais tipos diversificados em seu caráter complexo e multifacetado, expõe a realidade de um meio particular em se tratando de Brasil. A Amazônia e suas peculiaridades enquanto região e população, acabaram configurando uma leitura diferenciada no que se refere às novas correntes de pensamento que influenciaram nossa *intelligentsia* enquanto articuladores de uma identidade brasileira. Nessa perspectiva, a literatura feita sobre a região, acabou funcionando como ratificador de tais

---

<sup>278</sup> *Ibid.* p. 402.

<sup>279</sup> *Ibid.* p.402

<sup>280</sup> *Ibid.*

pensamentos, atribuindo aos seus personagens, valores sociológicos e históricos, assim como etnográficos, como o fez José Veríssimo. Sobre este, “que também nasceu no Pará e que também foi o outro único escritor importante do século a haurir seus motivos na vida amazônica, acreditava que nessa região o elemento índio havia suplantado completamente o negro.”<sup>281</sup> Acerca de suas narrativas de ficção, Sayers comenta que sua “admiração pelos negros e da sua contribuição para a civilização em outras regiões do Brasil, não achou adequado introduzir nenhum membro dessa raça nas quatro narrativas que compõem suas *Cenas da Vida Amazônica* [...]”<sup>282</sup> Corroborando tal ponto de vista, Sayers expõe ainda que no Pará “havia proporcionalmente menos negros do que em quaisquer outras províncias do país, com exceção do extremo sul”, tendo o Maranhão um número considerável.

Retomando Inglês de Souza, destaca que a importância demasiada atribuída ao negro em seus romances se faz incoerente com a realidade numérica dos mesmos em nossa região. Segundo ele, “de seu lado, talvez dê ao negro uma importância que não se justifique por sua posição numérica. Há muitos negros em suas tramas fazendo de um mulato, o tenente Ribeiro, a figura central dos *Contos do Amazonas*, *O Cacaulista* e *o Coronel Sangrado*.” Buscando justificar seu argumento, Sayers menciona ter ouvido do próprio filho do literato, que o herói do conto “*O Rebelde*”, tenha sido um índio, um tapuio, ao invés de um negro como colocara o pai. Mas acerca de conflitos ou fortes marcas de preconceitos de cor presentes em romances desse tipo, Sayers não deixa de confrontar *O Mulato* de Aluizio de Azevedo e os escritos de Inglês de Souza, pois “nada há nos livros de Inglês de Souza que indique a existência no Pará de tais condições de hostilidade racial, se se excetua ‘*O Rebelde*’.”<sup>283</sup> Segundo o autor a comparação com a obra de Azevedo, se justifica pelo fato do Maranhão apresentar profundas raízes de preconceito racial, como atesta o citado romance do autor. Embora alguns casos presentes nos romances do literato paraense, “há outras referências a mulatos que mostram que a discriminação racial não era bastante para impedir-lhes a ascensão na escala social”,<sup>284</sup> como exemplo, o personagem do Tenente Ribeiro. Conforme ressalta Sayers, a partir d’*O Cacaulista*: “Ribeiro é um novo tipo de negro na literatura brasileira. É mulato rico e respeitado, que atingira grande importância na sua

---

<sup>281</sup> *Ibid.* p.406

<sup>282</sup> *Ibid.*

<sup>283</sup> *Ibid.* p. 407.

<sup>284</sup> *Ibid.* p. 408.

comunidade, apesar do fato de que ‘é mal educado e cheio de vícios’”.<sup>285</sup> Concluindo, o autor menciona a relevância dos romances do paraense em relação a’*O Mulato* de Azevedo, reiterando a importância dos romances de Souza como estudos fundamentais “da vida e de tipos do baixo Amazonas; e, visto que são os únicos romances pré-abolicionistas sobre uma região em que há caracteres negros, auxilia-nos a completar o quadro da vida negra do Brasil do século XIX.”<sup>286</sup>

De fato, a temática do negro na segunda metade do Oitocentos ecoou sobremaneira entre os escritores brasileiros. A busca pela compreensão de nossa identidade enquanto brasileiros demandou o aparecimento de diversos artigos e ensaios referentes às questões de raça e etnografia em nosso país. Com isso, tais estudos não deixaram de se refletir no campo da literatura. No Pará, como vimos, isso ficou bastante evidente, muito em razão da problemática que envolve a presença negra na região amazônica. No entanto, ao se deter a essas questões Sayers não deu conta da existência de outro nome do naturalismo paraense. Além de Inglês de Souza e José Veríssimo, Marques de Carvalho talvez possuísse, naquele momento, certa projeção como escritor naturalista,<sup>287</sup> merecendo do autor de *O Negro na Literatura Brasileira* melhor acolhida. Embora pouco ou nada se saiba na historiografia literária brasileira sobre *O Pagé*, o literato paraense possui obra referência no que diz respeito ao naturalismo zoliano no Brasil. Trata-se de *Hortência*, romance publicado em 1888 que deixou de contribuir consideravelmente para os estudos de Sayers no que diz respeito à presença negra na literatura, tendo em vista que o mesmo aborda a temática de maneira profícua. Todavia, não se faz importante no presente momento essa discussão. Por agora, analisaremos a representação sobre personagens negros e hierarquias de cor no romance *O Pagé* do mesmo autor, que veio a público um ano antes deste.

Com essa discussão, temos aqui a possibilidade de enxergarmos as redes de sociabilidades que existiram em Belém, no que diz respeito às classes ou grupos tidos por inferiores pela pena do romancista. Para um romance que tinha por núcleo central uma família da elite econômica, buscaremos dar sentido às diversas vozes silenciadas pelas hierarquias sócio-raciais que fizeram parte do cotidiano daquela sociedade

---

<sup>285</sup> *Ibid.* p.411.

<sup>286</sup> *Ibid.* p.413.

<sup>287</sup> Em 1889, José Veríssimo publica n’*A Província do Pará* artigo sobre o romance naturalista, mencionando *Hortência* de Marques de Carvalho em sua crítica literária, sendo este editado posteriormente em volume no Rio de Janeiro, nos *Estudos Brasileiros*.

constituída com os “louros” advindos da economia do látex amazônico. Portanto, a província do Pará coube neste momento como cenário importante para darmos conta da presença de negros, mulatos e libertos, além da gente comum do povo, vistos pelas linhas de Marques de Carvalho. Porém, esta presença se deu de maneira secundária n’*O Pagé*, muito aquém das representações feitas de negros e mulatos em romances marcadamente naturalistas no Brasil, que colocam tais personagens em destaque na trama, como exemplo, *O Cortiço* de Aluísio de Azevedo e o próprio *Hortência* de Carvalho. Dos criados da casa em Batista Campos, por exemplo, observamos algumas pequenas aparições de um *moleque* no enredo, ao que tudo indica, um jovem escravo doméstico. Assim interpretamos, devido Mathias chamá-lo aos gritos sem a obrigação do nome, da seguinte maneira: “ – Moleque, traz café, – gritou Mathias,[...]”. Vejamos como se refere o narrador ao menino encarregado do café, no momento em que conversavam Adalgiso e o dono da casa:

Entrava nesse momento o moleque trazendo uma bandeja e *nella* duas *chicaras* com café e um *assucareiro* de prata.

Mathias *offereceu* uma ao doutor e tirou outra para si. O moleque, – um pretinho de 12 *annos* a 14, – pousou a bandeja e retirou-se para a *cosinha*, assoviando em voz muito baixa a música do *Arapapá*, – essa *obra-prima* da cabeça mais *ôcca* e lastimável que já pensou em toda a província do Pará.<sup>288</sup>

O autor limitou-se a dizer apenas a idade do “pretinho”. Poupano palavras para compor um nome que identificasse essa figura de rápida aparição no enredo, mas não sem importância. O menino saía de cena cantarolando uma canção, ao que parece, estritamente popular, a tal ponto que o autor não descartou a associação entre ambos. O autor do *Arapapá* – já discutido em outro capítulo – acabou servindo como apoio para a crítica que Carvalho fazia questão de dirigir ao público leitor, renegando uma literatura e musicalidade populares, de fácil acesso, como nos faz ver ao relacionar essa melodia à criação de Mathias. Referir-se a “cabeça ôcca e lastimável” àquela canção, é também inferiorizar quem a executa, ou seja, aquele que o canta “n’um allegro sibilante”. Não satisfeito, Carvalho colocaria novamente em cena o tal *moleque*. Dessa vez, trocara apenas a canção por outra de mesma origem.

Como houvesse terminado o café, viera o moleque buscar as *chicaras* e levava-as para a *cosinha*, assoviando sempre; agora, porém, substituindo o *Arapapá*, era o *Chô, Cho, Cho, oruana*, que *sahia* dos lábios n’um allegro sibilante.

– Cala-te, moleque! Rugiu o Mathias, lembrando-se da filha [que dormia].

<sup>288</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim.O Pagé”, in A República. Belém, 18 de janeiro de 1887, p.03.



Dizemos ser de mesma procedência, pois a familiaridade dos termos que nomeiam as canções, de cunho regional e, mais uma vez de caráter popular, nos autorizam a mencionada suposição. Temos novamente a menção a Ricardo de Miranda, ao que parece, bem querido na boca do jovem criado de Mathias.

Para o *Arapapá* havia um seletor público, distante do que pressupunha Marques de Carvalho, com seus personagens voltados à música clássica e artes em geral. Segundo o escritor, havia uma incompatibilidade entre tais mundos. Temos, portanto, dois opostos nas entrelinhas do mesmo. Carvalho expunha sua visão de mundo nos diversos movimentos que suas personagens desenhavam no folhetim. Podemos sustentar que o escritor, tão distante da neutralidade e objetividade que seus correligionários impunham, intervêm no romance com seus pontos de vista acerca de música popular e artes em geral. Para corroborar esse argumento, visto que o romancista parece contradizer o veio naturalista de imparcialidade e objetividade, o confrontamos a uma nota de jornal em que Marques parece fazer forte oposição às expressões e formas populares em música. Vejamos o que diz o autor sob a máscara do pseudônimo: “ – machiavel *condemna* o realejo, esse instrumento, moedor de música, que é o encanto dos que não podem ouvir os harmoniosos sons de uma bella orchestra [...]”<sup>289</sup>

Acerca dessa aparente dicotomia entre o popular e o erudito, o aparecimento de alguns personagens na trama, talvez como complemento ou apoio na narrativa, desvendam outras facetas do olhar de uma parcela da sociedade paraense para com a “gente do povo”. Dessa elite social, Marques de Carvalho parece ser o representante. Veja o que o escritor nos guarda em um dos capítulos d’*O Pagé* a respeito de uma cena no interior do Teatro da Paz:

A um canto da *platéa* geral dormia um velho mulato de grandes *cabellos* e beiços grossos, com o queixo encostado ao *hombro* esquerdo, n’uma *immobilidade* d’êbrio.  
N’um camarote de primeira ordem estavam Mathias de Almeida, d. *Josepha*, Generosa, Mariana de Macedo e Eduardo da *Annuniação*.<sup>290</sup>

Podemos notar claramente o forte teor dos adjetivos usados pela pena do escritor para qualificar aquele “velho mulato”. Associa-o a um êbrio dormindo pesadamente enquanto encerrara o primeiro ato da ópera que ali se apresentava. Não estranhemos o fato, por termos em conta que tais comentários não se fazem novos na

<sup>289</sup>Staff “Pelo Jornalismo...”, in: Diário de Notícias. Belém, 23 de fevereiro de 1887, p.02

<sup>290</sup>Marques de Carvalho, “Folhetim. O Pagé”, in A República. Belém, 04 de fevereiro de 1887, p.03.

prática jornalística e na lide literária no Brasil de meados do Oitocentos.<sup>291</sup> O que nos admira é tratar-se de um intelectual republicano, ao que tudo indica ferrenho opositor do escravismo, instituição esta apadrinhada pela monarquia, da qual é assumidamente opositor. Mas não deveríamos estranhar tal postura, muito comum naquele contexto de final de século, onde os discursos sobre raça o autorizam. Ficam, portanto, as observações acerca das representações direcionadas a uma parcela daquela sociedade, marginalizada e ao mesmo tempo herdeira de todo um processo de legitimação da ideia de civilização e progresso delineado nas entrelinhas *d'O Pagé*.

Se não bastassem essas questões, outro ponto que retorna quando analisamos o romance, é a forma como posiciona o mulato naquela rede de sociabilidades. Historicamente marcado como lugar de cultura, o teatro define o espaço onde se representam os mais altos valores do espírito de modernidade. É o lugar da civilização, portanto, dos civilizados. E naquele momento, enfatizar um velho que dorme pesadamente na platéia a ponto de não perceber o intervalo do primeiro ato, é tentar demarcar que aquele não seria seu lugar de fato. Talvez quisesse nos fazer ver que a ópera que se apresentava ali em muito se distanciava do universo cotidiano daquele senhor. Ou pior, aquele não seria o lugar para mulatos ébrios. Ao mesmo tempo, surgem diversas questões, que para a nossa surpresa, subvertem tudo aquilo que compreendemos ou queremos compreender acerca das redes de sociabilidade de grupos vistos como inferiores no espaço urbano de Belém. Poderia um mulato fazer parte daquele cenário urbano, representado pelos louros da *Belle Époque*? O que fazia naquela poltrona do Tetro da Paz em pleno alvoroço belepoqueano? De quem se tratava? Podia um mulato ocupar espaço tão ímpar?

Note o leitor que não caímos aqui no discurso dominante acerca da temática que se discute. Nem tampouco seguimos às cegas o que as fontes querem ou parecem dizer. Optamos pelo mais coerente, questionamos os vestígios desse tempo que nos chegam pela escrita de um jovem literato republicano. Nessa perspectiva, compreendemos a postura discursiva desse escritor em colocar em sequência ao caso do velho mulato, a posição da família de Mathias naquele teatro, implicitamente marcando seus lugares na hierarquia social. Enquanto aquele dormia “n’uma *immobilidade* d’êbrio” a um canto da plateia “geral”, o velho Mathias aguardava confortavelmente o

---

<sup>291</sup> Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. [São Paulo]: Companhia das Letras, [1987].

segundo ato da apresentação em um camarote de “primeira ordem”.<sup>292</sup> Matizes de hierarquização social que ficam bem evidentes nesse ponto do romance.

Seguindo a lógica do escritor em posicionar hierarquicamente alguns personagens em seu romance, atentamos para a narrativa à saída de Mathias e Eduardo da *Annunciação* do Teatro da Paz, quando Marques de Carvalho descreve da seguinte maneira, agora do lado de fora do espaço, um sujeito que se encontrava por ali: “Um preto bêbado cambaleava junto a um carro estacionado à ilharga do teatro, vociferando arrastadamente impropérios terríveis, insultos grotescos e pesados contra os cavalos.”<sup>293</sup> Note que além de enfatizar a embriaguez do sujeito, ao que parece, segundo o autor, muito comum entre estes, somam-se o linguajar e os modos pouco compatíveis com o estrato social que ali frequentava. Nesse mesmo local, ou seja, em frente ao teatro, enquanto se aguardava o próximo ato, junto a diversos vendedores de comida, coexistiam “cocheiros que conversavam ruidosamente n’uma linguagem enérgica e malsonantes”.<sup>294</sup> Consoante aos posicionamentos impostos por Marques de Carvalho a indivíduos de cor dentro de sua narrativa fictícia, aos cocheiros também eram imputadas desqualificações.

Conforme os sinais percebidos na maneira como representa seus personagens secundários e efêmeros, compreendemos a postura de Marques de Carvalho para com a “gente” do povo. Eram bêbados, incultos, desqualificados e mal educados. Resumindo tal ponto de vista, veja o que nos diz o seguinte trecho retirado da cena em que as duas amigas – Generosa e Marianna – tentavam a custo sair da igreja da Trindade, repleta de gente em visita ao corpo morto durante a sexta feira santa: “As duas moças *soffriam* os mesmos encontrões, recebiam *immoralidades* na face, das *boccas* de pretos sem educação, rescendendo a cachaça.” E o que dizer dos sujeitos que trabalhavam com o transporte de pequenas cargas na urbe paraense, Marques assim os apresenta: “À porta do jardim, uma carroça cheia de bagagens esperava o carreiro que fôra ao ‘Apollo de Salvaterra’ beber um trago de cachaça.”<sup>295</sup> Provavelmente tratava-se de um indivíduo que fora a uma mercearia ou casa de bebidas para o lado da assim chamada à época “matas de salvaterra”.<sup>296</sup>

---

<sup>292</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim. O Pagé”, in A República. Belém, 04 de fevereiro de 1887, p.03

<sup>293</sup> *Ibid.*

<sup>294</sup> *Ibid.*

<sup>295</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim. O Pagé”, in A República. Belém, 20 de fevereiro de 1887, p.03

<sup>296</sup> “Salvaterra” faz referencia ao “sobrenome da [antiga] proprietária do terrenos” nas redondezas onde hoje está a praça Batista Campos. Sobre bairros, ruas e avenidas de Belém, ver CRUZ, Ernesto. Ruas de

Somadas às desqualificações morais nas representações feitas por Marques aos seus personagens romanescos, muito comuns foram os discursos, aqui já discutidos, que exaltavam o cientificismo daquele final de século em contraposição a alguns costumes mais tradicionais. Usando de personagens para expressar sua visão de mundo, não deixou de associar o tradicionalismo e o pensamento popular supersticioso aos sujeitos sociais identificados como inferiores. Como visto há pouco, o escritor apresenta a parteira mulata *Tia Faustina* como uma caricata figura da mulher curandeira paraense. Era a parteira, “gorda” e “mal educada”, que circulava por entre a elite social dominante e a *gente* comum no Pará. Quanto à mulher abastada, ao relatar a agonia de D. Josepha diante da enfermidade que afligia a filha, o narrador assim descrevia sua personalidade:

Quando a filha adoecia, passava noites consecutivas sem dormir, velando o *somno d'ella*, ministrando-lhe medicamentos, assustada, rezando, fazendo aos santos de sua devoção promessas valiosas, sentindo despertarem-lhe no espírito as mil superstições adquiridas durante a *infancia*, na *convivencia* com as escravas de seu *pae*. Erguia-se *nella* a verdadeira mulher paraense, com os múltiplos prejuízos d'educação.<sup>297</sup>

Era a típica mulher paraense, que segundo a narrativa, era marcada pela religiosidade e superstições. Mas o que nos chama atenção é a origem de tais práticas, que segundo o autor, eram justificadas pela presença de escravos influenciando cotidianamente no espaço familiar dessa elite. Junto a isso, vinham os prejuízos à educação, conforme deixa claro, inerente àquela mulher. Mas que múltiplos prejuízos seriam estes? De que maneira a mulher paraense era educada em finais do Oitocentos? Seria essa educação por demais comprometida pela influencia escrava no seio familiar?

Como intelectual de final de século, absorvera todo um pensamento acerca das teorias raciais presentes no último quarto do Oitocentos, que impunham formas de conceber a contribuição negra para a formação do povo brasileiro. Não julgaremos o escritor, senão enquanto sujeito de seu próprio tempo, mas é sabido o quanto sua escrita literária carrega todo um arcabouço teórico que via nos sujeitos de cor marcas de inferioridade frente àquela parcela da sociedade do qual fazia parte.

Entretanto, além de redator e escritor de romances de folhetim, Marques de Carvalho mostrou-se um possível “historiador” ao representar para a posteridade os hábitos e costumes de uma sociedade. Historiador no sentido de observador das formas

---

Belém (significado histórico de suas denominações). Belém: Conselho Estadual de Cultura do Estado do Pará, 1970, p.32.

<sup>297</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim. O Page”, in A República. Belém, 10 de fevereiro de 1887, p.03

e dos movimentos que a cidade deixava entrever naquele transcurso de tempo, como o processo migratório de portugueses que fizeram fortuna no Pará, os bastidores da extração e transporte da borracha a partir de Belém para outros países, além dos assuntos de comércio e negócios estimulados pela economia do látex em Belém. A analogia se sustenta devido transcrever para nós a partir de um relato fictício seu olhar sobre a cidade que lhe dera berço e palco em suas investidas como poeta, romancista e jornalista. Dessa forma, daremos agora um rápido passeio pela aquela Belém de finais do século XIX.

## **2. 5 – Um Breve passeio pela Belém de finais do século XIX: a cidade como personagem.**

Por tratar-se de um romance, segundo o autor, alinhado ao estilo realista-naturalista, podemos retirar de sua escrita os contornos urbanos e o movimento cotidiano daquela sociedade que se desenvolvia com os negócios da borracha. Dessa forma, discutiremos o espaço urbano anterior ao processo de reurbanização daquela Belém de final do século XIX, dando atenção às sensibilidades modernas em torno desse espaço e suas interconexões com o campo. Compreendendo “campo” como formas e representações tradicionais ainda presentes naquela cidade que se modernizava, ou que buscava se modernizar com as transformações geradas pelo desenvolvimento econômico da capital paraense. Além disso, atentaremos para a percepção dos sinais nesse espaço citadino de uma ideia de natureza. Para isso a análise do romance em questão se faz fundamental, compreendendo que a literatura pode ser um instrumento importantíssimo para percebermos os vestígios daquele tempo, seu cotidiano e suas formas de representar o espaço urbano e a visão de mundo daquela sociedade.

Na casa de Antunes, no episódio em que Mathias fica doente, temos o seguinte excerto:

Uma tarde – era em fins de agosto – o convalescente *passsejava* pelo jardim da rocinha, aspirando suavemente a fragrância das flores, encostado a uma

grossa bengala; com a cabeça erguida, fitava o céu, onde pequeninas nuvens avermelhadas grupavam-se para o lado do poente. Borboletas volitavam sobre as *dhalias*, um colibri pairava em cima de uma rosa *monte-christo*, indeciso. Da estrada de Nazareth vinha o ruído de um Bond seguindo em direção á praça de Pedro II.<sup>298</sup>

Essa era a singela rocinha do amigo abastado que o ajudara em sua doença, que ficava no que hoje conhecemos como Avenida Nazaré. O espaço caracteriza-se por um clima campestre em meio aos contornos urbanos que se iam formando nos arredores de Belém. Ao longe, a imagem do *Bond* puxado à tração animal ia de compasso com seu ruído característico, que denota, como afirma Neil Davie, o barulho peculiar do espaço urbano que já se fazia presente, “na cacofonia da capital, [...] a música específica de seus vários componentes”;<sup>299</sup> era o ruído do veículo ao arrastar-se pelos trilhos que levaria à praça, que dali a poucos anos chamar-se-ia Praça da República.<sup>300</sup> Som este que tirou a atenção do personagem, entre a flora e a fauna do ambiente bucólico que lhe aconchegava na residência que o amigo negociante ostentara. A respeito dessas “grandes partituras sociais” de que nos fala Davie, os “ruídos de Londres” também se faziam ouvir por essas paragens em meados do final de século. Percebemos isso a partir da percepção de Marques de Carvalho ao narrar o cotidiano do personagem Eduardo da Annuniação em seu escritório de advocacia no centro da cidade, pois, quando “um barulho de carroças subia da rua, agitava sonoramente o lustre do *escriptorio*, fazia estremecer os vasos de *porcellana* das mesas.”<sup>301</sup> Barulho característico da Londres daquele contexto, onde “a maioria das ruas da City são calçadas de granito, e os veículos, com suas rodas revestidas de ferro, fazem tal barulho que as conversas param à sua passagem.”<sup>302</sup>

Num dado momento do romance, entre o “luxo” e a “algazarra”,<sup>303</sup> temos a cena da ida à igreja onde “o povo invadia o pequeno templo da Trindade, onde o calor era *asphyxiante*. [...] Entravam e *sahiam* a todo momento os fiéis”. Era a visitação ao corpo-morto na quinta feira-santa. No final, enquanto todos desejavam sair da igreja ao mesmo tempo, “mulheres enfurecidas [...] davam-se empurrões, pisavam-se, indignavam-se, murmuravam *blasphemias* com os sobrecenhos *cahidos* de cólera.”

<sup>298</sup> *Ibid.*

<sup>299</sup> LACASSAGNE, Claude-Laurence & DAVIE, Neil. “Luxo, algazarra e mau cheiro”. In: CHARLOT, Monica e MARX, Roland. *Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p.53.

<sup>300</sup> CRUZ, 1970. *Op. Cit.*

<sup>301</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim: *O Pagé*” A República. Belém, 29 de janeiro de 1887, p.03.

<sup>302</sup> LACASSAGNE, Claude-Laurence & DAVIE, Neil. *Op. Cit.*, p.54.

<sup>303</sup> *Ibid.*

Generosa e Marianna sofriam os mesmos empurrões, e recebiam “*immoralidades* na face, das *boccas* de pretos sem educação, rescendendo a cachaça. (...) á *sahida*, chegaram-lhes umas palavras sujas, vindas da praça. Brigavam duas vendedeiras de doce”. Tudo isso constrangia as jovens e enfurecia Mathias “cujos olhos faiscavam de zanga, *encolerizado* contra *aquella* depravação de linguagem, que passava-se impune *deante* de sua filha”,<sup>304</sup> pois não pode evitar que Generosa e a melhor amiga assistissem tamanho espetáculo proporcionado por aquela gente comum do lugar.

Quanto ao romance no geral, o cenário principal onde se desenrola é a residência do agora velho Mathias, um palacete construído em frente à Praça Batista Campos, que começava a atrair importantes famílias abastadas da região como lugar bom de se morar. Com o nascimento de Generosa, “Mathias resolveu fixar residência definitiva na terra onde *grangeara* a solida riqueza que possuía”.<sup>305</sup> Segundo a narrativa:

Em 1880, Mathias comprou vastos terrenos em a praça Batista Campos, que já então *attrahia* as vistas dos habitantes da cidade. Em poucos *mezes* foram esses terrenos *ocupados* por uma elegante casa construída sob as *prescripções* da *architectura* moderna, e rodeada de espaçoso jardim, onde a flora amazônica se ostentava pujante no meio das plantas *européas*, n’uma sábia distribuição de gosto e *belleza*.<sup>306</sup>

Sem titubear, Mathias adquire um terreno às margens da praça e constrói um bonito palacete com o luxo que o dinheiro podia comprar à época. Note que o negociante preocupava-se com a estética moderna que iria dar forma a sua nova morada. Seguindo à risca o que de mais novo se fazia na Europa, o velho Mathias atentava para os detalhes em torno da casa, requintada com flores européias, onde sobressaia a flora amazônica. E de fato, o bairro de Batista Campos passou a acomodar importantes famílias ligadas a economia da borracha, começando a se impor como bairro de elite mesmo naquele período. E isso vale para a rocinha da Estrada de Nazareth. Segundo a historiadora Maria de Nazaré Sarges,

Parte do excedente que se originou da economia gomífera foi investido no setor público na área do urbano [...], além de outros, e a própria expansão da urbe com a ocupação das terras altas pelas famílias ricas, favorecendo a criação de novos bairros como Batista Campos, Marco, Nazaré, Umarizal,

<sup>304</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim. O Pagé” in: A República. Belém, 09 de fevereiro de 1887, p.03

<sup>305</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim: O Pagé” A República. Belém, 21 de janeiro de 1887, p.03.

<sup>306</sup> *Ibid.*

onde a elite pode construir suas confortáveis casas, bem distantes do abafado bairro comercial.<sup>307</sup>

O romance-folhetim escrito por Marques de Carvalho permite percebermos uma outra Batista Campos bem diferente daquela reformulada pela política de enobrecimento e higienização dos espaços urbanos implementada pelo intendente Antônio Lemos entre o final do século XIX e início do século XX, relegando a esta parte da cidade os louros advindos da chamada *Belle Epoque*. No romance, vemos uma Batista Campos bem menos sofisticada em seus atributos físicos e materiais, que “pelo portão entreaberto [do Palacete], via-se uma nesga da rua sem calçada e da praça cheia de capim”,<sup>308</sup> mas, onde já se reuniam jovens estudantes e crianças nos fins de tarde para passear; além do que “andando muito devagar, pastavam *dous* bois *mellados*, lambendo as ventas com as longas línguas centradas, enxotando com as caudas as moscas impertinentes que lhes pousavam nos flancos” lado a lado ao movimento da cidade que crescia; onde ao meio dia “passavam vendedeiras de *assahy* e *fructas*, silenciosas, procurando a sombra *projectada* pelos prédios”<sup>309</sup> que a humilde praça comportava ao seu redor. Era a paisagem que Generosa assistia de sua janela. De lá possuía a visão de quem vinha da estrada de São Mateus e Rua da Trindade, onde “ao longe, repicava festivamente o sino de Sant’Anna”, sem contar o “verde escuro das *mattas do Salvaterra*”, tão mencionada por aquele narrador. Conforme Marques de Carvalho,

*creanças* muito limpas, acompanhadas por negras de saias vistosas, passavam na praça, detinham-se encostando os rostinhos á grade [do palacete], olhavam para as *flôres cubiçosamente*. Carroças *puchadas* por *cavallos* suarentos subiam da rua da trindade, regressavam ás cocheiras. No meio da praça alguns estudantes brincavam em grande algazarra, depois de haverem atirados sobre a relva os livros e pastas escolares.<sup>310</sup>

Essa Batista Campos ainda não havia sofrido as mudanças geradas pelas reformas urbanas de Antônio Lemos. Notemos que a referida praça antes da afamada reforma, já possuía um apelo bucólico, além de redes de sociabilidade que se davam em meio àquele espaço repleto de imagens de uma natureza de todo não transformada. Todavia, o referido cenário já não era coerente com o novo significado que o bairro de Batista Campos recebia naquele momento. Como um lugar que ganhava o apreço de uma elite nascente ligada aos negócios da borracha, nada mais conveniente do que

<sup>307</sup> SARGES, *Op. Cit.*, p.52.

<sup>308</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim: *O Pagé*” A República. Belém, 10 de fevereiro de 1887, p.03

<sup>309</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim: *O Pagé*” A República. Belém, 16 de fevereiro de 1887, p.03

<sup>310</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim: *O Pagé*” A República. Belém, 23 de janeiro de 1887, p.03.



planejar ali o ambiente favorável para uma parcela da sociedade que se dizia civilizada. Quando da reforma em início do século XX, a praça em questão, menina dos olhos do intendente,<sup>311</sup> fora planejada como um espaço semelhante ao que se fazia na Europa, onde a “invenção dos espaços-verdes” deveriam predominar em meio ao espaço urbano, como “consequência direta da revolução industrial e de seu impacto sobre a urbanização e os fluxos demográficos”.<sup>312</sup> Esse planejamento em espaços verdes tinha por função gerar a sensação de estar em meio campestre estando na cidade. Segundo Neves, o “caudal modernizante” gera transformações nas cidades, que “para amenizar a distancia que a separa da natureza são construídos os grandes parques urbanos, como o Central Park, em Nova York, ou o Bois de Boulogne, em Paris.”<sup>313</sup>

Atento ao que se fazia em Paris e Londres Lemos caracterizou a Batista Campos, que outrora fora somente um espaço aberto, dentro da noção inglesa dos chamados “espaços verdes”, sendo Londres a precursora desses espaços bucólicos em meio à metrópole. No entanto, a Paris de Hausmann também equacionou ambientes verdejantes ao quadro citadino da metrópole francesa. Em decorrência das transformações que essas cidades sofreram com o avanço da industrialização e do capitalismo, forjou-se um lugar onde a sensibilidade do homem urbano deveria se confundir com a presença da natureza. A ausência do verde na cidade que crescia rapidamente fez com que moldassem esse espaço aproximando-a cada vez mais do campo idealizado. Raymond Willians, percebendo o olhar dos escritores ingleses para essa relação entre o homem citadino e a natureza, chamou a atenção para a constante interação entre o campo e a cidade.<sup>314</sup>

Mesmo antes das transformações que a Praça Batista Campos sofrera, a interação entre a cidade que se estruturava e crescia com a presença do cenário campestre é revelada pela sensibilidade do literato. Marques de Carvalho ao narrar a saída do dr. Adalgiso da casa de Mathias, às onze horas da noite, depois de medicar a

---

<sup>311</sup> “A praça de Baptista Campos, a mais moderna, parece ser *aquella* em que mais caprichou o gosto da municipalidade”, cf: GODINHO, Victor & LINDENBERG, Adolpho. *Norte do Brazil – Através do Amazonas do Pará e do Maranhão*. Rio de Janeiro: Laemmerte & C. 1906, p.127.

<sup>312</sup> CHOAY, Françoise. “A natureza urbanizada: a invenção dos ‘espaços verdes’”. *Projeto História*, nº 18 (1999), p.105.

<sup>313</sup> NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o XX,” in: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excluyente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003.

<sup>314</sup> WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

doente, descreve a paisagem que os personagens prestigiavam frente à praça. Num tom romântico, estilo literário há muito desbravado pelo escritor, temos a seguinte passagem:

Uma brisa fresca e rumorejante volitava entre os arbustos e flores, e o luar, límpido e *phantastico*, esbatia-se na relva que atapetava a praça de Baptista Campos, a qual tomava a feição d'um grande lago *tranquillo*, marginado por lagos e *quintaes*. A alguns passos *delles*, um cavalo branco pastava, com o pescoço estendido, andando muito de vagar.<sup>315</sup>

A alegoria do lago parece evocar o sentimento de querer estar diante de uma natureza romanticamente exaltada e idealizada. A existência do cavalo branco em meio àquela cena define perfeitamente o quadro que o escritor queria nos fazer ver. A representação da paisagem por Marques de Carvalho reforça aquela sensibilidade que Williams notara entre alguns poetas ingleses românticos de meados do séc. XIX.<sup>316</sup>

Contudo, a paisagem meio urbana, meio campo que a jovem enferma avistava de sua janela, nos permite identificar uma Belém ainda em veste colonial bem distante do que propunham as sensibilidades modernas que a véspera do golpe republicano anunciava. Essa Belém de outrora desvenda um universo onde um saber tradicional herdado de nosso antepassado cultural ainda persistia paralelo a todo um ideário científico que moldava a visão dessa intelectualidade oriunda das famosas escolas e academias do império. Refletindo sobre essas questões, podemos dizer que tais representações sobre um passado recente da capital Belém, parecia não querer se diluir, coexistindo até nossos dias com uma medicina institucionalizada. Se antes essas formas de feitiçaria e curandeirismo se confundiam com um saber dito oficial representado pela medicina científica, hoje, não podemos crer que essas categorias desapareceram.<sup>317</sup>

Na década de 1930, o antropólogo Francês Levi Strauss, em pesquisa de campo, viajou por algumas regiões do Brasil, passando uma temporada na Amazônia. O pesquisador visitara os “tristes trópicos”<sup>318</sup> e tivera uma visão um tanto negativa da realidade existente por essas paragens. Para o antropólogo, aquelas pessoas envolvidas nos afazeres da extração do látex, levavam uma vida que dava a impressão de estarem

<sup>315</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim. *O Pagé*.” in: A República. Belém, 19 de janeiro de 1887, p.02.

<sup>316</sup> WILLIAMS, *Loc. Cit.*

<sup>317</sup> Sobre a questão ver: FIGUEIREDO, Aldrin M. de. *A Cidade dos Encantados: pajelança, feitiçaria e religiões afro-brasileiras na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2008.

<sup>318</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. “Amazônia” [1955]. In: *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

parados no tempo. Para ele, a comparação com outro tempo que não o século XX, justifica-se pela maneira como ainda viviam aquelas pessoas em meio à floresta amazônica. Uma de suas observações mencionava as práticas medicinais que os seringueiros faziam uso no cotidiano da faina a que estavam submetidos; muitos deles, migrantes nordestinos que almejavam uma vida melhor em outro lugar, que foram atraídos pela “ideia de um verdadeiro ‘eldorado’ que se propaga sobre a região”.<sup>319</sup> Dessa forma, tiveram de se adaptar de qualquer maneira à natureza insólita da selva amazônica, sendo que nessa relação com a natureza e suas representações,<sup>320</sup> práticas de curandeirismo e feitiçaria tornavam-se imprescindíveis para homens e mulheres que aprendiam muitas vezes com os próprios nativos como sobreviver num ambiente estranho e hostil para aqueles que acabavam de chegar.

Mas voltando à literatura, que para a História revela-se um campo profícuo, podemos notar que em *O Pagé*, o escritor expõe seu modo de conceber o mundo a sua volta, além de propor um projeto político e social dentro do que concebia como positivo para si e para a sociedade belenense. Quanto a isso, a tão falada modernidade que aquela segunda metade do século XIX trazia, nada mais era do que avanços na indústria, na técnica e na ciência. Avanços esses que tinham na Europa o cenário ideal, mas que em Belém ainda estaria bem distante de se realizar. Embora a realidade entre a Europa e o Brasil fosse bem distinta, era de lá que buscávamos todo um ideário de progresso e modernidade. Dessa forma, Londres e Paris eram os espaços urbanos civilizados que encantavam uma burguesia nascente embevecida pelos avanços e novidades tecnológicas, originadas pelo que entendiam como progresso e modernidade.

As grandes exposições universais, por exemplo, que tinham o papel de divulgadoras das novidades em ciências e tecnologias que as grandes metrópoles européias possuíam, funcionou como um importante referencial de progresso, mostrando ao mundo até onde a modernidade chegara. Como uma religião leiga, essa ideologia do progresso,

---

<sup>319</sup> “o que interessa é o motivo que gerava a sua vinda, nem sempre a seca, situação limite na qual, muitas vezes, o migrante se apresentava quase à beira da morte” (p.214); essa vinda se dava muitas vezes em razão da procura de um eldorado na Amazônia, “entendida como uma região destinada ao enriquecimento”, cf: LACERDA, Franciane Gama. “Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses na Amazônia (1896-1916)”. *Revista Brasileira de História*, vol. 26, nº 51 (2006), pp. 197-225.

<sup>320</sup> *Ibid.*

ao congregar os que partilhavam a mesma fé em torno a um credo comum, aquela que se consolida a partir da crença inabalável na marcha do progresso da humanidade como decorrência lógica e necessária das conquistas técnicas e científicas saberá encontrar seus ritos, sua liturgia e suas celebrações: as Exposições Internacionais.<sup>321</sup>

A “grandiosidade britânica” era fortalecida na exposição de Londres de 1852, quando da construção do suntuoso Palácio de Cristal, que se tornou o “lugar onde uma sociedade se mira subitamente em seu destino excepcional, e onde os britânicos compreendem que se transformaram nos cidadãos da maior potência do mundo”.<sup>322</sup> Como sede do evento internacional, esse palácio expôs ao mundo a tecnologia da arquitetura urbana inglesa, corroborando por outro lado, para o lugar primevo dessa nação frente a outras do continente que também almejavam o status de grande metrópole desenvolvida. Assim, “as grandes exposições se tornavam arautos de profundas mutações, porque provavam que os meios de proporcionar alegria aos homens existiam, e porque os espectadores e visitantes de todas as classes se uniam no orgulho provocado pelo sucesso da ciência e da técnica britânicas”.<sup>323</sup>

No romance, a respeito dessa sensibilidade moderna frente às novidades que o progresso nas ciências trouxe, a questão da luz elétrica, por exemplo, figurava como algo impossível para o escritor naquele contexto. Segundo o romance, no devaneio da enfermidade, Generosa “tinha caprichos, *exquisitas* exigências impossíveis, como o desejo de mandar *illuminar* a alcova a luz elétrica e o pedido de um diamante n’um *anel* de ferro!”<sup>324</sup> Logo, todavia, ao menos a segunda exigência fora atendida, com a confecção de o anel mandado fazer por Mathias, o que talvez demonstrasse o quanto difícil seria a obtenção de iluminação elétrica naquele momento. No entanto, a tecnologia de iluminação desenvolvia-se rapidamente, passando por importantes avanços e estando “assegurado ao término de um longo período de evolução, de invenção e de difusão, cujos episódios são paralelos aos da industrialização, e se situam por volta de 1850 e 1950.” Na busca incessante pelos diversos domínios dessa novidade nas cidades, “a luz artificial, que se trate do gás ou, sobretudo, da eletricidade, vem se misturar às mudanças que, exercendo-se em todos os domínios – modos de vida, poder,

<sup>321</sup> NEVES, *Op. Cit.*

<sup>322</sup> MARX, Roland. “A grandiosidade britânica”. In: CHARLOT, Monica e MARX, Roland. *Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo as desigualdades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

<sup>323</sup> *Ibid.*

<sup>324</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim: *O Pagé*” A República. Belém, 13 de fevereiro de 1887, p.03.

técnica e sensibilidade –, caracterizam essa época.”<sup>325</sup> Entretanto, tais avanços ocorriam na Europa, e no Pará de 1884 a possibilidade da luz elétrica ainda levaria dez anos para se concretizar. Segundo Ernesto Cruz, somente

A 26 de maio de 1894, foi contratado pela Intendência de Belém, na administração do barão de Marajó, o fornecimento da luz elétrica à capital. Foi contratante do serviço a Companhia Urbana de Estrada de Ferro, que inaugurou o novo sistema em 1896. Foi um acontecimento na vida social da cidade.<sup>326</sup>

Iluminadas a gás, as residências no entorno do Teatro da Paz originavam um sombreado característico desse tipo de iluminação. Conforme o romance mostra, ao término do primeiro ato, Mathias e o bacharel Eduardo conversavam enquanto saíam do famoso teatro: “à esquerda, destacava-se da fila de casas o *Café Chic*, repleto de frequentadores, que moviam-se na calçada, *sahiam* para a rua, destacando-se sombriamente na intensa claridade do *gaz* que *allumiava* as salas.”<sup>327</sup> Ou seja, a luz que irradiava do outro lado da rua vindo das residências que por ali havia, ressaltava o contorno das pessoas que se movimentavam no entorno do *Café Chic*, espaço este muito frequentado por intelectuais e diversos grupos oriundos de uma elite social belenense. Do lado de fora do teatro “a noite estava escura, sem uma estrella. Brilhavam nas trevas os revérberos que cercam a praça.”<sup>328</sup> A escuridão no largo da Pólvora era interrompida quando a luz dos chamados “bicos de gás” pouco iluminava, deixando no entorno do teatro um ar estranho e misterioso, pois, onde “as iluminações interiores projetam-se sobre a via pública sem verdadeiramente iluminar as fachadas, a luz é percebida de maneira ‘fastasmagórica’.” Assim o era a baixa luminosidade na rua ao lado do teatro, pois, segundo Roncayolo “a luminação dos bulevares parisienses é, antes de tudo, decorrente da densidade dos estabelecimentos.” Logo, as proximidades da atual praça da República era iluminada pela projeção da luz à gás das casas ou estabelecimentos comerciais que por ali havia.

Dessa forma, o caminhar por uma parte da Belém de finais do século XIX, por entre as linhas de um romance publicado em 1887, nos permitiu enxergar um pouco

---

<sup>325</sup> RONCAYOLO, Marcel. “Transfigurações noturnas da cidade: o império das luzes artificiais”. *Projeto História*, nº 18 (1999), p.97.

<sup>326</sup> CRUZ, Ernesto. *Procissão dos séculos: vultos e episódios da História do Pará*. Belém: s.n., 1952, p.118.

<sup>327</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim: *O Pagé*” A República. Belém, 04 de fevereiro de 1887, p.03.

<sup>328</sup> *Ibid.*

das formas e representações com que Marques de Carvalho percebia a cidade e o universo social ao seu redor. Na descrição de paisagens urbanas em meio à narrativa romanesca, o escritor naturalista descrevia de maneira objetiva as práticas e os costumes de uma parte da sociedade belenense que se encantava com as rápidas transformações que aquele fim de século anunciava. Inovações técnicas nas indústrias e os cientificismos em geral seduziam os mais incautos sujeitos acostumados ao clima e ambiente campesino e tradicional daquela Belém um tanto colonial, onde o desenvolvimento da economia gomífera e os desejos de civilidade e progresso travestiam-na de moderna.

Dentro dessa perspectiva, o naturalismo passou a ser o principal objetivo de Marques de Carvalho em sua busca por legitimação no interior do campo literário. Como observador da sociedade e de suas “patologias”, o escritor naturalista nos permitiu entrever por meio de sua narrativa as formas com que representava a cidade, seus hábitos e seus costumes. Assim o fora esse rápido passeio pela Belém de finais do século XIX, embalados pela pena e olhar de João Marques de Carvalho.

## **2. 6 – A recepção ao Romance-folhetim: olhares sobre o rodapé d’A *República*.**

No início de 1887 saía a público *O Pagé*. Como de costume, vinham juntos os chamados reclames, que nada mais eram que a propaganda da obra ou do folhetim a ser publicado. Já naquele tempo, era a estratégia infalível para chamar a atenção dos leitores para o que se iria publicar. Com *O Pagé* não foi diferente. N’A *Província do Pará* do ano anterior, Marques de Carvalho já publicava alguns trechos do romance em questão, além de alguns comentários anunciando em breve a aparição deste, porém, os poucos comentários sobre o romance, ao que parece, não demonstram a boa receptividade por parte do público leitor e da crítica belenense. Podemos afirmar, não sem riscos, que o romance não obteve por parte do público leitor uma boa aceitação, em virtude dos poucos comentários recebidos. Comentários estes que se fariam perceptíveis a partir de periódicos contemporâneos a sua publicação. Mas, a respeito da interrupção do romance sem a conclusão da trama, afirmar que seu caráter inconcluso teria se dado em razão da pouca receptividade, é não considerar o número de capítulos impressos

publicados diariamente nesse jornal. Contudo, não podemos negar algumas simpáticas observações sobre o romance urbano que se lançava n' *A República*.

Em formato de folhetim, o mais recente trabalho de Marques de Carvalho saía da tipografia com um propósito implícito: contribuir para a vendagem do periódico que lhe cedia espaço para publicação. O jornal enquanto meio difusor de notícias, naquela segunda metade do século XIX, ganhava novos contornos. A necessidade de angariar mais assinantes para assim suprir a demanda de publicidade que a cada número ocupava mais e mais espaço em suas folhas, acabou influenciando a utilização cada vez maior dos folhetins entre as páginas periódicas. Sodré afirmava que o grande público leitor foi atraído para a literatura a partir dos folhetins, que começavam a aparecer juntos às folhas e notícias dos grandes periódicos impressos. Como produto do romantismo europeu, destacava o sucesso que fora, mesmo como imitação:

O folhetim era via de regra, o melhor atrativo do jornal, o prato mais suculento que podia oferecer, e por isso o mais procurado. Ler o folhetim chegou a ser hábito familiar, nos serões da província e mesmo da Côrte, reunidos todos os da casa, permitida a presença das mulheres. A leitura em voz alta atingia os analfabetos, que eram a maioria.<sup>329</sup>

Como “melhor atrativo do jornal”, este acabou servindo como chamariz para um número maior de leitores. A imprensa aliou-se a literatura como forma de angariar mais assinantes para as suas folhas matinais. Portanto, uma das funções do folhetim seria justamente aumentar a vendagem do matutino que lhe dava suporte, contribuindo assim, para a lógica comercial que ganhara o jornal naquele momento.<sup>330</sup> Merlise Meyer, que se ocupou da história desses folhetins, desde suas origens francesas até sua popularização no Brasil, chamava a atenção para o estreitamento da relação entre o jornal e a literatura, especificamente ao surgimento desses romances em suas páginas. Segundo ela,

Ambos estão estreitamente vinculados: inventado pelo jornal e para o jornal, o *feuilleton-roman*, como era chamado a princípio acabou sendo fator condicionante da vida do mesmo. Nasceu na França, na década de 1830, concebido por Émile de Girardin, que percebeu na época de consolidação da burguesia, o interesse em democratizar o jornal, a chamada *grande presse*, e não mais privilegiar só os que podiam pagar por essas assinaturas. Para aumentar o público leitor havia, pois, que barateá-lo – o que se conseguiu também mediante a utilização da publicidade, de origem inglesa – e arejar-lhe a matéria, tornando-o mais acessível.<sup>331</sup>

<sup>329</sup> SODRÉ, N. Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966

<sup>330</sup> *Ibid.*, p.279

<sup>331</sup> MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.30

Como vimos, o jornal acabou dependente do folhetim, que tinha em seu conteúdo o atrativo para democratizar e difundir seu uso não mais somente entre os que podiam comprá-lo. Essa estratégia há muito utilizada pelos franceses, passou a ser cada vez mais utilizado pelos periódicos brasileiros em fins do século XIX. Em Belém, não haveria de ser diferente.

Por conseguinte, o romance *O Pagé* vem à tona com um propósito bem definido dentro da logística interna do *A República*: contribuir para a vendagem do mesmo. Além disso, a vendagem deste periódico pela capital significava também uma maior difusão do pensamento republicano. A propaganda política republicana se fazia veemente naqueles idos da década de 80, e o periódico em questão levantava a bandeira de luta pelo novo regime que se difundia entre alguns dos nossos intelectuais através da fundação do *Club Republicano Paraense*. Contudo, se o surgimento desse romance significava para Marques de Carvalho a emergência de uma nova forma literária, com uma nova leitura crítica sobre as letras nessa capital, porque não levá-lo à público num periódico que se dizia científico e combativo? Bastava então, para o literato assumir tal vertente literária, posicionando-se em favor das transformações que sua época lhe proporcionava, dando vazão mesmo para o aparecimento do naturalismo em sua escrita.

Embasado em “documentos humanos”, temas como o embate entre um discurso médico-científico, que ganhava notoriedade naquele final de século e as diversas formas de um saber popular e tradicional tendo por imagem principal a figura do pajé, marcavam desde o título a obra a que se propunha Marques de Carvalho. Num contexto de quase ojeriza pela figura do curandeiro nos jornais, destaca-se a força do título da obra. Imaginemos o leitor, que ao abrir a segunda folha d’*A República*, deparava-se com a expressão em destaque nomeando o folhetim. Com certeza não poderia conter a curiosidade para com o significado do termo “Pagé” presente num romance urbano no momento em que esses curandeiros eram acusados de enganadores pela imprensa e pelo poder público.<sup>332</sup> O universo da pajelança, mesmo que negativizado na imprensa poderia gerar olhares curiosos, tendo em vista as circunstâncias em que eram publicadas. Todavia, não podemos esquecer que tais práticas não distavam da realidade de boa parte daquela gente.

---

<sup>332</sup> Ver FIGUEIREDO, Op. Cit.



Na crítica literária que se fazia em meio aos jornais da época, a menção ao título como sinal de sucesso da obra foi feita por *mephistopheles*: “A republica váe desenrolando o Page do sr. Marques de Carvalho, romance que parece fundar-se em costumes paraenses. Não posso antecipar o juízo sobre esta *criação* do sr. Carvalho, cujo nome já é uma irrecusável garantia de sucesso.”<sup>333</sup> O que causa surpresa é o fato de que o sujeito que elogia, é o mesmo que em muitos momentos tecia fervorosos comentários a figura de Marques de Carvalho pela imprensa.

Quanto à trama naturalista, não deixava de causar escândalo ao colocar em cena o beijo homossexual entre as duas amigas. Marques de Carvalho não deixava de acrescentar em seus escritos algo de polêmico para a época. Como o adultério em *Que Bom Marido* e tempos depois o caso incestuoso em *Hortência*, podemos crer que tamanha ousadia possuía um propósito claro: chocar as tradicionais famílias belenenses daquele século findo, chamando atenção para a sua escrita literária. A questão da polêmica e escândalo não era algo novo na literatura do Oitocentos. O literato sabia muito bem disso, pois fora na França que algumas polêmicas literárias se tornaram famosas. Werneck Sodré, em *O Naturalismo no Brasil*, discutia o método naturalista em Zola e mencionava o escândalo como fundamental para chamar a atenção do público para a sua obra: “É este só poderia ser tocado, sensibilizado, mobilizado, se a sua atenção fosse despertada e até desencadeada por um motivo, alheio à literatura, uma centelha que traísse a curiosidade geral para o que apresentava de novo a escola naturalista.”<sup>334</sup> Para o autor, esta “centelha” seria o escândalo provocado. A respeito da publicação do romance *Nana* de Zola, Pedro Paulo Garcia Catharina, consultando o campo literário francês em meados do século XIX, faz o seguinte comentário:

romance para o qual uma forte campanha de lançamento havia sido efetuada, com cartazes espalhados em toda Paris, entre outros expedientes, mobilizando fortemente o campo literário e seu público-leitor, ávido da novidade e na expectativa de um novo escândalo, como fora quando do lançamento de *L'assommoir*.<sup>335</sup>

Com isso, expõe a lógica da campanha dirigida por Zola em meio ao cenário literário francês, divulgando sua obra e buscando legitimar o naturalismo enquanto doutrina

<sup>333</sup> *Mephistopheles* “Pela litteratura...” in, Diário de Notícias, Belém, 20 de fevereiro de 1887, p.02.

<sup>334</sup> SODRÉ, *Op. Cit.* p.23-24

<sup>335</sup> CATHARINA, Pedro Paulo. *Estética naturalista e configurações da modernidade*. In: MELLO; CATHARINA, *Op. Cit.*

literária. Em Belém, Marques de Carvalho se esforçava por legitimar sua escrita; não à toa, seu nome era bastante citado em propagandas de jornais que noticiavam a publicação de alguma obra sua, além do que, como vimos, não deixava de ousar expondo de alguma maneira temáticas polêmicas à época, buscando no escândalo uma forma de chamar atenção para seus escritos.

Como era costume, os folhetins no momento em que saíam da redação logo eram alvos da crítica, ao mesmo tempo em que a trama ainda era tecida. No caso d’*O Pagé*, alguns episódios eram rapidamente assunto ao correr da pena de alguns literatos que possuíam espaço na redação dos jornais, como redatores apenas ou como possíveis críticos literários – tais funções muitas vezes se confundiam.

*Sganarello* não aceitou, ao ler em *O Pagé*, a maneira irônica com que o “immortal autor do ‘arapapá’, tão popular n’esta ubérrima região dos zoilos”, foi mencionado num de seus capítulos. Trata-se do nome e da obra de Ricardo de Miranda, que segundo Vicente Salles, possuía um livro intitulado *Os voos do Tambaqui*, sendo “hábil tecedor de descomposturas em versos”.<sup>336</sup> A crítica teria se dado em razão de Marques ter chamado o poeta Ricardo de cabeça oca na passagem do romance em que o personagem Mathias em sua casa pedira um café, quando “um pretinho de 12 *annos* a 14, – pousou a bandeja e retirou-se para a *cosinha*, assoviando em voz muito baixa a música do *Arapapá* – essa *obra-prima* da cabeça mais *ôcca* e lastimável que já pensou em toda a província do Pará.”<sup>337</sup> Na mesma folha, o cronista *Staff* fazia coro às afirmações de *sganarello* dizendo que “Na república vêm o *illustre* poeta Marques de Carvalho fazendo uma grave injustiça *áquelle* de quem disse um outro poeta, que já quebrara a Penna: ‘A poesia morrera no Pará com o inspirado autor dos voos do tambaqui: os poetas d’agora não sabem fazer rir!’” Diante do forte comentário feito por Marques de Carvalho, a crítica não tardou a se manifestar em favor daquele autor tido por popular e ao que parece, muito querido pela “gente comum” daquela terra. Todavia, tudo leva a crer que para Marques de Carvalho a escrita de Ricardo de Miranda seria uma literatura menor. Em contrapartida, diante das manifestações contrárias ao que se disse no primeiro número d’*O Pagé*, podemos crer que Ricardo de Miranda fosse bem quisto e popular por entre as gentes da capital, tanto entre os letrados quanto aos das

<sup>336</sup> SALLES, Vicente. “Pasquinadas Paraenses. A Província do Pará. Belém, 23 e 24 de agosto de 1992, 2º caderno, p.12. *Apud* NEVES, Maira Wanderley. *Op. Cit.*

<sup>337</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim: *O Pagé*” *A República*, Belém, 18 de janeiro de 1887, p.03.

camadas mais populares, como visto no excerto acima. Não podemos nos deixar levar pelo romancista, haja vista que, para o autor do *Arapapá* coube um lugar em seu romance, mesmo que ao lado de adjetivos inglórios. Portanto, mesmo incomodando Marques de Carvalho, talvez por sua escrita literária, Ricardo de Miranda possuía lugar próprio dentro do imaginário literário popular entre os paraenses. Como dito, tanto a camada letrada dessa sociedade, quanto a gente comum da capital, guardavam um lugar na memória coletiva para o autor daqueles malvistas versos.

Noutro momento, *mephistópheles* não deixou de criticar a postura de Marques de Carvalho ao fazer uso de notas explicativas no corpo do romance. Dizia ele, ironicamente: “Sempre *apparece* uma cousa que me *cáe* no *gôto*. Agora o que me fez tossir muito a ponto de me darem o *sôcco* no cachaço, pensando que eu estava engasgado, foi a *remarque* do Sr. Marques de Carvalho, no romance que se publica na República.”<sup>338</sup> O fato que teria quase engasgado o redator do *Diário de Notícias* veio a público no dia nove de Fevereiro quando Marques de Carvalho decidiu colocar uma nota explicativa ao final do capítulo que se publicava em folhetim. O literato desejava justificar o uso de umas reticências ao final de um diálogo que julgava pesado demais para aquele espaço. O diálogo em questão fazia complemento à cena da saída da Igreja da Trindade quando Mathias, Generosa e Marianna deparavam-se com duas vendedeiras de doce que discutiam da seguinte maneira:

- Safada! – gritava uma. – tu pensas que eu sou como tu, sua desavergonhada? Enganas-te, e...! Não *priciso* do teu Pedro  
 - Sim, sim, retorquia a outra, cantalorando as palavras. – Não *pricisas*, mas *mandasti chamá elli honti*, gosto de ver estas santinha..  
 É mentira ! Não mandei chamar! Não *priciso d'elle*, já disse! Não sou como tu, que andas todo o dia...(1)<sup>339</sup>

O número no final do parágrafo levaria o leitor à nota de rodapé ao final do capítulo do dia, onde o autor justificava o uso das reticências afirmando que “o complemento d’esta *phrase*, - enérgico e natural em extremo, - por muito livre de mais, fica em o caderno *manuscripto*, para *sahir* á luz quando este romance for publicado em volume.”<sup>340</sup> Tal justificativa buscava amenizar o quão grosseiro e baixo, segundo a perspectiva do autor, era aquela “gente comum” que as personagens do romance encontravam pelas ruas de Belém. Devido ao teor forte daquelas palavras ocultas em

<sup>338</sup> *Mephistopheles*, “*Por mares nunca d’antes navegados...*”, in *Diário de Notícias*. Belém, 10 de fevereiro de 1887, p.02.

<sup>339</sup> Marques de Carvalho, “Folhetim: O Pagé”, in *A República*. Belém, 09 de fevereiro de 1887, p.03

<sup>340</sup> *Ibid.*

reticências, Marques de Carvalho optou por não colocá-las ali naquele suporte que vinha à público diariamente nas ruas da capital. Segundo *Mephistopheles*,

Pela leitura d'aquela nota, ficamos sabendo que há duas classes de leitores, uma para o jornal e outra para o livro. Certas licenças que o jornal não comporta, ficam para o livro; o livro, que tem de penetrar no *sanctuario* da família, que tem de dormir no travesseiro das *donzellas*, sirva de monturo á todas essas *immundicies*, que repugnam a *patoléia*, que forma o grosso dos leitores de *jornaes*.<sup>341</sup>

O que chama a atenção no comentário do jornalista é a forma como critica a opção de Marques em não preencher as reticências do texto naquele suporte. De certa forma é uma ironia, pois o redator nos faz crer que o autor do romance se equivocou ao preferir trazer à luz os comentários naturais das personagens no formato de livro, onde, segundo a crítica, chegaria ao “santuário da família” e ao “travesseiro das donzelas”, ao invés de vir a público pelo jornal onde estaria a “patoléia” leitora desse suporte. O crítico intervinha em razão daquelas palavras ocultas nas reticências alcançarem “enérgico e natural ao extremo” o espaço da família paraense, por isso a indignação do mesmo diante dos fatos.

Marques de Carvalho talvez tenha deixado para nós, sem o querer, uma pista a respeito desses veículos de comunicação que circulavam pelo final do século XIX: o livro e o jornal. Talvez o primeiro objeto fosse bem menos corriqueiro que o segundo, tendo em vista que este em meado desse século já despontava como importante meio de comunicação, e que se desenvolvia rapidamente.<sup>342</sup> Nesse caso o romancista pode ter optado em não publicar na íntegra o texto em jornal devido ao maior poder de difusão deste. Em contrapartida, o texto em volume ficaria restrito a alguns leitores cativos ao prazer da leitura no espaço privado do lar, ou seja, uns poucos que podiam adquirir um exemplar em formato de livro na virada daquele século.

Note-se também, que o cronista faz menção a quem caberia de fato a leitura do romance-folhetim. O publico feminino sempre fora tido como o principal leitor dos escritos literários que se publicava nos jornais naquele final de século. Embora o redator especifique o livro como aquele que deve “dormir no travesseiro das donzellas”, é sabido o quanto se media o alcance de um romance pelas suas leitoras, que geralmente

<sup>341</sup> *Mephistopheles*, “*Por mares nunca d’antes navegados...*”, in Diário de Notícias, 10 de fevereiro de 1887, p.02.

<sup>342</sup> SODRÉ, *Op. Cit.*

se interessavam mais pelo que tinha de literário nos jornais, do que pelos debates ou pendengas políticas comuns nos diários que circulavam pela província.

Nelson Werneck Sodré associa em fins do século XIX a importância do público feminino na recepção dos famosos folhetins, que na corte começavam a vir à lume pelas páginas de seus principais periódicos: “O jornal de Paula Brito anunciava romances e novelas anônimas, fabricadas aos montes para distrair o espírito das sinhazinhas e dos estudantes.”<sup>343</sup> Sobre essa estreita relação entre o jornal e a literatura, o autor destaca as mudanças de comportamento provocadas pelos temas que vinham à tona nesses folhetins. Como “a parte mais numerosa do público era constituída pelas moças casaduras e pelos estudantes”, os temas desses escritos literários geralmente eram “o do casamento, misturado um pouco com o velho motivo do amor”, levando a imprensa e a literatura a apostarem em tais temáticas. A partir daí, percebemos que “a mulher começava a libertar-se, a pouco e pouco, da clausura colonial e subordinava-se dos padrões da moda europeia exibindo-se nos salões e um pouco nas ruas.”<sup>344</sup> Note o leitor que a essa considerável participação do público feminino para a legitimação do folhetim e da literatura junto da imprensa, soma-se a associação desse público leitor ao crescente mercado da publicidade que se desenvolvia a partir dos jornais. A temática da moda começava a ganhar contornos, principalmente o mercado de tecidos e roupas, aquecidos pela moda francesa que desfilava pelas páginas dos folhetins.<sup>345</sup>

Era a mulher o público alvo dos folhetins que se publicavam em Belém naquele momento. Os assuntos referentes à literatura na província também eram direcionados ao público feminino. No “*Entre-Columnas*”, às vésperas da publicação do primeiro número d’*A Arena*, “o jornal *litterario por excellencia* da província”, *sganarello* assim dizia: “Amante da *litteratura* como somos, não podemos deixar de *recommenda-os* às nossas delicadas leitoras.”<sup>346</sup> O redator do *Diário de Notícias*, como vimos, se incluía na leva dos amantes da literatura junto das “delicadas leitoras” tidas como o público alvo do periódico literário que iria surgir em Belém, ficando claro para nós o quanto era importante tê-las como leitoras dos jornais, principalmente os relacionados à temática literária. Na propaganda direcionada a angariar novos leitores,

<sup>343</sup> *Ibid.* p.222

<sup>344</sup> *Ibid.* p. 228

<sup>345</sup> “O comércio de modas estava em mãos de franceses e francesas, seu palco era a rua do ouvidor.” *Id.* *Ibid.*, p. 228. Sobre essa discussão, quando da presença dessa moda ou “*touillete*” feminino, Marques de Carvalho faz diversas menções entre suas personagens no romance *O Pagé*.

<sup>346</sup> *Sganarello*, “*Entre-Columnas*” in. *Diário de Notícias*, Belém, (ilegível)/04/1887, p.02

ou seja, assinantes para o dito periódico, atentava-se por não deixar de recomendar sua leitura à parcela de clientes, ao que parece, mais importantes para o recente mercado editorial daquele contexto.

Entretanto, não podemos relegar à mulher somente o papel de leitoras desses folhetins diários. Deve-se ter cuidado com generalizações que relacionam literatura de fácil acesso, como exemplo os folhetins, ao público feminino. É fundamental levarmos em conta até que ponto essas mulheres tinham acesso a esse tipo de informação e de que maneira usavam. Como liam ou interpretavam a leitura, se eram alfabetizadas ou não.<sup>347</sup> De toda forma, é sabido que além de leitoras, algumas enveredavam pelo mundo da escrita como autoras. Devemos ter em conta que o universo dos folhetins não era somente voltado para as mulheres, pois os homens também degustavam esse tipo de leitura, principalmente estudantes e os próprios literatos.

Mulheres leitoras, ou não, ao virar das folhas daquele matutino, estabeleceriam contato com *O Pagé*. Ao iniciar a leitura do mais novo romance que saía à público em Belém, inevitável seria a apreensão do que guardava Marques de Carvalho com seu primeiro trabalho literário dentro do gênero romance. No entanto, para o historiador que se debruça por sobre um trabalho literário, compreender o olhar do leitor, a forma como deu sentido para a obra, ou seja, como recebeu o escrito, não é tão fácil. A ideia da recepção em literatura, principalmente os escritos publicados em folhetins pela imprensa, encerram um grande problema. Daí seguirmos a trilha dos periódicos contemporâneos a sua publicação, buscando na crítica literária à obra, sinais ou vestígios de como a sociedade o recebeu. No caso em questão, os poucos comentários atribuídos a *O Pagé*, pouco conseguem elucidar as seguintes questões: Teria Marques de Carvalho desistido d'*O Pagé* para dar lugar a *Hortência* no campo literário? Se não, o que o fez não dividir com o público leitor o final deste romance?

Seria *O Pagé* o reflexo de um naturalismo que não se constituiu por completo em Marques de Carvalho naquele momento? Achamos que sim.

---

<sup>347</sup> sobre o público feminino leitor, Germana Sales tem um capítulo onde discute a relação da mulher com os prefácios. Vide SALES, *Op. Cit.*

### Considerações finais:

No decorrer desta pesquisa, eis que uma notícia nos surpreendeu. Lia-se no *Diário de Notícias* a seguinte nota:

João Marques de Carvalho, o mimoso e exímio poeta, o romancista ameno, o extremoso e valente jornalista, foi riscado do ról dos viventes pelo dedo mirrado da morte!

Já não existe Marques de Carvalho.....

Tantos romances por concluir.....<sup>348</sup>

Imagine a surpresa do leitor ao ver esta nota sobre um sujeito que desde meados 1886 se fazia presente quase diariamente nas folhas dos principais matutinos da cidade, seja nas propagandas de alguma obra, nas críticas literárias, ou mesmo nas polêmicas que se envolvia. A nota, de início chama atenção pelas dramáticas linhas que o autor traçava. Dizia ele: “não posso pegar na pena”, por faltar “frases com que expresse o sentimento imenso de saudades que me *váe* pela alma dilacerada.”<sup>349</sup> Porém, o pesar do leitor não duraria mais que um minuto, tempo suficiente para a leitura do artigo, que ao final arrancaria nada mais que uma gargalhada deste diante do *post scriptum* irônico de *Mephistopheles*, que dizia:

P.S. Depois de estar composta esta *chronica*, soube de fonte pura que o *distincto* literato Marques de Carvalho não faleceu.

Houve um *qui pro quo*, semelhanças de nome.

De todo o coração felicito o jovem poeta, por não ter morrido ainda d’esta vez.<sup>350</sup>

Com o que entendemos como brincadeira, Juvenal Tavares tece alguns comentários sobre o escritor. Vejamos: “A Literatura amazônica sofreu uma perda irreparável. Quem é capaz de preencher o vácuo deixado pelo moço literato? Ele que era o chefe d’essa plêiade brilhante, que se levanta extravasando *ceiva* de mocidade *enthusiasmo!*” O leitor de agora custa acreditar que tais palavras sejam sinceras. Juvenal Tavares por *Mephistopheles* escreveu diversas notas sobre nomes que possuíam algum merecimento de crítica, sempre com a pena fina de irônia e bom humor. Marques de Carvalho fora um desses. Portanto, custa crer que suas palavras sejam assim tão sérias.

<sup>348</sup> *Mephistopheles*, “Epicédio” *Diário de Notícias*. Belém, 13 de fevereiro de 1887, p.02

<sup>349</sup> *Ibid.*

<sup>350</sup> *Ibid.*

Talvez, para o leitor de outrora, fosse mais fácil interpretar sua intenção. Deixaremos aqui as seguintes impressões a respeito do literato, segundo o cronista:

Marques de Carvalho, o jovem que sinceramente pranteio, é certo, era português pelo berço; mas, desde tenra idade, convivendo *commosco*, é nosso, pela educação, pelas *ideas* alevantadas e pelas aspirações. A Amazonia tinha *n'elle* um dos seus mais dedicados operários para o seu progresso e engrandecimento.<sup>351</sup>

A despeito da brincadeira, como intelectual Marques de Carvalho encontrou no republicanismo a forma de governo ideal em lugar da monarquia. Abolicionista, fez campanha pela imprensa e atuou como maçom e literato para o fim da escravidão. Iniciou o debate político em meio à literatura publicando o poemeto antimonárquico e abolicionista *O Sonho do Monarcha*. Pouco depois, saía do prelo no mesmo ano as *Lavas*, poemeto com forte apelo político antimonárquico. Ambos mereceram de Marques citação em publicações posteriores como “obras publicadas pelo mesmo autor”. Apenas uma não obteve do autor a mesma importância. A obra apócrifa é a *História de uma Navalhada*, impresso pela tipografia do *Diário de Belém*, poemeto este que causou caloroso debate entre Marques de Carvalho e o diretor deste jornal, Manoel Valente do Couto. O literato assinou o poemeto com o pseudônimo *Rabelais Junior*, talvez temendo as consequências do escrito, ao que tudo indica, de forte teor político, segundo as discussões em torno do mesmo. Dessas três obras iniciais, nenhuma consta preservada. Restaram apenas comentários dos mesmos pela imprensa. Quanto ao último, envolveu até mesmo o proprietário d’*A Província do Pará*, dr. Joaquim José de Assis, acusado de ter “usado” Marques de Carvalho para confeccionar as linhas que de alguma forma mencionam o periódico conservador *A Constituição*. Depois do conflito, o escritor do polêmico poemeto *Navalhadas* obteve espaço na redação do jornal *A Província do Pará*, onde iria colaborar por vários anos, junto ao redator chefe e amigo Antônio Lemos. Portanto, como aliado do Dr. Assis concretizou sua carreira jornalística e literária, tendo neste jornal o “quartel” literário do grupo, segundo Eustáchio Azevedo, que se formou em meados da década de 80 daquele século do qual se destacava junto a Paulino de Brito.

Colaborando anonimamente com o periódico do *Club Republicano Paraense*, teve no *A República* o espaço que precisava para apresentar ao público sua

---

<sup>351</sup> *Ibid.*



mais nova expressão literária: o naturalismo. Como escritor polêmico e propagandista do estilo, precisava de uma obra que o legitimasse como adepto desse estilo em solo paraense. O romance *O Pagé*, mesmo apresentando traços ainda românticos, tem por mérito fomentar o debate literário em torno do realismo-naturalista tanto na prosa quanto na poesia no campo literário paraense. Além disso, possibilitar um espaço maior para o escritor nesse mesmo campo. Introduzindo esse estilo literário no debate, principalmente com o prefácio-manifesto, o literato almejou maior visibilidade em meio ao cenário literário em questão. O uso da propaganda e da polêmica, serviram como armas em seu intento. Não à toa, seu “grupo” literário fora apelidado de “sociedade do mutualismo”, ou seja, criticados em razão da autopropaganda entre seus membros.

Se *O Pagé* tinha o propósito de chamar a atenção para o escritor naturalista, pouco sucesso obteve como folhetim. Os poucos comentários obtidos na imprensa acerca do romance, evidenciam a baixa receptividade que tivera o mesmo. Seus escritos jornalísticos e principalmente a publicação dos poematos de conteúdo político, parecem ter funcionado melhor como gerador de debate. Talvez isso justifique a interrupção do romance sem nenhuma explicação por parte do periódico e do autor. Como saber? Ficam as conjecturas. *A República* encerra sua publicação no meio da trama, retornando suas tiragens três anos depois sem a conclusão da mesma. Em 1888, Marques de Carvalho publica em folhetim, e depois em formato de livro, o romance *Hortênciã*. Ao que tudo indica, diante da recepção calorosa que teve este romance, pouco provável seria para o autor, trazer à público a conclusão de *O Pagé*. Logo, o romance *Hortênciã* teria ofuscado sua continuação.

Dentro dessa lógica, tendo por subtítulo “romance naturalista”, *O Pagé* parece não ter correspondido estritamente ao estilo. Embora apresentando características naturalistas, como o determinismo do meio, os tipos urbanos, o “senso do real” e suas possíveis patologias sociais, o enredo trouxe características ainda românticas em suas linhas. A linguagem poética idealizando a natureza, a inverossimilhança em alguns momentos, o “amor acrisolado” quase por gratidão entre Mathias e Jozepha, personagens representando uma elite urbana em seus costumes citadinos, a presença de modo secundária de negros e mulatos na trama, configuram o caráter flutuante do escritor entre a pena romântica e naturalista naquele momento. Daí, talvez, compreender

a importância dada a *Hortência* em lugar d'*O Pagé*, que não obteve do autor uma finalização, nem tampouco uma tiragem em volume.<sup>352</sup>

Embora sem conclusão, *O Pagé* esclarece o ponto de vista do escritor Marques de Carvalho enquanto literato. A maneira como expressava o que concebia como uma literatura moderna. O naturalismo apregoado pelo autor acabou por legitimar um discurso que concebia como mais adequado para aquela sociedade, gerando debates em meio ao campo literário em finais do século XIX. A partir desse romance inacabado nos foi possível entrever a forma como Marques de Carvalho compreendia seu próprio tempo: cotidiano, literatura e política. Como intelectual, esteve envolvido em diversos campos. Como romancista, em sua subjetividade, nos autorizou o olhar por sobre uma Belém que se desenvolvia rapidamente com a economia do látex.

A respeito das rivalidades entre redatores e periódicos, nota-se o intenso debate envolvendo o *Diário de Notícias*, o *Diário do Gram-Pará* e *A Província do Pará*; este último, como reduto de Marques de Carvalho, nos deixa ver uma certa rede de solidariedade entre seus escritores. Por esta razão, *Júlio Janin*, autor das crônicas *Factos e Boatos*, defendeu da seguinte maneira o colega de jornal sobre os comentários que recebia pela imprensa,

Noto com mágoa que as revistas dos *jornaes*, há alguns dias da semana finda, têm se ocupado com certo tom acrimonioso de um moço digno, pelo menos, d'*aquella* cortesia que se deve dispensar de cavalheiro à cavalheiro e à que tem jus todo homem de uma consciência isenta de escrúpulos.  
[...]Atirar *apódos* e invectivas a um moço que apenas aparece nas lides da imprensa acompanhado de uma *bóia dóse* de estímulo para o trabalho, sobre ser crueldade demasiada, é um atentado contra o direito que todos temos de emitir nossas ideias, quaisquer que *ellas* sejam.  
Entre os paraenses que muito se esforçam para dar impulso literário a esta província não pode ficar esquecido o nome do sr. Marques de Carvalho. Moço, bem moço ainda, se dedica seriamente ao estudo, para que seu nome não vá aumentar a lista, já bem numerosa, das celebridades vulgares da nossa [...].<sup>353</sup>

Embora prejudicada a leitura em decorrência de mutilações na folha, vislumbramos o discurso do cronista falando em “injustiça” contra o escritor. Compreende-se, dessa forma, estratégias de defesa mútua e propaganda entre si, assim

<sup>352</sup> Conforme nota de rodapé no romance, notamos que havia possibilidade por parte do autor em publicar *O Pagé* em livro.

<sup>353</sup> Júlio Janin, “Factos e Boatos”, In: *A Província do Pará*. Belém, 20 de fevereiro de 1887, p.03.

como, n'A *Arena*. Teria razão *Mephistopheles* ao chama-los de “sociedade dos elogios mútuos”?

Embora a menção de “grupo”, seus membros não seguiam, no que diz respeito à literatura, uma mesma linha teórica. Marques de Carvalho figurava como principal nome do naturalismo naquele momento em Belém. Mesmo que, afirmar isso desprezando nomes como Inglês de Souza e José Veríssimo, não podemos negar que o autor d'*O Pagé* foi o mais combativo, haja vista sua atuação na imprensa como propagandista, com a crítica literária ou com a produção de obras de vertente naturalista.

Já o *Diário de Notícias*, com suas crônicas lideradas por *Sganarello* e *Mephistopheles*, deu movimento ao campo literário, trazendo discussões e debates que enriqueciam o cenário em questão. No que diz respeito a Marques de Carvalho, o primeiro fez questão de lembrar as manias do escritor em prometer publicações que não saíam. Outra vez fora chamado por Marques de “Judas do jornalismo, que à *semilhança* dos repugnantes morcegos, enquanto mordem para sugar o sangue, agitam as azas, passando sobre a espinha dorsal da *victima* as macias *velludosidades* acariciadoras[...]”<sup>354</sup> *Mephistopheles*, por sua vez, em letras “comovidas” como vimos há pouco, não deixou de mencionar que o escritor deixava romances incompletos, acusação que se repetiu por várias vezes entre estes sujeitos. Teria saído desse redator a menção à sociedade dos elogios mútuos, fazendo questão de se referir a Marques de Carvalho como o líder dessas “turrifações imoraes”. Do *Diário do Gram-Pará* as críticas saíam especificamente da pena de um anônimo, que Marques dizia tratar-se de um tal João Malcher. De sua pena saíram as jocosas notas a respeito da amizade de Marques com Zola. Embora não tenhamos tido acesso diretamente às notas desse jornal, o naturalismo e Emile Zola era o principal assunto do cronista, segundo Marques de Carvalho.

Com esses conflitos em meio à imprensa e suas conexões com o campo literário, buscamos compreender com essa pesquisa os momentos iniciais da trajetória intelectual, jornalística e literária de Marques de Carvalho, que se dizia adepto do naturalismo e que almejou expressar essa vertente literária nos diversos escritos que publicou em meados da década de 80 do século XIX. Embora, como já dissemos, *O Pagé* apresente ainda características do estilo romântico, era com o naturalismo que

---

<sup>354</sup> *Machiavel*, “Histórias à Vapor”, in. A Província do Pará. Belém, 04 de maio de 1887, p. 03

Marques de Carvalho intentava dar cor e forma ao romance. Desde o título, subtítulo e prefácio da obra, buscou legitimar um projeto literário naturalista para a literatura que se fazia em Belém no final do século XIX. Nessa tentativa, corroborou a visão de mundo que possuía naquele determinado momento, apesar das fronteiras ainda pouco delimitadas entre o romantismo e o naturalismo pressuposto em sua escrita.

**Fontes:**

**Periódicos:** Arquivo Público Arthur Vianna (centur) – Seção Microfilmagem.

A Província do Pará, 1886 e 1887.

Diário de Notícias, 1887.

A República, 1886 e 1887.

A Arena, 1887.

Diário de Belém, 1886.

A Constituição, 1885

Diário do Gram-Pará, 1885.

**Obras raras:** Arquivo Público Arthur Vianna. (CENTUR)

BELLIDO, Remijio de. *Catálogo dos jornaes paraenses (1822-1908)*. Belém: Imprensa Oficial, 1908.

BRITO, Paulino de. *Noites em Claro: poesias diversas*. Com um prefácio por Marques de Carvalho. Pará: Typ. D'A Província do Pará, 1888.

CARVALHO, Marques de. *Contos Paraenses*. Pará: Pinto Barbosa & Cia, 1889.

\_\_\_\_\_. *Contos do Norte*. Belém: Typ. Da Papelaria Silva, 1900.

\_\_\_\_\_. *Entre as Nympheas*. Bueno Aires: A. Moen, 1896.

CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves de. *Paraenses Illustres*. 2. Ed. corr. augm. Pará: J. B. dos Santos, 1900.

GODINHO, Victor & LINDENBERG, Adolpho. *Norte do Brazil – Através do Amazonas do Pará e do Maranhão*. Rio de Janeiro: Laemmerte & C. 1906.

MACEDO, Lino de. *Amazônia: repositório alphabetico de termos, descrições de localidades, homens notáveis, animais, aves, peixes, lendas...* Lisboa: Typ. A. Mendonça, 1906.

VERÍSSIMO, José. *Scenas da Vida Amazônica*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1899.

**Bibliografia:**

AZEVEDO, J. Eustáchio de. *Literatura Paraense*. 3. ed. – Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria de Estado da Cultura, 1990,(Lendo o Pará, 7)

\_\_\_\_\_. *Antologia Amazônica(poetas paraenses)*. – 3ª. ed.- Belém: Conselho de Cultura, 1970.

BALTOR, Sabrina Ribeiro. “Théophile Gautier, prefaciador”. In: MELLO, Celina Maria Moreira de; CATHARINA, Pedro Paulo Garcia (org.). *Crítica e Movimentos Estéticos: configurações discursivas do campo literário*. Rio de Janeiro: 7letras, 2006.

BARATA, Manuel. *Estado do Pará. Jornais, Revistas e outras Publicações Periódicas de 1822 a 1908*. In: Formação Histórica do Pará. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

BARBOSA, João Alexandre. Introdução. In: VERÍSSIMO, José. *José Veríssimo: teoria crítica e história literária*. Seleção e apresentação de João Alexandre Barbosa. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1977.

BORDIEU, Pierre. *As regras da Arte: gênese e estrutura do campo literária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz - 5ª ed. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2002.

BORGES, Ricardo. *Vultos Notáveis do Pará*. 2.ed. Belém: CEJUP, 1986.

BROCA, Brito. “O Aparecimento de O Cortiço em 1890”, in. *Naturalistas, Parnasiano e Decadistas: vida literária do Realismo ao Pré-Modernismo*. São Paulo: Unicamp, 1991, p.122.

CANDIDO, Antônio. *Iniciação à Literatura brasileira: resumo para principiantes/Antônio Candido*. 3ª ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999,

CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da Literatura Brasileira*. II-Romantismo, Realismo, Parnasianismo, Simbolismo. São Paulo: Difel, 1979.

CARONI, Italo. “A Utopia Naturalista.” In: ZOLA, Emile. *Do Romance: Sthendal, Flaubert e os Goncourt*. trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário – Editora da USP, 1995.

CARVALHO, João Marques de. *Hortênci*a. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1989, p. 22. (Coleção Lendo o Pará, nº. 3)

CATHARINA, Pedro Paulo Garcia. “Estética Naturalista e Configurações da Modernidade.” In: MELLO, Celina Maria Moreira de; CATHARINA, Pedro Paulo. *Critica e Movimentos Esteticos: configurações discursivas do campo literário*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p.115.

CHALHOUB, Sidney (et alli). “Apresentação” in: *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005. p.13-14.

CHALHOUB, Sidney et al. (org.) *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Unicamp(SP): Ed. Unicamp, 2003

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (orgs.). *A história contada: Capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHOAY, Françoise. “A natureza urbanizada: a invenção dos ‘espaços verdes’”. *Projeto História*, nº 18 (1999).

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 19ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p.22.

CRUZ, Ernesto. *Procissão dos Séculos: vultos e episódios da História do Pará*. Belém, s.n., 1952.

\_\_\_\_\_. *História do Pará*. 2º vol. Belém: Universidade do Pará, 1963, (Coleção Amazônica: Série José Veríssimo)

CRUZ, Heloisa de Faria. *A cidade do reclame: propaganda e periodismo em São Paulo – 1890/1915*. *Projeto História*, nº 13 (1996), pp. 81-92.

DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette*. Tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DE LUCA, Tania Regina. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.111-153.

DESAN, Suzanne. “Massas, comunidades e ritual na obra de E.P. Thompson e Natalie Davis”. In: HUNT, Lynn (org.). *A Nova História Cultural*. 2ª Ed. SP: Martins Fontes, 2001.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *A Cidade dos Encantados: pajelança, feitiçaria e religiões afro-brasileiras na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2008.

\_\_\_\_\_. *Páginas Antigas: uma introdução à leitura dos jornais paraenses, 1822-1922*. In: VIEIRA Jr. Antônio O. *et ali*. *Margens: revista multidisciplinar do núcleo de pesquisa – CUBT/UFPA*. Belém: Paka-Tatu, 2005.

*Frei Luís de Sousa* (obra). In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2011. Retirado de: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$frei-luis-de-sousa-\(obra\)](http://www.infopedia.pt/$frei-luis-de-sousa-(obra))> acessado em 10/08/2011.

GINZBURG, Carlo. “Paris, 1647: um diálogo sobre ficção e história”. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 8ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HENRIQUE, Márcio Couto. Folclore e Medicina Popular na Amazônia. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, n.4, out.-dez. 2009, p.981-998.

HOSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HUNT, Lynn. “Apresentação: história cultural e texto”. In: *A Nova História Cultural*. 2ª Ed. SP: Martins Fontes, 2001.

LACERDA, Franciane Gama. “Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses na Amazônia (1896-1916)”. *Revista Brasileira de História*, vol. 26, nº 51 (2006), pp. 197-225.

LACASSAGNE, Claude-Laurence & DAVIE, Neil. “Luxo, algazarra e mau cheiro”. In: CHARLOT, Monica e MARX, Roland. *Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LACAPRA, Dominick. História e Romance. *Revista e História*. Campinas: UNICAMP, v. 2, n.03, setembro, 1991.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “Amazônia” [1955]. In: *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LUCA, Tania Regina. “História dos, nos e por meio dos periódicos” in: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.111-153.

MARX, Roland. “A grandiosidade britânica”. In: CHARLOT, Monica e MARX, Roland. *Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo as desigualdades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NETO, José Maia Bezerra. *José Veríssimo: Pensamento Social e Etnografia da Amazônia (1877/1915)*. Vol. 42 n.03 Rio de Janeiro, 1999. p.539-564. ISSN 0011-5258. Retirado de [www.scielo.br](http://www.scielo.br) , em 12/10/2010.

PEREIRA, Leonardo A. de M. *O Carnaval das Letras*. Campinas: Unicamp, 2004.



REGO, Clóvis Moraes. *O Labirinto do Pseudônimo*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2005.

ROBERT, Marthe. “Porque o romance?” in: *Romance das Origens, Origens do romance*. trad. André Telles. São Paulo Cosac Naify, 2007. p.12.

ROMERO, Silvio. *Silvio Romero; teoria, crítica e história literária*. Seleção e apresentação de Antônio Candido. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

RÓNAI, Paulo. *Balzac e a comédia humana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora do Globo, 1957.

RONCAYOLO, Marcel. “Transfigurações noturnas da cidade: o império das luzes artificiais”. *Projeto História*, nº 18 (1999).

SANTOS, Alan C. de Sousa. Os Filhos da Viúva na região Amazônica: uma pequena história da maçonaria paraense do séc. XIX. In: Anais do XXV Simpósio Nacional de História: Por uma est(ética) da beleza na História. – Fortaleza: ANPUH, 2009.

SARAIVA, A.J., LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. 17ª Ed. Porto: Porto Editora, 2001.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque – 1870-1912*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. SP: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994.

SUSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance? : uma ideologia estética e sua história: o naturalismo*. RJ: Achiamé, 1984.

THOMPSON, Edward P. “A Lógica Histórica”. In: *A Miséria da Teoria: ou uma planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. História cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870 – 1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, José. *Scenas da Vida Amazônica*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1899.

VERNIER, France. Cidade e modernidade nas “flores do mal” de Baudelaire. Texto-base da palestra A Modernidade segundo Baudelaire, apresentada por France Vernier

(Universidade François Rabelais, Tours), em 16.06.2004 no auditório Lupe Cotrim, da Escola de Comunicações e Artes da USP, dentro do Ciclo Extra-Curricular de Palestras: Cultura de Greve/ Greve é Formação - EXTRA! (16/06 - 01/07/2004) retirado de < <http://www.scielo.br> > acessado em 22/07/2011.

VILAR, Socorro de Fátima P.. *Velhos Objetos, Novas Abordagens*: o jornal como fonte para a história da literatura. In: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/index.html>; acessado em 15/01/2010.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. “Introdução”. *Cultura e Sociedade*. São Paulo : Cia Editora Nacional, 1969, PP.15-21.

\_\_\_\_\_. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

### **Teses, dissertações e monografias.**

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos Modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n], 2001.

AUGUSTI, Valéria. *Trajetórias de consagração: discursos da crítica sobre o romance no Brasil oitocentista*. Campinas, SP: [s.n.], 2006. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

BARBOSA, Maurel F. *As Bellas Letras na Construção da República(1886-1887)*. Monografia de conclusão de curso apresentada à Faculdade de História da Universidade Federal do Pará, 2008.

CANCELA, Cristina. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém-1870-1920)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CANGUSSU, Dawson Soares. *O epicentro do Hotel Central: arte e literatura em Belém do Pará, 1046-951*. Orientador: Aldrin Moura de Figueiredo. (Dissertação-Mestrado) Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008.

FARIAS, William Gaia. *A Construção da República no Pará(1886-1887)*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Fluminense. RJ, 2005.

\_\_\_\_\_. *Os Intelectuais e a República* (1886-1891). Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFGA, 2000.

NEVES, Maira Wanderley. *O mundo binoquiano: narrativas, mulheres e modernidades em Belém do Pará*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2010.

PAMPLONA, Alessandra Greyce Gaia. *A Consagração Periódica de José Veríssimo (1877-1884)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Belém, 2009.

RODRIGUES, Silvio Ferreira. *Esculápios Tropicais: a institucionalização da medicina no Pará (1889-1919)*. Belém: Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia – UFGA (Dissertação; orientador: Aldrin Figueiredo), 2008.

SALES, Germana Maria Araújo. *Palavra e Sedução: uma leitura dos prefácios oitocentistas (1826-1881)*. Campinas, SP: [s.n], 2003. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos de Linguagem.

SILVA, Jairo de Jesus N. da. *Da Mereba-ayba à Varíola: vacina e intolerância popular em Belém do Pará, 1884-1904*. Orientadora: Maria de Nazaré Sarges. (Dissertação, Mestrado) Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2009.